



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

MORGANA VIEIRA MODOLON

**MEMÓRIAS E ENSINO DE HISTÓRIA: A DITADURA MILITAR
EM CRICIÚMA COMO UM TEMA SENSÍVEL EM SALA DE AULA**

FLORIANÓPOLIS

2022

MORGANA VIEIRA MODOLON

**MEMÓRIAS E ENSINO DE HISTÓRIA: A DITADURA MILITAR EM CRICIÚMA
COMO UM TEMA SENSÍVEL EM SALA DE AULA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Ensino de História da Universidade
Federal de Santa Catarina para a obtenção do título
de mestra em ensino de História
Orientadora: Prof. Dra. Mônica Martins da Silva

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

MODOLON, Morgana
MEMÓRIAS E ENSINO DE HISTÓRIA: A DITADURA MILITAR EM
CRICIÚMA COMO UM TEMA SENSÍVEL EM SALA DE AULA / Morgana
MODOLON ; orientador, Monica Martins da Silva, 2022.
244 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Ditadura Civil-Militar. Memórias. Ensino
de História.. I. Martins da Silva, Monica . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Educação. III. Título.

Morgana Vieira Modolon

**Memórias e ensino de História: a ditadura militar em Criciúma como um tema sensível
em sala de aula**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Alessandra Gasparotto
Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Dr. Sandor Fernando Bringmann
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Luciana Rossato (suplente)
Universidade do Estado de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em ensino de História.

Prof. Dr. Sandor Fernando Bringmann
Coordenador(a) do Programa

Prof. Dra. Mônica Martins da Silva
Orientador(a)

Florianópolis, 21 de setembro de 2022

Este trabalho é dedicado à minha mãe, que sempre quis ser professora, mas as circunstâncias nunca permitiram.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer infinitamente a todos aqueles que caminharam ao meu lado nesse difícil percurso. Foram anos de muita intensidade e sem o apoio dessas pessoas, seria absolutamente impossível chegar até aqui. Foram essas pessoas, que em diferentes momentos seguraram a minha mão, muitas vezes ergueram a minha cabeça e direcionaram meu olhar para a escrita e me fizeram sentir capaz de concluir esse desafio. Essas pessoas me ajudaram a perceber que apesar de o mundo estar de ponta cabeça, a única permanência da vida é a impermanência, tudo passa e um título não me define.

Agradeço a minha família, minha mãe Alzira Custódio Vieira Modolon e meu pai Roselio Bez Fontana Modolon, que a seu modo, sempre estiveram ao meu lado e me ofereceram o suporte necessário para ser quem sou hoje e estar onde eu estou, sem nunca desistir. Foi graças a eles que nunca desisti de estudar e fui capaz de sonhar com um futuro diferente para mim. Sou extremamente grata a minha irmã, Mirela Vieira Modolon que fez várias fotografias para esta dissertação, e meu cunhado Roger Venson, que juntos me presentearam com um sobrinho/afilhado, que desde sempre foi um pequeno guerreiro e me serviu de inspiração e motivação. Obrigada ao meu afilhado Theo Modolon Venson, que desde cedo precisou lutar pela vida e tem vencido todas as batalhas, enchendo nossas vidas de luz e amor, com seus sorrisos fáceis e seus passos curtos.

Agradeço as minhas grandes amigas Patrícia Pereira Guollo e Kátia Cristiani Nunes, com quem divido esse título. Por estarem ao meu lado em tantos momentos, trocando seus momentos de descanso por horas sentada revisando meus textos, conferindo referências, me cobrando prazos e me fazendo acreditar em mim mesma. Essas mulheres maravilhosas foram minhas companheiras nessa jornada, especialmente quando meu olhar já estava nublado e tornaram minha caminhada um pouco mesmo solitária e possível. Sempre me acolheram de forma muito terna e calorosa, me fazendo sentir quase como parte de suas famílias.

Agradeço de forma muito especial a Newton Gama Netto, que de forma muito sutil, dividindo comigo uma parte muito especial do seu mundo e um lugar seguro para estar, me fez reencontrar paixão pela escrita.

Dentre tantas coisas que aconteceram no processo de escrita desse trabalho, duas mudanças foram bem marcantes: mudar de cidade e emprego. Ao me mudar para o Alto Vale, me vi completamente sozinha e obrigada a crescer e recomeçar. Esse processo teria sido impossível se eu não tivesse recebido tanto apoio. Por isso, também aos meus novos amigos e

colegas: Jamyle Goedert, André Jacinto, Bárbara Luiza Dalpiaz, Romulo Duck, Deize Gross, Reinaldo Marcelino, Nair Reinhr, Ana Nazarro e Djalma Roecher Junior, com quem a vida me presenteou e me amparou.

Agradeço a professora Carmem Zeli de Vargas Gil (UFRGS), que contribuiu com meu trabalho durante a disciplina de Ensino de História e Educação Patrimonial e também a Caroline Bauer (UFRGS) que contribuiu durante a banca de qualificação.

Além disso, agradeço de forma muito especial à minha orientadora, a Professora Dra. Mônica Martins da Silva, que nunca desistiu de mim, mesmo com prazos perdidos, sempre correndo contra o tempo em meio a idas e vindas. Gratidão a ela, que desde o primeiro momento foi uma inspiração profissional e com o tempo passou a ser uma inspiração ainda maior, por ser um ser humano excepcional, ultrapassando os limites do profissionalismo.

De alguma forma, agradeço também a todos aqueles que passaram pela minha vida e não permaneceram, mas me impulsionaram a chegar até aqui.

Por fim, agradeço a minha turma, a todos os meus colegas e professores que tornaram possível tantos aprendizados, compartilhando referências, apontando caminhos e estabelecendo debates que mutuamente impulsionaram o crescimento uns dos outros, sempre para além da zona de conforto.

Obrigada a todos que aqui foram lembrados e aqueles que por diferentes mecanismos da memória foram suprimidos da lembrança. A gratidão é um sentimento que limpa a alma, renova as inspirações e fornece a motivação necessária para seguir em frente com o coração leve, lembrando o que realmente é importante. Cada um à sua maneira, vocês fizeram isso por mim ao longo desse processo.

Quizás sean las jóvenes generaciones (por qué no, en las escuelas) quienes puedan romper el silencio y plantear ¿por qué fue posible la dictadura?, así como buscar respuestas que permitan generar una reflexión sobre los años de violencia y terror y la responsabilidad colectiva de aquel contexto social, político y cultural.
(Maria Paula González)

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo refletir sobre as memórias subterrâneas da ditadura civil-militar de Criciúma, a partir de uma proposta de Ensino de História que articula as experiências de personagens históricos locais, por meio da problematização de diferentes marcos urbanos e a análise de fontes históricas, com a finalidade de sensibilizar e aproximar professores e estudantes da educação básica dessa temática. A memória é tomada como categoria central de análise, articulada à perspectiva dos temas sensíveis e da Educação Patrimonial. A dissertação adotou como metodologia de pesquisa a análise bibliográfica e documental para produzir uma reflexão teórico metodológica que resultou em um percurso urbano que articula memórias e espaços de repressão e resistência à ditadura civil-militar em Criciúma a partir de cinco pontos: I) Estádio Heriberto Hülse; II) Centro Cultural Jorge Zanatta; III) E. E.F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse; IV) Sindicato dos Mineiros de Criciúma; V) Rádio Difusora. Os lugares selecionados contribuem para a construção de uma narrativa histórico escolar dos acontecimentos que se desencadearam na cidade de Criciúma, especialmente nesses espaços, durante período da ditadura civil-militar, ora como palco de resistências, ora como espaços de repressão e violação de direitos humanos. A proposta articula-se aos documentos diversos que nortearam a construção do percurso e a orientações para a construção de oficinas com fontes históricas, dando visibilidade às memórias subterrâneas e as narrativas de sujeitos históricos, ressignificando marcos urbanos da cidade.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar 1. Memórias 2. Ensino de História 3

ABSTRACT

The present work has the objective of reflecting on collective subterranean memories regarding the civil-military dictatorship of Criciúma, as from an History Teaching proposal that articulates experiences from local historical characters, by means of questioning different urban landmarks and historical source analysis, in order to sensitize and approach teachers and elementary education students towards the subject. Memory is requisited as a central analysis category, binded to the perspective of sensible subjects and Patrimonial Education. The essay adopted as research methodology the bibliographical and documental analysis in order to produce both a methodological and theoretical observation that resulted in an urban pathway that reunites memory, spaces of repression and resistance to the civil-military dictatorship in Criciúma throughout five venues: I) Heriberto Hülse Stadium; II) Jorge Zanatta Cultural Center; III) E. E.F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse; IV) Miners Union of Criciúma; V) Difusora Radio Station. The selected locations contribute to the construction of an historical educational narrative of the events that unfolded in the city of Criciúma, especially whitin these venues, during the civil-military dictatorship, wheter as resistances stages, sometimes as human rights violation and repression venues. The proposal articulates itself to the diversety of documents that guided the pathway assembly and the orientation towards the building of workshops containing historical sources, thus providing visibility to underground memories and their respective historical narratives, resignifying the city's urban landmarks.

Key-words: Civil-Military Dictatorship 1. Memories 2. History Teaching 3.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Material didático de uso prévio	92
Figura 2- Percurso em imagem de satélite.....	105
Figura 3- Praça Nereu Ramos, 1960.....	108
Figura 4- A Galeria e outro uso do mesmo prédio	109
Figura 5- Galeria Benjamin Bristot atualmente.....	110
Figura 6- A Galeria e outro uso do mesmo prédio	111
Figura 7- Croquis da Praça Nereu Ramos	112
Figura 8- O que disse Jorge João Feliciano.....	116
Figura 9- O que disse Jorge João Feliciano [parte 2]	117
Figura 10- Inquérito Militar ACE nº 0055967 [página 7]	119
Figura 11- Inquérito Militar ACE nº 0055967[página 8, destaque incluído pela autora]	120
Figura 12- Inquérito Militar ACE nº 0055967 [página 9, destaque incluído pela autora]	121
Figura 13- Café São Paulo, década de 1950.....	122
Figura 14- Imagem atual do Edifício Filhinho	123
Figura 15- Edifício São Joaquim, 2017	124
Figura 16- Construção do Estádio Heriberto Hülse, 1965.....	129
Figura 17- Fachada do Estádio Heriberto Hülse sem data definida	130
Figura 18- Ampliação do Estádio Heriberto Hülse, 1970	131
Figura 19- Estádio Heriberto Hülse, década de 1980.....	132
Figura 20- Vista aérea do estádio Heriberto Hülse, década de 1970.....	133
Figura 21- Entrevista com Jorge João Feliciano [página 6]	137
Figura 22- Entrevista com Jorge João Feliciano [página 7]	138
Figura 23- Croqui de disposição das carteiras na metodologia de aquário	142
Figura 24- Primeiro edifício sede da E. E. F. Professor Lapagesse (1933-1940)	144
Figura 25- E. E. F./ C. E. I. Professor Lapagesse, 1940	145
Figura 26- C. E. I. Professora Lapagesse entre 1978 e 1992.....	146
Figura 27- Chamas do incêndio no C.E.I. Professor Lapagesse, 2009.....	147
Figura 28- Escombros do C.E.I. Professor Lapagesse, 2009	147
Figura 29- C.E.I. Professor Lapagesse atualmente.....	148
Figura 30- Entrevista com Jorge João Feliciano [página 4]	151
Figura 31- Incêndio no Centro Cultural Jorge Zanatta, 2017.....	157

Figura 32- Escombros do Centro Cultural Jorge Zanatta, 2017	158
Figura 33- Escombros do Centro Cultural Jorge Zanatta, 2017	158
Figura 34- Escombros do Centro Cultural Jorge Zanatta, 2017	159
Figura 35- Manifestação pela restauração e reabertura do Centro Cultural Jorge Zanatta	160
Figura 36- Centro Cultural Jorge Zanatta em novembro de 2018, restaurado após incêndio	162
Figura 37- Fachada da Fundação Centro Jorge Zanatta atualmente.....	163
Figura 38- Entrevista com Jorge João Feliciano [página 4]	167
Figura 39- Entrevista com Jorge Feliciano [página 4]	168
Figura 40- Capa do jornal Última Hora, de sábado, 14 de dezembro de 1968.....	172
Figura 41- Inquérito Militar N0055967, 1964 [página 2]	175
Figura 42- Vila Operária Carbonífera Próspera, 1955	177
Figura 43- Chuveiro Coletivo Vila Operária Carbonífera Próspera, 1955.....	177
Figura 44- Morro da Miséria (atual bairro Mina do Mato), 1955	178
Figura 45- Sindicato dos Mineiros de Criciúma, 2015.....	179
Figura 46- Demolição da sede do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, 21 de abril de 2022	180
Figura 47- Inquérito Militar ACE n 0055967 [página 13]	183
Figura 48- O golpe segundo João Feliciano	185
Figura 49- O golpe segundo João Feliciano [parte 2]	186
Figura 50- Jorge João Feliciano sobre as prisões	187

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFASC - Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma.

ANPUH - Associação Nacional de História

APERES - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

APROESP-SP - Associação de Professores e Servidores Públicos do Magistério Oficial do Estado de São Paulo

CEV - Comissão Estadual da Verdade

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

CMVJ - Coletivo de Memória Verdade e Justiça

CNV - Comissão Nacional da Verdade

CONADEP - Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica

DENTEL - Departamento Nacional de Telecomunicações

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

FMP - Frente de Mobilização Popular

IAPETEC - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas

IHU - Instituto Humanistas Unisinos

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

NAP - Núcleos de Aprendizagens Prioritários

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PLAMEG - Plano de Metas do Governo

ProfHistória - Mestrado Profissional em Ensino de História

PSD - Partido Social Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SINDUTE-MG - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais

TCC - Trabalhos de Conclusão de Curso

UDN - União Democrática Nacional

UESC - União dos Estudantes Secundários de Criciúma

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFRJ - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	30
2. AS MEMÓRIAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA COMO UM TEMA SENSÍVEL	44
2.1 MEMÓRIAS E DITADURA MILITAR NO ENSINO DE HISTÓRIA: APROXIMAÇÕES ENTRE BRASIL E ARGENTINA	44
2.2 MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR EM CRICIÚMA	58
2.3 AS MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR EM CRICIÚMA COMO UM TEMA SENSÍVEL NO ENSINO DE HISTÓRIA	74
3. UMA PROPOSTA DE ENSINAR A HISTÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM CRICIÚMA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA SENSÍVEL	82
3.1 ATIVIDADES PRÉVIAS REALIZADAS EM SALA DE AULA	89
3.2 O GOLPE E A DITADURA CIVIL-MILITAR EM CRICIÚMA NAS OFICINAS COM FONTES HISTÓRICAS E LUGARES DE MEMÓRIA	95
3.3 RESISTÊNCIA À DITADURA ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: A RÁDIO DIFUSORA DE CRICIÚMA	107
3.4 AS CAMADAS DO TEMPO E OS USOS HISTÓRICOS DO ESPAÇO PÚBLICO: O ESTÁDIO HERIBERTO HÜLSE DA DIVERSÃO AO MEDO	128
3.5 A DITADURA E AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA INFÂNCIA: A E. E. F. PROFESSOR LAPAGESSE/ C. E. I. PROFESSOR LAPAGESSE PELO OLHAR DE UMA PROFESSORA	143
3.6 DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM) A FUNDAÇÃO CULTURAL JORGE ZANATTA: A VIOLÊNCIA POR TRÁS DAS PAREDES DA DITADURA	155
3.7 SINDICATO DOS MINEIROS DE CRICIÚMA COMO LÓCUS DE RESISTÊNCIAS À DITADURA CIVIL-MILITAR	174
3.8 SOCIALIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA E RETORNO A SALA DE AULA	189
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
5. REFERÊNCIAS	196

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste na etapa de conclusão do Mestrado Profissional em Ensino de História, pela Universidade Federal de Santa Catarina, a qual me submeti. A possibilidade de pesquisar a problemática das memórias da ditadura civil-militar em Criciúma como um tema sensível em sala de aula, nasceu no próprio *locus* a que se relaciona a investigação: a sala de aula e a pesquisa histórica.

Minha trajetória com a pesquisa histórica se iniciou durante a graduação, atravessando a iniciação científica e a pesquisa em arquivos, através dos estágios não obrigatórios em instituições como o Centro de Memórias da UNESCO (CEDOC-UNESCO), onde vivenciei inúmeras experiências ao longo de dois anos. Nessa época, minha atenção se voltava para os mundos do trabalho, mais especificamente as lutas dos mineiros de Criciúma diante da opressão imposta pelas elites locais, que permeavam registros que compunham muitos acervos do CEDOC-UNESCO, como “Justiça do Trabalho” “Memória e Cultura do Carvão”. Nesse processo, durante meu último ano de graduação, com a eminência do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), através da professora Dra. Marli de Oliveira Costa, a Professora Lili, colaborei com o Coletivo de Memória Verdade e Justiça João Batista Rita, especialmente através da transcrição de entrevistas e entrei em contato com alguns documentos e relatos de história oral, que chamaram a minha atenção para a emergência da temática da última ditadura brasileira e o processo de investigação dos crimes cometidos pelo Estado e que nunca haviam sido investigados. Desse modo, produzi meu TCC a partir dos documentos e entrevistas realizados pelo coletivo e desde então, a medida em que estudava a temática, os horrores e a impunidade a cerca da ditadura sempre exerceu sobre mim um grande afeto.

Após minha formação em 2013, me tornei professora e me dediquei profissionalmente de forma exclusiva à docência. A partir de diferentes experiências vividas, ao longo de dez anos como professora de História na educação básica, ao abordar a ditadura civil-militar brasileira, de 1964 a 1985, em turmas de nono ano do ensino fundamental e terceira série do ensino médio, em escolas públicas, estaduais e municipais, da cidade de Criciúma e outros municípios da região carbonífera de Santa Catarina, foi possível observar, empiricamente, que muitos estudantes possuíam dificuldade de avançar conceitualmente, além de seus conhecimentos prévios sobre a temática. Em geral, não desenvolvem reflexões históricas mais profundas. Uma das questões mais latentes era o fato de os estudantes não identificarem que houve ditadura, sobretudo, em Criciúma. Isso porque, muitos deles partem de uma memória hegemônica, que

estabelece a conciliação social e conseqüentemente silencia memórias subterrâneas, que apresentam narrativas diferentes.

Durante essas experiências, foi possível identificar uma forte disputa de memórias em curso. No cerne dessa disputa, se encontram as memórias afetivas, compartilhadas nos núcleos familiares dos estudantes e reforçadas pela forma como a temática aparece na mídia e em alguns discursos políticos do presente, que constroem uma representação da ditadura civil-militar brasileira de forma conciliatória e branda. Contrapondo-se à macro narrativa apresentada pelos livros didáticos, que atualmente tem abordado a temática de forma coerente com a historiografia, abordando a falta de liberdade de expressão e a censura aos meios de comunicação de massa, a violência empreendida pelo Estado para o controle político da sociedade, especialmente contra aqueles que eram considerados subversivos e por tanto uma ameaça, bem como os altos custos do desenvolvimento econômico. No entanto, a narrativa do livro didático dificilmente se mostrava suficiente para ressignificar as ideias previamente construídas pelos estudantes.

Partindo dessa problemática, nasceu esta pesquisa. Nas últimas décadas, tem crescido o número de investigações que abordam a temática da ditadura civil-militar brasileira, especialmente a partir da divulgação de documentos e da publicação dos relatórios produzidos pelas Comissões da Verdade, organizadas tardiamente no país, mais de vinte anos depois do fim da ditadura. Apesar disso, novos desafios se colocam aos historiadores, que agora se veem diante de uma quantidade gigantesca de fontes para serem analisadas, bem como o sigilo sobre alguns documentos considerados sigilosos ou super sigilosos e que se mantêm enterrados em arquivos militares resultando no desconhecimento do paradeiro de mais de 200 pessoas, que foram presas ou sequestradas pelos militares na época.

Para abordar a temática, é necessário um olhar sensível, visto que se trata de um período que remete a momentos traumáticos da História brasileira e da memória de muitas pessoas. De acordo com os relatórios da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, fora os mortos e desaparecidos, mais de 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses da ditadura, aproximadamente 20 mil brasileiros foram torturados, 130 pessoas foram banidas do país, 4.862 mandatos foram cassados, inúmeras pessoas recorreram ao exílio, sem falar nas quatro pessoas que receberam sentença à penas de morte e as incontáveis prisões não relatadas. Além das vítimas diretas desse processo que, segundo Bauer (2011), deve ser caracterizado como terrorismo de Estado. A sociedade civil como um todo foi vítima do terror, pois a medida

em que se desenvolviam tais acontecimentos, aqueles que cercavam as vítimas eram tomados pelo medo, que pouco a pouco se estendia por toda a sociedade civil, que além disso passou a ter sua liberdade controlada. Mesmo com os projetos de memória que buscavam consolidar a ideia de conciliação, as memórias traumáticas ainda existem, de modo que ambas as versões ainda possuem testemunhos e disputam lugar na esfera pública e por isso, abordar a temática da ditadura é necessário, assim como requer alguns cuidados, especialmente na escola.

Por esse motivo, o tema deste trabalho pode ser compreendido como um tema sensível, a medida em que, ainda possui demandas e questões não resolvidas no presente, como é possível reconhecer a partir do crescente aumento de produções sobre a temática nos últimos anos, abrindo espaço para a reflexão. Apesar da discussão sobre os temas sensíveis no Brasil ser pouco explorada, é possível encontrar alguns trabalhos referentes ao tema, porém, não encontrei teses ou mesmo dissertações que busquem investigar a temática, assim como há muitas produções internacionais não estão acessíveis em língua portuguesa. Pesquisadores como Fernando Seffner e Nilton Mullet Pereira (2008), Maria Auxiliadora Schimidt (2015), Verena Alberti (2016) e Carmem Zeli Vargas Gil e Jonas Camargo Eugenio (2018) tem trazido visibilidade a discussão, inspirados em diferentes abordagens. Seja como questões quentes, difíceis, vivas, controversas ou socialmente relevantes, os autores têm apontado para a importância desses temas, especialmente devido a sua relação com o presente.

A partir da práxis e do contato com algumas destas bibliografias, se tornou cada vez mais latente a reflexão sobre a minha prática pedagógica desenvolvida nas aulas de História. Surgiu então a necessidade de aprofundar o tema, possibilitando a progressão do conhecimento histórico dos estudantes e a compreensão desse passado doloroso e difícil, bem como a dimensão desse passado em Criciúma, ou seja, como essa questão foi vivida e experienciada em termos locais. Desse modo, contribuindo também para que os estudantes se percebam como sujeitos históricos e compreendam a construção do conhecimento histórico, para que possam questionar as memórias hegemônicas.

O diálogo com as memórias foi direcionado para a construção de conhecimento histórico escolar, se apresentando como uma forma de aproximar os estudantes do passado e através de suas narrativas desenvolver empatia com relação aos sujeitos estudados e perceber as disputas que cercam tais memórias.

Para isso, esta pesquisa dialoga com as reflexões de Michael Pollak (1989), que ao abordar as memórias do holocausto, desenvolveu o conceito de memórias subterrâneas, que como parte das culturas minoritárias e dominadas, se opõe as memórias oficiais. Apesar de contextos distintos, as memórias da ditadura civil-militar no Brasil passam por um processo

passível de aproximações. Isso porque, além de tratar-se de memórias traumáticas, são também um campo em disputa, entre uma memória hegemônica, a qual se pode relacionar a memória oficial delimitada por Pollak, construída por narrativas que se impõe, em boa parte conduzida pelo Estado e por tanto associada a uma cultura dominante. Em contraponto a memórias de grupos minoritárias, aqui entendidas como os sujeitos invisibilizados e silenciados pelos dispositivos de uma abertura política lenta e gradual, da não condenação dos acontecimentos do período em questão e da imposição de uma memória conciliadora. Mesmo com avanços nesse cenário vivenciados nas últimas décadas, a partir da publicação dos relatórios das Comissões da Verdade e da disponibilização de documentos até então enterrados em arquivos sigilosos, essas memórias se inserem em um contexto de disputas e as memórias hegemônicas que negam o terrorismo de Estado, ou minimizam essas experiências, atribuindo-a a uma suposta necessidade, ainda se sobressaem. Desse modo, as memórias da resistência ao golpe de 1964 e a ditadura civil-militar, especialmente em um contexto que foge do eixo político das grandes capitais brasileiras, se configuram como memórias subterrâneas.

Além disso, para as análises aqui estabelecidas sobre o conceito de memórias, são considerados também os apontamentos feitos por Jelin (2002) para quem refletir sobre os trabalhos da memória, é prezar pela democracia e é fundamentalmente importante reconhecer a diversidade de memórias:

No es a través de los intentos de imponer una visión del pasado o de intentar construir un consenso (generalmente «mínimo») entre actores sociales, sino que, posiblemente, la reflexión sobre el orden democrático requiere la legitimación de los espacios de disputas por las memorias. El orden democrático implicaría, entonces, el reconocimiento del conflicto y la pluralidad, más que buscar reconciliaciones, silencios o borraduras. (JELIN, 2002, p. 137)

Por isso, esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, que se propõe a analisar e refletir acerca das memórias da ditadura civil-militar em Criciúma, como um elemento essencial para o desenvolvimento da compreensão dos jovens estudantes sobre a importância da democracia. Para isso, se construiu uma reflexão teórico metodológica em uma abordagem que dialoga com a perspectiva da educação patrimonial e dos temas sensíveis no ensino de História, considerada aqui como dimensão propositiva.

A proposta gira em torno da construção de um percurso urbano, que atravesse por lugares que foram palco de repressão e resistência à ditadura civil-militar na cidade de Criciúma, aproximando os estudantes da temática e convidando-os a ressignificar o seu olhar sobre o passado e as disputas que o envolvem, bem como sobre a própria cidade em que vivem.

Tais lugares foram identificados a partir de relatos de memórias, obtidos em diferentes contextos através da metodologia da história oral, que também foram utilizados na construção do percurso. Alguns desses espaços foram também definidos através do projeto de Lei Nº 6274/2013, como “lugares de memória” utilizados para ações de repressão durante a ditadura militar do Município de Criciúma e que deveriam ser devidamente identificados pelos seus usos. A tramitação do projeto se iniciou em 2012, a partir da atividade do Coletivo de Memória, Verdade e Justiça João Batista Rita, em parceria com o vereador José Carlos Mello (Partido dos Trabalhadores – PT), que possuía uma relação pessoal com a temática¹.

Na época da proposição do projeto de Lei Nº 6274/2013, mesmo com o contexto favorável, com a presidência da república nas mãos de uma mulher que vivenciou a pior faceta da ditadura e a instalação das Comissões da Verdade, a sociedade civil se dividia e a presença de uma memória conciliadora se impunha. Muitas pessoas viam iniciativas como o projeto como um entrave, pois poderia afetar negativamente a imagem dos lugares em questão. De modo que, o projeto esbarrou na burocracia legal e até o presente momento, apenas a E.E.B/C.E.I. Professor Lapagesse foi identificada, nem mesmo o Centro Cultural Jorge Zanatta, que é um espaço público de cultura foi identificado. Na época em que o projeto foi aprovado, segundo depoimento da Professora Dra. Marli de Oliveira Costa, membro do Coletivo João Batista Rita encaminhou e custeou a colocação das placas e a Escola foi o primeiro lugar a receber a placa com uma cerimônia de inauguração e algumas falas sobre o que essa placa representava. Já o Centro Cultural Jorge Zanatta estava em estado de deterioração e na época encontrava-se interditado pelo Corpo de Bombeiro que impediu o procedimento. Hoje, mesmo após a reconstrução do espaço de funcionamento do Centro Cultural Jorge Zanata, o prédio não foi identificado. E o Estádio Heriberto Hulse não foi identificado por dificuldades de diálogo com a diretoria do clube, que não se mostrou receptiva a proposta e por tratar-se de um espaço privado, o proprietário do local precisava dar o aval para a identificação.

Na sequência dos anos, o Coletivo se envolveu com outras lutas sociais relevantes e em função do impeachment da presidenta Dilma Rousseff e do falecimento de um dos membros muito atuantes do grupo, professor Sergio Uliano, não foi dado encaminhamento a colocação das placas não colocadas e o Coletivo parou de se reunir depois da publicação oficial dos Relatórios da Comissão Estadual da Verdade e da Comissão Nacional da Verdade.

¹ João Mello, pai do vereador José Carlos Mello, também conhecido como Doutor Mello, foi perseguido e preso pela ditadura civil-militar em Criciúma durante o período.

Os lugares selecionados nessa pesquisa, a partir do projeto de Lei Nº 6274/2013, foram o estádio Heriberto Hülse, utilizado para reunir e interrogar pessoas consideradas subversivas imediatamente após o golpe civil-militar de 1964; o Centro Cultural Jorge Zanatta, atualmente uma instituição de promoção cultural, mas que no contexto do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar era sede do Plano Do Carvão Nacional e que foi utilizado como centro de atividades militares, servindo inclusive de prisão política; a escola E. E. F. Professor Lapagesse, que no contexto do golpe era chamada de Grupo Escolar Professor Lapagesse e que também abrigou atividades militares, simultaneamente ao atendimento à crianças enquanto instituição de ensino; o prédio onde se localizava a Rádio Difusora, uma rádio utilizada por militantes, sindicalistas e estudantes como palco de resistência ao golpe de 1964 e a ditadura civil-militar e que hoje é uma galeria comercial no centro da cidade; e o Sindicato dos Mineiros de Criciúma, uma das instituições responsáveis pela articulação de resistências no período.

Espera-se que, através do aprofundamento do tema, seja possível contribuir para o desenvolvimento de reflexões teóricas e metodológicas sobre as disputas de memória e as memórias subterrâneas da ditadura civil-militar brasileira no ensino de História, dando visibilidade às histórias silenciadas ou esquecidas, sobre diferentes sujeitos históricos da cidade Criciúma, também narradas através dos lugares selecionados. Nesse movimento, a presente pesquisa se justifica pelo processo de visibilizar essas memórias e pensar estratégias para que elas compareçam no ensino de História.

Diante deste contexto, é preciso compreender que discutir as memórias sobre o período da ditadura civil-militar brasileira ativa os mais diversos sentimentos e sentidos sobre o passado. Nesse ponto, é importante lembrar que a memória é uma construção discursiva que está permeada por inúmeras relações de poder, estabelecidas tanto no presente, quanto no passado onde essas memórias foram forjadas, podendo haver mais de uma memória sobre um mesmo fato. Ou seja, as memórias são reconstruções feitas no presente, sobre um passado ausente, constantemente ressignificadas. Em razão disso, elas devem ser compreendidas como algo além das lembranças, que envolve também esquecimentos e silêncios, e são impregnadas por questões sociais relativas ao presente.

Por isso, toma-se como ponto de partida as reflexões de Jelin (2002, p. 19), ao afirmar que “toda memoria es una reconstrucción más que un recuerdo”, de modo que, as memórias devem ser compreendidas como algo além das lembranças, que envolvem também esquecimentos e silêncios, e são impregnadas por questões relativas ao presente, pois o passado é sempre rememorado a partir do presente. Refletir sobre a ditadura é, portanto, discutir a atual

democracia. Isso porque, segundo Jelin (2002, p. 18), “el pasado que se rememora y se olvida es activado en un presente y en función de expectativas futuras”, ou seja, a reconstrução de um passado ausente, se dá em função das preocupações pessoais e coletivas do momento presente, com vista a um projeto de futuro que se almeja no presente. Em um presente em que vivemos constantes ataques à democracia brasileira, que cada vez mais demonstram suas fragilidades, emerge então a necessidade de olhar para o passado a partir da perspectiva apresentada, a fim de consolidar a experiência democrática brasileira para o futuro. Esta afirmação nos remete às análises de Pierre Nora (1993, p.9), ao afirmar que “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”.

Sendo as memórias construções discursivas, reconstruções feitas no presente, sobre um passado ausente, constantemente ressignificadas, se destaca que no caso da ditadura militar no Brasil, as memórias do período não passaram por uma ressignificação do ponto de vista da condenação moral dos acontecimentos, prevalecendo a ideia de conciliação com o passado. De acordo com Bauer (2011, p.36), no caso brasileiro, não houve condenação moral da ditadura civil-militar, o processo de transição política para a democracia foi totalmente controlado pelos militares e realizou-se sem uma ruptura com o passado ditatorial. É possível conjecturar que isso implica diretamente nos trabalhos das memórias, pois se não houve uma condenação moral do período, cabe ainda no presente, memórias distintas sobre tais acontecimentos.

A disputa pela memória se intensificou nos últimos anos, uma vez que ao mesmo tempo em que foram publicados os relatórios das Comissões da Verdade e divulgados documentos do período até então sigilosos, muitos documentos continuam retidos em arquivos militares por tempo indeterminado e após o golpe sofrido pela democracia brasileira, com o impeachment de uma presidenta sem a comprovação de crime de responsabilidade e posteriormente absolvida de qualquer acusação², nos últimos anos também se destacaram, nos veículos midiáticos, acontecimentos que suscitam uma reflexão histórica voltada à 1964, especialmente no sentido de negar acontecimentos traumáticos, que por muito tempo foram silenciados e negados pela versão oficial da História e por memórias hegemônicas. Jornais populares anunciam em letras garrafais que o atual presidente do Brasil, entre outros políticos, nega que houve ditadura em nosso país, bem como promove comemorações que celebram o golpe de 1964³. Segundo Jelin (2002, p. 42), de modo geral, as narrativas sobre a ditadura

² Para maiores informações conferir:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/03/presidente-dilma-nao-cometeu-qualquer-crime-que-justifique-o-impeachment-afirmam-juristas>>; <<https://revistaforum.com.br/politica/2022/3/28/dilma-inocente-pedaladas-fiscais-no-causaram-prejuizo-unio-112165.html>> Acesso em ago 2021.

³ Para maiores informações conferir:

militar na esfera pública, dão aos militares um papel de salvadores da pátria, contra o perigo comunista e destacam o êxito econômico. Personalidades públicas, como políticos importantes e jornalistas voltaram a potencializar narrativas que ainda permeiam o senso comum e muitas memórias, como a negação da ditadura civil-militar (tratada muitas vezes como revolução), a negação da violência de Estado praticada diretamente durante o período⁴ e uma falsa sensação de progresso econômico e estabilidade que foram difundidos, especialmente através do uso da censura, durante os anos de 1964 e 1985.

Mesmo que o passado não seja possível de ser mudado ou resgatado tal qual como aconteceu, as narrativas construídas sobre ele refletem as intenções do momento presente e as perspectivas de um futuro que se almeja, como afirma Jelin (2002, p. 39):

El futuro, por el contrario, es abierto, incierto, indeterminado. Lo que puede cambiar es el sentido de ese pasado, sujeto a reinterpretaciones ancladas en la intencionalidad y en las expectativas hacia ese futuro. Ese sentido del pasado es un sentido activo, dado por agentes sociales que se ubican en escenarios de confrontación y lucha frente a otras interpretaciones, otros sentidos, o contra olvidos y silencios.

Desse modo, observando a experiência política da recente república brasileira e ainda mais recente e frágil democracia, com vista a um futuro onde os pilares da democracia se consolidam, discutir a ditadura militar no Brasil se faz necessário, em primeiro lugar, para que se reconheça as atrocidades cometidas no passado, buscando (mesmo que minimamente) justiça social e também para que a partir das reflexões sobre as experiências do passado, seja possível evitar a reprodução de experiências semelhantes no presente e no futuro. Discutir a ditadura civil-militar em Criciúma é uma tentativa de conceder visibilidade às memórias subterrâneas que atravessam a cidade e encontram-se ocultas nas camadas de tempo sobrepostas em lugares como o Estádio Heriberto Hülse, o Centro Cultural Jorge Zanatta, o E. E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma, ou a galeria Benjamin Bristot (antiga Rádio Difusora).

<<https://istoe.com.br/comemoracao-de-1964-ficara-dentro-dos-quarteis-diz-bolsonaro-em-entrevista-na-tv/>>
<<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/03/4915376-atos-esvaziados-celebram-golpe-de-64-e-pedem-intervencao-militar.html>>
<<https://www.dw.com/pt-br/gest%C3%A3o-bolsonaro-celebra-golpe-de-64-pelo-quarto-ano-seguido/a-61322242>>. Acesso em ago 2021.

⁴ Um exemplo evidente, pode ser elencado, quando em um momento político extremamente delicado, o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro, para validar sua posição quanto ao impeachment da ex-presidenta Dilma Roussef, aludiu de forma elogiosa ao coronel militar e torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra. Esse tipo de elogio, se repetiu em mais de uma ocasião. Para mais informações acessar: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/08/bolsonaro-chama-coronel-ustra-de-heroi-nacional.ghtml>>. Acessado em agosto de 2021.

As narrativas sobre o passado estão em constante disputa, permeadas por relações de poder entre aqueles que defendem uma memória hegemônica, em contraponto a memórias subterrâneas. Segundo Pollak (1989, p. 3) as memórias subterrâneas são aquelas que dizem respeito aos excluídos e marginalizados da História, que se opõem ao caráter uniformizador da memória nacional”. Para o autor, as memórias subterrâneas lentamente rompem o silêncio imposto pela memória oficial e emergem em momentos em que a sociedade ou a memória oficial está em crise, “essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa” (POLLAK, 1989, p. 4).

No caso da ditadura, é visível uma memória hegemônica construída a partir de um discurso de conciliação e aqueles que denunciam, a partir de suas experiências, crimes cometidos contra os direitos humanos. Essa memória é definida neste trabalho como uma memória hegemônica e não uma memória oficial, porque entende-se algumas limitações no conceito de memória oficial e que tornam difícil aplicá-lo ao caso em questão. Uma vez que uma memória oficial pode ser uma memória cristalizada oficialmente por diferentes instituições sociais, como o Estado ou a universidade e para aplicar corretamente essa conceituação, seria necessário apontar qual cristalização feita oficialmente sobre a memória da ditadura civil-militar brasileira. Aqui, o objetivo não é estabelecer essa delimitação, mas analisar o que se entende como uma memória hegemônica dentro da sociedade, no sentido de ter se cristalizado diante de um grande grupo de pessoas e instituições de diferentes naturezas ao longo de muitos anos, englobando múltiplas “memórias oficiais”. E contrapor essa memória hegemônica, a outras memórias, as quais se aplica o conceito de memórias subterrâneas já delimitado anteriormente a partir das reflexões de Pollak (1989).

É importante destacar que essas memórias subterrâneas têm emergido na sociedade nas últimas décadas, mas ainda não se cristalizaram no debate público, mesmo após a entrega dos relatórios produzidos pela Comissão Nacional da Verdade, em 2014 e todos os avanços na historiografia referente à temática, vivemos um avanço de forças conservadoras, que visam endossar uma narrativa histórica, já superada, para legitimar suas práticas no presente. Isso posto, muitas vezes a aprendizagem histórica esbarra na falta de empatia histórica e em uma memória hegemônica baseada no esquecimento ou na minimização das violações de direitos humanos e do terrorismo de Estado praticado no período. Por isso, entendendo que a ditadura civil-militar brasileira é parte de uma história recente do nosso país, com memórias constantemente em disputa, o período foi tomado nesta pesquisa como um tema sensível no ensino de História. Desse modo, pretendo desenvolver em minha pesquisa, uma reflexão teórico

metodológica que dialogue com a perspectiva dos temas sensíveis e as especificidades de abordá-los no ensino de História, e para que isso seja possível, articulo as memórias subterrâneas da ditadura civil-militar em Criciúma, a partir das experiências de sujeitos históricos, inseridos no espectro local, bem como locais da cidade que foram importantes nessas experiências. Para essa proposta, no que diz respeito aos temas sensíveis, foram mobilizadas principalmente as contribuições de Gil e Eugênio (2018) e Alberti (2016), que enfatizam alguns cuidados necessários ao abordar temas que ainda não foram completamente superados e resolvidos pela sociedade no presente e por isso mobilizam fortes emoções e contradições.

Mais do que contribuir para a reflexão teórico metodológica a respeito da ditadura civil-militar brasileira no ensino de História, este trabalho contribui para o preenchimento de muitas lacunas existentes na História Local de Criciúma e para a construção de um conhecimento histórico escolar sobre a temática. Além disso, esta pesquisa colabora para a reflexão sobre a própria natureza do conhecimento histórico, uma vez que a temática - Memórias e Ensino de História: a ditadura militar como um tema sensível em sala de aula -, possui um caráter parcialmente novo no âmbito local. Isso porque, uma pesquisa nesses parâmetros é inédita, como é possível observar ao fazer um levantamento bibliográfico do tema buscando produções nos mais diversos formatos, desde artigos acadêmicos, a trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses, dentre as quais pouquíssimas publicações sobre a ditadura civil-militar em Criciúma são encontradas e nenhuma delas se direciona ao ensino de História.

Apesar de possuir uma produção historiográfica reduzida, existem produções sobre aspectos da ditadura civil-militar em Criciúma, especialmente concentradas após 2014 e a publicação dos relatórios das Comissões da Verdade. Isso porque, o município de Criciúma foi espaço de muitas experiências no contexto da ditadura civil-militar. A cidade era vista pelos militares, de acordo com documentos oficiais e entrevistas, como uma “Cuba brasileira”⁵. Durante a Operação Barriga Verde (OBV), uma das operações militares desencadeadas pelo Estado para investigar e prender os responsáveis pela reestruturação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a OBV esteve ativa em Santa Catarina entre 1975 e 1978 e segundo

⁵ Tal expressão foi retirada da entrevista do senhor Ciro Manoel Pacheco para afirmar que a cidade de Criciúma era um lugar de luta de classes e encontra-se subentendida em documentos oficiais, como o processo jurídico (ACE 019108/89) onde os responsáveis pela investigação afirmam que Criciúma é um reduto de comunistas devido a extrema exploração e as precárias condições de vida em que os trabalhadores se encontram. Nesse sentido, é importante perceber a ambiguidade nas origens do termo, cabendo questionar se o termo Cuba brasileira partiu dos movimentos resistentes ou foi imposto pela direita de forma pejorativa.

documentos oficiais e a produção historiográfica⁶, prendeu 42 pessoas, dentre elas, 13 pessoas relacionadas ao movimento operário de Criciúma. Esses sujeitos vivenciaram a repressão em função de sua atuação política anterior, em sua maioria engajados no movimento sindical da cidade de Criciúma, com uma forte ligação com o Sindicato dos Mineiros de Criciúma e breves resistências no contexto do golpe militar de 1964 e outras articulações políticas tidas como subversivas durante a ditadura civil-militar brasileira.

Além desses sujeitos, ao longo da ditadura, a cidade de Criciúma teve vários de seus espaços ocupados e ressignificados pelos militares, como a E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse, o Estádio Heriberto Hülse e a Fundação Cultural Jorge Zanatta. Com o fim da ditadura, as memórias dos usos desses lugares foram silenciadas e esses lugares foram novamente ressignificados, apagando através de camadas de tempo as marcas e as memórias subterrâneas desses espaços e contribuindo para a consolidação da memória hegemônica.

Como já mencionado, das pesquisas engajadas na temática do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar e Criciúma, ainda se tem um número pequeno de produções, sendo alguns Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) defendidos na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), principal universidade da cidade e alguns artigos provenientes desses trabalhos, ou de pesquisas de professores envolvidos com as orientações e em raríssimos casos, capítulos ou excertos de livros, dissertações e teses, que abordam outras temáticas. É o caso dos trabalhadores da indústria carbonífera, ou a história política da cidade, mas que acabam trazendo menções ao período.

Nessas produções, se encontra o espaço para a interlocução com os autores e fontes e é possível mencionar o meu próprio TCC (Modolon, 2013), um dos poucos trabalhos que se direciona especificamente a atuação dos militares em Criciúma e intitulado “A ditadura militar em criciúma: aspectos da repressão e resistência”. Apresentado em 2013, nesse trabalho construí um panorama do golpe civil-militar na cidade e da repressão a pessoas consideradas subversivas e que em boa parte foram presos políticos indiciados na Operação Barriga Verde. Nessa pesquisa, utilizei fontes que também mobilizo para esta dissertação, como entrevistas e um inquérito militar. Considero que a experiência com o TCC, que nasceu do meu envolvimento com o Coletivo Memória Verdade e Justiça João Batista Rita, foi um dos grandes motores que me trouxe até aqui e me inspirou a continuar pesquisando a temática e especialmente trazê-la para a sala de aula.

⁶ Sobre a temática, ver Torres (2009) e Martins (2006).

Também se destacam como referências selecionadas para interlocução nesta dissertação, o livro “História Política de Criciúma no século XX”, de Janete Triches e João Henrique Zanelatto, onde os autores traçam um panorama histórico das tensões protagonizadas por diferentes atores sociais na prefeitura municipal de Criciúma, passando em um de seus capítulos, pelo período correspondente a ditadura civil militar brasileira, entre 1964 e 1985. Zanelatto possui ainda publicação de artigos com outros autores sobre a temática, envolvendo especialmente a construção do 28º Grupo de Artilharia e Campanha e a censura a meios de comunicação.

Além disso, para a compreensão da atuação do Sindicato dos Trabalhadores de Criciúma no período, se destacam as obras “Vidas Marcadas” e “A pirita humana” de Terezinha Volpato, obras provenientes das pesquisas de mestrado e doutorado da autora, em que ela analisa o cotidiano dentro e fora das minas, dos trabalhadores do carvão, perpassando pela sua atuação político sindical, incluindo o período 1964-1985. Destaca-se também a tese de doutorado de Antônio Luiz Miranda (2012), onde o autor analisa a trajetória do movimento operário e sindical de Criciúma, desde os anos de 1960, até 1990, perpassando os anos do golpe e ditadura civil-militar.

Em produções que abordam o estado de Santa Catarina e aspectos relevantes da História Local, pode-se destacar a dissertação de Mateus Gamba Torres, em que o autor aborda diferentes aspectos da OBV, mencionando presos políticos de Criciúma. E o livro Os quatro cantos do sol: a Operação Barriga Verde, onde o jornalista Celso Martins traça um panorama da atuação dos militares durante a OBV em todas as regiões do estado, inclusive a região carbonífera.

Assim sendo, esta dissertação é um estudo que visa à produção de conhecimento histórico escolar sobre a ditadura militar em Criciúma, a partir da epistemologia da ciência da História, em diálogo com saberes docentes e bibliografias pertinentes, a fim de produzir uma reflexão teórico metodológica, que norteie o ensino de História da ditadura civil-militar no âmbito local do município de Criciúma.

Para construir a abordagem teórico metodológica aqui proposta para o desenvolvimento das atividades pedagógicas especialmente apresentadas no segundo capítulo desta dissertação, utilizou-se principalmente os apontamentos de Alberti (2016; 2014), Pereira e Seffner (2008) e Alves (2015). Isso porque, no segundo capítulo se concentra a parte desta proposta direcionada a orientar atividades para serem aplicadas em sala de aula e posteriormente em um percurso urbano. A proposta se dirige a professores de História da

educação básica, preferencialmente em turmas de nono ano do ensino fundamental e terceiro ano do ensino médio, podendo ser adaptada a diferentes turmas e contextos. Por retratar violações presentes no Regime Militar e apontadas pela CNV, o ensino desse conteúdo deve estar norteado tanto pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), como pelas Diretrizes para a Educação em DH (2012), os quais dialogam com os apontamentos dos autores mencionados, que ressaltam a complexidade dos temas, e consequentemente a cautela necessária ao tratar do tema em sala de aula.

Alves (2015), ao analisar a experiência do Arquivo Público do Rio Grande do Sul na oficina Resistência em Arquivo, fornece inspiração para boa parte da estruturação de propostas e da organização das oficinas com fontes históricas para umas das etapas desta proposta. Os diálogos estabelecidos com Alberti (2016; 2014) se relacionam a importância da utilização de fontes históricas em sala de aula para abordar temas sensíveis e cuidados na hora de utilizar fontes provenientes da história oral, onde se enquadram parte das fontes históricas utilizadas nesta pesquisa e sugeridas para abordagem da temática nas aulas de história. Bem como as orientações de Pereira e Seffner (2008) para a abordagem de fontes históricas em sala de aula.

Diante da necessidade de construir estratégias e adaptar materiais para atender as necessidades da sala de aula, proponho desenvolver com os estudantes uma narrativa histórica escolar, que consiga ressignificar as memórias afetivas e levá-los a uma progressão da aprendizagem histórica. Buscou-se também observar a experiência de outros países, como a Argentina, a partir da qual Maria Paula Gonzalez (2014) afirma que a construção da memória no país, sobre a última ditadura, está fortemente ligada às investigações realizadas pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), a publicação dos seus resultados no relatório *Nunca Más* e no Julgamento das Juntas militares em 1985. Essas ações contribuíram para a construção de uma memória de condenação do período.

Gonzalez (2012) aponta que o ensino de História também teve um papel central nesse processo, uma vez que, antes mesmo da historiografia se debruçar na análise do passado recente da Argentina, a escola já assumia a responsabilidade de uma educação para a valorização da democracia. Para isso, a autora aponta que o ensino de História ocupou um papel central, dialogando com outras ciências sociais e com os movimentos de memória, ao colocar a ditadura civil-militar argentina e os Direitos Humanos como peças centrais do seu currículo. Em razão disso, esta dissertação visa desenvolver uma reflexão teórico metodológica que dialogue com essas experiências, uma vez que a Argentina tem algo a nos ensinar na consolidação de ensino de História que contribua para a condenação de qualquer violação de direitos humanos e valorize a democracia como princípio fundamental. Reflexões sobre essa questão são parte

importante do primeiro capítulo desta dissertação, onde inicialmente são abordadas as memórias e a ditadura civil-militar no ensino de História, constatando-se que diferente do caso argentino, no Brasil o ensino de História das ditaduras nunca se tornou um elemento central nas discussões curriculares. Além disso, na sequência, o primeiro capítulo apresenta memórias da ditadura civil-militar em Criciúma, retomadas no capítulo seguinte na proposição das oficinas e do percurso pela cidade, para que seja possível discutir sobre elas como um tema sensível no ensino de História

Nesse sentido, espera-se que, a criação de um roteiro elaborado a partir de memória subterrâneas e guiado pelos espaços envolvidos diretamente com a ditadura civil-militar em Criciúma, seja uma estratégia possível de ser realizada. O fato é que este percurso é instrumento para que outros professores ou curiosos conheçam Histórias guardadas a sete chaves, que povoam apenas as memórias de alguns criciumenses.

Hoje, muito embora estes lugares permaneçam por ora esquecidos, portadores de um novo sentido, o fato é que todos eles foram espaços de experiências e que evocam memórias importantes para a História da cidade. Tais memórias foram soterradas por camadas de tempo que as encobrem, para construir a imagem de um passado de conciliação. Quem passa pelas ruas da cidade se encanta com a mistura entre o novo e o antigo, mas não percebe as histórias sombrias que ali estão gravadas. É necessário ter um olhar e ouvidos atentos, ou direcionados para as marcas dessas histórias. Dessa forma, esta proposta contribui para que as pessoas, especialmente estudantes, sejam capazes de ler o que dizem suas paredes, ou o que se diz por detrás delas. Por isso, Benjamin (1989) ao apresentar suas reflexões sobre o flâneur e o seu modo de viver a cidade e Pesavento (2004) ao nos indicar que é possível ver a cidade como um palimpsesto, através de suas camadas também são importantes inspirações para essa proposta.

2. AS MEMÓRIAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA COMO UM TEMA SENSÍVEL

Neste capítulo, apresento algumas reflexões centrais para o desenvolvimento do produto dessa dissertação. Inicialmente, analiso a experiência da Argentina em relação ao ensino de História da última ditadura vivenciada no país e traço aproximações com o caso brasileiro, buscando compreender como o ensino de História se relaciona com a construção de memórias e sua dinâmica de lembranças e esquecimentos. Bem como, o papel do ensino de História na condenação moral de tais acontecimentos e na consolidação da democracia em ambos os modelos educacionais.

Além disso, exponho um panorama da cidade de Criciúma, no contexto do golpe e da ditadura civil-militar brasileira de 1964, a partir da narrativa de diferentes sujeitos, em diálogo com outras fontes históricas e bibliografias pertinentes.

Por fim, discuto a utilização das memórias da ditadura civil-militar em Criciúma como um tema sensível no ensino de História.

2.1 MEMÓRIAS E DITADURA MILITAR NO ENSINO DE HISTÓRIA: APROXIMAÇÕES ENTRE BRASIL E ARGENTINA

O Brasil foi devastado pela ditadura civil-militar que se estendeu entre 1964 e 1985, impactando diretamente a democracia e o ensino de História. Com a doutrina de segurança nacional sendo posta em prática, iniciou-se a perseguição a todos aqueles que eram considerados subversivos. Segundo Motta (2015), muitos professores universitários foram perseguidos já em 1964, durante a “degola” e aqueles que escaparam da perseguição inicial, foram vítimas de uma nova “caça às bruxas” em 1969, após a instituição do AI-5.

Segundo Schmidt (2012), o ensino de História durante os anos da ditadura foi marcado pela crise do código disciplinar da História no Brasil e pela substituição da disciplina pelos Estudos Sociais, bem como a resistência dos professores e profissionais da História a essa mudança, o que os tornou alvos da repressão. Para Schmidt (2012, p. 86):

A obrigatoriedade do ensino de Estudos Sociais percorreria todo o período entre 1964 e 1984, momento em que os professores e profissionais da História foram objetos de perseguições e censuras. A imposição dos Estudos Sociais foi acompanhada de um grande movimento de resistência e luta pela volta do ensino de História nas escolas

brasileiras, configurando um novo momento na construção do código disciplinar da História.

Schmidt (2012) também destaca como mudanças marcantes na educação básica desse período, a instituição dos Estudos Sociais, que passou a ocupar o lugar das aulas de História e Geografia entre 5ª e 8ª série, e a reintrodução da Educação Moral e Cívica nos currículos.

A educação no período da ditadura civil-militar foi diretamente influenciada e moldada pela ideologia de segurança nacional. Para Selva Guimarães Fonseca (1993), servindo aos interesses do governo, a educação passou a ser um importante mecanismo de controle social. Por esse motivo, a educação foi redesenhada visando uma formação geral dos educandos e com um direcionamento tecnicista, atendendo aos interesses do mercado e esvaziando-se de seu aspecto crítico, que pudesse gerar algum tipo de contestação do sistema vigente.

Assim, conforme observado por Melo (2005), os governos militares reestruturaram a educação, com o objetivo de adaptar a escola à nova realidade política do país. Durante a Ditadura Militar, normas, currículos, decretos e portarias escolares foram criados com o objetivo de adaptar a escola aos objetivos do estado autoritário, que não somente tornou obrigatória a Educação Moral e Cívica como disciplina, mas, também, enquanto práticas educativas, já que todas as atividades escolares deveriam estar perpassadas por suas matrizes ideológicas. Essa substituição trouxe impacto inclusive nas gerações posteriores ao regime, já que, além da influência ideológica que perdurou, na década de 80 e 90 muitas redes até mesmo ainda mantinham essas disciplinas, o que é capaz de justificar em partes o atraso de informações corretas sobre violações ocorridas na ditadura nos materiais didáticos.

Nesse mesmo sentido Gasparotto (2020) ressalta a relação entre as reivindicações pelo direito à memória e à verdade e as experiências ditatoriais, que se relaciona a uma série de violações de direitos humanos ocorridas nas ditaduras e governos autoritários na América Latina a partir da década de 1960. A autora menciona que mesmo no final da ditadura prevaleceu uma ideia de que o passado deveria ser deixado para trás, de forma que as ações direcionadas ao esclarecimento das violações aos Direitos Humanos e das circunstâncias das mortes no período ditatorial e desaparecimentos políticos ficou restrita na maior parte a tais grupos e entidades

Desse modo, o ensino de História foi alvo do governo militar, o que levou a criação de uma nova legislação que reestruturou o ensino de História e a implementou novas disciplinas que substituíssem a História escolar. História, Geografia e outras disciplinas da área das ciências humanas foram diluídas nas disciplinas de Estudos Sociais e na Educação Moral e Cívica.

Com a legislação educacional em vigor a partir da Lei 5692/71, foi criado o 1º grau, unificando o ensino primário de 1ª a 4ª série e o ensino ginásial, que também possuía de 1ª a 4ª série, estabelecendo o 2º grau, com foco profissionalizante, esvaziando ainda mais a educação de seu potencial crítico. Elaine Lourenço (2010), ao analisar entrevistas de professores que lecionavam a disciplina de Estudos Sociais do período, apresenta relatos que trazem experiências diversas, mas que em comum demonstram o medo constante da ditadura, através de narrativas que representam desde episódios de censura a prática docente, aos currículos e ao andamento interno das escolas, até a perseguição e a prisões de professores.

Tais ponderações tornam perceptível que havia certa preocupação com os professores da educação básica por parte dos governos na ditadura civil-militar, indicando que estes também foram perseguidos pela ditadura e foram vítimas do terrorismo de Estado de diversas maneiras, seja através de prisões ou do sentimento de vigilância constante. Além disso, a própria lei 869/69, que substituiu a disciplina de História pelos Estudos Sociais e foi instituída no auge da repressão juntamente com o AI-5, pode ser interpretada como um forte indício dessa preocupação da ditadura com a disciplina de História e uma intervenção direta da ditadura na educação básica.

Segundo Fonseca (1993), o ensino de História foi alvo de tantos ataques durante a ditadura civil-militar que viveu seu esfacelamento e tal projeto foi posto em prática a partir de sucessivos ataques a formação docente, pois para lecionar nos moldes preteridos pelos militares, era necessário professores acrícos, o que desencadeou um amplo projeto de desqualificação docente, que visava a garantia da legitimidade da ditadura civil-militar, de modo que, era necessário ensinar História a fim de validar nos estudantes da época, a percepção da ditadura como positiva e necessária para o Brasil, bem como um ensino de História que estivesse hegemonicamente em acordo com os projetos antidemocráticos.

Algumas exemplificações dessa abordagem são dadas por Gasparotto e Bauer (2021) ao falarem sobre os usos do passado, apontam para os abusos feitos pela ditadura, que recuperou a construção dos heróis nacionais e reforçou o discurso conciliador da democracia racial. Segundo Gasparotto e Bauer (2021, p. 439)

Nessa conjuntura de celebração, reforçou-se o mito da “democracia racial” brasileira, assim como versões romantizadas a respeito dos povos originários. Essas representações sobre o passado foram elaboradas para, ao mesmo tempo, forjar e reforçar o nacionalismo ufanista da ditadura, a unidade nacional em torno do “ser brasileiro”, contrapondo-se aos discursos supostamente “subversivos” dos movimentos indígena e negro, que buscavam denunciar as políticas racistas do Estado, entre outras tantas justificativas.

Historicamente, o projeto de desqualificação docente foi um dos elementos que viabilizou a implementação das novas disciplinas e representou um profundo ataque à educação brasileira, pois elas constituíam-se como mecanismos do governo para alienação, afetando a formação de milhares de jovens em idade escolar daquele contexto. Desse modo, é possível sustentar que a desqualificação docente, o esfacelamento do ensino de História e sua diluição em outras disciplinas, contribuíram para que hoje, uma significativa parcela da população brasileira que viveu a juventude em idade escolar naquele contexto, componham um grupo de pessoas adultas que não reconhece o caráter autoritário da ditadura e lembra do período de maneira saudosista e positivada. Esse é um projeto de memória que foi reforçado pela perspectiva conciliadora construída durante o projeto de transição democrática e abertura política dos anos 1980.

No entanto, Fonseca (1993) aponta que a sociedade civil organizada, realizou pressão frente a todos esses ataques, destacando a figura de associações científicas como a Associação Nacional de História (ANPUH), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), e associações sindicais como a Associação de Professores e Servidores Públicos do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (APROESP-SP) ou Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SINDUTE-MG), realizando seminários e debates envolvendo os três níveis de ensino e ocupando inclusive o espaço midiático, o que impulsionou uma revisão nas legislações e no próprio ensino de História nos anos de 1980. Para Fonseca (1993), os embates e tensionamentos de diversas forças no interior do campo da História, é que tencionaram posteriormente, no final da década de 1980 e especialmente na década de 1990 os documentos oficiais que passaram a pautar a prática do ensino de História na educação básica brasileira, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).

Assim como Fonseca (1993), Ilka Miglio de Mesquita (2008) apontou as novas legislações educacionais dos anos de 1990, como proveniente de lutas e tensionamentos oriundos da sociedade civil organizada, especialmente em associações científicas de História e seu ensino. Para as autoras, tais tensionamentos produziram discussões no interior do campo, especialmente nas universidades, fóruns, eventos acadêmicos e revistas da área. Tais tensionamentos abriram espaço para a constituição do ensino de História enquanto campo, à medida em que se estabeleciam relações de poder e disputas entre professores universitários e professores da educação básica. Havia quem visse a academia como produtora de

conhecimentos históricos e tivesse a predominante visão do professor da educação básica como simples reprodutores, visão esta que passou a ser questionada.

Com as novas leis, LDB, PCNs e DCNs, e no núcleo desses tensionamentos no interior dos campos, a História e o ensino de História, é que se definiram as primeiras estruturas sobre como ensinar a História recente nas salas de aula, especificando como é o que falar sobre o período ditatorial vivenciado no país nos anos anteriores.

No entanto, apesar das tensões no interior do campo e alguns agentes externos que possibilitaram a revisão dos documentos norteadores da prática pedagógica e dos currículos, Pirola (2016) tem outra posição. A autora afirma que, diferente do que houve em outros países da América Latina que também viveram ditaduras civil-militares com a prática de terrorismo de Estado, como é o caso na Argentina, no Brasil a inclusão do ensino de História desses períodos nos currículos oficiais, não veio acompanhada de pressões sociais. A partir dessa afirmação, a autora chama a atenção para a falta de engajamento da sociedade civil para denunciar as atrocidades do período em questão, bem como a falta de interesse em utilizar o currículo e o ensino de História como uma ferramenta política de defesa da democracia. Isso porque, a História recente da ditadura civil-militar brasileira nunca ocupou uma posição de centralidade nos currículos.

No Brasil, as memórias do período não passaram por uma ressignificação do ponto de vista da condenação moral dos acontecimentos, prevalecendo a ideia de conciliação com o passado. De acordo com Bauer (2011), no caso brasileiro, o processo de transição política para a democracia foi totalmente controlado pelos militares e realizou-se sem uma ruptura com o passado ditatorial. Historicamente, durante a abertura política que ocorreu inteiramente controlada pelo Estado e com a anistia plena, se construiu um silêncio institucional sobre a temática da ditadura no Brasil, visando uma conciliação com o passado. Isso contribuiu para consolidar uma memória que coloca os militares como salvadores da pátria, que nega o terrorismo de Estado, a corrupção e a censura, assim desacreditando outras memórias, memórias subterrâneas, que contradizem tal narrativa. Sendo assim, essas memórias foram desacreditadas e seus portadores isolados, constituindo um panorama de silenciamento. Segundo Bauer (2011, p. 210)

A ausência de debate sobre o que aconteceu durante a ditadura civil-militar, assim como a inexistência de espaços para compartilhar a experiência do terrorismo de Estado da cultura do medo, tornou impossível a elaboração de uma memória coletiva sobre essa experiência, e, assim, a memória oficial consolidou-se hegemonicamente como a “verdade” sobre os fatos da história recente brasileira. Não houve proibições para essas memórias emergentes, subterrâneas, no entanto, elas foram revestidas de descrédito: o sentido comum estabelecido pela memória oficial situou-as na

inconveniência do “revanchismo” e no isolamento de grupos diretamente atingidos pela repressão política (como vítimas e familiares de mortos e desaparecidos políticos).

É possível conjecturar que isso implica diretamente nos trabalhos das memórias⁷, pois se não houve uma condenação moral do período, predomina ainda no presente memórias saudosistas sobre tais acontecimentos.

Já em países como a Argentina, que também vivenciaram uma ditadura civil-militar e o terrorismo de Estado no contexto dos anos de 1960 a 1980, segundo Jelin (2002), imediatamente após o fim desse período se iniciaram lutas pela memória verdade e justiça, protagonizadas por movimentos de direitos humanos, como as Madres de La Plaza de Maio, em geral composto por familiares de pessoas que haviam sido perseguidas, presas e/ou encontravam-se desaparecidas, vítimas do regime e que exigiam justiça e denunciavam os abusos do período em rituais de continuidade, formas de garantir que a memória seguisse viva.

Outra questão, do ponto de vista da condenação moral da ditadura argentina, de acordo com Bauer (2014), foi o próprio fim do período. A autora aponta, que a falência da ditadura civil-militar argentina se deu após sucessivas crises internas e disputas políticas por poder, que consequentemente acarretam uma crise de legitimidade. Para a autora, a Guerra das Malvinas evidencia essa crise de legitimidade e sua derrota representa uma derrota para a ditadura. Desse modo, apesar de os dois países passarem por transições controladas, no caso argentino, não se conseguiu solidificar esse processo e os governos civis da transição deram centralidade a questão dos direitos humanos e a justiça para as vítimas do terrorismo de Estado. O que não aconteceu no Brasil. Para Bauer (2014, p. 208) isso ocorreu porque “o primeiro presidente civil após a ditadura, José Sarney, pertencia, até pouco antes de se realizarem eleições indiretas, ao partido político diretamente ligado aos governos militares”.

Além dos movimentos de direitos humanos, que já existiam e atuavam intensamente mesmo antes do fim da ditadura militar na Argentina, de acordo com Maria Paula Gonzalez (2014), a construção da memória argentina está fortemente ligada à investigação realizada pela CONADEP, a publicação dos seus resultados no relatório *Nunca Más* e no Julgamento das Juntas militares em 1985. Desse modo, é possível afirmar que a construção de uma memória condenatória do período também está fortemente ligada à exposição das práticas de terrorismo de Estado e ao julgamento desses atos.

⁷ Jelin utiliza o conceito de trabalho da memória para se referir aos processos da memória, sejam eles psíquicos e naturais, ou sociais. Aqui utilizou-se trabalhos das memórias no plural, fazendo alusão ao conceito da autora e ao mesmo tempo apontando para a pluralidade de memórias sobre o período ditatorial brasileiro.

Alguns anos após o fim da ditadura, em 1985 na Argentina foram julgados e condenados os principais chefes militares responsáveis pelo terrorismo de Estado. Esses julgamentos são um exemplo concreto das ações imediatas assumidas após o fim da ditadura Argentina. Após as condenações, houve interrupção de centenas de processos dirigidos ao julgamento de comandantes de menores patentes, pelas leis de Obediência Devida e Lei do Ponto Final, em 1986 e 1987.

Porém, em 2004, o presidente Nestor Kirchner pediu perdão publicamente à sociedade argentina pelas atrocidades cometidas pelo Estado e posteriormente decretou a inconstitucionalidade dessas leis, abrindo precedente para que os julgamentos fossem retomados. Todos esses processos foram acompanhados de movimentos da memória e tiveram impacto na organização curricular do país, especialmente no ensino de História.

O ensino de História do tempo presente, especialmente das ditaduras argentinas, desde o fim da última ditadura, estabelecida no país entre 1976 e 1983, tem ocupado um lugar central nos debates sobre o currículo escolar. Isso porque, ao analisarmos as reflexões de Gonzalez (2014), é possível perceber que a inclusão dessa História do tempo presente, entre outros fatores, se deve às constantes lutas pelos movimentos de direitos humanos e as disputas pela memória no país.

Para a autora, durante o período da última ditadura argentina, duas narrativas se consolidaram na memória: de forma simplificada, primeiramente a ditadura argentina foi tratada como uma guerra contra a subversão comunista, que justificou o golpe de Estado e colocou os militares na condição de salvadores da pátria e protetores da ordem, por tanto tratava-se de uma guerra justa.

Essa narrativa teve força até a abertura política, quando se passou a falar em uma guerra contra a subversão comunista, que fez vítimas de ambos os lados, tanto dos militares, quanto dos militantes de esquerda. Conhecida como teoria dos dois demônios, essa narrativa legitimava o processo de anistia política dos crimes cometidos durante o período pelo Estado terrorista e conduzia o país a uma grande conciliação. Vale lembrar que, neste período, a História escolar se preocupava mais com o passado distante, legitimada por uma visão positivista, que acredita ser necessário certo distanciamento do passado para poder estudá-lo. Nesse contexto, os conteúdos sobre a História argentina que predominavam no currículo eram relacionados ao período colonial e ainda se relacionavam à construção de uma identidade nacional.

Porém, com o fim da última ditadura, devido à luta dos movimentos de direitos humanos, como as *Madres de la Plaza de Mayo*, González (2014) aponta que houve uma

construção de uma memória que se baseava na condenação moral do período e legitimava a reparação das vítimas. A CONADEP passou a investigar os crimes de terrorismo de Estado, que levou ao julgamento e a condenação de alguns dos militares envolvidos e ao final de seus procedimentos, produziu o documento chamado “*Nunca Más*”.

Apesar do reconhecimento dos crimes e desaparecimentos, o “*Nunca Más*” estabeleceu apenas reflexões sobre a responsabilidade das forças armadas no estabelecimento e na condução da ditadura, eximindo de qualquer culpa a sociedade civil, que passou a ser apresentada como vítima. Esse documento possui um papel importante, pois trata-se da principal representação do período de hoje. O “*Nunca Más*” foi enviado às escolas e sua divulgação influenciou a reorganização curricular da educação básica argentina, que a partir da legislação de 1993 (menos de dez anos após sua publicação), passou a atribuir ao passado recente e as ditaduras argentina um papel central no ensino de História.

Gonzalez (2014) aponta que em 1996 a memória ganhou um novo fôlego na Argentina devido a atuação do grupo *Hijos*, composto por filhos e filhas dos militantes que sofreram com o terrorismo de Estado durante a última ditadura argentina e que reivindicavam a politização da militância de seus pais. Segundo a autora, nesse contexto, também emergiram do silêncio, militares arrependidos, narrando suas experiências de sequestradores e torturadores no interior do aparelho repressivo do Estado. Essas novas narrativas, resultaram em 2003 em um novo prefácio para o *Nunca Más*, cristalizando a narrativa da militância revolucionária e do terrorismo de Estado.

Em contrapartida, a autora afirma que algumas famílias de militares passaram a reivindicar uma memória completa e de forma muito semelhante ao que se defendia na teoria dos dois demônios: onde se reconhecesse a culpa e a violência dos militantes revolucionários e das guerrilhas e exigindo seus julgamentos.

Em síntese, Gonzalez (2014, p. 38) afirma que “se nos anos 90 se contrapõe a narrativa da “reconciliação nacional” com a reivindicação da militância revolucionária, desde 2003 confrontam a memória institucionalizada – ancorada na releitura do *Nunca Más*- e a “memória completa””.

Desse modo, segundo a autora, é possível afirmar que apesar das disputas de narrativas que sempre aconteceram, o *Nunca Más* é a perspectiva dominante nas lutas pela consolidação de uma memória da ditadura Argentina e a “narrativa do *Nunca Más* ainda está operando como a representação dominante do que aconteceu durante os anos de ditadura (e anteriores)” (GONZALEZ, 2014, p. 38).

Ao observar a trajetória das disputas pela memória situadas no cerne da sociedade Argentina, é possível acompanhar também as leis educacionais, com a lei de 1996, que trouxe à luz dos currículos o passado recente do país. Segundo Gonzalez (2014), mesmo sem um desenvolvimento historiográfico a respeito da História do tempo presente na Argentina na década de 1990, com base nas lutas pela memória, o currículo escolar incluiu questões como a instabilidade política, os golpes militares, a violência e os governos autoritários, a dívida externa, entre outros. Além de incluir tais conteúdos voltados ao tempo presente e as últimas ditaduras, se instituiu o objetivo de construir uma proposta de ensino voltada à construção de um país democrático. Com o passar do tempo, a autora menciona novos documentos, que garantiram a centralidade do tema e modificaram a narrativa dos acontecimentos, a exemplo do que aconteceu com a memória.

Em 2004, a autora menciona a criação do conjunto de Núcleos de Aprendizagens Prioritárias (NAP), que coloca como questões centrais o tempo presente da História Argentina, e ao abordar a última ditadura, menciona diretamente questões como terrorismo de Estado, o neoliberalismo, a relação com a guerra fria, os diversos autores envolvidos acompanhando as disputas pela memória e as novas produções historiográficas.

O discurso apresentado no documento acompanha as narrativas de memória, que resultaram, em 2006, em um novo prefácio para o *Nunca Más*, visando discutir a responsabilidade da sociedade, que possibilitou que uma ditadura nos moldes da que se estabeleceu no país acontecesse. Gonzalez (2014) pontua também, que em 2006 foi instituído na Argentina uma nova legislação educacional, que reforçou ainda mais essa visão, mantendo a História recente como tema central do currículo e se focando em discutir questões como o terrorismo de Estado, os sentimentos democráticos e o pleno respeito aos Direitos Humanos pelo Estado. Para a autora, tal legislação, “não só sustenta esse recurso, mas acrescenta outro: "o exercício e a construção da memória coletiva do passado recente” (GONZALEZ, 2014, p. 40). Isso porque:

se a Lei Federal de 1993 enfatizou que a educação devia promover a "consolidação da democracia", a Lei Nacional de 2006 não só sustenta esse recurso, mas acrescenta outro: "o exercício e a construção da memória coletiva do passado recente". As lutas pela memória na Argentina podem explicar, em grande parte, que esta menção esteja no corpo da nova lei. Porque ainda que essas lutas não deixassem de fazer ouvir sua voz, é claro que a partir de 2003 elas fazem parte da agenda das políticas do governo. E aqui é possível ver como as "políticas de memória por parte do Estado" (LVOVICH e BISQUERT, 2008) deixaram uma marca irrecusável na legislação de caráter amplo, como é uma lei de educação, da qual se pode esperar uma enumeração de princípios gerais, mas, neste caso, prossegue na prescrição de objetivos e conteúdos diretamente relacionados com o tratamento de um passado recente (GONZALEZ, 2014, p. 40).

No caso brasileiro, além do desastroso processo de abertura lenta e gradual, que se efetivou e potencializou o silenciamento de memórias subterrâneas, enterrando sob uma pá de cal os crimes cometidos pelo Estado terrorista; a discussão Historiográfica no Brasil, girava em

torno de discutir e evidenciar os problemas em se estudar a História recente e da neutralidade da História. De modo que, o ensino de História se afastou da discussão sobre os acontecimentos do passado recente da ditadura civil-militar, se apoiando no argumento de uma suposta neutralidade e da carência historiográfica, uma vez que a produção historiográfica sobre o período era bastante restrita até as primeiras décadas dos anos 2000. Para Pirola (2016, p.258):

a abordagem recorrente no ensino de história persistiu muito tempo com a ideia de que não cabe à História ou ao seu ensino tomar partido nas disputas sobre a construção de memórias e, com isso, se perpetua a estratégia de não estudar a história “mais recente”. O principal argumento é que essa história ainda não foi escrita e, portanto, não pode ser ensinada. Além disso, ela poderia gerar certos *constrangimentos*, porque muitos dos principais protagonistas desse passado ainda estão vivos e ativos na arena político-social. Assim, o ensino de história no Brasil tem se afastado das polêmicas e focado em temas consagrados

Apesar de a questão historiográfica ser também uma fragilidade no caso argentino, esta não se configurou em uma limitação para o ensino de História, uma vez, segundo Gonzalez (2012) a presença e a trajetória curricular e legislativa da História argentina recente reforçam a ideia de que a conformação das disciplinas escolares não depende apenas da ciência de referência, mas é o resultado de várias lutas sociais e políticas. No caso argentino, a autora afirma que “é a partir das contribuições da ciência política, sociologia, história econômica, das representações de cinema, jornalismo, literatura, entre outros; e das lutas pela memória, verdade e justiça que o passado recente desembarcou no currículo escolar a partir de 1993”. (GONZALEZ, 2014, p. 41)

Segundo Pirola (2016), no Brasil, o passado recente aparecia apenas de forma superficial nos currículos e nos materiais didáticos e apenas na década de 1990, é que foi possível identificar as primeiras menções aos crimes cometidos no período da ditadura civil-militar em um livro escrito por Elza Nadai e Joana Neves, ao apresentar do ponto de vista lexical a diferenciação entre golpe e revolução para tratar dos acontecimentos de 31 de março de 1964. Para a autora, “a demora em incorporar a temática no ensino parece revelar mais uma dependência da historiografia do que a conquista narrativa contra o silêncio” (PIROLA, 2016, p. 260).

Para Pirola (2016, p. 259):

o ensino da história das ditaduras nunca chegou a se tornar centro de debate, seja sob o ponto de vista nacional ou regional. A dimensão política da história e do seu ensino estava posta, assim como a sua importância na determinação do agir dos indivíduos, priorizando a relação do ensino com o presente e o cotidiano dos estudantes. Porém, de alguma forma, discutir a história recente das ditaduras como conteúdo de ensino não se destacava como um meio possível de alcançar esses objetivos.

Ou seja, mesmo com as novas perspectivas incorporadas pela historiografia no contexto da redemocratização, o ensino de História das ditaduras nunca se tornou um elemento central nas discussões, diferente do que houve na Argentina. A História e o seu ensino consolidaram sua dimensão política e seu ancoramento no presente, bem como seu papel transformador da realidade social. Ainda assim, mantiveram-se vivos elementos da tradição positivista e o passado recente ainda era visto como algo muito sensível e permeado por tensões e relações de poder ainda instáveis para as discussões em sala de aula. Porque apesar de se focar no presente e no cotidiano dos estudantes, a História recente da ditadura continuou sendo coadjuvante, como se mantém até o presente, mais de duas décadas depois.

Os acontecimentos da ditadura civil-militar brasileira foram diluídos em outras temáticas pelos PCNs e DCNs, como aponta Pirola (2016, p. 260):

Nos PCN do Ensino Fundamental, a história das ditaduras aparece em uma perspectiva latino-americana nas propostas para o quarto ciclo, no eixo temático “História das representações e das relações de poder”. De acordo com o documento, o objetivo é “sensibilizar os alunos para os estudos do passado e suas relações com questões atuais”.

Característica ainda mais evidente nas DCNs, que segundo a autora não faz qualquer menção ao período:

Nas diretrizes curriculares para o Ensino Médio – DCNEM (1998) / PCNEM (2000) / PCN + (2002) / DCNEM (2012) – a discussão fica em torno do desenvolvimento de “competências” e de “conceitos estruturadores” e em nenhum momento se faz qualquer referência ao estudo da história das ditaduras, nem mesmo na definição de temas e subtemas para o ensino de história propostos pelo PCN+. (PIROLA, 2016, p. 261)

Com a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estas características se mantêm. O documento que se propõe a reestruturar os currículos nacionais de educação continuam sem dar centralidade à questão da ditadura civil-militar, de modo que, as únicas menções feitas ao período, aparecem dentro da lógica cronológica estruturante do documento, nas orientações referentes ao nono ano do ensino fundamental. A temática aparece junto com outras questões, na unidade temática “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946”. E se divide dentro dos objetos do conhecimento “Os anos 1960: revolução cultural?”, “A ditadura civil-militar e os processos de resistência” e “As questões indígena e negra e a ditadura”. Sendo as habilidades propostas:

(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.

(EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.

(EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura. (BNCC – Ensino Fundamental, p. 431)

Dentro de tais habilidades se percebe o uso do termo civil-militar, indo de encontro com as afirmações de Pirola ao tratar de documentos anteriores, de que existe uma dependência historiográfica entre a História ensinada e a História acadêmica. Porém, cabe destacar que apesar de reduzido e superficial, o espaço destinado a discutir a temática da ditadura no documento dá ênfase à questão super atuais e significativas, se voltando de grupos minoritários, como quilombolas e indígenas, bem como a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça no que tange às violações dos direitos humanos. Também se faz menção à compreensão dos processos que resultaram na ditadura, no entanto sem apontar de fato a importância de discutir a participação da sociedade civil nesses processos.

Já no Ensino Médio, a ditadura civil-militar brasileira não é sequer mencionada. O termo ditadura aparece com orientações genéricas, que indicam que sua abordagem em sala de aula deve ser ancorada na linguagem política, dando a entender que se deve discutir o conceito, orientando para que isso se faça de forma contextualizada em situações históricas específicas, mas não menciona quais são essas situações. Já dentre as habilidades e competências, a palavra ditadura nem sequer é mencionada: A única menção no documento, aparece na competência seis, situando-se no seguinte contexto:

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 6 - Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. Nesta competência específica, pretende-se tratar da linguagem política (aristocracia, democracia, república, autoritarismo, populismo, ditadura, liberalismo, marxismo, fascismo, stalinismo etc.), mostrando como os termos passaram por mudanças ao longo da história. Portanto, cada uma das palavras precisa ser explicada e interpretada em circunstâncias históricas específicas. (BNCC – Ensino Médio, 2017, p. 565)

No entanto, os documentos norteadores não são a única forma de identificarmos os caminhos seguidos pela educação, é possível observar também a partir de outras fontes, como os livros didáticos. Segundo Cristiani Bereta da Silva (2007), os livros didáticos são importantes ferramentas pedagógicas utilizadas nas salas de aula de todo o Brasil. Para a autora, o livro didático é uma importante ferramenta utilizada em sala de aula por professores, de praticamente todos os componentes curriculares da maioria das escolas públicas brasileiras, uma vez que é distribuído gratuitamente em todas as unidades escolares do país. Além das inúmeras

possibilidades para o seu uso, o livro didático é de extrema importância, uma vez que, eventualmente configura o único livro nas casas dos jovens brasileiros que frequentam a escola pública.

Os livros didáticos, ao serem tomados como objeto de estudo, no entanto, reforçam as perspectivas apresentadas subjetivamente pelos documentos norteadores, que colocam a ditadura civil-militar como um conteúdo a ser abordado apenas no final do ano e nos últimos anos de cada ciclo, de modo que, o conteúdo aparece no final do livro didático do nono ano do Ensino Fundamental e no final do livro didático da terceira série do Ensino Médio. Fato que muitas vezes leva tal conteúdo a ser negligenciado pelos professores que seguem o livro didático devido à falta de tempo e respeito a ordem cronológica dos acontecimentos. Isso porque, para Silva (2007), mesmo com inúmeros avanços, ainda predomina nos livros didáticos a visão de ensino de História de uma tradição evolutiva, cronológica e eurocêntrica.

Além disso, cabe destacar que muitas vezes o conteúdo apresentado nos livros didáticos, além de reduzido, não apresenta um posicionamento crítico diante dos acontecimentos e deixa totalmente a cargo dos professores a realização das intervenções e a reflexão crítica de tais acontecimentos. Caso os professores se abstenham de se posicionar criticamente, os estudantes dificilmente têm acesso a uma perspectiva crítica apenas a partir da leitura do livro didático. Pois a maioria dos livros didáticos, além de uma História amarrada a cronologias, apresenta em geral, uma História política e tradicional do período, o que dificulta a progressão dos conhecimentos históricos por parte dos estudantes. Para Pirola (2016, p. 261):

Nos livros didáticos, as Ditaduras de Segurança Nacional, seja em suas perspectivas nacionais e/ou regionais, costumam aparecer em três momentos específicos: no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio, que são exatamente os anos de “conclusão”, devido à abordagem cronológica adotada na maioria dos programas de ensino do país. No 3º ano, às vezes, a abordagem é um pouco maior, porque existe a pressão do vestibular e as ditaduras, já há alguns anos, se tornou tema recorrente dos vestibulares e do ENEM. Com isso, passa a existir uma pressão imediata no Ensino Médio, que é utilitária. A terminologia frequentemente utilizada nesses livros é “regime militar pós-64”, que não caracteriza nem se posiciona criticamente em relação ao período, e também não discute a participação dos civis no processo, assim como “ditadura militar” / “golpe militar”, e não “civil-militar”. Além disso, a citação excessiva de nomes de pessoas e instituições que não fazem parte do cotidiano ou vocabulário dos jovens, sem a devida contextualização, pode dificultar a construção de sentidos sobre o período.

A ausência das discussões sobre a ditadura civil-militar brasileira nos currículos e sua superficialidade nos livros didáticos, somam-se à postura de alguns professores, que afirmam, segundo a autora, que: “A história recente é muito complexa para jovens tão imaturos”. / “É assunto demais para o aluno estudar”. / “O passado é mais importante. O presente ele aprende

depois”. / “Não está no livro didático adotado”. / “NÃO DÁ TEMPO”. (apud PIROLA, 2016, p. 262). A autora acentua a frase “não dá tempo”, colocando-a em letras maiúsculas, pois ela expressa na fala dos professores, aquilo que a autora aponta na citação acima: devido a perspectiva cronologia do currículo, orientado pelos documentos norteadores e sustentada nos livros didáticos, o estudo da História recente do país é o último período a ser estudado na escola e se concentra apenas no último ano de cada ciclo.

As considerações até aqui apresentadas, contribuem para a compreensão do quadro geral apresentado por Duarte e Cerri (2012) ao analisar e comparar a consciência histórica de jovens brasileiros, argentinos e uruguaios, no que tange o período das ditaduras, que assim como no Brasil, ocorreram em praticamente todos os países do cone sul. Em suas análises, os autores afirmam que os jovens brasileiros são mais coniventes com os acontecimentos da ditadura civil-militar brasileira, estando à frente dos jovens argentinos e uruguaios em seus respectivos países, por exemplo. Entre os jovens brasileiros, aparecem afirmações que justificam os acontecimentos de 1964 e mesmo entre as parcelas que se posicionam criticamente diante de tais acontecimentos, entre os jovens brasileiros a crítica é menos contundente. Segundo Duarte e Cerri (2012, p. 247):

Algumas diferenças entre a avaliação de jovens brasileiros em relação à dos argentinos e uruguaios se tornam bem patente quando se pede a posição sobre as recentes ditaduras militares. Enquanto há uma pequena quantidade de jovens brasileiros que avaliam positivamente alguns aspectos desse período (“mantiveram a ordem social e promoveram o desenvolvimento econômico”, e “foram importantes para a defesa da soberania nacional!”), há uma absoluta rejeição dos argentinos e uruguaios em relação a isto. Estes últimos são muito mais incisivos nas afirmações de que tais governos “não respeitaram a constituição e os direitos humanos” e “não levaram em conta a opinião do povo”, embora um pouco menos em relação à afirmação de que “geraram crises econômicas e aumentaram a dívida pública”. Provavelmente, esta diferença em relação aos jovens brasileiros se deve à discussão muito mais presente no Uruguai e Argentina com relação aos desaparecidos políticos, e à mobilização de setores da sociedade frente a isso, o que não ocorre no Brasil. Entre os jovens brasileiros persiste uma avaliação mais atenuada, mesmo quando expressam posições críticas.

Desse modo, fica evidente que no Brasil, há uma predominância da memória conciliadora sobre a ditadura civil-militar, o que nos ajuda a compreender os acontecimentos dos últimos anos, no aniversário do golpe militar, onde grupos de pessoas saíram às ruas pedindo a volta da ditadura em diversas localidades do país, bem como a vitória na justiça pelo direito de celebrar o golpe militar no último aniversário do golpe, em 31 de março de 2021⁸.

⁸ Para conhecer tais acontecimentos, basta uma busca rápida na internet nos mais diversos sites, como o link a seguir: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/governo-bolsonaro-ganha-na-justica-direito-de-celebrar-golpe-de-1964/>

Acontecimento que caminha na contramão de países como a Argentina, que incorporou em 1988 o 16 de setembro, dia que marcou o fim da última ditadura argentina, como uma efeméride que marca as comemorações e o calendário escolar do país, para discutir a questão dos direitos humanos. Além do 16 de setembro, o 24 de março posteriormente foi incorporado como uma efeméride, ainda assim, apesar de ser a data que marca o dia do golpe no país, segundo Gonzalez (2012), ambas as efemérides foram instituídas e são comemoradas dentro da chave narrativa do *Nunca Más*.

2.2 MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR EM CRICIÚMA

Criciúma é uma cidade situada no extremo sul catarinense e sua História está profundamente ligada à história da mineração, que teve relativa importância desde a ocupação da região, influenciando a construção de uma cultura política e as práticas cotidianas da cidade.

A historiografia a respeito da cidade de Criciúma possui um número significativo de produções, boa parte voltadas a sua História Política, muitas das quais possuem uma perspectiva bastante tradicional, ressaltando a cronologia de sucessão aos cargos públicos e destacando a importância de grandes nomes da política local para a cidade. Há também um número significativo de produções voltadas a análises econômicas do município, onde se destacam a mineração e a diversificação econômica da cidade a partir dos anos 1960. Sendo que nas últimas décadas do século XX e durante as primeiras décadas do século XXI, se destacam as obras que buscam analisar a trajetória de lutas dos trabalhadores da mineração em seu sindicato, o cotidiano da cidade e outras temáticas, mais alinhadas a renovação historiográfica proposta pela Escola dos Annales e possivelmente associadas a criação do curso de História na universidade da cidade, que atualmente funciona na UNESC.

Observando estas produções, percebe-se que durante boa parte de sua História, Criciúma teve o carvão como centro de sua economia e relações sociais. Até a segunda metade do século XX, a cidade ficou conhecida nacionalmente como a capital do carvão, tendo na agricultura e na mineração as duas atividades econômicas que deram base ao seu desenvolvimento até 1960, quando esse quadro começou a se modificar e teve início o processo de diversificação econômica da região. Segundo Terezinha Gascho Volpato (2001, p. 20)

A vida econômico-produtiva de Criciúma começou a se diversificar nos anos de 1960. Outros ramos industriais, inexpressivos até então passaram a ter significado econômico e social junto com as duas atividades tradicionais – a agricultura e a mineração. Começaram a se desenvolver as indústrias cerâmicas de pisos e azulejos,

dos quais Criciúma é hoje o maior produtor da América Latina. Além deste, o ramo de calçados e de couro; mecânicos-metalúrgicos; de coque; de transporte; de alimentos; da construção civil; de serviços; de plásticos.

Para José Paulo Teixeira (1996), a dependência da economia cricumense da exploração de carvão, que dependia diretamente de políticas públicas nacionais, constituiu na política local um sistema patrimonialista de dominação, que levou muitos mineradores a entrarem para política e fez com que se confundissem interesses privados e públicos. Para o autor, isso fez com que os empresários da mineração controlassem politicamente a cidade, se configurando como “donos da cidade”, especialmente entre os anos de 1930 e 1980. Considerando o recorte do autor, o período em questão compreende os anos em que o Brasil vivenciou a ditadura civil-militar.

No entanto, do outro lado dessa desigual relação de poder, os mineiros de Criciúma constituíam uma categoria significativamente organizada. Segundo Volpato (1984; 2001), o Sindicato dos Mineiros de Criciúma possui uma história marcada por momentos de militância e períodos de menor atuação, que variavam entre direções autênticas e “pelegas”. Criado em 1945, o Sindicato iniciou sua trajetória marcada por uma reduzida atuação e pelo peleguismo. Porém, para a autora, o período compreendido entre dezembro de 1957 e 31 de março de 1964 representou, na História do trabalhismo sindical dos mineiros de Criciúma, a fase de militância na defesa dos interesses imediatos da classe operária. Esse período foi interrompido pelo golpe civil-militar de 1964, quando houve um período de intervenção, que se estendeu por quase todo o período militar. De modo que houve, nos anos de 1970, tentativas de transformar o Sindicato novamente em uma instituição combativa e nos anos de 1980, iniciou-se uma retomada das lutas coletivas e o sindicato consolidou a postura combativa.

Para Lemos (2009), a imagem de um Sindicato combativo se consolidou na memória da cidade, principalmente quando, nos anos de 1980, uma corrente política ligada ao Partido dos Trabalhadores buscava identificar-se com sua “radicalidade” e se diferenciar da atuação dos sindicatos do período militar.

No contexto do golpe de 1964, de acordo com Triches e Zanelatto (2015), o Sindicato e outras instituições, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o PCB, fizeram com que a classe operária participasse da vida política de Criciúma. De modo que, os dirigentes sindicais e os trabalhadores conheciam os seus direitos e sabiam porquê estavam lutando.

Volpato (1984; 2001) corrobora com essa perspectiva afirmando que no sindicato os advogados davam palestras sobre leis, o que fazia com que os mineiros tivessem consciência de seu poder e das estratégias para mantê-lo. Quando havia greve, os mineiros sabiam pelo que

estavam lutando, pois havia mineiros que eram escolhidos como “comandantes”, lideranças instruídas pelo sindicato e que passavam as informações para os mineiros nas minas.

De acordo com as memórias de Jorge Feliciano (1992), para promover a conscientização da classe trabalhadora em Criciúma foram organizados os Grupos dos Onze, nos anos de 1960. Esse indício ajuda a justificar os apontamentos encontrados na historiografia, de que os mineiros de Criciúma eram uma categoria bastante politizada e ativa. Os Grupos dos Onze eram organizações heterogêneas, tal como a esquerda brasileira, e se constituíram em 1963, gestados pela Frente de Mobilização Popular (FMP) para pressionar o governo por reformas. Segundo Diego Pacheco (2012a):

A ideia é que o povo se reunisse em grupos de onze pessoas, como um time de futebol. Ao entrarem na organização os participantes assinavam uma ata em que se comprometiam com a defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das reformas de base (principalmente a agrária) e a libertação de nossa pátria da espoliação internacional (PACHECO, 2012a, p. 30)

Nesse sentido, Feliciano (1992), afirma que chegou a haver cerca de vinte Grupos dos Onze em Criciúma, apenas no bairro Próspera. O entrevistado reitera que o Sindicato dos Mineiros de Criciúma era o grande articulador dos grupos na cidade e corroborando com a narrativa historiográfica, demonstrando grande empoderamento e consciência de classe, como é possível observar no seguinte trecho:

Participavam das discussões, os operários, comerciários, agricultores, colonos. Tinha bairro, como a Próspera, que tinha 20 grupos dos onze que se reuniam isoladamente. Ainda não tínhamos feito uma assembleia com todos os grupos. Mas já estava em nosso programa fazer um grande encontro, com todos os grupos, para fazer uma discussão mais ampla. Tínhamos consciência de que o processo era demorado. A gente só tem medo, quando não tem consciência da razão. A pessoa tem que entender porquê está brigando [...]. Nós do Sindicato que comandávamos esse trabalho dos grupos dos onze, mas recebendo orientações do Brizola, que governava o Rio Grande do Sul. Com o golpe de 1964, todo mundo foi destituído e fazer parte dos grupos de onze era pejorativo, era um perigo. (FELICIANO, 1992, p. 7)

De acordo com o entrevistado, nesses grupos, que eram articulados pelo Sindicato dos Mineiros de Criciúma, se reunia trabalhadores de diferentes categorias, com a finalidade de discutir pautas relacionadas à política e os acontecimentos do momento. A partir de suas memórias, Feliciano (1992) afirma que:

Formamos os grupos de onze em Criciúma após a posse do Jango e a cadeia da legalidade. Os grupos agiram até o golpe de 1964. As reuniões eram semanais. Discutíamos as reformas de base: educacional, a exploração do Brasil pelo estrangeiro, a reforma urbana e a reforma agrária, que era o ponto alto das nossas discussões. Nossa tese era de que a terra deveria pertencer a quem nela trabalhasse e quisesse trabalhar. Era isso que discutíamos. (FELICIANO, 1992, p. 6)

Não existem pesquisas específicas direcionadas a analisar a atuação dos Grupos dos Onze em Criciúma. Em Santa Catarina se destaca o trabalho de Diego Pacheco, em sua dissertação de mestrado e tese de doutorado, nos quais o autor salienta que isso se deve, entre outros motivos, a dificuldade de acesso aos documentos do período, pois mesmo com a atuação das Comissões da Verdade e com a grande disponibilização de documentos que ocorreu nas últimas décadas a partir dessa atuação, alguns documentos ainda têm seu acesso restrito e extremamente burocratizado, ou simplesmente não existe documentação devido a prática de ocultamento e a própria precaução dos grupos como uma forma de se proteger. Além disso, cabe destacar a complexidade da história oral e dos trabalhos realizados com a memória, onde muitas vezes o silêncio é uma forma de autopreservação e muitos dos envolvidos preferem não falar sobre o assunto. Tais reflexões podem ser ampliadas aos trabalhos sobre a ditadura civil-militar de forma geral.

No entanto, devido a esse engajamento da classe trabalhadora, Criciúma ficou conhecida como a “Cuba Brasileira”, termo que aparece de diferentes formas em entrevistas com militantes ou mesmo documentos oficiais do governo. Isso porque, segundo Modolon (2013), de modo equivalente ao engajamento político dos mineradores, os mineiros de Criciúma se articulavam política e socialmente dentro de seu sindicato, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma, tornando-o um ícone de luta, resistência e militância.

Foi nesse contexto que ocorreu o golpe civil-militar, no qual a imprensa local teve um importante papel. Em Criciúma, havia três grandes veículos de imprensa em 1964, cada qual com seu papel na construção do golpe civil-militar e no período que o sucedeu: o jornal impresso Tribuna Criciumense e as rádios Difusora e Eldorado.

De acordo com Marjorry Calumby Gomes da Silva (2018), havia outros periódicos em Criciúma, com circulação semanal, quinzenal ou mensal, cada um deles possuía uma determinada linha ideológica ou filosófica, fosse movida pela divulgação social, político-partidária ou por interesses econômicos. Mas sua circulação era efêmera, pois dependia de interesses políticos diretamente relacionados às vias eleitorais.

Ao escrever sobre o jornal Tribuna Criciumense, Pirola (2011) chama atenção para o papel significativo do jornal na construção do golpe. Para Pirola (2011), o jornal Tribuna Criciumense buscava através de artigos relacionados à política construir um modelo liberal de sociedade, anti João Goulart e a favor das empresas mineradoras, na tentativa de construir um imaginário social favorável aos seus ideais.

Para Zanelatto e Campos (2018), a produção jornalística do Tribuna Criciumense se divide em três períodos entre 1955 e 1965, sendo que é possível identificar um forte posicionamento anticomunista em sua primeira e terceira fase, o que em sua terceira fase corresponde ao governo de João Goulart, o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar. Os autores destacam que o jornal foi criado pelo udenista José Pimentel, tendo uma leve inclinação ao discurso anticomunista. Em sua segunda fase administrado pelos comunistas Manif Zacharias, Henrique Dauro Martignago e Jacób Victor Cruz, o jornal fez críticas à política conservadora, mas o minerador e udenista Sebastião Netto Campos foi quem comprou o noticiário dos comunistas, administrando a terceira fase do jornal e representando uma nova guinada ao anticomunismo.

Partindo das análises dos autores, fica evidente que os donos do poder também estavam por trás da imprensa local. O mesmo quadro se aplica a outro ator de destaque durante o golpe civil-militar e toda atuação da ditadura: a Rádio Eldorado. Segundo entrevista com Ciro Manoel Pacheco, mineiro e sindicalista cricumense, preso em diferentes ocasiões durante a ditadura civil-militar, “a Rádio Eldorado era considerada a rádio dos patrões, que de fato era”. Silva (2018) e Rosa (2006) concordam que a rádio se constituiu como uma emissora das elites locais e atrelada aos interesses dos mineradores. Silva (2018) afirma que a rádio foi fundada pelo minerador, empresário e político local, Domício Freitas, o que nos ajuda a entender a representação cristalizada na memória de Pacheco.

Em contrapartida, a Rádio Difusora surgiu nos anos de 1960 e pertencia ao deputado federal Doutel de Andrade, do PTB e era comandada por Addo Aquino Faraco, agente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETEC). Segundo Rosa (2006), a rádio desde sua fundação, deu amplo espaço para as discussões políticas da cidade, do país e do mundo. Em um momento em que o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) tinha como marca um programa desenvolvimentista, que visava a modernização das grandes cidades, muitas pessoas adquiriram eletrodomésticos e o rádio se popularizou, tornando-se comunicação de massa, acessível a muitas famílias. De modo que é possível conjecturar que o acesso às discussões da rádio, também contribuíam para a formação política e o desenvolvimento de uma consciência de classe por parte dos mineiros. Uma vez que havia programas como A hora sindical, que ia ao ar todas às terças feiras e que contava com a participação frequente de sindicalistas como Jorge Feliciano.

Com base em entrevista com o comunista Amadeu da Luz, Rosa (2006) afirma que Jorge Feliciano, era frequente no programa “A hora sindical” e que o programa tinha como objetivo principal a tentativa de educar o cidadão para uma formação política de caráter

marxista. Segundo o autor, o PCB possuía uma significativa influência na rádio e sindicalistas como Raimundo Verdieri, Manoel Ribeiro, Antônio Ronche e Valter Miliolli também participaram indiretamente da mesma.

Como em todo o Brasil, o anticomunismo foi fundamental na construção do golpe, em Criciúma não foi diferente. E o Jornal Tribuna Criciumense, como já mencionado, possuiu uma importante participação na construção do golpe civil-militar em Criciúma. Segundo Zanelatto e Campos (2018), a partir de 1961, o jornal entrou em uma fase anticomunista.

Assim, o fortalecimento de um discurso voltado para a classe patronal da cidade voltou a aparecer como posicionamento do noticiário. As notícias foram apresentadas aos leitores em forma de manchetes, que abordavam e apontavam para acontecimentos referentes ao regime comunista como algo desestabilizador dos bons costumes da família brasileira, além de destacarem que o regime era uma ameaça aos governos, principalmente quando se tratava de João Goulart na presidência da República, uma vez que este continuava sendo visto como um simpatizante dos comunistas. (ZANELATTO; CAMPOS, 2018, p. 111).

Um exemplo dessa postura pode ser identificado ao observarmos a matéria intitulada “O povo é contra a reforma”, publicada em 1963. Segundo a notícia, as reformas eram características dos governos comunistas e com sua implementação, o Brasil seguiria o exemplo de Cuba, tornando-se comunista, de modo que o comunismo se estabeleceria com base da violação de direitos constitucionais, sendo por tanto, algo negativo e anticristão, como podemos observar no parágrafo a seguir extraído da matéria:

Ora, perguntamos ao Sr. Goulart: Com que direito, ou, baseado em que lei (divina ou humana) a terra deve pertencer a quem trabalha? Com essa lógica chegaríamos à conclusão de que as fábricas pertencem aos operários, as casas aos pedreiros e carpinteiros que as construíram ou a seus inquilinos, à maneira do que acontece em Cuba no regime Castrista, no primeiro momento da revolução. Dizemos num primeiro momento porque logo a seguir tudo passou para as mãos do Estado, como não poderia deixar de acontecer em um regime comunista. Onde iríamos com esse raciocínio

Além disso, o jornal se posicionava contra as reformas de base que estavam entre as bases de sustentação da plataforma de governo do então Presidente de João Goulart, dando a entender que toda a população cricumense compartilhava da mesma posição, quando supostamente representava apenas os interesses proprietários do jornal, que por ser propriedade de um importante membro da elite local, um dos “donos da cidade”, por medo das transformações que o governo Goulart poderia representar, foi partidário do golpe de 1964. Desse modo, a notícia pode assumir um caráter tendencioso de oposição ao governo Goulart ao tentar caracterizá-lo como comunista. Isso porque, para Zanelatto e Campos (2018), o jornal atendia aos interesses dos empresários da cidade.

Tal característica pode ser observada em outras publicações, como o artigo do dia 05 de fevereiro de 1962, intitulado: “Vinte por cento: Aumento aos mineiros”. Bonificação espontânea concedida aos mineiros com validade desde 1º de dezembro de 1961”. O texto, que chamava atenção já no título da notícia para um aumento salarial concedido “espontaneamente” aos mineiros, invisibilizando as lutas sindicais que ocorriam naquele contexto. Isso porque, segundo Volpato (1984) apesar de não haver paralisações e greves, o sindicato se mantinha atuante naquele contexto, realizando pelo menos uma assembleia por mês. Segundo Modolon (2013), esta notícia não é um evento isolado, pois no decorrer de 1962 e 1963 são noticiados alguns aumentos salariais dados “espontaneamente” pelos mineradores, bem como sua busca por oferecer aos mineiros melhores condições de trabalho e de vida, sem a necessidade de greve.

Após o golpe militar, o jornal Tribuna Criciunense, continuou com a postura anticomunista e passou a apoiar os militares, apresentando matérias que apontam para os benefícios do golpe. Alguns títulos ilustram essas posturas, como: “A fortuna do presidente deposto”, “Governo foi moderado nas cassações”, “A Revolução tem compromisso com a grandeza da pátria”, “Bom para o Brasil, bom para Criciúma”, “1964: já é página da história” ou “A Revolução e a paz social”.

Além disso, a Rádio Eldorado também foi um mecanismo utilizado pelos militares para implementar o golpe militar em Criciúma. Ao mesmo tempo em que a Rádio Difusora servia como instrumento de resistência. As memórias de Ciro Pacheco vêm de encontro a essa afirmativa, segundo o entrevistado:

A Rádio Difusora era uma rádio considerada a rádio dos trabalhadores. A Rádio Eldorado era considerada a rádio dos patrões e de fato era. Os operários da região carbonífera ouviam a Rádio Difusora, que tinha credibilidade, os políticos do PTB usavam a Rádio Difusora para falar para os trabalhadores. (PACHECO, 2012, p. 12)

Indo de encontro a essas memórias, Silva (2018) analisa como a Rádio Eldorado foi de grande valia a Domício Freitas, sócio e proprietário da mesma, que se elegeu como deputado federal nos anos de 1950, isso porque o rádio como instrumento de comunicação, possuía um grande poder de penetração nas massas e a Rádio Eldorado era extremamente difundida na cidade, especialmente no período em questão, auge da atividade mineradora na cidade.

Já a Rádio Difusora, tinha sua importância na articulação dos trabalhadores e concorria com a Rádio Eldorado pela atenção dos ouvintes. No entanto, durante o período da ditadura civil-militar brasileira, a Rádio Eldorado se tornou hegemônica na cidade, isso porque “na manhã de 2 de abril, poucas horas depois do golpe, a Rádio Difusora foi interdita, justamente

por conta do conteúdo que transmitia, e assim permaneceu até o final do ano” (SILVA, 2018, p. 79).

Esse episódio é presente na memória de militantes que atuaram em Criciúma na resistência ao golpe, como Ciro Pacheco e Jorge Feliciano. As memórias convergem ao lembrar da Rádio Difusora como um lugar de resistência da classe trabalhadora em suas lutas, bem como destacar sua importância na resistência ao golpe civil-militar. De acordo com as memórias de Feliciano (1992), no dia primeiro de abril de 1964, com a deflagração do golpe, se reuniram na praça Nereu Ramos, cerca de seis mil pessoas, principalmente mineiros e aposentados das minas de carvão e que a Rádio Difusora teve papel central na articulação de uma resistência ao golpe e na organização de uma greve geral, que havia sido convocada pela Central Geral de Trabalhadores (CGT).

De acordo com as memórias de Jorge Feliciano (1992, p. 4)

Tomamos conta da Rádio e ficamos comandando a greve da Rádio. A polícia pedia para a gente não deixar fazer desordem. [...] A cidade estava sob nosso controle. A polícia achava que nós tínhamos armas, mas nós não tínhamos. É que na assembleia eu havia dito que nós tínhamos armas. E aí foi um deus nos acuda porque todo mundo queria arma. Eu dizia que não estava na hora. Foi uma obra para segurar o pessoal. Eu disse que tínhamos armas porque se a polícia descobrisse que nós não tínhamos – e dentro da assembleia sempre tinha um policial infiltrado – ela invadia o sindicato. Dez policiais nos colocariam a correr. Tive que blefar, fui obrigado. Para manter o movimento de pé. Nossa esperança era que o exército de Porto Alegre chegasse, repetindo o episódio de 1961. Por isso aguardávamos, por isso resistimos, os trabalhadores ficavam no sindicato, em frente à Rádio Difusora, na praça.

O prédio onde funcionava Rádio Difusora atualmente encontra-se descaracterizado, isso porque, em 1977, pouco tempo depois de um incêndio ter destruído os estúdios da emissora, a Rádio Difusora foi fechada pelo Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL). O incêndio consumiu as instalações da rádio no mesmo dia em que completava seu décimo quinto aniversário, no dia 13 de agosto de 1977. Segundo Rosa (2006), o real motivo que levou ao fechamento da rádio não foi o incêndio, para o autor, tais motivos que nunca ficaram bem esclarecidos, uma vez que a rádio foi interdita durante a ditadura e não possuía junto a DENTEL alguém que respondesse por suas atividades, porque seu proprietário Addo Vânio de Aquino Faraco foi perseguido e preso pelos militares em diferentes momentos da ditadura.

No período do golpe, Criciúma não possuía quartel⁹. O estabelecimento do golpe na cidade aconteceu através da chegada de tropas de Curitiba, vindas pelo Norte, passando por

⁹ Sobre o estabelecimento do quartel em Criciúma, ver ZANELATTO, J. H; TRICHES, Janete; CAROLA, C. R. Do Golpe Militar a Instalação do 28º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC): à ditadura civil-militar na capital nacional do carvão (1964 -1977). *Antítese*. v. 9, n. 17, p. 200-221, jan./jun. 2016.

Tubarão e Jaguaruna. Em Jaguaruna, o exército mandou emissários para encontrar com os grevistas, que difundiram a informação de que em Criciúma havia uma resistência armada. Na ausência de um quartel, havia na cidade apenas a iminência da polícia militar, que de acordo com Triches e Zanelatto (2015), era liderada pelo delegado Helvídio de Castro Veloso, que permaneceu inerte mediante os rumores. Nas memórias de Feliciano (1992), os grevistas esperavam que se repetisse o que aconteceu em 1961, durante a campanha da legalidade, quando o 3º Exército veio de Porto Alegre, sob comando de Leonel Brizola, fez trincheiras entre Criciúma e Içara para garantir a posse de João Goulart, um acontecimento inexplorado na historiografia local, mas que é brevemente mencionado em algumas entrevistas. Feliciano narra os acontecimentos durante o golpe de 1964 da seguinte maneira:

O exército de Tubarão se deslocou até Jaguaruna. De lá, eles mandavam emissários, pedindo que fechássemos a rádio. Nós devolvíamos pedindo que eles viessem fechar. Eles não vinham porque achavam que nós estávamos armados. A greve, só de mineiro, que com aposentado juntava perto de seis mil pessoas na Praça. Ficamos nessa até dia 02 de abril. Mandamos gente para Porto Alegre para ver se o exército viria. Estávamos acabados, entre o exército de Jaguaruna e a polícia daqui. O exército de Porto Alegre não veio para nortear a caminhada (FELICIANO, 1992, p. 4).

Ciro Manoel Pacheco da alguns detalhes sobre o encontro como as tropas militares em Jaguaruna:

Difusora no ar. Convocando os trabalhadores. E a coisa fechou mesmo, eu não era muito de política, eu estava na base. Peguei, eu e um primo, “Vamos Jorge?” e fomos a Jaguaruna ver se o exército estava vindo, para proteger os companheiros porque a gente não sabia. Chegamos em Jaguaruna, eles estavam vindo e nós voltamos, o jipe quebrou na viagem, pegamos uma carona e viemos embora. E aí, tudo bem, eles entraram. Para eles, nós estávamos todos armados dentro da chapa. Viemos embora, cada um foi para sua casa e foi todo aquele barulho, da “revolução”, do golpe né (PACHECO, 2012, p.11).

De acordo com as memórias dos entrevistados, ao perceberem que o exército de Porto Alegre não viria em socorro dos grevistas, o movimento acabou se esfacelando, várias pessoas foram presas, entre lideranças sindicais, vereadores, jornalistas e pessoas que apoiaram o movimento de resistência ao golpe em Criciúma, ou que possuíam uma história de luta trabalhista ou ativismo político na cidade. Segundo os entrevistados Jorge Feliciano (1992) e Ciro Manoel Pacheco (2012), as prisões foram rápidas e executadas com muita facilidade, isso porque a direita era muito organizada na cidade e havia muitas pessoas dispostas a cooperar e denunciar. Sobre esse processo, Feliciano narra:

Eles nos pegaram porque não faltou quem nos denunciasse. O padre Stanislaw Cizeski comandava, era o centro de informações. Ele que dava. Foram pegando pelas dicas que ele dava. Os políticos e os vereadores do PSD e mais da UDN, que apoiavam o golpe, também foram pegando um e outro (FELICIANO, 1992, p.4).

Antes das prisões, no entanto, a Rádio Difusora ainda foi palco de uma última cena de resistência. Segundo Marli Paulina Vitali (2013), ao analisar o posicionamento da União dos Estudantes Secundários de Criciúma (UESC) entre 1960 e 1966, alguns estudantes da instituição protestaram contra o golpe utilizando a Rádio Difusora como cenário. A UESC não agiu diretamente, isso porque, havia dentro do movimento estudantil cricumense, aqueles que defendiam posições mais direitistas e aqueles que se posicionavam à esquerda. De acordo com as memórias de Ana Maria Bristot, membro da UESC e engajada no lado mais radical do movimento:

Quando os militares entraram em Criciúma, eu fiquei em cima do prédio da Rádio Difusora, que estava instalada ao lado da Igreja Matriz de São José. Ali tem até hoje a Galeria Benjamin Bristot. No primeiro andar funcionava a Rádio Difusora. Quando eclodiu a revolução, que veio de Florianópolis, depois Tubarão, depois Criciúma, eu via os “milicos” saltando dos trens. Nós fizemos uma espécie de barricada lá na Rádio Difusora. Cada um levou um monte de ovos e jogávamos nos “milicos”. (BRISTOT, apud. VITALI, 2013, p. 122)

Assim que os militares efetivaram o golpe civil-militar em Criciúma, em dois de abril de 1964, de acordo com Triches e Zanelatto (2015), foram presos, os principais membros da executiva do PTB na cidade: seu presidente e dirigente da Rádio Difusora Addo Vânio de Aquino Faraco; os vereadores José Martinho Luiz e Abílio dos Santos; além do médico Manife Zacarias, que era um conhecido líder local do Partido Comunista.

Além disso, a Rádio Difusora foi fechada e o Sindicato dos Mineiros de Criciúma posto sob intervenção. Volpato (2001) afirma que em 10 de abril de 1964 o Sindicato dos Mineiros de Criciúma foi posto sob intervenção e sua diretoria foi presa com outros 40 mineiros, sob acusação de práticas subversivas e de serem filiados ou simpatizantes do Partido Comunista.

Triches e Zanelatto (2016), bem como Modolon (2013), afirmam que o primeiro local utilizado para deter os presos políticos em Criciúma foi a E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse. Uma vez que Criciúma não possuía quartel, as prisões foram executadas pelo Exército de Tubarão e desde então, se instalou na cidade o 23º Regimento de Infantaria de Blumenau, que sob liderança do coronel Newton Machado Vieira, foi responsável por realizar o inquérito policial militar das prisões.

Nas memórias de Jorge Feliciano (1992), presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma na época, o entrevistado mencionou que chegou a cogitar a possibilidade de fugir em um momento de desespero, especialmente por conta de notícias de acontecimentos

extremamente violentos envolvendo países vizinhos. No entanto, ele ressalta dolorosamente que devido a sua condição de trabalhador e pai de família, a fuga ou o exílio eram utopias impraticáveis:

Fiquei sete dias escondido. Depois disso nos apresentamos. O Brizola e os outros saíram do país. Operário não pode deixar o país numa hora dessas, não pode! [...] Ninguém tinha ideia do que ia acontecer. Se prenderiam, ou se chegariam atirando para nos matar. Relutando, acabei aceitando a sugestão, peguei um carro, dinheiro emprestado e um revólver. Levei junto o Verdieri, ele emprestou tudo. Eu tinha nove filhos. O mais velho tinha 12 anos. Como eu ia fugir? Não tinha a intenção de fugir. Me escondi para dar tempo e ver o que eles iam fazer. Eles abriram inquéritos e então me apresentei. Cheguei em casa depois de sete dias, quando o dia começava a clarear. Mandei dizer pra alguns médicos, pessoas bem-conceituadas na cidade, [...] que eu estava em casa e eles podiam avisar os milicos. Pedi para ficar em casa aquela noite com os filhos, que estavam inconsoláveis. À noite, o Dr. David foi com um tenente lá em casa me buscar. Isso era nove, ou dez de abril (FELICIANO, 1992, p. 3).

O entrevistado continua sua narrativa destacando a E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse como local inicial de sua prisão e afirma que já havia outras pessoas detidas lá. Segundo Feliciano (1992), depois de alguns dias na Escola, os presos foram transferidos para o prédio onde funcionava o Plano do Carvão (local onde atualmente está sediado o Centro Cultural Jorge Zanatta):

Me trouxeram para o Colégio Professor Lapagesse, onde havia outros presos políticos. De lá fomos transferidos para o Plano do Carvão. No Lapagesse, ficamos uns 15 dias presos, cercado pelos milicos. Éramos mais de 40 presos políticos. Os interrogatórios começaram só quando fomos transferidos para o Plano do Carvão. No Lapagesse não podíamos receber visitas, mas comíamos, dormíamos e conversávamos entre nós (FELICIANO, 1992, p. 4).

Na Escola, segundo Triches e Zanelatto (2015), de forma improvisada, os prisioneiros foram separados em grupos e para inviabilizar qualquer articulação, os principais líderes identificados entre os prisioneiros foram colocados em celas isoladas. Nesta pesquisa estas celas serão tratadas como salas de aula, visto que o local dessas prisões era antes de qualquer coisa, uma escola em funcionamento. Uma pista desse processo foi encontrada nas memórias de Marlene Schaarschmidt. Marlene foi professora na E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse e no contexto do golpe civil-militar, em sociedade com a professora Jessy

Cherem¹⁰, fundou o jardim de infância Pequeno Príncipe, que atendeu justamente as crianças que migraram da escola Lapagesse¹¹. Sobre esse processo, Marlene narra:

Naquela época pegamos algumas crianças bem estressadas com o problema da ditadura que houve, o exército invadiu e tomou conta do Colégio Lapagesse, muitos ficaram apavorados, ninguém mais queria ir para o Lapagesse, por conta da ditadura militar, então muitas dessas crianças foram levadas para estudar no nosso jardim de infância. Nós tínhamos que ter tato, conhecimento, muito cuidado ao tratar com essas crianças. Tínhamos que ser jeitosas com eles, para eles perderem esse medo (SCHAARSCHMIDT, 2019, p. 3).

Em sua narrativa, Feliciano (1992) afirma que não houve interrogatórios no período em que esteve preso na E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse e nem a prática de tortura. Segundo Feliciano, os interrogatórios eram bem pontuais: “queriam saber se éramos comunistas. Porque tínhamos feito a greve. Porque tínhamos apoiado o Jango, em 1964. Porque não tínhamos participado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade” (FELICIANO, 1992, p. 4).

Ciro Pacheco (2012) nos conta que a tortura era uma grande preocupação na época, de modo que se estabeleceu um medo generalizado entre aqueles que participaram da resistência ou tinham uma vida política ativa: “nos presos na época, não houve tortura. Nada. O grande medo que a gente tinha quando eles dominaram a situação toda, é que houvesse um radicalismo de direita. Como foi em outros países ainda por cima” (PACHECO, 2012, p. 13). O conhecimento sobre não estar havendo tortura, foi decisivo para os acontecimentos subsequentes, uma vez que, poucos dias após as primeiras prisões, se iniciou o que Triches e Zanelatto (2016) chamam de segunda grande triagem.

A segunda grande triagem é relatada pelos dois entrevistados, que visitam e destacam outro espaço urbano marcado pelo uso repressivo dos militares. Em suas memórias, Ciro Pacheco (2012) conta que o estádio Heriberto Hülse, sede do Criciúma Esporte Clube, um dos principais times de futebol da cidade, foi utilizado como espaço para triagem e interrogatórios de um grande grupo de pessoas, sobre os acontecimentos do dia do golpe civil-militar na cidade.

¹⁰ Sobre Jessy Cherem, consultar: WASCHINEWSKI, Susane da Costa. **JESSY CHEREM (1929-2014): PERCURSOS DA PROFESSORA CATARINENSE E SEU ARQUIVO EM TRÊS TEMPOS**. 2020. 251 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/296/SUSANE_DA_COSTA_WASCHINEWSKI_Tese_161549_14620243_296.pdf Acesso em: 01 jun. 2021.

¹¹ A entrevista com Marlene Schaarschmidt foi concedida a Susane Waschinewski para sua pesquisa de doutorado em março de 2019.

Segundo Triches e Zanelatto (2015) afirmam que cerca de mil trabalhadores foram convocados para interrogatório.

Essas convocações, de acordo com Ciro Pacheco (2012), aconteceram através da Rádio Eldorado, destacando mais uma vez a importância da rádio como meio de comunicação e o antagonismo das principais emissoras da cidade no processo do golpe:

Não lembro quantos dias depois nós fomos convocados para o Campo do Criciúma. Nos convocaram para o Campo do Criciúma e por nome, comunicado pela Rádio Eldorado. Grupo Freitas. E como naquele tempo a cidade era menor, uma convocação como essa, todo mundo conhecia todo mundo e um passava para o outro. Que eu me lembro, nós não recebemos nenhum documento oficial em casa (PACHECO, 2012, p. 12)

Aparentemente, os delatores ocuparam um papel importante no núcleo da repressão da cidade de Criciúma, indicando os líderes políticos e sindicais na primeira leva de prisões, como mencionado anteriormente a partir das memórias de Jorge Feliciano, mas também nas prisões posteriores, como mencionado por Ciro Pacheco. Triches e Zanelatto (2016) ao falar da segunda triagem, apontam também o delegado regional de polícia Helvídio de Castro Veloso Filho como delator, juntamente com o padre Stanislau Cizeski. Além desses nomes, é mencionado também Diomício Freitas, minerador e proprietário da Rádio Eldorado, onde aconteceram as convocações. Reforçando essa perspectiva, Pacheco (2012) afirma que nenhum documento foi enviado para a casa dos trabalhadores convocados a se apresentar no Estádio, de modo que, fica subentendido que não havia um inquérito em andamento para a realização de tais convocações, como havia no caso das prisões na Escola.

Além disso, nos relatos de Ciro Pacheco (2012), o entrevistado analisa as prisões como “festivas”, isso porque como identificado em outras fontes, os principais líderes sindicais e políticos já haviam sido presos anteriormente, imediatamente após o golpe, com a ajuda dos delatores. Segundo suas lembranças, a principal pauta dos interrogatórios era confirmar as identificações dos membros dos Grupos dos Onze, que se organizaram na cidade nos anos anteriores ao golpe. Para o entrevistado:

As prisões foram meio festivas. Nos prenderam e nós fomos para o campo do Criciúma, os “Comandos de Onze”, do Brizola... Como é que eles procederam: líderes e vice-líderes do comando, era um oficial quem interrogava e os demais era um sargento, ou um tenente. Mais objetivamente, diziam que o Brizola era comunista, que o Jango era comunista, que iam levar o país para uma ditadura comunista. Toda aquela baboseira deles. Eu lembro, do capitão me interrogando dessa forma: eu o questionei, “o senhor, quando o Jango era presidente da República, o Brizola era governador do estado do Rio Grande do Sul, o senhor sabia que ele era comunista?” [...] E aí ele “Sabia”. “Por que o senhor não veio como capitão aqui avisar a gente?” Ele “embrabou...” Nós chegamos, aproximadamente, dez horas da manhã e saímos três horas da tarde, quatro horas da tarde... (PACHECO, 2012, p. 13)

Além de presente nas memórias de Pacheco, outros entrevistados evocam essa lembrança. Em suas memórias, Feliciano (1992) também relaciona as prisões no Estádio Heriberto Hülse, com os Grupos dos Onze e explica a invisibilidade desses grupos em fontes escritas. Isso porque, além de as convocações para o Estádio terem ocorrido através Rádio Eldorado, sem nenhuma comunicação oficial aos convocados, elas também foram feitas logo após as prisões dos líderes sindicais e a intervenção no Sindicato dos Mineiros de Criciúma, onde se encontravam as fichas de inscrição nos grupos, que eram organizadas pelo Sindicato. Essa narrativa, de certa maneira, diverge dos apontamentos de Pacheco sobre a importância dos delatores, complementando o fato de que os convocados para o Estádio também tinham seus nomes em documentos apreendidos durante a intervenção no sindicato. Feliciano (1992, p. 6) afirma que:

Era pego lideranças de cada bairro e fazíamos um grupo. Eu era um dos cabeças. Eram vários grupos. Nós fazíamos as fichas com o líder, o vice-líder, o tesoureiro e ao todo eram onze. Essas fichas estavam no sindicato. O pacote dava uma altura de meio metro. Quando eles tomaram conta do sindicato, eles pegaram aquelas fichas. Por elas, eles convocaram pessoal de todos os grupos dos onze. Eram mais ou menos mil e quinhentas pessoas. Essas pessoas foram convocadas e ficaram no Campo do Comerciarío Esporte Clube, atual Criciúma Esporte Clube.

Assim como os usos da E.E.F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse durante o período da ditadura, o Estádio Heriberto Hülse tem esse episódio apagado de sua história, de modo que, existem poucas menções na historiografia sobre tais acontecimentos e eles são completamente invisíveis na cronologia oficial do clube disponível no Estádio e no site oficial¹². O mesmo apagamento se estabelece sobre o edifício onde hoje se encontra o Centro Cultural Jorge Zanatta. O edifício foi utilizado como sede dos militares e prisão política em Criciúma, após a Escola e por um tempo ainda maior, uma vez que a cidade não possuía quartel e o 28º Grupo de Artilharia de Campanha (28º GAC) só chegou na cidade em 1977.

O Plano do Carvão aparece nas memórias de muitos militantes que vivenciaram o período e acabaram passando pela prisão no local. Ele foi construído em 1942 para sediar as instalações do DNPM, posteriormente Plano do Carvão e durante as décadas de 1960 a 1980 foi um espaço ocupado pelos órgãos de repressão da ditadura militar em Criciúma, sendo utilizado inclusive como local de prisão, mas também não há menção no site oficial¹³ da Fundação Cultural de Criciúma, onde existe uma cronologia sobre o edifício, que é um

¹² Site oficial do Criciúma Esporte Clube: <https://www.criciuma.com.br/historia>.

¹³ Site oficial da Fundação Cultural de Criciúma: <https://fcc.criciuma.sc.gov.br/institucional#conthist>.

patrimônio histórico tombado onde funciona o Centro Cultural Jorge Zanatta e é sede da Fundação.

Os líderes sindicais presos em 1964 em Criciúma, inicialmente conduzidos a E. E. B. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse, em seguida foram conduzidos ao DNPM e lá interrogados sobre seu envolvimento com as resistências, o PCB, os sindicatos, inclusive era especulado sobre o apoio do ex-presidente João Goulart às manifestações que aconteciam na cidade. Jorge Feliciano (1991) rememora em sua narrativa que os interrogatórios eram conduzidos sem que os interrogados tivessem contato entre si e apresenta alguns pontos da pauta dos interrogadores em seu depoimento, que segundo ele teve duração de aproximadamente três horas:

Com a transferência para o Plano do Carvão, nos dividiram em três grupos, em salas separadas. Os depoimentos iam sendo tomados. Nós não tínhamos contato com aqueles que já havia. O Major Campos nos interrogava. Eles queriam saber se éramos comunistas. Porque tínhamos feito greve. Porque tínhamos apoiado o Jango, em 1964. Porque não tínhamos participado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Disse que a liberdade pretendida era dos poderosos, não da classe trabalhadora. Ele não quis escrever e eu disse que não assinaria o depoimento. Meu depoimento durou três horas. (FELICIANO, 1992, p. 3).

Jorge Feliciano relata também, que sua prisão em Criciúma durou cerca de 120 dias, dos quais trinta dias se passaram na E.E.F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse e noventa dias no DNPM. Após esse período, os presos políticos foram transferidos para Curitiba. Com exceção de Feliciano, que não foi transferido devido a questões pessoais, mas foi liberado à medida em que os demais presos políticos foram liberados em Curitiba. Desse período, o entrevistado relata suas angústias e o sofrimento psicológico ao qual foi submetido durante a prisão, bem como as consequências desse episódio. Isso porque após sua soltura, Jorge Feliciano continuou aprisionado ao estigma de ex preso político e inimigo do regime, não conseguindo emprego e passou a ser apontado nas ruas por seus conterrâneos.

Ficamos presos 120 dias. No Plano do Carvão ficamos 90 dias. Depois fomos para Curitiba. [...] Meu décimo filho nasceu morto, com minha esposa doente, eles me deixaram aqui, enquanto os demais companheiros iam sendo transferidos para Curitiba. O Plano do Carvão era uma repartição do governo, que foi requisitado pelos milicos, que tomaram conta. O pessoal do Plano não teve qualquer atuação ou participação no episódio, na nossa prisão. Quem comandou o inquérito foi o 23º R.I. de Blumenau. Quem nos prendeu foi o exército de Tubarão, depois se sediou aqui o comando do 23º R.I. de Blumenau, do Coronel Newton Machado Vieira [...]. A constituição dizia que ninguém podia ser preso por mais de 80 dias sem culpa. [...] Ficamos respondendo inquérito em liberdade. Os processos foram para a 5ª Região Militar em Curitiba, onde nós íamos periodicamente prestar depoimentos e fomos julgados. Fomos soltos. Alguns voltaram ao trabalho. Outras empresas aproveitaram o embalo e demitiram. Eu fui um deles. Era fichado na Boa Vista. Aí começou a verdadeira luta: pela sobrevivência. Houve uma determinação que todo operário para

ser admitido precisava de um atestado de boa conduta da polícia. Nós respondíamos a um inquérito. [...]Ninguém dava emprego. (FELICIANO, 1992, p. 4)

Segundo Jorge Feliciano (1992), no DNPM os presos eram constantemente submetidos à tortura psicológica e a violência física foi inferida apenas contra Nascimento de Brobio, pois os militares acreditavam que Brobio havia fugido com Aldo Dietrich, advogado do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, muito procurado na época e que possivelmente sabia o paradeiro dele.

Além dessas memórias, é possível encontrar nas entrevistas relatos sobre as prisões durante a Operação Barriga Verde (OBV). Segundo Celso Martins (2006), a operação militar desencadeada por órgão do Estado para investigar e prender os responsáveis pela reestruturação do PCB em Santa Catarina entre 1975 e 1978, que prendeu 42 pessoas no estado, dentre elas, 13 pessoas relacionadas ao movimento operário de Criciúma e ao Sindicato dos Mineiros de Criciúma, eram elas: Amadeu Hercílio da Luz, Jobe Silva da Nova, Jorge João Feliciano, Jorge Vieira, Lourival Espíndola, Luiz Jorge Leal, Paulo Antônio, Roberto Cologni, Roque Felipe, Sebastião Ernesto Goulart e Túlio Valmor Bresciani. Além destes 11 que residiam em Criciúma no momento da prisão, houve aqueles que foram presos em decorrência de sua história de luta e resistência, que em parte se deu na cidade e vinculada ao sindicato, como no caso de Ciro Pacheco e Walter Henrich Willy Horn.

No entanto, essas prisões não aconteceram na cidade. Os presos eram imediatamente levados para o quartel de Curitiba e eram interrogados lá. Segundo Pacheco (2012, p.)

Quando chegou perto de Curitiba, botaram uma toca na cabeça... Me levaram lá para o açougue deles... [...] E na mesa do interrogador eu me sentei, tinha uma fotografia minha dentro da pasta, [...] ele olhou para mim e disse assim: “Você tem consciência que você está numa sala de interrogatório no Paraguai?” [...] O que eles queriam, na verdade, era dar um golpe, dentro do golpe. Um golpe, dentro do golpe. Como estava acontecendo aquela política de abertura gradual deles, a direita não estava satisfeita. Extrema direita... Então, o que que eles fizeram: eles desencadearam um processo de prisão no Brasil, para chegar no Partido e botar debaixo do braço as eleições: “A subversão continua no país”, tem que limpar daí. Isso que eles queriam na verdade. “Inclusive fazer uma limpeza no Estado Santa Catarina.” Eles diziam claro pra nós no interrogatório: “Vocês não têm governador, vocês têm uma mulher no comando. Nós vamos tomar dele”. (PACHECO, 2012, p. 20)

Através das entrevistas, é possível observar um endurecimento nos interrogatórios e nas prisões, que passaram a ser descritas como sequestros. Pacheco (2012, p. 14) narra que “A gente já sabia dos sequestros. Porque até ali, todos os dias que eu vinha embora a polícia vinha atrás de mim. Eu era perseguido permanente. Inclusive na minha casa, ficavam escutando. Era uma perseguição permanente”. Isso pode ser atribuído, entre outros fatores, a OBV ter sido

implementada após o Ato Institucional Número 5 (AI-5), que foi responsável por um endurecimento por parte dos militares sob pretexto de combater a luta armada.

Como apresentado neste capítulo, a história da ditadura civil-militar em Criciúma é complexa e permeada por relações de poder que envolvem diferentes sujeitos históricos e suas memórias. Essas memórias serão retomadas no capítulo dois, durante a apresentação do produto desta dissertação. De modo que, essas memórias darão corpo à construção de uma narrativa histórico escolar e uma proposta de educação patrimonial, que percorrerá os lugares aqui apresentados como palco dessa narrativa, a partir das experiências dos sujeitos que aqui também são introduzidos.

2.3 AS MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR EM CRICIÚMA COMO UM TEMA SENSÍVEL NO ENSINO DE HISTÓRIA

A memória é uma fonte histórica e ao mesmo tempo uma categoria de análise. No caso de histórias sensíveis, controversas ou condenadas socialmente no presente, o passado pode ser silenciado voluntariamente, ou de forma sistemática a partir da condenação moral desses acontecimentos. Eventualmente, esse fenômeno pode ser explicado como forma de conciliação. Isso porque, em alguns casos, à medida em que esse passado passa a ser condenado, há o apagamento de sua história no presente, estabelecendo uma amnésia coletiva que toma conta da sociedade e leva a um esquecimento conciliatório e pacificador. Quando ocorre, esse processo tem como finalidade a conciliação entre passado e presente e acaba por colocar panos quentes nas versões dissonantes dessas histórias, privilegiando as versões hegemônicas e os grupos sociais com maior poder. Esse processo se assemelha ao que aconteceu no Brasil com relação à ditadura civil-militar.

No entanto, a condenação moral desses acontecimentos também pode ocasionar o processo oposto, levando a consolidação de uma memória que condene tais acontecimentos para que não se repitam. Como ocorreu no caso da Argentina, em relação à última ditadura implementada no país.

Há ainda outros tipos de silêncio, como é o caso de memórias tão traumáticas, em que a lembrança acaba sendo tão dolorosa, que se torna insuportável para o sujeito que narra. Nesses casos, pode ocorrer um silêncio voluntário, por parte do próprio sujeito, daquilo que ele quer esquecer e que ao mesmo tempo é indizível e não se consegue lembrar, tamanha é a dor que as lembranças causam. Desse modo, a construção da memória, em seu movimento e de lembrar e

esquecer, voluntária e involuntariamente, tem mais relação com o presente, do que com o próprio passado.

Mediante tais considerações, as memórias da ditadura civil-militar brasileira e em Criciúma são interpretadas nesta pesquisa, como parte de um período traumático e controverso da história da cidade, permeadas por diferentes tipos de silêncio e disputas de poder, configurando um tema sensível na História e no seu ensino.

Apesar das discussões sobre temas sensíveis ainda serem pouco exploradas no Brasil, as pesquisas sobre a temática têm crescido e ganhado espaço no debate acadêmico das últimas décadas, em consonância com o que ocorreu em outras partes do mundo desde os anos 1980, com a explosão da memória. Segundo Heymann (2006), isso está ligado à pluralização das identidades no mundo globalizado e a emergência de diversos grupos identitários, que buscam incluir suas memórias no espaço público. Ao focar na afirmação de sua identidade, esses grupos trazem à luz memórias para a qual buscarão reconhecimento. Para a autora,

com as lutas por direitos, ganha lugar a luta por manter viva essa memória, mas também por conquistar espaço no discurso histórico a partir de uma revisão das interpretações sobre o passado, por figurar nos livros e manuais escolares, por ver-se incluído no calendário oficial de comemorações, reivindicações que têm como objetivo reparar o silêncio e a invisibilidade que, muitas vezes, marcaram a vida dessas coletividades, e promover a sua integração à história da nação a partir de uma nova perspectiva. (HEYMANN, 2006, p. 3)

Nesse contexto, surgiu na França o conceito de *devoir de la memoire*, traduzido como dever de memória, especialmente devido a luta dos descendentes de sobreviventes do holocausto pelo reconhecimento de suas memórias e justiça, partindo do pressuposto que memórias de sofrimento e opressão geram obrigações, por parte do Estado e da sociedade, em relação às comunidades portadoras dessas memórias.

No Brasil, assim como em Criciúma, memória e ditadura civil-militar estão no centro de uma série de disputas narrativas e ainda hoje, seus fatos não estão completamente elucidados. Isso porque, como já dito anteriormente, com o fim da ditadura civil-militar brasileira e a construção de uma memória hegemônica de conciliação, o reconhecimento das memórias subterrâneas e justiça por parte das vítimas de terrorismo de Estado, ainda é um espaço em construção. Cabe mencionar, que mesmo em países em que o debate sobre a condenação moral desses acontecimentos é mais avançado, como é o caso da Argentina, o período ainda é objeto de tensionamentos.

Isso porque, segundo a tradição francesa, os temas sensíveis devem ser entendidos como temas carregados de emoções, politicamente sensíveis e situados em um espaço evidente

e importante para o presente e para o que se espera do futuro. Desse modo, os temas sensíveis implicam em disputas de interesses e valores entre grupos distintos, podendo representar constrangimento para alguns segmentos da sociedade. Ou seja, um tema sensível seria uma questão “carregada de emoções, politicamente sensível, intelectualmente complexa e importante para o presente e o futuro em comum. Geralmente, implica o confronto de valores e interesses e pode ser, para um grupo, um constrangimento na tomada de decisões” (TUTIAUX-GUILLON apud. GIL e EUGENIO, 2018, p. 142).

Em diferentes literaturas, os temas sensíveis podem aparecer também como “questões quentes”, “difíceis”, “vivas”, “controversas” ou “socialmente relevantes”. Para os pesquisadores alemães, como aponta Schmidt (2015), trata-se de uma História Pesada, ou *Burdening History*. A “História Pesada” está relacionada a disputas no presente, pois envolve sentimento de culpa, responsabilidade, vergonha e luto e que precisam ser intermediados para que seja possível uma análise histórica efetiva, bem como aprendizagem histórica. Para os espanhóis, a temática vem sendo tratada como “temas socialmente relevantes”, porque referem-se a questões que ainda estão em pauta na sociedade atual, mesmo quando situadas no passado, trata-se de um passado presente, um passado que ainda não passou por completo. Ou como aponta Alberti (2016), dialogando com a produção inglesa, os temas sensíveis, são assim considerados porque implicam no reconhecimento de injustiças que foram cometidas no passado, contra uma pessoa ou grupo, provocando no presente o choque de diferentes versões do passado: memórias em conflito.

Considerando os elementos de consenso, podemos definir os temas sensíveis como aqueles que são importantes para cada sociedade no presente, por tratar-se de questões que, apesar de terem acontecido no passado, não estão completamente superadas e, por isso, possuem marcas evidentes no presente. Ao mesmo tempo, é possível considerar que se trata de acontecimentos passados que envolvem a violação dos direitos humanos, mas não se limitam a isso. São questões que ainda tem seus processos de reparação em curso e não há um consenso na sociedade sobre esse passado.

Desse modo, podemos entender que um tema só é sensível à medida que ainda é uma questão não resolvida para uma determinada sociedade. Cada sociedade, possui questões específicas, por exemplo, na Inglaterra, na França e na Alemanha é possível destacar o antissemitismo e a imigração. No caso brasileiro, bem como de outros países da América Latina, Alberti (2016) aponta como temas sensíveis, as ditaduras militares, as questões de gênero, atravessadas especialmente pelo machismo e LGBT-fobia, tão em pauta atualmente, tal como a violência de gênero, o racismo e a intolerância religiosa. Esses temas são sensíveis, pois

ainda hoje estão presentes em nossa sociedade como questões não resolvidas, suas narrativas encontram-se no seio de disputas políticas e relações de poder variadas. Esses temas ainda hoje causam dor e sofrimento na vida de milhares de pessoas, pois estão relacionados a traumas e ressentimentos.

Por isso essas questões são sensíveis para aqueles que têm algum tipo de relação com os temas, pois estabelece uma disparidade entre a narrativa Histórica e as memórias familiares e/ou da comunidade, bem como seus valores. Eis o grande problema em se tratar os temas sensíveis, já que “a sala de aula é tudo, menos homogênea” (ALBERTI, 2016, p.40). Em geral, no ensino de História, a narrativa histórica sempre irá contrapor memórias, valores, ou “convicções” de alguém.

Nesse sentido, Rosa (2020) também propõe que o ensino dessas questões precisa de atenção especial, até mesmo porque o aluno já chega em sala de aula com alguns conhecimentos de história de acordo com sua própria memória e acesso a documentários e filmes, por exemplo. Por isso a importância de que o professor observe a cultura escolar, que abrange todos esses aspectos, trazendo e problematizando diferentes pontos de vista para a sala de aula. Ademais, conforme a proposta de Zanotto (2021), tendo em mente que a história é pautada por relações humanas, o seu ensino deve estar pautado sob a mesma perspectiva. Mesmo assim as propostas didáticas não precisam sempre ser executadas nos mínimos detalhes, como se fossem caixas fechadas, pois a própria complexidade de algumas propostas pode acabar afastando educadores da utilização de novas abordagens didáticas que possivelmente beneficiariam suas turmas.

No caso da ditadura civil-militar brasileira, apesar da tentativa de uma conciliação, destacam-se nas disputas pelas memórias, as famílias que nunca encontraram seus entes queridos desaparecidos. Segundo os relatórios oficiais da Comissão da Verdade, cerca de 210 pessoas ainda se encontram desaparecidas. Além disso, esse grupo engloba todos aqueles que foram perseguidos e vítima do terrorismo de Estado, tendo sua liberdade cerceada e seus direitos humanos violados. Ao passo que, em situação de constrangimento mediante a condenação do presente, muitos dos agentes de repressão responsáveis por torturas e assassinatos ainda não foram identificados e os arquivos continuam fechados.

Além disso, Alberti (2016) lança um olhar problematizador às questões sensíveis, ao apontar para a própria História como um tema sensível, devido a sua natureza subjetiva. A História é atravessada pela subjetividade de diversos sujeitos e temporalidades, pois o historiador seleciona e analisa as fontes históricas no presente, a partir de sua subjetividade e do seu tempo, lidando com a subjetividade das fontes, produzidas em outro tempo e por outros

sujeitos, também subjetivos. Além disso, para a autora, grande parte da ação dos professores de História consiste em colocar em xeque noções de senso comum, que são tidas como verdades. Um movimento, que muitas vezes não é reconhecido como legítimo e o conhecimento histórico escolar acaba sendo tratado como senso comum pela sociedade.

Essa é uma das questões que se faz presente constantemente no cotidiano de professores, estudantes e pesquisadores da História: o conhecimento histórico é equiparado ao senso comum, de modo que, a narrativa histórica se iguala ao ato de lembrar, sem compromisso com o rigor da pesquisa histórica e feito sem mobilizar nenhum dos aspectos da operação historiográfica. Essa questão nos remete aos limites da História e da memória em sua representação do passado, como uma “coisa” ausente, pela anamnese ou reminiscência e torna evidente a importância do manejo das fontes históricas no ensino de História, sejam elas documentais, orais ou matérias. Além disso, evidencia a importância da História escolar, pois deixa claro que o ensino de História precisa discutir as questões sensíveis e contribuir para a promoção da reparação e da superação da memória hegemônica, bem como para a construção de conhecimento histórico escolar. Isso porque,

Cada vez mais a escola é chamada a ensinar o trauma, a injustiça, o preconceito e o sofrimento de forma que alunos e professores possam se encontrar com os debates que se apresentam na produção da história. Acreditamos que a História escolar pode contribuir no tensionamento das condições que tornaram possíveis o racismo, a violência e a desigualdade e, a partir disso, permitir a reflexão sobre o que nos configura hoje como nação. (GIL e EUGÊNIO, 2018, p. 141)

Contribuindo para a reflexão, Gil e Eugênio (2018) trazem para a discussão o próprio sentido de ensinar História, lembrando que o seu objetivo se pauta também nas expectativas de futuro e não apenas nas demandas do presente. De modo que tensionar o racismo, a violência, a desigualdade, a ditadura, nos permite pensar sobre os pilares da nossa sociedade e por tanto, podem levar a uma prática transformadora na vida prática.

Nesse sentido, Alberti (2016) destaca dois grandes desafios da prática docente no ensino de História: primeiramente o fácil acesso à História Pública, que leva os alunos a pensar que todo mundo sabe História e dificulta a compreensão de que a História ensinada em sala de aula difere das outras narrativas sobre a História devido a seu processo de produção de conhecimento, sendo resultado de uma operação historiográfica, produzido com rigor científico e historiográfico. Além disso, há a questão já mencionada anteriormente, de que os alunos são heterogêneos, possuem diferentes experiências, vivem inseridos em diferentes contextos e têm acesso a diferentes memórias. Por tanto, o ensino de História por si só já é controverso e essa controvérsia se intensifica quando lidamos com os temas sensíveis.

Verena Alberti (2016) define temas sensíveis, com base em um relatório da Associação de História da Inglaterra, como temas que envolvem a ideia de que injustiças foram cometidas no passado contra pessoas ou grupos, podendo levar a disparidades entre o que é ensinado nas aulas de História e o que é transmitido nas histórias da família, da comunidade, ou outras histórias. De modo que, podemos entender que os temas sensíveis são aqueles que, marcados por injustiças e violências, ainda ecoam no presente, permeados por disputas. Para a autora – assim como apontaram Gil e Eugênio (2018), os temas sensíveis devem ser tratados em sala de aula, por mais espinhosos que sejam e apesar de inúmeros temas sensíveis no Brasil, a ditadura é uma questão emergente.

Para a autora, existem alguns caminhos para a abordagem de temas sensíveis no ensino de História, especialmente através de quatro providências que devem ser adotadas pelos professores como essencialmente importantes:

A primeira é o **fato de que precisamos garantir um ambiente seguro** em nossas aulas, onde os alunos e as alunas se sintam confortáveis para discutir o assunto e expressar suas opiniões. A segunda é o fato de que, **em vez de tentar convencer nossos alunos e alunas de nosso ponto de vista** (o que evidentemente, é impossível), **precisamos buscar instrumentalizá-los** para que possam rejeitar tratamentos simplificados da questão e formar suas opiniões de forma balizada. Isso significa que o ideal é trabalhar esses temas no contexto de uma investigação. A terceira providência é o **uso de fontes efetivas, atraentes e estimulantes**, que possam engajar nossos alunos e alunas na direção do tema estudado. Fontes originais abrem a possibilidade de apreensões autênticas. E é aqui que pode entrar a História Oral, fornecendo trechos de entrevistas que, ao mesmo tempo, sensibilizem nossas turmas e as surpreendam e instiguem para que ampliem seu conhecimento. (Mas gostaria de ressaltar que esses trechos de entrevistas não devem ser, a meu ver, os únicos recursos de que lançamos mão num estudo desse tipo). A quarta providência é o fato de que precisamos **ir além da sensibilização de nossos alunos e alunas e propor reflexões**. Não podemos nos concentrar com um trecho especialmente envolvente de uma entrevista ou com um filme que os deixa tocados; após a sensibilização, é preciso trabalhar aquele assunto intelectualmente e, se possível, a própria sensibilização. (ALBERTI, 2016, p. 40-41 – *grifos meus*)

O apontamento mais significativo de Alberti (2016), está relacionado ao próprio objetivo de ensinar História. Para a autora, em vez de tentar convencer os alunos de um ponto de vista, expondo acontecimentos como uma verdade, o professor precisa buscar instrumentalizar os estudantes, para que eles possam se posicionar diante dos acontecimentos e fazer sua própria leitura. Isso porque, ensinar História vai além de transmitir conhecimentos sobre fatos e processos históricos, atravessando a própria natureza do conhecimento histórico.

Ensinar História, de forma significativa, é ensinar os alunos a pensarem historicamente. O ideal seria que todos os assuntos tratados em sala de aula fossem abordados dentro de uma perspectiva de educação problematizadora, especialmente os temas sensíveis,

para que os alunos pudessem mobilizar os conhecimentos e habilidades adquiridos para lidar com questões do presente, como *fake news*, por exemplo. Por isso, é tão importante o uso de fontes históricas em sala de aula, ao mesmo tempo que se ultrapasse o nível da sensibilização.

Ao lidar com as fontes históricas, os alunos podem compreender o que é o trabalho do historiador e como acontece a operação historiográfica, de modo que, possam identificar a natureza do conhecimento histórico e historiográfico, atribuindo a História o status de ciência e compreendendo sua diferença de outras narrativas sobre a História, bem como seus limites. Isso depende principalmente da maneira como os professores operam as fontes e quais questões são levantadas.

Coisas simples podem ser extremamente significativas, como, por exemplo, identificar a natureza da fonte – o que é a fonte, qual o contexto de sua produção e principalmente o que levou essa fonte a ser produzida e preservada, fazendo com que ela chegasse até a aula de História. Para justificar esse caminho, Alberti (2016) aponta o conceito de documento monumento desenvolvido por Le Goff, no qual o autor define que não existe um documento verdade, os documentos são vestígios que possuem diferentes narrativas e cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo, buscando compreender por que e por quem o documento é produzido e por que, dentre tantos outros, o documento foi preservado. Desse modo, o ensino de História não se limita à reprodução de um conhecimento produzido na academia, mas implica na produção de um conhecimento próprio do saber histórico escolar.

Desse modo, como apontam Pereira e Seffner (2008), a questão da subjetividade histórica torna-se um elemento central do ensino de História, fazendo com que os estudantes se tornem capazes de reconhecer na História o estatuto de uma ciência, com seus limites e suas possibilidades, aprendendo a desconfiar de qualquer fonte histórica e olhá-la como um monumento que sucessivas gerações classificaram, ordenaram e ressignificam, percebendo as fontes como representações sobre o passado.

Visto que o ensino da história do Regime Militar é um tema sensível que envolve diversas violações aos Direitos Humanos ocorridas no período, o roteiro para os professores deve ainda levar em consideração especialmente dois documentos do Ministério dos Direitos Humanos: o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e as Diretrizes para a Educação em Direitos Humanos, norteado pelo primeiro. O PNEDH (2007) estabelece que a educação em Direitos Humanos deve articular as seguintes dimensões:

Aprensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos

direitos humanos em todos os espaços da sociedade; formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.(PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, 2007, p. 11)

No mesmo sentido as Diretrizes para a Educação em DH, estabelecidas pela Resolução nº. 1, de 30 de maio de 2012, devem ser observadas pelas instituições de ensino e pelos educadores, conscientizando-os “de sua importância na formação de cidadãos para conseguirem passar aos educandos a certeza de que eles também são agentes dos direitos humanos” (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2013, p.44).

Também é possível pensar as atividades em sala de aula, de forma semelhante a oficina de educação patrimonial Resistência em Arquivo, desenvolvida no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). A oficina passou a ser desenvolvida em 2013, criada e oferecida através do Programa de Educação Patrimonial UFRGS-APERS, uma parceria entre o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Clarissa de Lourdes Sommer Alves (2015), em seu trabalho de conclusão de curso, apresenta uma série de reflexões sobre a construção e a execução da oficina, que é direcionada a estudantes do ensino médio e educação para jovens e adultos, de modo que os estudantes abordam previamente a temática em sala de aula e depois visitam o arquivo onde são realizadas as oficinas com documentos do acervo da Comissão Especial de Indenização. Em sua metodologia, a oficina se divide em outras duas etapas, que envolvem percorrer o arquivo e analisar documentos selecionados e editados, com a intervenção de oficinairos e para isso, os estudantes são divididos em cinco grupos, que entram em contato com um processo de indenização específico do acervo e outros materiais complementares que são incluídos para a oficina, como jornais por exemplo. Desse modo, os estudantes entram em contato com a história de diferentes sujeitos, oriundos de diferentes realidades e que vivenciam diferentes experiências no contexto da ditadura. As narrativas não se centram apenas nas experiências de tortura, mas na história dessas pessoas. Desse modo, a proposta de Educação Patrimonial da APERS, na prática, aborda a questão da ditadura civil-militar brasileira dentro da perspectiva dos temas sensíveis e desse modo configura-se em uma possibilidade para inspirar a organização das aulas de História e das oficinas com fontes históricas propostas no próximo capítulo.

3. UMA PROPOSTA DE ENSINAR A HISTÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM CRICIÚMA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA SENSÍVEL

A ditadura civil-militar brasileira, especialmente no que se refere às experiências vivenciadas na cidade de Criciúma, são aqui compreendidas como um tema sensível no ensino de História, como já delineado no capítulo anterior. Trata-se de um passado ainda vivo, com questões que são latentes em nossa sociedade e permeadas por relações de poder no tempo presente.

Ademais, devido a um longo processo de silenciamento que por muito tempo se impôs sobre o período, assim como a falta de condenação moral dos acontecimentos do período que configurou a realidade brasileira com a abertura lenta e gradual que sucedeu a ditadura, bem como dos próprios processos naturais da memória e suas dinâmicas sociais, destaca-se a necessidade de se estudar a temática a partir das memórias subterrâneas de sujeitos que vivenciaram o período por perspectivas divergentes da narrativa hegemônica.

Isso porque, desse modo, é possível compreender o período de uma forma sensível e voltada para esses sujeitos e suas experiências, não para números de mortos e desaparecidos, que podem ser utilizados de forma a relativizar e diminuir a intensidade da violência do período. Bauer (2011) aponta que nos discursos sobre a ditadura civil-militar brasileira, encontram-se afirmações que minimizam a gravidade e a violência do período, por conta do número de mortos, torturados e desaparecidos, que na visão de alguns militares, chega a ser modesto se comparado ao total de habitantes do país ou a países como a Argentina. No entanto, para a autora, “os números não são meios de medir dores e sofrimentos, aliás, não existe nenhuma forma para fazê-lo” (BAUER, 2011, p. 46). Isso porque, deve-se considerar que não os sequestrados, torturados, presos, mortos e desaparecidos são vítimas da ditadura, mas toda a sociedade, que foi submetida a um regime de terrorismo de Estado e viveu em estado de medo e alerta constante. Até porque, a diferença numérica entre países como Brasil e Argentina, pode ser explicada a partir de múltiplos fatores, como o fato de que o Brasil foi o primeiro país do cone sul a ter a ditadura implementada, fez com que muitos dissidentes se exilassem nos países vizinhos, de modo que, a Argentina foi o último país a viver um golpe civil-militar e por isso, abrigava em seu território muitos dissidentes não só do Brasil, mas de outros países do cone sul que já haviam vivenciado esse processo nos anos anteriores. Além disso, essa diferença pode ser percebida como um indicativo de que o Estado brasileiro já era mais violento e contava com diferentes estratégias de repressão, como a “judicialização da repressão”:

Enquanto houve cerca de 600 mortes e desaparecimentos no Brasil, chegaram até o Supremo Tribunal Militar, instância máxima para julgamento de crimes contra a segurança nacional, 7.378 processos – o que não corresponde à totalidade dos casos abertos. Da mesma forma, na Argentina e as 30 mil mortes e desaparecimentos estimados, não foram abertas mais de 350 causas (BAUER, 2011, p. 50).

Por isso, essa pesquisa se diferencia de outras existentes sobre a temática, dado o seu objetivo de analisar a ditadura civil-militar e seus desdobramentos na cidade de Criciúma não apenas sob a perspectiva da repressão e de números, mas da humanização da experiência dos sujeitos e suas memórias aqui apresentados.

Partindo dessa perspectiva, neste capítulo é desenvolvida uma proposta pedagógica que visa compor a dimensão propositiva desta pesquisa, parte obrigatória das dissertações produzidas no ProfHistória. Essa proposta consiste em estabelecer diálogos entre as memórias subterrâneas da ditadura civil-militar em Criciúma, tomadas como um tema sensível no ensino de História e a construção de uma proposta de Educação patrimonial em sala de aula.

Para isso, serão construídas reflexões a partir de autores já mencionados no capítulo anterior, como Alberti (2016), que aponta, por exemplo, para a importância de fazer com que as polaridades em torno de um tema sensível não se tornem um obstáculo para a aprendizagem dos alunos, sugerindo caminhos para que isso ocorra. Afinal, um tema é sensível de fato, quando possui questões não resolvidas no presente, de modo que, ainda existam injustiças reais percebidas sobre ele. No caso da ditadura civil-militar, parte dessa injustiça reside, entre outros aspectos, na não reparação ou reconhecimento dos crimes de terrorismo de Estado cometidos e na invisibilidade das experiências traumáticas de inúmeros sujeitos que vivenciaram o período em questão. Em Criciúma esse quadro não é diferente, uma vez que impera a percepção de que tais atrocidades não aconteceram na cidade.

Essa proposta visa redimensionar essa percepção especialmente nas novas gerações e por isso se direciona à educação básica, sendo adaptável tanto a estudantes do ensino fundamental anos finais, quanto do ensino médio. Isso porque, ressalta-se aqui a importância do professor enquanto mediador dos processos de aprendizagem, uma vez que cabe ao professor a escolha do que ensinar e das estratégias para que de fato a aprendizagem aconteça. Além disso, destaca-se o protagonismo dos professores enquanto intelectuais e a importância de sua práxis, sendo estes os mais indicados a fazer as adequações necessárias e conduzir as reflexões de acordo com a faixa etária e os níveis de progressão de aprendizagem histórica de cada turma e cada estudante. Afinal, a intenção da proposta bem como dos materiais que a integram é ser flexível e difusa, capaz de se adequar a diferentes realidades, seja para as diferentes turmas da educação básica em suas diferentes faixas etárias, como professores e estudantes de outras

localidades, que podem ter uma experiência diferenciada a partir do contato com os documentos disponibilizados, ou adaptando a metodologia a outras fontes e outros sujeitos históricos a serem estudados.

Cabe também mencionar que esta proposta não foi executada, tendo em vista que no período ocorreu a pandemia de COVID-19, impedindo as atividades presenciais e na sequência houve a impossibilidade por questões geográficas, pois devido a aprovação em um concurso público para o magistério estadual, precisei deixar a cidade de Criciúma e me mudar para a região do Alto Vale Catarinense, onde venho atuando como professora nos últimos dois anos. Logo, esta proposta consiste, em uma reflexão teórico metodológica, bem como constitui-se como um exercício de construção de materiais didáticos e fontes históricas destinados ao uso de professores, contribuindo desse modo para a construção de conhecimento histórico escolar.

A proposta consiste em uma experiência de educação patrimonial a ser realizada especialmente a partir da escola e por meio de um percurso urbano na cidade, por lugares que possuem memórias subterrâneas que podem constituir uma narrativa dos acontecimentos do golpe e da ditadura civil-militar em Criciúma. Os lugares em questão já foram mencionados anteriormente nesta dissertação, sendo eles: o estádio Heriberto Hülse, o Centro Cultural Jorge Zanatta, a E. E.F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma e a Rádio Difusora.

Apesar de não se tratar de bens tombados, os lugares investigados nesta dissertação são objetos de disputas entre uma memória hegemônica e memórias subterrâneas, de modo que há um reconhecimento de um segmento da sociedade desses lugares no debate público. Além disso, há uma carência historiográfica sobre esses lugares e nas pesquisas acadêmicas sobre a ditadura civil-militar em Criciúma eles pouco aparecem, enquanto nas pesquisas sobre patrimônio, seus usos durante o período também não são mencionados.

Desse modo, considerando as disputas de memória e tomando como base a Constituição Federal de 1988, que reconhece no artigo 216, como patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, “tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (Brasil, 1988), os lugares aqui analisados são tomados como patrimônio material e as memórias que os atravessam como patrimônios imateriais. Afinal, tais lugares compõem marcos de extrema importância nas memórias de diferentes sujeitos históricos, que viveram experiências traumáticas no período da ditadura civil-militar e podem ser utilizados como referências narrativas, ou âncoras que evocam memórias subterrâneas e

oferecem suporte para a construção de novas narrativas históricas e conhecimento histórico escolar, tendo como uma importante possibilidade a abordagem da educação patrimonial.

As memórias subterrâneas, segundo Pollak (1980, p.4-5), são memórias de grupos minoritários, que se opõem à memória oficial, ou nacional. Tais memórias emergem do silêncio em momentos de crise da memória oficial, o que não significa que o silêncio lhes seja imposto a partir da oposição entre o Estado e a sociedade civil, mas sim, entre grupos minoritários e a sociedade que os cerca.

Sendo assim, apesar de não serem lugares reconhecidos majoritariamente pela sociedade civil que ocupa esses espaços cotidianamente, eles ainda podem ser tomados como lugares de memória, a partir de memórias subterrâneas. Essas memórias subterrâneas emergem, como apontado pelo autor, em um momento de crise da memória oficial. No caso em questão, apesar de não ser possível identificar uma memória oficial única cimentada por instituições oficiais como o Estado, a Igreja ou a Universidade, existe uma memória hegemônica que se impôs às outras memórias e que consiste na negação da existência de um período de violência, censura e violações de direitos humanos em Criciúma durante a ditadura civil-militar brasileira em 1964.

Essa memória hegemônica tem sido tensionada nos últimos anos, entre outros elementos, a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), das Comissões Estaduais da Verdade (CEV) e dos Coletivos de Memória Verdade e Justiça (CMVJ), que se encontram no cerne das disputas narrativas entre grupos sociais e políticos do presente. Isso porque, essas iniciativas têm acentuado na sociedade brasileira a disputa entre esta memória hegemônica, que minimiza os acontecimentos da ditadura civil-militar brasileira e as memórias subterrâneas, daqueles que denunciam o terrorismo de Estado a partir de suas vivências e experiências.

A CNV e as CEVs, juntamente com os Coletivos trouxeram à tona em seus relatórios uma série de atrocidades cometidas no período e disponibilizaram inúmeros documentos, que cada vez mais têm sido explorados pela historiografia. Nesse contexto, cabe mencionar a grande quantidade de documentos disponibilizados para o acesso público em plataformas como o Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN). No entanto, também é preciso reconhecer que ainda há um longo caminho pela frente, uma vez que apesar da disponibilização dessa grande quantidade de documentos sobre o período, ainda há muito a se explorar, a ponto de não haver historiadores suficientes para analisar tamanho contingente documental. Além disso, como aponta Elizabeth Jelín, "os arquivos podem constituir um 'espaço vivo de disputas

políticas e sociais" (2012, p. 133) e uma série de documentos considerados secretos ou ultrassecretos ainda se mantêm em sigilo.

O caminho é ainda mais longo quando se trata de tornar o conhecimento oriundos desses documentos e das pesquisas já desenvolvidas, acessível ao grande público. Isso porque, apesar das publicações dos relatórios, das pesquisas já realizadas e de todos os documentos disponibilizados na última década, ainda há um grande número de pessoas que negam tais acontecimentos. Isso se dá, dentre outros fatores, por aqueles aqui já mencionados, como a falta de condenação moral do período, pela relativização dos números de vítimas, por uma memória conciliatória que se consolidou no período pós ditadura e pela falta de centralidade que a temática ocupa nos currículos escolares da disciplina de História no país, fazendo com que exista ainda em nossa sociedade, uma disputa entre a memória hegemônica e as memórias subterrâneas do período. Tais disputas encontram lugar no presente, em uma democracia recente e frágil, estruturada a partir do silenciamento de grupos minoritários e controlada, em geral, por grupos elitistas que quando veem sua hegemonia ameaçada, tendem ao endurecimento e ao autoritarismo.

Isso posto, os lugares aqui em análise, podem servir de referência à memória e identidade dos criciumenses e da própria cidade, por isso devem ser tensionados para que emerjam as muitas memórias subterrâneas neles presentes, mesmo que através de muitas camadas de tempo, tornando-se visíveis e possibilitando que outras narrativas possam ganhar espaço junto a memória hegemônica.

Ampliando essa perspectiva, utiliza-se o conceito de patrimônio histórico desenvolvido por Françoise Choay que define patrimônio como “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum” (CHOAY, 2017, p. 11). De modo que, pode-se entender que os lugares em questão, possuem um passado em comum, foram palco de experiências de resistência ou de repressão durante a ditadura civil-militar brasileira. Considerando o uso desses locais investigados em Criciúma, é preciso discutir a sua relação com o período da ditadura, para que aconteça o reconhecimento do potencial histórico desses lugares enquanto patrimônios. Por isso, esses lugares, considerados nessa pesquisa como patrimônio, também devem ser revisitados, a partir das memórias subterrâneas que podem ser previamente evocadas pela utilização das fontes históricas em sala de aula, fazendo com que a educação patrimonial contribuía fornecendo o suporte necessário para que isso aconteça.

Diante disso, cabe ressaltar que a cidade de Criciúma não possui políticas públicas claras e ações concretas de educação patrimonial voltadas à temática da ditadura. Nem mesmo a Fundação Cultural Jorge Zanatta possui qualquer atividade de educação patrimonial, exposição, ou qualquer tipo de menção ao período. Mesmo tratando-se de um dos lugares em questão, que se relaciona diretamente com o período e ainda comporta uma das principais instituições da cidade, ligada ao poder público municipal, responsável por articular o cenário cultural do município e atuar sobre o patrimônio da cidade. Rodrigo Fabre Feltrin (2019), que em sua dissertação, dedica parte de um capítulo a discorrer sobre as estratégias e políticas de preservação da cidade de Criciúma, entre 1996 e 2017, afirma que “o Patrimônio Cultural de Criciúma atualmente está em segundo plano, talvez em último” (FELTRIN, 2019, p. 158). Isso porque, muitas vezes o patrimônio é visto como um freio ao progresso. Além disso, a partir de suas análises, o autor pontua que apenas reconhecer o patrimônio legalmente não basta, especialmente quando isso se limita a algumas gestões de governo e pelos passantes da cidade. Para o autor, a preservação do patrimônio cultural e histórico precisa ser uma política de governo para que ela faça sentido e seja de fato efetivada com constância.

Em consonância com as análises de Fabre (2019), é possível observar nos espaços mencionados nesta pesquisa, que para além da invisibilidade do tema, existe também a ausência de qualquer tipo de prática que conecte as pessoas ao patrimônio, seja para preservação, reconhecimento ou mesmo seu uso. De modo que, a proposta aqui apresentada, ganha ainda mais relevância por estar situada nessa lacuna.

Tratando-se de uma proposta de educação patrimonial, que visa ser aplicada por professores, cabe considerar os apontamentos feitos por Márcia Conceição da Massena Arévalo (2003), que define educação patrimonial como sendo a junção de dois conceitos: educação e patrimônio. A autora assim define:

A palavra Educação remete a estimular, desenvolver, orientar, instruir de acordo com os ideais de uma sociedade, já Patrimônio quer dizer refletir, tensionar, revisitar o que diz respeito à cultura, à história de um povo, uma comunidade. Desta forma, a definição de educação patrimonial poderia ser “estimular à reflexão, levando cada um a pensar seu papel na sociedade, ressignificando lutas e histórias”. A educação patrimonial pode ser vista assim como uma ferramenta de autoconhecimento, onde cada um reflete sobre como significar este patrimônio. (ARÉVALO, 2003, p. 14)

Assim, podemos pensar a discussão em torno da educação patrimonial fornecendo estratégias para estimular, tensionar, revisitar o patrimônio cultural estabelecido, extraindo dele informações que por muito tempo estiveram subentendidas nas paredes ou nos símbolos dos monumentos. De modo que, a experiência da vivência da cidade se torna tão importante quando

o objeto ou o local, uma vez que muitos grupos sociais não se veem representados no patrimônio cultural estabelecido e que a resposta para esta negação está na construção da identidade destes grupos ao longo do tempo.

No caso dos lugares de memória selecionados nessa pesquisa e tomados como patrimônio, existe uma memória hegemônica sobre o período em questão que é conciliadora e afasta o reconhecimento de que a cidade de Criciúma foi palco de histórias de dor e sofrimento, empreendidas por um Estado terrorista. Ações executadas por pessoas que eram perseguidas por suas visões de mundo, ainda que estas não ameaçassem a ordem social estabelecida, tendo negado sua subjetividade e sua liberdade. Cabe a educação patrimonial tensionar a perspectiva hegemônica e para isso, as memórias subterrâneas constituem um caminho rico e ainda bastante inexplorado.

Além disso, Gil e Possamai (2014) afirmam que a educação patrimonial permite ultrapassar as formas tradicionais de ensino e suas estratégias, fornecendo suporte para a conexão entre a escola e instituições como museus e arquivos, bem como o uso das memórias na sala de aula. Para as autoras, “o patrimônio, servindo-se de tudo aquilo que pode representar para a História, é documento para a educação”. Esta pesquisa se enquadra dentro dessa concepção de patrimônio a medida em leva para a sala de aula, fontes que trabalham diretamente com a memória e propõe ir além das paredes escolares, percorrendo a cidade para entrar em contato com o patrimônio nela existente como parte de uma ação escolar.

Mediante tais colocações, cabe destacar que as inspirações para as atividades dessa proposta, foram encontradas, especialmente, nas experiências de educação patrimonial em arquivos do APERS, analisadas por Clarissa de Lourdes Sommer Alves (2015), com as reflexões apresentadas por Maria Paula Gonzalez (2012, 2014) sobre o ensino de História da ditadura Argentina e as discussões sobre temas sensíveis desenvolvidas por Fernando Seffner e Nilton Mullet Pereira (2008), Maria Auxiliadora Schimidt (2015), Verena Alberti (2016) e Carmem Zeli Vargas Gil e Jonas Camargo Eugenio (2018).

De modo geral, algumas dessas discussões já foram apresentadas nos capítulos anteriores desta dissertação, embasando-a teoricamente. Enquanto outras serão apresentadas no corpo deste capítulo, que reúne informações sobre a ditadura civil-militar em Criciúma, bem como os documentos e links de referências para a construção de um conhecimento histórico escolar sobre o período, a ser desenvolvido por professores que se disponham a trabalhar com as atividades aqui apresentadas e sobre as quais se constrói uma reflexão teórico metodológica. Todas as fontes e documentos que serão utilizados no desenvolvimento das atividades propostas

serão aqui apresentadas e incluídas, de modo que, além de apresentados no corpo da dissertação, esses materiais serão apresentados integralmente em anexo a esta dissertação.

Isso porque, a proposta deste capítulo consiste justamente na discussão de fontes e na disponibilização destas enquanto material didático e orientações para professores, visando o desenvolvimento de oficinas de fontes em sala de aula e norteamento para a realização de um percurso urbano, que visa ensinar os estudantes sobre a ditadura civil-militar em Criciúma, a partir de alguns lugares de memória, que fizeram parte da experiência da ditadura na cidade, seja como palco de episódios de repressão, ou resistência ao regime.

As atividades propostas estão divididas em quatro momentos: um momento prévio, com leituras que antecedem a oficina com fontes históricas realizado em sala de aula; oficinas com fontes históricas também realizadas em sala de aula; um percurso urbano pelos lugares que ajudam a contar a História da ditadura civil-militar em Criciúma e uma socialização da experiência vivenciada no retorno à sala de aula.

Para o primeiro momento, são disponibilizados os materiais didáticos norteadores para serem usados pelos professores em atividades prévias; para o segundo momento, orientações e sugestões para o desenvolvimento das oficinas com fontes históricas também a serem realizadas em sala de aula, bem como a disponibilização de fontes históricas já selecionadas e editadas, que abordam os acontecimentos da ditadura civil-militar em Criciúma da perspectiva da memória e se relacionam diretamente com os espaços de memória que posteriormente serão visitados no percurso; no terceiro momento, para o percurso urbano pelos lugares já explorados a partir das memórias abordadas através das oficinas de fontes históricas, também serão fornecidas orientações e direcionamentos; e por último, sugestões de um retorno a sala de aula, com ideias para a socialização de experiências.

3.1 ATIVIDADES PRÉVIAS REALIZADAS EM SALA DE AULA

A proposta dessa dissertação estabelece um importante diálogo com o trabalho realizado na oficina de educação patrimonial Resistência em Arquivo, desenvolvida pela APERS e já mencionado anteriormente. Conforme a descrição e as reflexões apontadas por Alves (2015), antes da oficina, os estudantes entram em contato com um material preparatório, composto por um texto responsável por fazer o primeiro contato entre os estudantes e os personagens da

oficina. Além do texto, o material contém pequenas histórias em quadrinhos e um glossário com verbetes sobre os principais conceitos trabalhados na oficina.

De acordo com a autora, a oficina tem como metodologia a divisão das turmas em cinco grupos acompanhados por um oficinairo, cada qual trabalhando com um processo de indenização e algumas vezes são incluídos materiais complementares, como jornais. Alves (2015) descreve que como alguns documentos são muito extensos, algumas partes são selecionadas e destacadas para que os estudantes possam manuseá-los e dirigir o olhar a questões que os mediadores consideram centrais. No final, os grupos constroem uma narrativa histórica, de modo que para todos os personagens, há entre quatro e cinco perguntas que enfocam a biografia do indenizado, sua militância política, os conceitos específicos relacionados a sua história, e a relação entre ditadura e direitos humanos. Após responder a estes questionamentos os estudantes participam de uma roda de conversas para uma apresentação final, em que cada grupo relata aos demais colegas os resultados da pesquisa desenvolvida e os oficinairos fazem paralelos entre o trabalho desenvolvido por eles na oficina e o ofício dos historiadores. A roda de conversas torna-se, assim, um espaço para a difusão do conhecimento produzido pelos estudantes.

A proposta desta dissertação, no entanto, possui algumas diferenças explícitas em relação a proposta desenvolvida pelo APERS, uma vez que a oficina Resistência em Arquivo é realizada sempre no mesmo espaço e possui pessoas treinadas para a condução da oficina, que realizam a mesma atividade repetidas vezes. Enquanto nesta dissertação, trata-se de fornecer suporte e orientar professores, para que estes possam executar as oficinas em suas salas de aula e vivenciar com seus alunos a experiência de percorrer a cidade e aprender através dela. Por isso, apesar de se estabelecer um importante diálogo com a proposta da oficina Resistência em Arquivo é importante reconhecer as suas diferenças e especificidades.

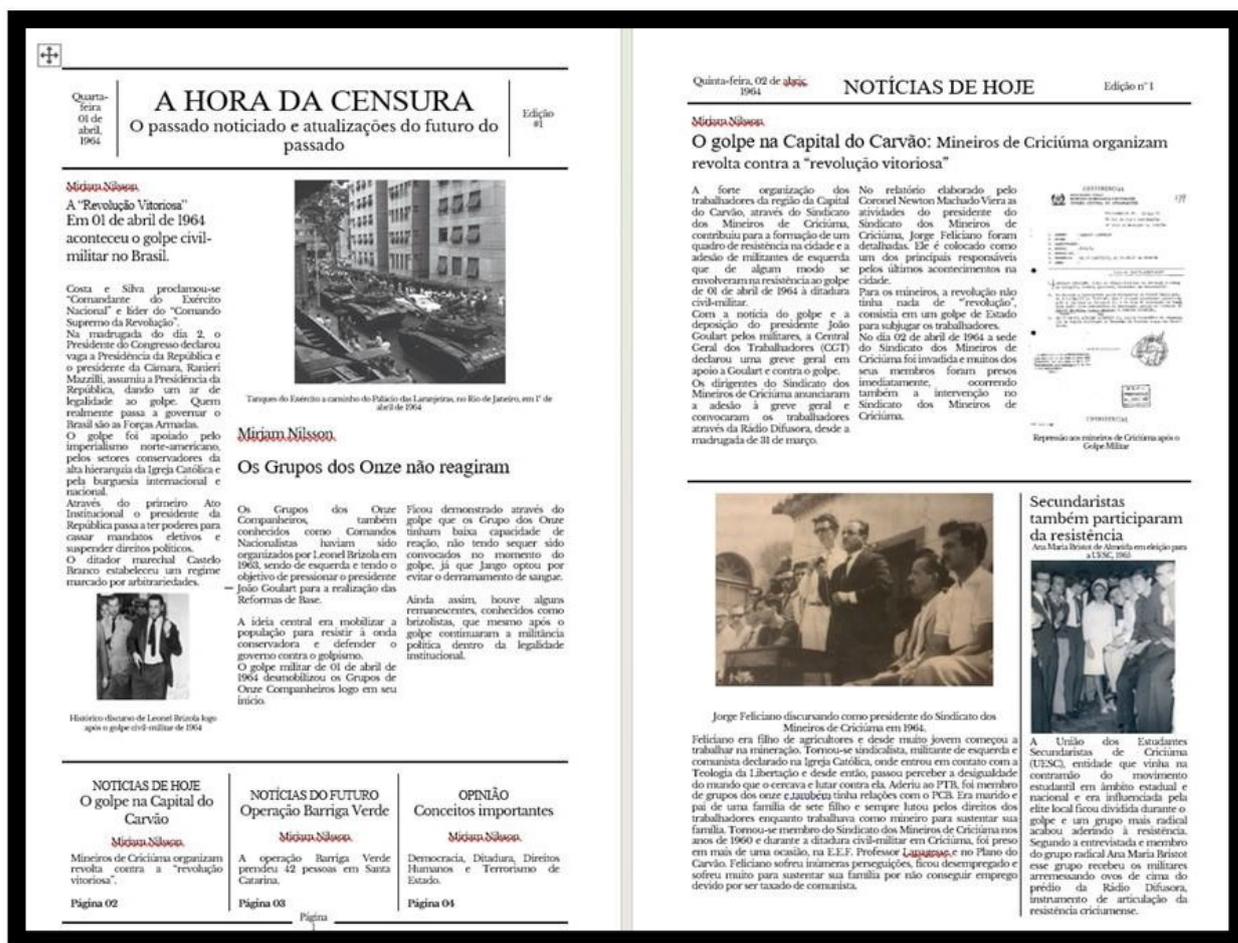
A primeira parte das atividades propostas e apresentadas nesta dissertação, que como já dito anteriormente se divide, ao todo, em quatro momentos, é um ponto importante deste diálogo. Segundo Alves (2015), para garantir que os estudantes chegassem ao APERS instigados a participar da atividade, e trazendo consigo uma bagagem mínima de compreensão em relação ao que vivenciaram, foi criado um material preparatório, responsável por fazer o primeiro contato entre os educandos e os personagens da oficina. Esse material consiste em um texto que conta de forma breve a história dos personagens que aparecem na oficina, mostrando que, apesar de suas diferenças, eles viveram em um mesmo contexto e que suas histórias podem ser contadas a partir dos documentos do APERS, contendo algumas tarjas pretas, imitando uma

ação de censura, para que as histórias tenham lacunas a serem respondidas durante a visita ao Arquivo. Além de pequenas histórias em quadrinhos e um glossário.

Mesmo que a temática da ditadura civil-militar brasileira seja parte obrigatória dos currículos, em turmas no nono ano do ensino fundamental e terceira série do ensino médio, nesta proposta se defende que a temática seja tratada também em outras turmas, de outros anos ou séries e seja desenvolvida por diferentes professores, que podem adaptá-la e adotar diferentes abordagens da temática. Isso porque, como já apontado por Duarte e Cerri (2012), através da experiência de países como a Argentina, que colocam a temática da ditadura em uma posição central do currículo, é possível perceber nos jovens uma posição mais contundente na defesa dos direitos humanos e da democracia como valores inalienáveis. De modo que, ampliar essa discussão aos demais ciclos, pode contribuir para que no Brasil, também se estabeleça a condenação moral desse período.

Em diálogo com a proposta da APERS na oficina Resistência em Arquivo, entendendo a necessidade dos estudantes se apropriarem de conhecimentos prévios para desenvolver as oficinas de fontes, nesta proposta, a sugestão é que os professores direcionem os estudantes para as oficinas, para além de sua abordagem, de modo que entrem em contato com um material preparatório, responsável por fazer o primeiro contato entre os estudantes e os personagens da oficina. Para isso, preparou-se um material didático aqui apresentado e disponível em formato PDF (em anexo), que consiste em um jornal, como é possível observar abaixo:

Figura 1- Material didático de uso prévio



Material produzido pela autora. (disponível em anexo no formato PDF).

O material didático imita a estrutura e a estética de jornais impressos de comum circulação e intitula-se "A hora da censura". O formato e o nome do jornal foram escolhidos a fim de possibilitar o contato dos estudantes com a temática da ditadura civil-militar brasileira. Neste material, será explanado de forma didática, de fácil leitura e compreensão, conhecimentos e informações necessários para um posterior aprofundamento realizado nas oficinas de fontes históricas, da temática da ditadura civil-militar no Brasil e em Criciúma. Além disso, esses conhecimentos facilitarão as leituras da cidade vivenciadas posteriormente no percurso urbano.

Além disso, está inclusa no jornal uma sessão com uma receita de bolo em meio a informações de maior relevância para que os professores possam problematizar a censura, um dos mecanismos mais importantes do regime para o controle das massas e a repressão durante o período correspondente a 1964-1985. Isso porque, de acordo com Bauer (2011, p. 43) a censura fez parte do conjunto de práticas que se entende por estratégia de implantação do terror

para a dominação política adotada na ditadura civil-militar brasileira, tanto quanto sequestro, tortura, morte e desaparecimento.

Ademais, como já dito anteriormente, é importante que os estudantes cheguem nas oficinas instigados a participar das mesmas e para isso, é necessário saber do que se trata. Desse modo, o jornal, enquanto um material prévio, tem também a finalidade de despertar a curiosidade dos estudantes.

O jornal é dividido, bem como um jornal real, em sessões e apresenta textos com diferentes linguagens abordando conceitos centrais, como censura, democracia, ditadura, anticomunismo e direitos humanos. Ao longo de suas sessões, possui textos que desenvolvem acontecimentos importantes para compreensão do golpe e da ditadura civil-militar brasileira em nível nacional, como o comício de 13 de março, a Marcha da Família com Deus e pela liberdade, os atos institucionais (especialmente até o AI-5), a censura e a repressão, em episódios como o assassinato de Vladimir Herzog e a luta pela anistia, já trazendo os documentos que serão posteriormente utilizados nas oficinas de fontes, visto que tais documentos oferecem suporte para abordar tais assuntos, bem como outras referências bibliográficas.

Esses temas foram escolhidos porque se encontram no eixo temático dessa dissertação, de modo que é impossível falar em ditadura como um tema sensível no ensino de História, sem discutir a questão dos direitos humanos e o terrorismo de Estado. Nesse ponto, a inspiração veio do modelo de currículo implementado na Argentina, que se construiu tendo como tema central o passado recente que envolve as últimas ditaduras vivenciadas no país. Segundo Gonzalez (2012), após muitas revisões em sua abordagem, em diálogo com a memória, a historiografia e outras ciências sociais, desde 2006 a Argentina traz os direitos humanos como tema central nos currículos, pois somente a partir do reconhecimento de sua importância e da gravidade que representa qualquer tipo de violação, é que é possível construir uma educação comprometida com o tema e com a não repetição de processos históricos como as ditaduras.

Além disso, é importante que esteja claro para os estudantes o que é uma ditadura e o que é uma democracia, pois apenas a partir da compreensão desses dois conceitos é que é possível compreender o período que corresponde a 1964 e 1985 na História do Brasil, sem cair nas armadilhas da superficialidade, para avançar conceitualmente para além da temática da violência, a chave mais explorada quando se trata do período em questão.

Dentro dessa mesma perspectiva, também é necessário discutir a censura, isso porque, a ditadura militar no Brasil, se comparada aos processos desencadeados em países vizinhos, possui uma diferença em termos de extensão e intensidade, com menos vítimas, o que faz com

que muitas pessoas tratem o período como inexistente. Para refletir sobre isso, Bauer (2011) afirma que

As diferenças de extensão e intensidade, somadas aos mecanismos de legitimidade (a construção da “aparência de normalidade” através do alto grau de institucionalização da repressão, ou “o arbítrio transfigurado em lei”) e à rigorosa censura aos meios de comunicação, contribuíram para que se formasse na sociedade brasileira um fenômeno chamado por Irene Cardoso de “inexistencialismo”, uma realidade que não existiu.

O “inexistencialismo”, a percepção de inexistência da ditadura civil-militar brasileira na História, é potencializada pelos dispositivos utilizados no período, que davam uma aparência de legalidade ao regime, como a existência de eleições (controladas) ou a constitucionalidade criada pelos militares a partir dos atos institucionais e da constituição de 1967 (que foi encaminhada do Executivo para o Legislativo, ambos os poderes controlados direta e indiretamente pelos militares).

Dentre esses dispositivos, a censura, utilizada para silenciar a verdade, mascarando acontecimentos violentos e as atrocidades cometidas pelo regime, torna-se uma chave central para reflexões sobre o período. Uma vez que, além de moldar fatos de acordo com os interesses do regime, através da censura se constrói uma aparente perfeição durante o período: jornais que não falam de corrupção ou crises econômicas, não mencionam os deslizamentos políticos dos militares e simultaneamente, ocultam suas barbáries. Por tanto, abordar a ditadura civil-militar brasileira através dessa chave de pensamentos, ajuda o professor a desconstruir o “inexistencialismo” e ao mesmo tempo contribui para compreensão do fenômeno.

Neste material didático, há também uma sessão específica para “noticiar” os acontecimentos do golpe civil-militar em Criciúma e a resistência de diversos setores da sociedade criciumenses, bem como a Operação Barriga Verde. Isso possibilitará que os estudantes, ao entrarem em contato com as fontes históricas na oficina, já estejam familiarizados com o contexto geral e com os principais acontecimentos em nível local, de acordo com a historiografia e as fontes posteriormente analisadas por eles, o que é de grande importância e bastante eficaz do ponto de vista metodológico a partir da experiência da oficina já citada realizada pelo APERS. Desse modo, os estudantes poderão avançar conceitualmente nas discussões, em diálogo com os professores e a partir das leituras de fontes, construindo suas próprias narrativas e análises dos acontecimentos do período, sem se prenderem e se limitarem apenas as narrativas centralizadas em acontecimentos violentos e indo do espectro político nacional, para o local, aproximando-se de um lugar mais próximo de sua realidade do que as grandes cidades brasileiras, locais onde em geral se centram as narrativas de livros didáticos.

3.2 O GOLPE E A DITADURA CIVIL-MILITAR EM CRICIÚMA NAS OFICINAS COM FONTES HISTÓRICAS E LUGARES DE MEMÓRIA

Partindo dos pressupostos já apresentados anteriormente, que visam abordar a ditadura civil-militar em Criciúma em sala de aula, a partir de uma perspectiva sensível e estabelecendo diálogos com a experiência educacional argentina e com a proposta de educação patrimonial desenvolvida pelo APERS, a proposta dessa dissertação é orientar professores em um percurso urbano na cidade de Criciúma, a partir dos lugares de memória já mencionados nesse trabalho. Para abordar os acontecimentos que ocorreram em Criciúma durante o golpe militar de 1964 e a ditadura civil-militar brasileira, essa proposta parte de oficinas com fontes históricas realizadas em sala de aula.

Os lugares selecionados para o percurso foram pensados, de forma que visam contribuir para a construção de uma narrativa histórico escolar dos acontecimentos que se desencadearam na cidade de Criciúma, especialmente nesses espaços durante período da ditadura civil-militar, ora como palco de resistências, ora como espaços de repressão e violação de direitos humanos. Dentre os espaços selecionados, como já apresentado anteriormente, estão o prédio em que funcionava a Rádio Difusora, que apesar de reformada após um incêndio, mantém algumas das características da fachada original e que atualmente abriga uma relojoaria e algumas lojas em uma pequena galeria; o estádio Heriberto Hulse, que permanece no mesmo local, apesar de ter sofrido algumas reformas para adequação à competições esportivas das quais o Criciúma Esporte Clube participou; a E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse, que foi completamente reconstruída após um incêndio, mas se mantém em funcionamento ainda no mesmo local; a Fundação Cultural Jorge Zanatta, que também foi destruída por um incêndio, mas reconstruída mantendo as características originais por tratar-se de um patrimônio histórico tombado; e o edifício que sediava o Sindicato dos Mineiros de Criciúma, recentemente demolido para a construção de novos empreendimentos atendendo a pressão da especulação imobiliária da cidade.

Apesar de se tratar de lugares que hoje possuem diferentes usos, ou que já não existem mais como no passado estudado, a cidade deve ser pensada como um palimpsesto. Para Sandra Jatahy Pesavento (2004, p. 26), “o palimpsesto é uma imagem arquetípica para a leitura do mundo”, de modo que, é possível comparar o que ocorre com a cidade, ao que ocorre com pergaminhos antigos em que se apagava uma primeira escritura, para se inscrever no mesmo pergaminho uma nova escritura. No entanto, as antigas escrituras deixavam marcas que

poderiam ser recuperadas. Do mesmo modo, ocorre com as cidades e na cidade de Criciúma não foi diferente, por isso, para ver a cidade o historiador precisa se desafiar a ver as mudanças ocorridas no espaço tempo e sobrepostas em camadas, percebendo as ausências. Segunda a autora, a cidade se apresenta como um palimpsesto, um enigma a ser decifrado:

Esta definição primeira do palimpsesto nos fornece uma chave para os olhos do historiador, quando se volta para o passado. Há uma escrita que se oculta sobre outra, mas que deixa traços; há um tempo que se escoou, mas que deixou vestígios que podem ser recuperados. Há uma superposição de camadas de experiência de vida que incitam ao trabalho de um desfolhamento, de uma espécie de arqueologia do olhar, para a obtenção daquilo que se encontra oculto, mas que deixou pegadas, talvez imperceptíveis, que é preciso descobrir. (PESAVENTO, 2004, p. 26)

Desse modo, nesta dissertação se propõe também aos professores que olhem a cidade como um palimpsesto, desfolhando suas camadas e percebendo as sobreposições inscritas uma sobre a outra, mediando este olhar aos estudantes.

Através desse olhar para a cidade, se torna possível perceber camadas de tempo sobrepostas em espaços físicos, bem como os silêncios da cidade, tornando possível estabelecer diálogos com a perspectiva de benjaminiana. Isso porque, o percurso se localiza no centro da cidade, em um local bastante transitado pelos moradores. No entanto, as memórias evocadas a partir das atividades desenvolvidas nas etapas anteriores e/ ou os tensionamentos realizados durante o percurso, trazem a luz todo o processo de silenciamento e de invisibilização das histórias daqueles que não estão contemplados pela narrativa hegemônica. Desse modo, anseia-se uma nova experiência de caminhar pela cidade, que dialogue com a ação do flâneur de Benjamin (1989), reconhecendo a distância que afasta o presente das memórias evocadas e narradas pelos espaços, elevando a experiência a um processo de inserção nesse espaço, como algo que não é alheio ao caminhante.

Ao descrever a ação do flâneur a caminhar pela cidade, Benjamin (1989), que pode ser visto acima de tudo como um crítico do capitalismo e do progresso, nos apresenta o caminhar pela cidade como uma experiência sensorial, que nos permite ver além do visível, ou seja, ver a cidade sem disfarces e perceber a vida que acontece através dela.

A rua se torna moradia para o flâneur, que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivania onde apoia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente. Que a vida, em toda a sua diversidade, em toda a sua inesgotável riqueza de variações, só se desenvolva entre os paralelepípedos cinzentos e ante o cinzento pano de fundo do despotismo: eis o pensamento político secreto da escritura de que faziam parte as fisiologias (BENJAMIN, 1989, p. 35).

A crítica à modernidade e ao progresso também cabe a realidade da cidade de Criciúma, uma vez que boa parte desses lugares foram abandonados pelo poder público, mesmo com seus significados para a história local, passaram por catástrofes que variam de incêndios a demolição. O progresso à frente da História, edificando uma cidade sem passado e sem memória.

Além disso, o autor aponta para a importância daquilo que vai além do visível, desde outras experiências sensoriais, até outros tipos de conhecimentos que podem ser incorporados a experiência de vivenciar a cidade dentro da perspectiva do flâneur, como nesta proposta se pretende fazer através das memórias trabalhadas previamente nas oficinas de fonte:

Aquela embriaguez anamnética em que vagueia o flâneur pela cidade não se nutre apenas daquilo que, sensorialmente, lhe atinge o olhar; com frequência também se apossa do simples saber, ou seja, de dados mortos, como de algo experimentado e vivido. Esse saber sentido se transmite sobretudo por notícias orais. (BENJAMIN, 1989, p. 186)

Como há uma relação intrínseca entre as fontes selecionadas para a oficina e os locais a serem visitados, a etapa do percurso será apresentada juntamente com a que diz respeito à oficina com fontes, apesar de serem realizadas separadamente. Isso porque, são os lugares que darão o tom e conectarão os acontecimentos nas oficinas e as questões que emergirem das oficinas, podem ser novamente evocadas para tensionar o percurso, amarrando as experiências.

Na etapa das oficinas de fontes, serão utilizadas algumas das fontes disponíveis selecionadas para dimensionar o espectro local, e ocasionalmente, em alguns momentos, relacionadas com outras fontes que tratem do cenário nacional, para ampliar a compreensão dos acontecimentos, relacionando o espaço local, em nível micro, aos eventos de proporções nacionais, em nível macro.

Cabe ressaltar, que nos últimos anos, graças ao trabalho da Comissão Nacional da Verdade, das Comissões Estaduais e dos Coletivos de Memória Verdade e Justiça, existe uma grande disponibilidade de documentos sobre o período. Um contingente tão grande de documentos, que faltam historiadores e condições de pesquisa no meio acadêmico para desenrolá-los. No entanto, para pensar uma História que valorize os diferentes sujeitos e trabalhe com memórias subterrâneas, mesmo mediante a existência de fontes, ainda cabe um tensionamento, no sentido de refletir sobre quais histórias são majoritariamente contadas e qual o olhar dessas fontes para os acontecimentos. A existência dessas fontes, não muda, por

exemplo, a narrativa dos livros didáticos, que permanecem apresentando uma perspectiva desumanizada e essencialmente política dos acontecimentos.

Para dar conta dessa reflexão sobre as fontes selecionadas, novamente se estabelece diálogo com a oficina Resistência em Arquivos, descrita por Alves (2015), na qual um elemento central é a etapa de análise dos documentos, que precisa ser desenvolvida pelos oficinairos através da crítica às fontes:

explicitar a importância de compreender os tipos de testemunhos que estão sendo manuseados, e a motivação que levou os requerentes a produzir tais relatos e juntar documentos que comprovassem prisões e as violências sofridas durante a ditadura, de forma que os estudantes possam compreender as intencionalidades e possíveis limites dos registros que têm em mãos. (ALVES, 2015, p.58)

Desse modo, é necessário que os professores discutam com os alunos sobre a natureza das fontes utilizadas nas oficinas. Cabe ressaltar que essas fontes serão previamente apresentadas no material didático (o jornal), mas essa discussão precisa ser retomada à medida em que as oficinas são realizadas.

Para construir uma História do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar em Criciúma, dentro de uma perspectiva sensível, nesta pesquisa se utilizará a memória como fonte, através de entrevistas, visando contribuir para a visibilidade de memórias subterrâneas. Por isso, dentre os documentos utilizados nas oficinas, encontram-se principalmente transcrições de entrevistas e um inquérito policial militar, que nos permitem produzir reflexões sobre muitos aspectos do período, como o anticomunismo, o cotidiano dos trabalhadores da indústria carbonífera, suas resistências ao golpe e a ditadura militar e a repressão e o terrorismo de Estado. Sendo assim, caberão discussões principalmente sobre memória e história oral, visando compreender os trabalhos da memória, que envolvem lembrar e esquecer, o caráter social da memória e a intencionalidade presente na narrativa, seja ela qual for visto que, para a História, a neutralidade é uma falácia, inexistente.

Devido a escolha de utilizar-se principalmente entrevistas, fontes que lidam com a memória, torna-se necessário refletir acerca dos trabalhos da memória e entender a memória como um elemento ativo de transformação social, pois como orienta Jelin (2002, p. 14)

El trabajo como rasgo distintivo de la condición humana pone a la persona y a la sociedad en un lugar activo y productivo. Uno es agente de transformación, y en el proceso se transforma a sí mismo y al mundo. La actividad agrega valor. Referirse entonces a que la memoria implica «trabajo» es incorporarla al que hacer que genera y transforma el mundo social. Ubicar temporalmente a la memoria significa hacer referencia al «espacio de la experiencia» en el presente. El recuerdo del pasado está

incorporado, pero de manera dinámica, ya que las experiencias incorporadas en un momento dado pueden modificarse en períodos posteriores.

Isso porque, olhar para o passado e memorá-lo, é um processo complexo, que ressignifica o passado a partir do presente e se relaciona com as projeções de futuro que se almeja naquele dado momento, desse modo, a memória envolve múltiplas temporalidades. Afinal, os indivíduos, dentro de sua subjetividade e das complexidades do mundo que os cerca, se constituem a partir de suas experiências vividas no passado, mas projetam voluntária ou involuntariamente um ponto de chegada em que baseiam suas ações. Essas expectativas, bem como as memórias, podem ser transformadas, à medida que o sujeito experimenta o presente e se relaciona com questões sociais e políticas do seu tempo. Desse modo,

el presente contiene y construye la experiencia pasada y las expectativas futuras. La experiencia es un «pasado presente, cuyos acontecimientos han sido incorporados y pueden ser recordados» Las experiencias están también moldeadas por el «horizonte de expectativas», que hace referencia a una temporalidad futura. La expectativa «es futuro hecho presente, apunta al todavía-no, a lo no experimentado, a lo que sólo se puede descubrir». Y en ese punto de intersección complejo, em ese presente donde el pasado es el espacio de la experiencia y el futuro es el horizonte de expectativas, es donde se produce la acción humana, «en el espacio vivo de la cultura» (KOSELLECK apud JELIN, 2002, p. 13)

Por isso, cabe ao professor refletir sobre os trabalhos da memória e as memórias consolidadas no presente, a fim de identificar quais intencionalidades e que futuro se almeja a partir delas, bem como quais grupos sociais e políticos tais memórias representam e porque outras memórias não se consolidaram ao longo do tempo. Visto que, a memória assume um caráter coletivo, já que ressignificar envolve o processo de lembrar e esquecer, que se situam na psiquê do sujeito, mas também se relaciona com a visão de mundo compartilhada socialmente com um grupo, relacionando-se também à construção de identidades. Para Jelin (2002, p. 21) “toda memoria es un reconstrucción más que un recuerdo”, porque as narrativas individuais estão imersas em narrativas coletivas e desse modo as memórias são produzidas no interior de uma dinâmica de lembrança e esquecimento, uma seleção ora voluntária, ora involuntária, ao final do processo constituem algo novo e não uma cópia exata daquilo que o sujeito viveu.

Nessa perspectiva, cabe também ao professor mediar a reflexão sobre as memórias de acontecimentos não vividos e que são absorvidas por indivíduos ou grupos sociais. Porque as lembranças podem ser incorporadas mesmo sem terem sido vivenciadas diretamente por uma pessoa ou grupo e esquecimentos podem ser provocados por imposições do presente ou

processos específicos de determinadas temporalidades, o que faz com que a memória seja sempre uma reconstrução, mais do que uma recordação.

Além disso, é preciso destacar o papel individual do sujeito que lembra, uma vez que para Jelin (2002), apesar de situar-se no âmbito coletivo, as memórias impreterivelmente estão vinculadas aos sujeitos, porque no coletivo, existem relações de poder que sobrepõem algumas narrativas a outras:

En verdad, la propia noción de «memoria colectiva» tiene serios problemas, en la medida en que se la entienda como algo con entidad propia, como entidad redificada que existe por encima y separada de los individuos. Esta concepción surge de una interpretación durkheimiana extrema (tomar a los hechos sociales como cosa). Sin embargo, se la puede interpretar también en el sentido de memorias compartidas, superpuestas, producto de interacciones múltiples, encuadradas en marcos sociales y en relaciones de poder. Lo colectivo de las memorias es el entretendido de tradiciones y memorias individuales, en diálogo con otros, en estado de flujo constante, con alguna organización social —algunas voces son más potentes que otras porque cuentan con mayor acceso a recursos y escenarios— y con alguna estructura, dada por códigos culturales compartidos. (JELIN, 2002, p. 22)

A memória sempre parte do sujeito, mediante a sua subjetividade e, portanto, nunca se desvincula de seu caráter individual, ao passo que envolve processos de armazenamento de informações e esquecimentos que se dão naturalmente no âmbito psíquico do sujeito.

Por isso, mediar a reflexão sobre os trabalhos da memória e o processo de lembrar, uma vez que, para Jelin (2002) existem diferentes tipos de memória, mas a memória que interessa à História e seu ensino é a memória narrativa, pois trata-se de uma reconstrução no presente, sobre o passado memorável, onde o sujeito seleciona e ordena lembranças, preenchendo lacunas e construindo sentido sobre o passado. Essa mediação é um caminho possível, para que os estudantes possam compreender que a memória não é o passado, mas um conjunto complexo de processos de lembranças e esquecimento.

Desse modo, é possível compreender que as lembranças e os esquecimentos precisam ser narrados pelo sujeito a partir do presente e mediante a construção discursiva de uma narrativa, afinal “toda narrativa do passado implica em uma seleção” (JELIN, 2002, p. 29), pensar os trabalhos da memória é entender a memória a partir de uma reflexão que envolva todo esse processo. Cabe então pensar como se constituem os esquecimentos, já que a memória é constituída de vestígios do passado, que se situam no campo da lembrança e de esquecimentos, ou seja, a presença de lacunas, ausências.

O esquecimento faz parte da memória, afinal, é biologicamente impossível lembrar de tudo, de modo que, nossa memória possui naturalmente um caráter seletivo. Essa seletividade natural envolve processos psíquicos que se relacionam com diversos aspectos da subjetividade

do sujeito, sendo um aspecto fundamental, o trauma. Esquecer acontecimentos traumáticos, para algumas pessoas, pode ser um mecanismo natural e involuntário de autopreservação:

A su vez, hay vivencias pasadas que reaparecen de diversas maneras en momentos posteriores, pero que no pueden ser integradas narrativamente, a las que no se les puede dar sentido. Los acontecimientos traumáticos conllevan grietas en la capacidad narrativa, huecos en la memoria. Como veremos, es la imposibilidad de dar sentido al acontecimiento pasado, la imposibilidad de incorporarlo narrativamente, coexistiendo con su presencia persistente y su manifestación en síntomas, lo que indica la presencia de lo traumático. En este nivel, el olvido no es ausencia o vacío. Es la presencia de esa ausencia, la representación de algo que estaba y ya no está, borrada, silenciada o negada. (JELIN, 2002, p. 28)

Ademais, podemos falar também em uma vontade de silêncio, a vontade de não falar assuntos traumáticos para encerrar a dor, não a transmitir, desse modo configurando um “no contar o transmitir, de guardar las huellas encerradas en espacios inaccesibles, para cuidar a los otros, como expresión del deseo de no herir ni transmitir sufrimientos.” (JELIN, 2002, p. 32)

Já mergulhando no aspecto coletivo, é necessário ponderar que a sociedade e as demandas do presente contribuem para a constituição de alguns esquecimentos, intencionais ou involuntários, visando um enquadramento ao presente. Isso porque, para sair do silêncio e dar luz à lembrança, uma pessoa antes de mais nada precisa encontrar alguém que escute. Ou seja, “la necesidad de contar puede caer en el silencio, en la imposibilidad de hacerlo, por la inexistencia de oídos abiertos dispuestos a escuchar. Y entonces, hay que callar, silenciar, guardar o intentar olvidar” (JELIN, 2002, p. 82).

O aspecto coletivo da memória e sua relação com o presente, além do esquecimento, traz à tona a questão do silêncio. Isso porque cada sociedade produz esquecimentos sistemáticos que garantem a consolidação de uma memória hegemônica que, como já dito anteriormente, transforma as vozes divergentes em memórias subterrâneas. Todos esses aspectos se emaranham e se inter-relacionam, de modo que, para Jelin (2002) existe uma luta política atual sobre o sentido do acontecimento e sobre o sentido da memória. O espaço da memória é então um espaço de luta política, e não poucas vezes esta luta é concebida sem o término da luta contra o esquecimento: recordar para não repetir.

Além do esquecimento e das memórias divergentes, o ensino desse tema se depara com a ameaça do negacionismo, que até hoje está presente através de círculos políticos e parte da sociedade, que mesmo diante de todos os documentos expostos, relativiza ou até mesmo nega as violações de direitos humanos ocorridas durante o período da ditadura.

Além disso, cabe ao professor refletir sobre a memória como uma fonte histórica e ao mesmo tempo uma categoria de análise, pois no caso de temas sensíveis, as disputas são ainda

mais latentes no presente e a condenação moral dos acontecimentos é de grande importância para lembrar ou esquecer tais passados. A construção da memória, em seu movimento e de lembrar e esquecer, de forma voluntária e involuntária, tem mais relação com o presente do que com o próprio passado.

Muitas vezes, os temas sensíveis são compostos por memórias tão traumáticas, que podem produzir outro tipo de silêncio, no qual a lembrança é tão insuportável para o sujeito que narra, que se torna insuportável lembrar. É o silêncio daquilo que se quer esquecer, uma memória tão indizível que não se consegue lembrar, tamanha é a dor que as lembranças causam.

Diante deste contexto, ainda é preciso lidar com uma questão constantemente presente no cotidiano de professores História: a equiparação estabelecida entre o conhecimento histórico e senso comum. Em muitos casos, a narrativa histórica é igualada a uma lembrança, sem compromisso com o rigor da pesquisa histórica e sem mobilização de nenhum dos aspectos da operação historiográfica. Essa questão nos remete aos limites da História e da memória em sua representação do passado, como uma “coisa” ausente, pela anamnese ou reminiscência e torna evidente a importância do manejo das fontes históricas, sejam elas documentais, orais ou materiais. Além disso, evidencia a importância da História escolar, pois deixa claro que o ensino de História precisa discutir as questões sensíveis a partir das memórias e contribuir para a promoção da reparação e da superação da memória hegemônica.

Isso posto, selecionou-se os materiais para a oficina com fontes históricas a fim de atender a tais propósitos. As entrevistas utilizadas encontram-se salvaguardadas no Centro de Memória e Documentação da UNESCO (CEDOC-UNESCO). Uma delas faz parte de um acervo, que foi construído pela Professora Janete Triches para suas pesquisas a mais de três décadas e recentemente deu origem a um livro, escrito em parceria com o Professor João Henrique Zanelatto e intitulado História Política de Criciúma no século XX. No livro, Triches e Zanelatto (2015), analisam as disputas políticas na cidade de Criciúma ao longo do século XX, focando nas disputas entre partidos e grupos políticos pela prefeitura municipal e as relações de poder que se passava nos bastidores dessas disputas, possuindo um capítulo direcionado ao período da ditadura civil-militar em Criciúma.

O acervo em questão, consiste em documentos relacionados às eleições municipais que aconteceram ao longo do século XX, o que contempla as eleições realizadas entre 1964 e 1975 e que visavam dar tom democrático à ditadura brasileira. Dentre os documentos, encontram-se atas eleitorais e documentos dos partidos políticos que protagonizaram as disputas, como ata de fundação e os programas dos partidos. Além de entrevistas realizadas pela autora na década de 1990, com sujeitos históricos que de alguma forma se relacionam com

essas disputas políticas, em sua maioria prefeitos, vereadores, representantes partidários e sindicalistas, totalizando 55 entrevistas transcritas, das quais encontram-se preservadas 16 gravações.

Como o acervo diz respeito a um período bastante amplo da História da cidade e foi construído com outro propósito, nem todos os materiais que o compõem se encaixam na proposta deste trabalho. No entanto, alguns dos entrevistados atuaram como sindicalistas e viveram experiências de resistência ao golpe civil-militar de 1964 em Criciúma e foram perseguidos pelo regime. Embora as entrevistas não foquem nessa temática, eventualmente essas memórias são evocadas e aparecem como lembranças nas narrativas. De modo que, em uma leitura a contrapelo, esse material oferece inúmeras possibilidades, tanto do ponto de vista historiográfico, quanto do ponto de vista pedagógico.

Além disso, as entrevistas possuem um valor histórico bastante relevante, especialmente devido ao fato de que boa parte dos entrevistados não está mais viva, sendo, portanto, uma das poucas formas de manter as suas memórias.

Parte do material selecionado para as oficinas, são excertos de entrevistas selecionados de outras pesquisas, que apesar de não se relacionarem com a temática de da ditadura militar em Criciúma, fazem menção aos lugares de memória nela propostos e estabelecem sobre tais lugares, um olhar diferenciado, por tratar-se de pessoas envolvidas indiretamente. Esse é o caso, por exemplo, da entrevista realizada para sua pesquisa de doutorado por Susane Waschinewski (2020), que investigou aspectos da história de vida da professora catarinense Jessy Cherem (1929-2014), que atuou na formação de professores e na gestão de cargos públicos, a partir de seu arquivo pessoal, ao qual foram somadas entrevistas baseadas na metodologia da história oral e acrescentados outros documentos. Nas entrevistas realizadas por Waschinewski, com Marlene Machado Scharschimith, uma professora cricumense, que nos anos de 1960 havia aberto uma escola de educação infantil em Criciúma e que segundo a própria entrevistada, acabou recebendo algumas crianças bastante assustadas, que haviam sido transferidas da E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse, quando esta foi utilizada como prisão política pelos militares no contexto do golpe.

Outra escolha, foi uma entrevista com Ana Maria Bristot, estudante secundarista e membro do movimento estudantil cricumense, realizada por Marli Paulina Vitali (2013), em sua pesquisa de mestrado, sobre a UESC durante a ditadura civil-militar. Em suas falas, Ana Maria Bristot narra acontecimentos do golpe civil-militar de 1964 que presenciou enquanto

estudante e militante do movimento estudantil e que envolvem especificamente a Rádio Difusora, um dos principais palcos da resistência nesse contexto.

Também foi utilizada uma entrevista com *Ciro Manoel Pacheco* (2012), mineiro e sindicalista criciumense, que participou das resistências ao golpe de 1964 e a ditadura civil-militar na cidade, motivos pelos quais foi perseguido e viveu experiências traumáticas de repressão. A entrevista foi realizada pelo Coletivo de Memória Verdade e Justiça João Batista Rita, em 2012, no contexto de investigação e produção dos relatórios das CNV e CEVs. A transcrição e o áudio original da entrevista também se encontram salvaguardados no CEDOC-UNESC.

Além disso, outra importante fonte utilizada nesta etapa foram documentos que compõem o Inquérito Militar ACE N0022093 de 1975. Este investigou a atuação do Partido Comunista em Santa Catarina no contexto da Operação Barriga Verde, e do Inquérito Militar N0055967, instaurado em 1964 e redigido pelo Coronel Newton Machado Vieira, sobre atividades subversivas na região carbonífera em 1964. Os documentos se encontram disponíveis no CEDOC-UNESC e podem ser encontrados através da plataforma de buscas do SIAN¹⁴.

Os documentos possuem informações muito interessantes para construir a História de alguns personagens envolvidos com a resistência ao golpe de 1964 e a ditadura civil-militar na cidade de Criciúma. Entre os indiciados nos processos, estão alguns dos sujeitos históricos entrevistados por Triches na década de 1990 e pelo Coletivo de Memória Verdade e Justiça João Batista Rita, cujas entrevistas foram utilizadas nesse trabalho, como é o caso de Jorge João Feliciano, Addo Faraco e *Ciro Pacheco*.

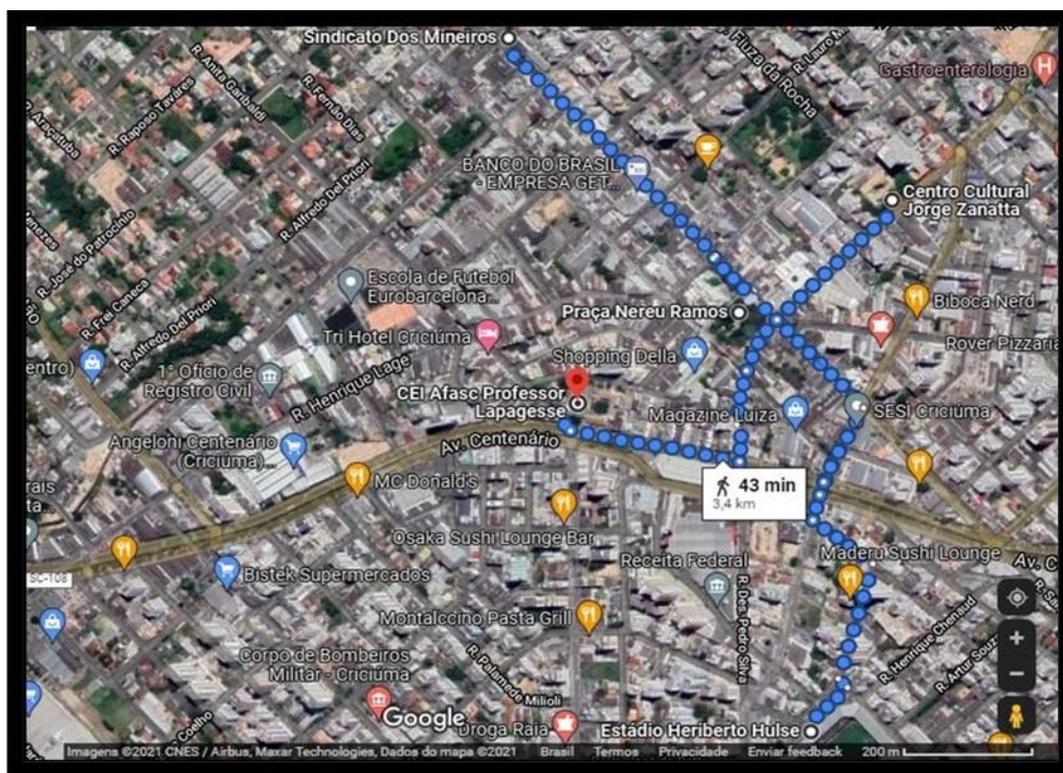
O percurso urbano aqui proposto é composto por cinco lugares distintos, que foram palco de repressão e resistência ao golpe e à ditadura civil-militar em Criciúma. As oficinas foram pensadas individualmente para serem executadas em sala de aula, sendo organizadas a partir de recortes documentais específicos, sendo uma para cada um dos lugares de memória mencionados. Assim, fica a critério dos professores se cada lugar será trabalhado individualmente ou combinado com outros lugares. Isso porque, a espacialidade da cidade torna os locais distantes para uma caminhada e ao considerarmos a realidade das escolas públicas, a disposição de ônibus é uma barreira para a realização das atividades fora da sala de aula, bem como o tempo de duração das atividades escolares. Por isso, se optou por pensar toda a proposta a fim de deixar a critério dos professores a melhor maneira de organizar o percurso, afinal é o

¹⁴ Para mais informações acessar: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>

professor quem melhor conhece a turma, seu ritmo próprio e as condições objetivas da sua realidade escolar, como tempo, condições de deslocamento, entre outros. No entanto, as oficinas serão apresentadas na dissertação de modo a darem um sentido à narrativa, caso os professores resolvam realizar o percurso de modo integral.

Para visualizar a disposição espacial, todos os locais podem ser observados na imagem abaixo, contribuindo para a melhor compreensão do percurso. Na imagem, os lugares estão listados pela proximidade, sem comprometimento com o eixo narrativo que orienta as oficinas e que dita a ordem de abordagem dos próximos tópicos deste capítulo. Podemos perceber na parte superior o Sindicato dos Mineiros de Criciúma, enquanto o Centro Cultural Jorge Zanatta fica mais à direita. Na Praça Nereu Ramos, aqui destacada em azul pelo cruzamento das ruas Rui Barbosa e Rua Getúlio Vargas, encontra-se o prédio da antiga Rádio Difusora. No centro da imagem podemos identificar a E. E. F. Professor Lapagesse/C. E. I. Professor Lapagesse e na parte inferior da imagem localizamos o Estádio Heriberto Hülse.

Figura 2- Percurso em imagem de satélite



Fonte: Google Maps

Pensar um eixo narrativo que conecte os locais selecionados de modo a dar sentido a narrativa, envolve escolhas que podem ser feitas de inúmeras maneiras, uma vez que a História não é essencialmente cronológica. No entanto, com exceção do Sindicato dos Mineiros de

Criciúma, a ordem cronológica dos acontecimentos se sobressaiu como alternativa para a construção narrativa do percurso, uma vez que já existem lacunas impostas pela escolha do próprio tema. Por se tratar de oficinas, que tem como objetivo narrar através de uma perspectiva sensível, são ressaltadas memórias a respeito do golpe e da ditadura civil-militar em Criciúma, estabelecendo-se um diálogo com os lugares de memória em questão, indicando questões subjacentes a própria memória e as camadas do tempo, que complexifica a narrativa. Desse modo, a ordem cronológica como eixo narrativo tornou-se a melhor opção para as oficinas, que são direcionadas a estudantes da educação básica, visto que é, de modo geral, a abordagem com a qual os mesmos estão mais familiarizados, uma vez que é a abordagem que orienta livros didáticos e em geral norteiam os currículos e conseqüentemente os planejamentos de muitos professores.

O último lugar elencado para o percurso, foi o Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Sua escolha para o encerramento das oficinas foi pensada para oferecer uma conclusão e fechamento da narrativa. Pois dentre todos os acontecimentos narrados através das memórias evocadas pelas fontes, desde o golpe, a Operação Barriga Verde e o decorrer da ditadura civil-militar na cidade, o Sindicato oferece uma unidade a boa parte dos acontecimentos. Isso porque boa parte das fontes se liga à instituição, já que entrevistas utilizadas nessa pesquisa são de pessoas que atuavam no Sindicato e são os mesmos investigados no Inquérito Militar, entre outros motivos, por essa atuação. Além disso, no Inquérito, a maioria dos investigados, mesmo aqueles que são entrevistados, também atuavam no Sindicato, sendo que a instituição protagonizou ou se fez presente nos principais eventos de resistência ao regime, por tanto, sofreu forte pressão durante o período.

É possível apontar também o exemplo já mencionado anteriormente, com os números levantados por Celso Martins (2006) sobre a OBV. O autor afirma que aproximadamente 42 pessoas foram presas durante a OBV, sendo 13 pessoas ligadas ao movimento operário de Criciúma e ao PCB, todas elas atuavam no Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Dentre elas, estão alguns dos sujeitos que tiveram suas memórias selecionadas para as oficinas de fontes: Jorge João Feliciano e Ciro Pacheco.

Os demais locais respeitam a ordem cronológica dos acontecimentos, dispondo-se da seguinte maneira: Rádio Difusora, Estádio Heriberto Hülse, E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse e Centro Cultural Jorge Zanatta. A justificativa para esse ordenamento é apresentada nos tópicos a seguir, com as orientações de cada uma das oficinas e sugestões para a realização do percurso.

3.3 RESISTÊNCIA À DITADURA ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: A RÁDIO DIFUSORA DE CRICIÚMA

Para a primeira oficina, não por acaso, o lugar escolhido foi a Rádio Difusora. Por intermédio dela, os ouvintes souberam o que acontecia no cenário político nacional e local. A Rádio, conforme Rosa (2006, p. 21), “foi uma rádio que se destacava por ter um perfil combativo, ligado aos interesses do proletariado, utilizada como um instrumento contra as elites da cidade”. Foi por meio dela, que conforme os entrevistados, houve a convocação dos trabalhadores para uma greve geral em 01 abril de 1964, com a intenção de resistir ao golpe.

Segundo Rosa (2006), a Rádio foi fundada em meio à efervescência política da década de 60, mais precisamente em 13 de agosto de 1962, por dois idealistas criciumenses: Doutel de Andrade e Addo Vânio de Aquino Faraco. Desde sua fundação, com modernas instalações, a Rádio se localizava na região central da cidade, em frente à Praça Nereu Ramos, uma das principais praças da cidade e ao lado da Catedral São José. Na imagem seguinte, fotografada por volta de 1977, como indica a obra de construção do calçadão da cidade, vê-se a Praça Nereu Ramos e a Catedral São José, ao lado da qual se situa o prédio onde estava instalada a Rádio Difusora nas décadas anteriores. Pela data, é possível conjecturar que o prédio em que se estabelecia a Rádio Difusora já havia sido reformado após o incêndio:

Figura 3- Praça Nereu Ramos, 1960



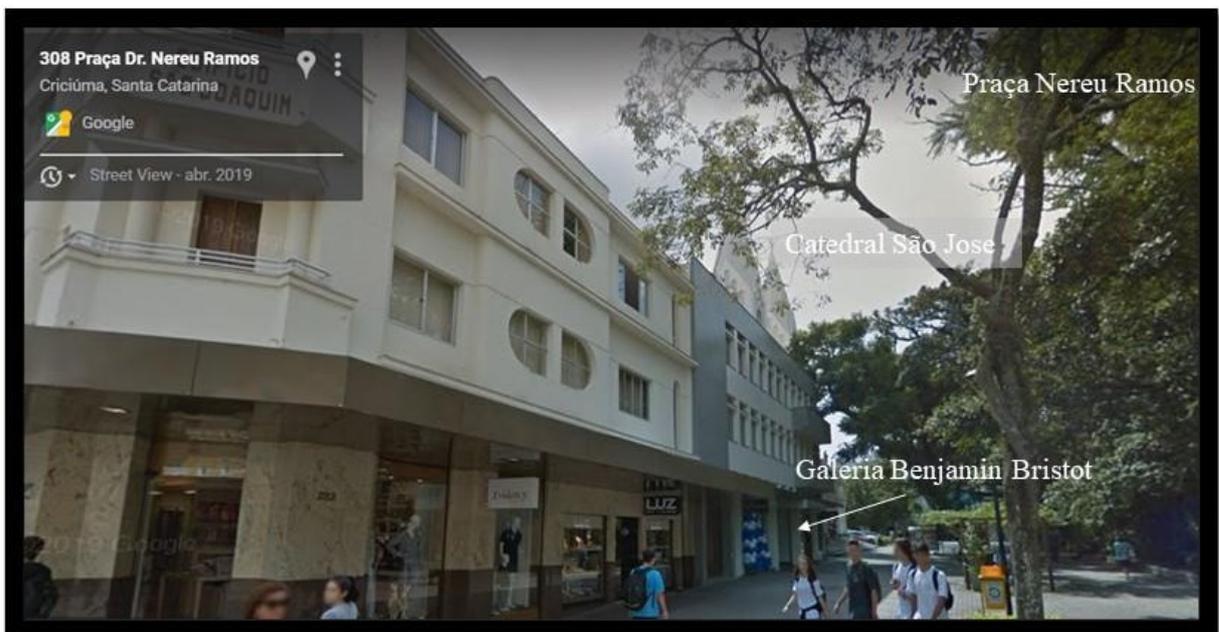
Fonte: Arquivo Municipal Pedro Milanez

Desde sua fundação, a Rádio foi muito presente na vida dos trabalhadores da cidade de Criciúma e teve grande importância na resistência ao golpe civil-militar de 1964. No entanto, de acordo com Rosa (2006), após o golpe, a Rádio passou a sofrer com a censura e a perseguição de seus fundadores. Até que em 1977, pouco tempo depois de um incêndio ter destruído os estúdios da emissora, a Rádio Difusora foi fechada pelo Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL). O incêndio consumiu as instalações da Difusora no mesmo dia em que completava seu décimo quinto aniversário, no dia 13 de agosto de 1977.

Durante o golpe, a Rádio Difusora não só estava no ar, mas serviu como um mecanismo de resistência de vários segmentos da sociedade civil. No caso do movimento estudantil de Criciúma, segundo Marli Paulina Vitali (2013), na chegada da “Revolução” a Criciúma, um grupo de estudantes preparou uma recepção memorável aos militares, que chegavam de trem e eram recebidos com uma chuva de ovos lançados de cima do prédio da Rádio Difusora. Além disso, segundo Jorge Feliciano (1992), o Sindicato comandava suas ações e se comunicava através da Rádio ao aderir à greve geral convocada pela CGT para 01 de abril de 1964. Mesmo após o golpe e na prisão, algumas informações chegavam até o sindicalista através da Rádio.

Após o incêndio de 1977 e o fechamento da Rádio, suas instalações foram abandonadas, sendo posteriormente reformadas e ganhando outros usos. Não foi possível encontrar em arquivos da cidade de Criciúma, ou em buscas na internet, imagens que mostrassem o prédio atingido pelo fogo. Após a reconstrução do prédio ele adquiriu outras funções comerciais e hoje abriga algumas lojas, dentre as quais se destaca a loja de aviamentos e artesanatos Cricifios, que ocupa boa parte do andar térreo de toda a Galeria Benjamin Bristot. Na imagem abaixo, retirada do Google Street View, é possível ver a fachada da Galeria hoje, pelo ângulo oposto ao da imagem anterior:

Figura 4- A Galeria e outro uso do mesmo prédio



Fonte: Google Maps

Dizem na cidade, que a fachada do prédio ainda guarda algumas semelhanças com a fachada antiga, de quando o prédio abrigava a Rádio. A imagem abaixo retrata a entrada da Galeria atualmente:

Figura 5- Galeria Benjamin Bristot atualmente



Fonte: acervo pessoal

No entanto, hoje em dia tem em suas instalações o funcionamento de diferentes estabelecimentos comerciais, como lojas de aviamento, artesanato e roupas, o que dificulta a execução de atividades pedagógicas no local, mas não inviabiliza a travessia da galeria ou a apreciação da fachada. A imagem abaixo mostra o interior da Galeria em um dia útil:

Figura 6- A Galeria e outro uso do mesmo prédio



Fonte: acervo pessoal

Além dos espaços internos da Galeria, a fachada da do edifício é disposta de frente a Praça Nereu Ramos e uma parte do calçadão, que contam com banco e que possibilita uma ampla visão do edifício, podendo comportar os estudantes para suas atividades e para diálogos com o professor. Desse modo, transpõe-se as barreiras da sala de aula e se utiliza os espaços públicos para atividades pedagógicas.

Para melhor localizar a Galeria Benjamin Bristot, edifício onde funcionava a Rádio Difusora, é possível utilizar croquis da Praça Nereu Ramos feitos por Feltrin (2019) para ilustrar o entorno da praça e seus usos nos anos de 1950. Em sua representação, o autor não identifica a construção, mas já a representa em seu desenho:

Figura 7- Croquis da Praça Nereu Ramos



Fonte: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/18.211/6879> (imagem editada)

Na imagem 7, pretende-se chamar atenção aos espaços próximos às instalações da Rádio e esses espaços podem ser usados para tensionar a História de Criciúma no período em análise. Outra sugestão, é chamar a atenção para a Praça Nereu Ramos e sua centralidade. Esses espaços foram utilizados por diferentes pessoas em diferentes períodos, sendo a Praça e a Galeria lugares de passagem no núcleo central da cidade de Criciúma, sendo possível conjecturar que esses espaços foram utilizados nesses diferentes contextos como local de reunião, sendo palco para socialização, debates, tensões e conflitos. Desse modo, utilizar essas imagens durante a oficina também se torna uma possibilidade interessante, especialmente se retomadas durante o percurso para evocar reflexões sobre o que tais lugares podem ter presenciado no passado, o seu uso no presente e ao mesmo tempo a experiência individual de cada estudante ao estar presente neste lugar. Até porque, como a oficina com fontes históricas deve anteceder o percurso, os estudantes já possuirão conhecimentos prévios sobre o passado do espaço em que ocupam no presente.¹⁵

Outra questão que pode ser levantada, é a própria presença da Galeria. Walter Benjamin (1989), ao dimensionar o que seria a experiência do flâneur, afirma que as galerias foram fundamentais para o pleno desenvolvimento da flânerie, uma vez que nem todas as ruas da França possuíam calçadas no século XIX. Para o autor, “as galerias são um meio-termo entre a rua e o interior da casa” (BENJAMIN, 1989, p.34). Partindo desse pressuposto, é possível

¹⁵ Outros espaços no entorno da praça Nereu Ramos podem ser sugeridos também para o roteiro a serem melhor problematizados no futuro, por exemplo: Igreja São José e Casa Elias Angeloni, que tiveram papel no regime. Além disso vale discutir as relações da cidade com o golpe de 1964 a partir de outros locais, como os cafés, por exemplo, que são tradicionalmente pontos de encontros políticos e culturais em várias partes do mundo.

refletir com os estudantes, sobre as sensações que os mesmos experimentam dentro do espaço da Galeria, e ao lado de fora, na Praça Nereu Ramos. Reflexão que pode ser estendida ao passado, pois o professor pode convidar os alunos a um exercício de imaginação histórica, tentando levá-los a se colocar no lugar dos sujeitos que narram suas experiências nas entrevistas utilizadas nas oficinas de fonte: pessoas que resistiram ao golpe e a ditadura civil-militar em Criciúma, que transitaram por esses espaços para utilizar a Rádio Difusora, um importante símbolo de resistência, em um tempo em que a ameaça de violência e terrorismo de Estado era constante, onde a censura era uma realidade e reuniões de pessoas na rua podiam ser tomadas como um ato suspeito. Como terá sido esse espaço da Galeria para esses encontros (casuais ou intencionais)? Um lugar de desconforto ou proteção? Quais diferenças se pode sentir ao imaginar o espaço da Praça no mesmo contexto? Outra possibilidade, é observar a edificação e buscar nela marcas do tempo que denunciem o seu passado, ora glorioso e vivo, marcado pela militância de diferentes segmentos da sociedade civil. Ora sombrio, marcado pela censura, pela intervenção e fechamento da Rádio e até mesmo um incêndio, do qual não se tem clareza das condições em que ocorreu.

Para a oficina realizada sobre esse espaço, voltada às memórias do golpe e da ditadura civil-militar que atravessam a Rádio Difusora, sugere-se o título "Resistência à ditadura através dos meios de comunicação: a Rádio Difusora de Criciúma". Isso porque, como já mencionado anteriormente, a Rádio e seus arredores foram espaços de resistência ao golpe militar de 1964, tanto para os trabalhadores da indústria carbonífera, que segundo entrevistas com Feliciano (1992) e Pacheco (2012) estruturaram a partir dali a adesão e organização da greve geral convocada pela CGT em primeiro de abril de 1964, quanto para o movimento estudantil, que segundo Ana Maria Bristott (apud. Vitali, 2013), utilizou o espaço para recepcionar a chegada das tropas militares em Criciúma atirando ovos.

Para esta oficina, dentre as fontes selecionadas, estão excertos de entrevista com Ana Maria Bristott, encontrados na dissertação de mestrado de Marli Paulina Vitali (2013), um trabalho já mencionado nesta dissertação, onde a entrevistada narra a recepção dos militares em Criciúma pelo movimento estudantil, logo após o golpe:

Ana Maria Bristot: Sim, eu permaneci do lado mais radical. Quando os militares entraram em Criciúma, eu fiquei em cima do prédio da Rádio Difusora, que estava instalada ao lado da Igreja Matriz de São José. Ali tem até hoje a Galeria Benjamin Bristot. No primeiro andar funcionava a Rádio Difusora. Quando eclodiu a revolução, que veio de Florianópolis, depois Tubarão, depois Criciúma,

eu via os “milicos” saltando dos trens. Nós fizemos uma espécie de barricada lá na Rádio Difusora. Cada um levou um monte de ovos e jogávamos nos “milicos”. (BRISTOT apud VITALI, 2013, p. 122)

E serão utilizadas partes das também já mencionadas entrevistas com Ciro Manoel Pacheco (2012) e Jorge João Feliciano (1992), onde eles narram como o Sindicato dos Mineiros de Criciúma organizou a greve geral na cidade, utilizando o espaço da Rádio para convocar os trabalhadores durante a madrugada de 31 de março para 01 de abril de 1964.

O recorte selecionado na entrevista de Ciro Pacheco (2012, p. 9) consiste no seguinte trecho:

Ciro Pacheco: No golpe de 1964, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma era um sindicato atuante, reconhecido a nível de Brasil. Inclusive, era considerado pelos militares, que Criciúma era uma Cuba, era um regime de Fidel Castro. Não tinha nada disso, na verdade.

Então deram o Golpe e nós fizemos a greve geral. Quando se deu o Golpe nós paramos. Enquanto o Sindicato tinha voz ainda, a Rádio Difusora estava no ar, nós paramos. Ficou tudo parado.

Em 1964 o presidente do Sindicato era o Jorge Feliciano, o secretário era o Raimundo Jorge Vieira e o tesoureiro era o Raul de Souza, que é tio do Rodriguinho. Naquele momento, o Raul estava trabalhando no Sindicato e voltou para a mina para uma contenção de despesas.

O Brasil inteiro estava já dominado pelos militares e nós estávamos com a Rádio no ar. Difusora no ar convocando os trabalhadores. Aí a coisa fechou mesmo, eu não era muito de política, eu estava na base, peguei eu e um primo meu, chamamos o Jorge: “Vamos Jorge?”. Fomos a Jaguaruna ver se o Ernesto estava vindo, para proteger os companheiros. A gente não sabia o que estava acontecendo. Chegamos em Jaguaruna, eles estavam vindo, nós voltamos. O Jeep quebrou na viagem, pegamos uma carona e viemos embora como o pessoal mandou. Até aí, tudo bem, eles entraram. Para ele, nós estávamos todos armados dentro da chapa. Viemos embora, cada um para sua casa e aí foi todo aquele barulho, da revolução, do golpe. E não lembro quantos dias depois, nós fomos convocados no campo do Criciúma. Nos convocaram para o campo do Criciúma e por nome, comunicado pela Rádio. Comercário Esporte Clube.

A Rádio Eldorado foi que convocou. Grupo Freitas. E como naquele tempo a cidade era menor, uma convocação dessas, todo mundo conhecia todo mundo. Uma convocação e um passava para o outro. Que me lembro não recebemos nenhum documento em casa.

Fomos. É que na verdade, chamaram todo esse pessoal para fazer uma lavagem, mas eles não queriam prender ninguém, porque era muita gente. E era operário muito baixo e a cidade estava dominada. Já devem ter ouvido falar do grupo de Onze, formado pelo Brizola. O que o Brizola pretendia era criar

uma milícia, para resistir ao golpe. O Brizola sabia do golpe que estava na estrada, em função da campanha da legalidade, o Brizola tinha toda a consciência. Ele sabia, porque nós, do Sindicato, tínhamos os cartazes dos generais.

Nós fomos convocados pela Rádio Eldorado, evidentemente tínhamos obedecido, porque as lideranças estavam presas, não tinha mais comando. O Jorge estava preso.

O excerto da entrevista de Ciro Pacheco (2012), dialoga com os trechos selecionados da entrevista de Jorge Feliciano (1992, p 2-3). Ambos os entrevistados destacam o papel central da Rádio Difusora na organização da greve de 01 de abril de 1964 e se complementam, uma vez que Feliciano (1992) discorre sobre seu papel na liderança e organização da greve a partir da Rádio e menciona as instruções que provavelmente orientaram as ações de Ciro Pacheco (2012) ao ir encontrar os militares. Esses atravessamentos podem ser elucidados pelo professor ao realizar a leitura das fontes com os estudantes, ou mesmo surgir como questionamento aos estudantes e ainda como um convite para que os estudantes interroguem a fonte, para que assim possam refletir sobre o fazer historiográfico.

Cabe mencionar, que se fez a opção de utilizar o material transcrito da entrevista de Jorge Feliciano em sua forma original, como já justificado anteriormente. O documento possui marcas de leitura, que podem também estimular os estudantes a refletirem sobre as camadas de tempo também presentes nas fontes históricas e a própria natureza da fonte. Mais uma vez a mediação do professor faz-se essencial, sendo necessária para novamente abordar a entrevista do ponto de vista da memória, mas também como um documento que foi produzido por alguém, com alguma finalidade. Quais seriam eles? O terá a entrevistadora destacado ao interrogar sua fonte? O que descartou? Como interpretar as marcações presentes no documento? O que cada estudante destacaria e por quê? Como marcaria?

Figura 8- O que disse Jorge João Feliciano

Nós, operários, não tínhamos arma nas mãos. O 3º Exército dizia que se fosse necessário, eles distribuíram. No golpe de 64, eu era o Presidente do Sindicato dos Mineiros. Eu tinha sido eleito e fui empossado em novembro de 1963. Cheguei aqui dia 27 de Março. Estava no Rio e participei do comício do dia 13 de Março, do Jango na Central do Brasil. Estava empolgado. Depois daquele ato, a reação, a direita, fez a marcha da família com Deus pela liberdade em São Paulo. Foi avaliado com o dobro de gente. Senti, percebi, que o Jango ia cair. Quando cheguei, dia 27 de Março, falei que o Jango ia cair pro Lírio Rosso e pro engenheiro Sérgio Borja. Era apenas uma suposição minha. Dia 31 estava escutando Rádio Quando o Mourão Filho se levantou contra Jango em Juiz de Fora. Era 11 horas da noite. Escutei a ordem da C.G.T., o comando geral dos trabalhadores, determinado a greve geral no país. Morava na Içara. Vim para Criciúma. Fui casa por casa e por volta das duas da madrugada já havíamos conseguido reunir a diretoria do sindicato. Analisamos o quadro, caímos na rua, em todas as Minas, para defragrar a greve, aí foi sem assembleia. Foi uma ordem do sindicato. As Minas, dia 1º de Abril, amanheceram todas paradas. Nessa época as Minas eram a Boa Vista, a União, a CBCA, a Próspera e a Mineração Geral do Brasil. Essas eram empresas mineradoras. E haviam algumas empreiteiras. Tomamos conta da rádio e ficamos comandando a greve da rádio. Os trabalhadores vieram todos pra cidade e se concentraram em praça pública. A polícia pedia pra nós não deixar fazer desordem. O delegado era

Fonte: CEDOC-UNESC/ SIAN

Feliciano (1992) começa sua narrativa falando de episódios antagônicos e nacionalmente importantes para se pensar a ditadura civil-militar no Brasil: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e o comício de 13 de março de 1964. Isso abre espaço para que o professor faça a mediação, estabelecendo relação entre os acontecimentos locais e os acontecimentos nacionais. Isso porque, o entrevistado conclui essa primeira parte de sua narrativa falando sobre a adesão à greve geral de 01 de abril de 1964 (já mencionada no trecho selecionado da entrevista de Ciro Pacheco, explanada anteriormente), que também conecta essas partes e menciona a importância da Rádio Difusora, para que a greve acontecesse em nível local.

Já na segunda parte de sua entrevista, Feliciano (1992) descreve o papel da Rádio no desfecho da greve e os acontecimentos que marcaram a sua conclusão:

Figura 9- O que disse Jorge João Feliciano [parte 2]

o Elídio de Castro Veloso. A cidade estava sob nosso controle. A polícia achava que nós tínhamos armas mas nós não tínhamos . Até dia 02 de Abril fui pressionado, a polícia rondando o sindicato. É que na assembleia eu havia dito que nós tínhamos armas. E aí foi um Deus nos acuda porque todo mundo queria arma. Eu dizia que não estava na hora. Foi uma mão obra para segurar o pessoal. Eu disse que tínhamos arma porque se a polícia descobre que não tínhamos - e dentro da assembleia sempre tinha policial infiltrado - ela invadia o sindicato. Dez policiais armados nos colocariam todos a correr. Tive que blefar obrigado. Para manter o movimento de pé. Nossa esperança era que o exército de Porto Alegre chegasse, repetindo o episódio de 61. Por isso aguardávamos. Por isso resistimos, Os trabalhadores ficavam no sindicato enfrente a Rádio Difusora, na praça. O Exército de Tubarão se deslocou até Jaguaruna. De lá, eles enviavam emissários, pedindo que fechávamos a Rádio. Nós devolvíamos dizendo que eles viessem fechar a Rádio. Eles não vinham porque achavam que estávamos armados. A greve era só de mineiros que, com os aposentados, juntava perto de seis mil pessoas na Praça. Ficamos nessa até dia 02 de Abril. Mandávamos gente para Porto Alegre para saber se o Exército viria. Estávamos acedados entre o Exército que esteve em Jaguaruna e a polícia daqui. O Exército de Porto Alegre não veio para nortear a caminhada . Dia 02 de Abril , por volta das cinco horas da tarde , percebemos que a luta estava perdida. Passei na Rádio , gravei um mensagem , pedi para ser colocada no ar um hora depois, arrumei um carro emprestado, eu e o Raimundo Vendieri, que era o vice-presidente.

Fonte: CEDOC-UNESC/ SIAN

Além das entrevistas, foram selecionados recortes do Inquérito Militar ACE n 0055967 de 1985, onde o Coronel Newton Vieira Machado faz uma ambientação da Zona Carbonífera de Santa Catarina e recolhe depoimentos de pessoas ligadas a atividades subversivas nessa região, de modo que a maioria dos interrogados, ligados ao movimento sindical, são investigados pela sua participação na resistência ao golpe de 1964 e a ditadura civil-militar. Durante os interrogatórios, foram questionados especificamente os eventos que envolveram a Rádio Difusora. Esse material também será disponibilizado em seu formato original, visando despertar a curiosidade dos estudantes e o contato direto com a fonte, permitindo que os mesmos reflitam sobre as dificuldades no trato com as fontes históricas que os historiadores enfrentam cotidianamente e as lacunas que existem na impossibilidade de ler determinadas palavras e como já dito anteriormente, para que possam refletir sobre a sua natureza, uma vez que trata-se de um outro tipo de fonte e que contém narrativas produzidas sobre circunstâncias

completamente diferentes das entrevistas. Desse modo, o contato com a fonte histórica pode despertar também, reflexões sobre o próprio ofício do historiador. Diante disso, é importante destacar o quanto a mediação do professor é necessária na contextualização do documento, possibilitando a sua compreensão.

Por se tratar de um documento um pouco maior, algumas partes foram destacadas para direcionar a leitura dos estudantes. Porém é necessário disponibilizar um recorte um pouco maior deste documento, em relação aos anteriormente apresentados, para que seja possível capturar através o contexto geral da narrativa apresentada no documento. Novamente, a autonomia do professor em relação a sua turma e suas aulas deve ser predominante, uma vez que cada professor pode escolher adaptar as fontes sugeridas a sua realidade, fazendo seus próprios recortes e seleções, atendendo a realidade de cada turma.

Para auxiliar nesse processo, as imagens abaixo apresentam o recorte geral das páginas a serem utilizadas na oficina, com sugestão de destaque para algumas partes, que aparecem centralizadas em um quadro vermelho para se destacarem:

Examinando-se atentamente o presente Inquérito Policial Militar, verifica-se o seguinte:

1. - PARTE EXPOSITIVA
- 1.1 - AMBIENTAÇÃO
- 1.1.1 - CRICIUMA

Para que se entenda melhor os homens que se viram envolvidos no presente Inquérito Policial Militar, torna-se necessário descrever, ou pelo menos tentar, o ambiente no qual os mesmos vivem, para que se possa melhor entender as reações de cada um, reações estas, que se tornam alguns inocentes, à maioria transformam em culpados.

A Zona Carbonífera de Criciúma e municípios vizinhos é muito propícia à infiltração comunista, ou pelo menos às agitações dadas as condições de vida daqueles que aqui labutam.

Não só o trabalho na mineração, ocupação dominante na região, é árduo e desgasta prematura e fisicamente o homem, como tem havido uma certa incompreensão dos mineradores, que não tem procurado dar um melhor ambiente de vida extra-trabalho aos seus operários e suas famílias.

Quem já percorreu uma mina e lá viu aqueles homens trabalhando, bem poderá aquilatar do estado de ânimo daqueles trabalhadores, principalmente se levarmos em conta que este trabalho se desenvolve por anos a fio. Saído de horas de trabalho penoso, aquele homem, ao voltar à luz do dia, deveria encontrar somente motivos para despreocupações, mas isto não é o que comumente acontece.

Aqueles homens e suas famílias habitam em barracões de madeira e até o ar que respiram, traz carvão em suspensão. O chão que pisam é negro também, como negro parece-lhes, também, seus destinos.

Tem um único consolo: - Alguns percebem bons salários, salários que compensam razoavelmente todos estes sacrifícios.

Na zona carbonífera de Criciúma existem dois tipos de salário mínimo: - o de Cr\$51.000,00 para os mineiros, ou sejam aqueles que trabalham no subsolo e de Cr\$48.000,00 para os que trabalham na superfície. Isto diz respeito aos que trabalham na indústria carbonífera, pois para os demais operários, empregados em outras atividades, o salário mínimo regional é de Cr\$36.500,00. Não decorrer deste IFM, houve um aumento salarial do trabalho do mineiro, de 35%, à vigorar do dia 1º de junho do corrente ano.

Como se vê, pois, este é o único consolo que existe para alguns daqueles operários e digo alguns, porquanto existem três categorias de trabalhadores na Indústria do Carvão: - o mineiro: o ajudante e o diarista.

Destas três categorias, somente o mineiro percebe acima do salário mínimo e todos trabalham ainda de acordo com o regime de tarefas; quanto maior a produção, maior o salário percebido.

Fácil se torna calcular, pois, a luta que não se trava em torno da obtenção do lugar de mineiro e o desemprego resultante já que muitos vêm para cá na ilusão de obter fácil colocação, desde que fracassaram noutras profissões e terminam ...

Figura 11- Inquérito Militar ACE nº 0055967[página 8, destaque incluído pela autora]

(2)

se vendo na pior das condições humanas, que é a de desempregado, agravada no caso de possuir família para sustentar.

E o operário tem de lutar, não só contra os demais concorrentes às vagas, como também contra a ganância dos mineiros, principalmente daqueles que não são proprietários, mas sim simples exploradores por empreitada e que tudo fazem por obter mão de obra mais barata.

E conseguem realmente isto, da seguinte maneira, aproveitando para os serviços "encostados" do IAPETC, que percebem naquela Autarquia vencimentos por se acharem em indisponibilidade física e vão trabalhar nas minas por um salário abaixo do mínimo, somando assim dois proventos.

Lucra este tipo de trabalhador, pela dupla percepção de rendimentos e lucra o patrão ganancioso, que tem um operário percebendo abaixo do salário mínimo.

Culpado ainda pode ser o Estado, por não fiscalizar eficientemente, permitindo a ocorrência de tais fatos. E ainda se pode atribuir ao Estado uma segunda culpa, que tem sido aliás motivo para tremenda agitação e proposta das tão discutidas e exploradas "reformas".

Não se pode negar que o homem do campo, o trabalhador na lavoura, acha-se praticamente desamparado, especialmente se o compararmos com o trabalhador da cidade.

Pois bem. O homem da lavoura vem até à região carbonífera; registra-se na profissão e vai trabalhar em uma mina. Com isto, não só ele passa a ter direitos dos mais variados tipos de assistência, incluindo a médico-hospitalar, como também sua própria família. Trabalha este pseudo-mineiro, se podemos chamar assim, durante um ano ou mais e depois, por todos os meios, arranja um "encôst" no IAPETC, voltando para sua lavoura no campo, onde passa a trabalhar mais descansado, já tendo provento pequeno, mas certo e tendo sua família beneficiada por tudo aquilo que um Instituto de Previdência possa lhe oferecer.

Não se pode objetar, que seja difícil tal manobra, pois, muito pelo contrário, é das mais comuns e fáceis de se obter no IAPETC de Criciúma, local dos maiores arranjos, das maiores barganhas, Autarquia que deverá merecer um inquérito à parte, tais as irregularidades ali praticadas e oficialmente apuradas pelo Encarregado deste IIM.

Note-se que a maioria destas irregularidades ali praticadas, o eram ou por interesse financeiro, ou, o que era mais comum, por afilhadismo político ou com fins eleitorais.

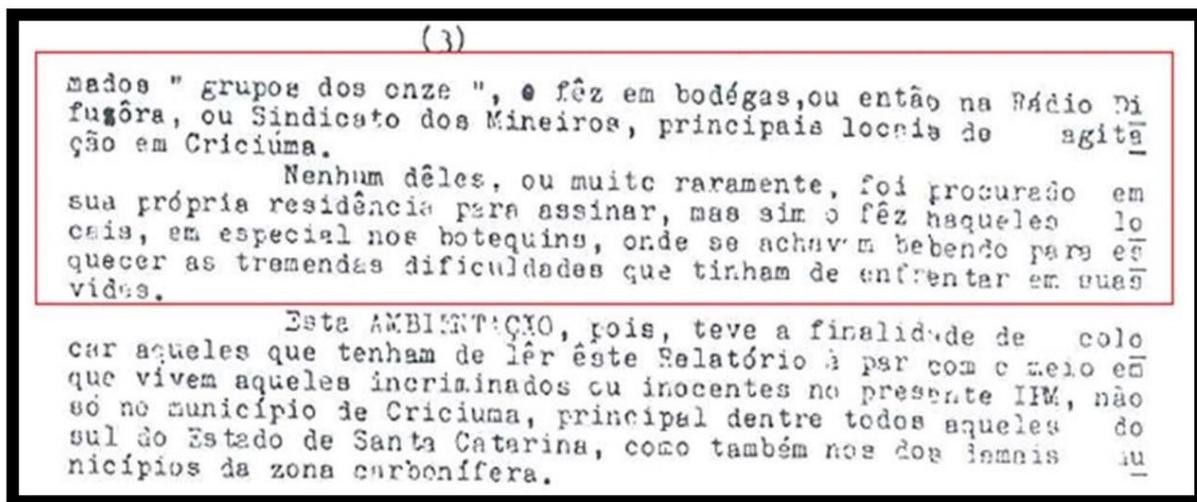
Mas, voltando ao operário, este não vai encontrar muitas vezes lugar para trabalhar, pois sua vaga está ocupada por este "lavrador-mineiro", que trabalha por qualquer preço e com a única finalidade de deixar correr um pouco de tempo, para obter uma indisponibilidade para ele altíssima proventos.

E tornando ainda mais àquele operário, que ao início desta dissertação estava trabalhando e lutando contra tudo isto e todos estes, o homem ao sair do seu trabalho, não tendo um lar agradável para estar, uma praça de esportes onde pudessem distrair sadiamente, vai para uma bodega, das inúmeras que por aqui existem, onde se junta à agitadores, que procuram habitualmente estes lugares.

Tanto é verdade isto, que foi apurado neste Inquérito, que a maioria daqueles indóculos que assinaram listas dos cha,...

REPRODUÇÃO DE ORIGINAL
ILEGÍVEL

Figura 12- Inquérito Militar ACE nº 0055967 [página 9, destaque incluído pela autora]



Fonte: CEDOC-UNESC/ SIAN

A parte selecionada do Inquérito em questão, apresenta um panorama de ambientação da região carbonífera em 1964. No documento, o Coronel Newton Machado Vieira, descreve a situação de vida dos trabalhadores em todas as cidades da região, como Criciúma, Lauro Muller, Urussanga, Orleans, Tubarão, etc. Em seus relatos, o Coronel descreve Criciúma como uma “Cuba brasileira”, ou seja, um reduto de comunistas e subversivos. Isso porque, em sua percepção dos fatos, os trabalhadores da mineração eram facilmente seduzidos pelo comunismo, devido às condições extremamente precárias da região, que não lhes proporcionavam qualidade de vida. Além do trabalho insalubre, em sua maioria, os mineiros da região viviam em vilas operárias precárias, em áreas sem praças ou nenhum outro tipo de lazer, além dos bares. Desse modo, em sua leitura da situação, os mineiros acabavam se reunindo nos bares para beber e acabavam tendo contato com comunistas que os motivavam a entrarem para os Grupos dos Onze, para o Partido e para o Sindicato.

Nesse ponto, uma sugestão é retomar a imagem 5 (croqui da Praça Nereu Ramos), onde é possível identificar o Café São Paulo, que pode ser tomado como um desses bares em que os trabalhadores se reuniam, em especial os mineiros, uma vez que transitavam pela Praça Nereu Ramos e pela Rádio Difusora, que se localiza quase que na extremidade oposta ao café. De acordo com Luiz Fernando Balthazar (apud. FELTRIN, 2019), o café São Paulo era um dos locais de encontro diário dos trabalhadores, comerciantes, recém-chegados à cidade, dentre outros. De modo que o Café era um importante lugar para se saber das notícias e informações. Posteriormente, durante o percurso, também é possível visualizar a partir da espacialidade da Praça Nereu Ramos, onde esse Café se estabelecia, o que funciona em suas instalações

atualmente, qual a aparência atual do edifício, dentre outras tantas questões. Para auxiliar o professor na mediação dessas questões, cabe mencionar, que o edifício Filhinho, lugar onde funcionava o Café São Paulo nos anos de 1960, foi construído em 1946 e passou a sediar o Café em seu andar térreo, desde então. Ainda hoje, o edifício Filhinho “é um dos exemplares originais da época que mais preservam a sua característica original e que já virou referência na cidade” (FELTRIN, 2019, p. 7).

A imagem abaixo evidencia o Edifício Filhinho, na esquina da Praça na década de 1950:

Figura 13- Café São Paulo, década de 1950



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez

O Café São Paulo funcionou nas mesmas instalações até os anos 2000. Atualmente, o edifício Filhinho comporta em suas instalações a matriz da Sapataria Moderna, uma loja que possui várias filiais na cidade e cidades vizinhas. A fachada da loja torna o edifício quase irreconhecível:

Figura 14- Imagem atual do Edifício Filhinho



Fonte: acervo pessoal

Outro ponto que pode ser interrogado na paisagem urbana a partir da imagem 5 (croqui da Praça Nereu Ramos), sob intermédio do professor, é a presença do Café Rio, um outro bar da cidade, localizado na mesma Praça do Café São Paulo. Segundo Feltrin (2019), o Café Rio ficava no andar térreo do edifício São Joaquim, que foi construído em 1941. No segundo andar do mesmo edifício, em meados dos anos de 1950, passou a funcionar a Rádio Eldorado. O Café Rio ficava na esquina ao lado da Rádio Difusora e há poucas menções sobre ele em pesquisas acadêmicas, seja sobre patrimônio cultural ou qualquer outra abordagem histórica. Enquanto no imaginário coletivo e no senso comum, perpetua-se a ideia de que o Café Rio era frequentado

por um público mais conservador, por ficar mais próximo da Igreja e abaixo da Rádio Eldorado, que nos anos de 1950 já pertencia ao Grupo Freitas, eram extremamente importantes no segmento da mineração e tiveram papel importante na ditadura civil-militar, auxiliando a repressão.

O edifício São Joaquim abrigou o Café Rio até 2017. Atualmente, em seu espaço funcionam lojas de diferentes segmentos. Abaixo, é possível observar imagens do edifício São Joaquim, logo após o fechamento do Café Rio:

Figura 15- Edifício São Joaquim, 2017



Fonte: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2017/depois-de-75-anos-o-fim-do-cafe-rio>

Retomando o Inquérito, que chama a atenção por tratar-se de um documento oficial do Estado e que demonstra a preocupação dos militares com a região carbonífera e a cidade de Criciúma por ser “propícia a infiltração comunista”, cabe ressaltar sua grande potência para o trabalho pedagógico, dentro da concepção da ditadura civil-militar como um tema sensível. Tomando como base os apontamentos de Alberti (2016), o recorte do documento acima apresenta inúmeras possibilidades para trabalhar a ditadura civil-militar em Criciúma como um tema sensível em sala de aula. Isso porque, assim com as entrevistas escolhidas para esta e para as demais oficinas, partiu-se do diálogo estabelecido com a autora, ao indicar alguns caminhos para a abordagem de temas sensíveis no ensino de História. A autora elege quatro providências que devem ser adotadas pelos professores como essencialmente importantes: 1. precisamos

garantir um ambiente seguro em nossas aulas; 2. buscar instrumentalizar os alunos para que possam rejeitar tratamentos simplificados; 3. o uso de fontes efetivas, atraentes e estimulantes; e, 4. precisamos ir além da sensibilização de nossos alunos e alunas e propor reflexões.

Acreditando que a sala de aula deve ser um lugar de suspensão das diferenças, onde os alunos encontrem um espaço seguro para expressar suas identidades e que, a partir de tais expressões, cabe aos professores intervir para o acolhimento ou o combate de qualquer tipo de preconceito e violência, o item um (1) apontado pela autora, é aqui interpretado como uma premissa básica da educação, independente do tema abordado nas aulas.

Por tanto, é nos itens dois, três e quatro (2, 3 e 4) que essa proposta pretende se deter. Em todas as escolhas, foram selecionadas como fontes, documentos em que os narradores não baseiam suas narrativas em experiências traumáticas e quando o trauma aparece, evitou-se os pontos em que o sofrimento é exposto indistintamente, especialmente quando físico. Além disso, foram elencados recortes que humanizem os sujeitos vítimas do terrorismo de Estado, destacando que eles eram pessoas comuns, que trabalhavam e possuíam família, de modo que a prisão afetou diretamente suas vidas cotidianas e de seus familiares.

Dentro dessa concepção e partir do Inquérito acima mencionado e especialmente das partes destacadas, é possível humanizar os sujeitos que foram vítimas da repressão durante o período, sem apelar para relatos chocantes de tortura. Ao mesmo tempo, é possível tomá-lo como um documento oficial, que apesar de produzido pelos órgãos da repressão, em certa medida reconhece a situação desumana e degradante em que tais sujeitos viviam. Ilustrando essa concepção, é possível destacar no Inquérito, em sua parte introdutória, que visa uma ambientação da cidade de Criciúma no contexto do golpe de 1964 e lê-se:

Para que se entenda melhor os homens que se viram envolvidos no presente Inquérito Policial Militar, torna-se necessário descrever, ou pelo menos tentar, o ambiente no qual os mesmos vivem, para que se possa melhor entender as reações de cada um, reações estas que tornam alguns inocentes, à maioria transforma em culpados. A Zona Carbonífera de Criciúma e municípios vizinhos é muito propícia à infiltração comunista ou pelo menos, às agitações dadas às condições de vida daqueles que ali labutam. Não é só o trabalho na mineração, ocupação dominante na região, é árduo e desgasta prematura e fisicamente o homem, como tem havido uma certa incompreensão dos mineradores, que não tem procurado dar um melhor ambiente de vida extratrabalho aos seus operários e seus familiares. Quem já percorreu uma mina e lá viu aqueles homens trabalhando, bem poderá aquilatar do estado de ânimo daqueles trabalhadores, principalmente se levarmos em conta que este trabalho se desenvolve por anos a fio. Saído de horas de trabalho, aquele homem ao voltar à luz do dia, deveria encontrar somente motivos para despreocupação, mas isso não é o que comumente acontece. Aqueles homens e suas famílias habitam em barracões de madeira e até o ar que respiram, traz carvão em suspensão. O chão que pisam é negro também, como negro parece-lhes, também, seus destinos. (VIEIRA, 1964, p.2)

Utilizando-se das análises de Pereira e Seffner (2008) ao afirmarem que a introdução das fontes históricas no ensino de História, deve ter como objetivo a complexificação e nunca a facilitação, compreendemos que diferentes leituras podem ser feitas a partir de uma mesma fonte. No caso do Inquérito, algumas sugestões de possibilidades, é que os professores façam a mediação de reflexões sobre diferentes aspectos do período, que aparecem de forma indireta no documento, como o anticomunismo, o cotidiano dos trabalhadores do carvão, ou em uma leitura a contrapelo, a resistência dos trabalhadores, que apesar de não estar explícita, é o que mobiliza o Inquérito, uma vez que ele visava “apurar as atividades subversivas ocorridas em Araranguá, Criciúma, Jaguaruna, Lauro Müller e Tubarão/SC”. (VIEIRA, 1964, p.2)

A partir dos excertos selecionados, existe um leque de questionamentos possível, para estimular os alunos a refletirem especialmente sobre a resistência ao golpe de 1964 e a ditadura civil-militar e a Rádio Difusora. Cabe lembrar que o conceito de resistência, é um dos conceitos apresentados brevemente no jornal “A hora da censura”, material de apoio que deve ser explanado antes das oficinas e que se encontra em anexo. Desse modo, os estudantes terão uma bagagem mínima para realização de diálogos que fujam do senso comum. As questões norteadoras sugeridas são:

Questões norteadoras:

- 1) Qual a natureza das fontes trabalhadas? Quais marcas essas fontes carregam?
- 2) Quem (indivíduo ou grupo) está por trás de cada fonte? Quais suas intencionalidades?
- 3) Quem são os sujeitos que narram os acontecimentos nas fontes apresentadas?
- 4) Quais grupos sociais resistiram à ditadura em Criciúma e no Brasil? Eles estavam conectados de alguma forma?
- 5) Como essas resistências se articulavam?
- 6) Por que eles resistiram?
- 7) Qual é o papel da resistência na sociedade?
- 8) As narrativas presentes nas fontes podem ser percebidas no espaço? O que esse espaço remete? Por quê?
- 9) O que mudou nesses espaços? É possível identificar camadas de tempo nesses espaços? Quais?
- 10) Quais sensações esses espaços transmitem? É possível imaginar os acontecimentos narrados nesses locais? Por quê?

- 11) Na Praça e em seu entorno, quais lugares eram espaços de repressão? Quais eram os espaços de resistência? Como esses lugares eram escolhidos?
- 12) Qual o papel da Rádio Difusora nas narrativas apresentadas nas fontes? Esse era o único papel possível para um veículo de comunicação? Quais as consequências desse papel de atuação?
- 13) Quais acontecimentos nacionais e locais são mencionados? Esses acontecimentos se atravessam de alguma maneira?
- 14) As fontes convergem em algum acontecimento? Qual? Quais diferenças existem entre as narrativas? Que hipóteses podem explicar essas diferenças?

Essas questões, bem como as questões já pontuadas no decorrer do texto, foram elaboradas para levar os estudantes a refletir sobre o conceito de resistência, o ato de resistir e ao mesmo tempo identificar que resistir é uma ação que independe de idade, gênero, bem como outras intersecções. Do mesmo modo, toda resistência é legítima, pois a liberdade é um valor humano universal e em geral, o ato de resistir parte da reflexão para a contestação de realidades que são impostas e autoritárias, especialmente como o quadro apresentado no contexto de 1964, em que houve um golpe de Estado, seguido de incontáveis violações aos direitos humanos.

Uma sugestão para a realização da oficina, é que o professor apresente o espaço da Praça Nereu Ramos a partir das imagens e posteriormente disponibilize as fontes para os estudantes manusearem e lerem. Para criar uma atmosfera de segurança, os estudantes podem ser organizados em grupos menores para o manuseio das fontes e a troca das primeiras impressões. Alguns questionamentos podem ser previamente introduzidos pelo professor, chamando atenção para as especificidades de cada fonte, mas o diálogo é uma importante ferramenta para o processo de ensino aprendizagem e um caminho que pode ser explorado. Após o manuseio das fontes, os estudantes podem ser convidados a fazer outras perguntas, de modo que sejam estimulados a falar sobre o assunto. Seguindo para a realização de uma roda de conversa para trocar as percepções sobre as análises feitas e hipóteses levantadas.

3.4 AS CAMADAS DO TEMPO E OS USOS HISTÓRICOS DO ESPAÇO PÚBLICO: O ESTÁDIO HERIBERTO HÜLSE DA DIVERSÃO AO MEDO

Seguindo uma ordem que possibilita mais facilmente a compreensão dos acontecimentos em sua cronologia, a segunda oficina sugerida é voltada ao Estádio Heriberto Hülse e intitula-se “As camadas do tempo e os usos históricos do espaço público: o Estádio Heriberto Hülse da diversão ao medo”.

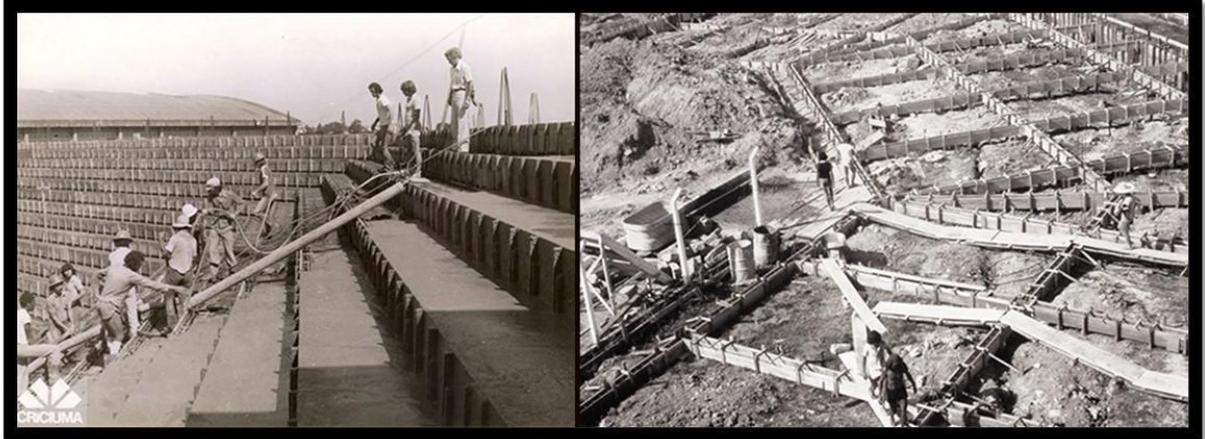
O Estádio Heriberto Hülse é um importante ponto turístico de Criciúma e sedia hoje o principal time da cidade, o Criciúma Esporte Clube. O time da cidade é uma grande paixão local e possui uma torcida fervorosa: Os Tigres, em homenagem ao mascote do time. A História do clube é antiga e anda de mãos dadas com o desenvolvimento econômico da cidade, especialmente o setor carbonífero, como aponta Soares (2012).

Segundo Ismail (1992) time foi criado nos anos de 1940, por iniciativa de mineiros da Carbonífera Próspera que se reuniam aos domingos no Café São Paulo para discutir futebol e perceberam que apesar de haver muitos times na cidade, os jovens do centro de Criciúma ainda não haviam organizado o seu. O time surgiu com o nome de Comerciário e representava os jovens da área central, uma vez que o autor aponta que a maioria dos times locais se organizava a partir das minas e passavam a representar o bairro em que a mina estava localizada.

De acordo com o site oficial do Criciúma Esporte Clube, o "Majestoso", como os torcedores chamam o Estádio Heriberto Hülse foi inaugurado em 16 de outubro de 1955, no local onde se encontra ainda hoje, em uma partida entre o Comerciário e o Imbituba.

Nos anos de 1960, sendo Ismail (1992) iniciou-se o processo de profissionalização do Comerciário, a partir da venda de títulos patrimoniais do time articuladas por Algemiro Manique Barreto. Nesse processo, foi construída a primeira sede do time, que contava com piscina e ginásio coberto. Abaixo é possível observar imagens da construção do Estádio, datada de 1965:

Figura 16- Construção do Estádio Heriberto Hülse, 1965



Fonte: <https://www.criciuma.com.br/timeline/>

A construção foi concluída em 1966. Não foi possível localizar fotografias desse período. No site oficial do Criciúma Esporte Clube, a imagem abaixo aparece ilustrando o término da construção, no entanto, a fachada do Estádio Heriberto Hülse aparece juntamente com a identificação do Criciúma Esporte Clube, evidenciando uma inconsistência nas datações, uma vez que Comerciarío só passou a se chamar Criciúma Esporte Clube em 17 de março de 1978. Segundo o próprio site, isso ocorreu para fortalecer a ligação de toda a cidade com o time, não só os moradores da área central, em um projeto de construção de identidade e fortalecimento de vínculos com a torcida, executado pelo então presidente Antenor Angeloni. Além disso, ainda segundo o site, a cobertura das arquibancadas só foi feita nos anos de 1980 e a fachada com as bilheterias só aparece em imagens posteriores. Abaixo, é possível observar a imagem mencionada, presente no site com a seguinte descrição: “Entrada do Estádio H.H. Foto do portão de entrada do Estádio H.H. Ao lado é possível ver as antigas bilheterias.”

Figura 17- Fachada do Estádio Heriberto Hülse sem data definida



Fonte: <https://www.criciuma.com.br/timeline/>

Ismail (1992) não indica datas exatas para a construção do Estádio e suas conclusões, mas relata o envolvimento dos atletas e torcedores no Comerciário nesse processo. Para o autor, o Comerciário possuía muitos “heróis anônimos” (ISMAIL, 1992, p.11). Segundo o autor, o terreno que deu origem ao campo de futebol, foi adquirido por intermédio de um dos atletas do time, o Bigode, que negociou diretamente com a proprietária da pensão onde vivia, mas foram necessários dois avalistas para efetivar a compra que foi feita com o pagamento parcelado, eram eles Leoni Benedette e Honório Búrigo, irmão de Lédio Burigo, os dos fundadores do time. O autor indica que o campo foi construído no sentido oposto ao que tem hoje, mas posteriormente, com a aquisição de novos terrenos, passou por algumas reformas e passou a ter o sentido atual. Soares (2012) afirma que os projetos idealizados para as reformas dos anos de 1970, idealizadas por Antenor Angeloni, previam um estádio para 25 mil pessoas e estavam orçados em 15 milhões de cruzeiros. No site oficial do Criciúma Esporte Clube, são mencionadas as reformas realizadas nos anos de 1970 para a ampliação do Estádio, representada na imagem a seguir:

Figura 18- Ampliação do Estádio Heriberto Hülse, 1970



Fonte: <https://www.criciuma.com.br/timeline/>

Apesar de não terem sido encontradas imagens precisas do Estádio e da fachada nos anos de 1960, quando ocorreram os eventos analisados nesta pesquisa e nas oficinas aqui propostas, é possível conjecturar a partir das referências citadas e das análises das imagens, que o Estádio se situava no mesmo local onde está ainda hoje, que as direções do campo eram invertidas e que as fachadas e as arquibancadas eram bem diferentes do que são hoje. Isso porque, o Estádio passou por inúmeras reformas desde sua construção. Sendo que a mais marcante delas, aconteceu entre os anos de 1980 e 1990, quando o Criciúma Esporte Clube conquistou seu primeiro título nacional, a Copa do Brasil de 1991 e com ele, a oportunidade de disputar um torneio latino-americano, a Copa Libertadores da América de 1992. Por tratar-se de um evento de grande magnitude, possuía normas técnicas específicas sobre os estádios que utilizava, que deveriam contar com a construção de fosso para separar o campo das arquibancadas, por exemplo. Nos anos de 1980, o Estádio Heriberto Hülse passou a ter a aparência observada na imagem a seguir:

Figura 19- Estádio Heriberto Hülse, década de 1980

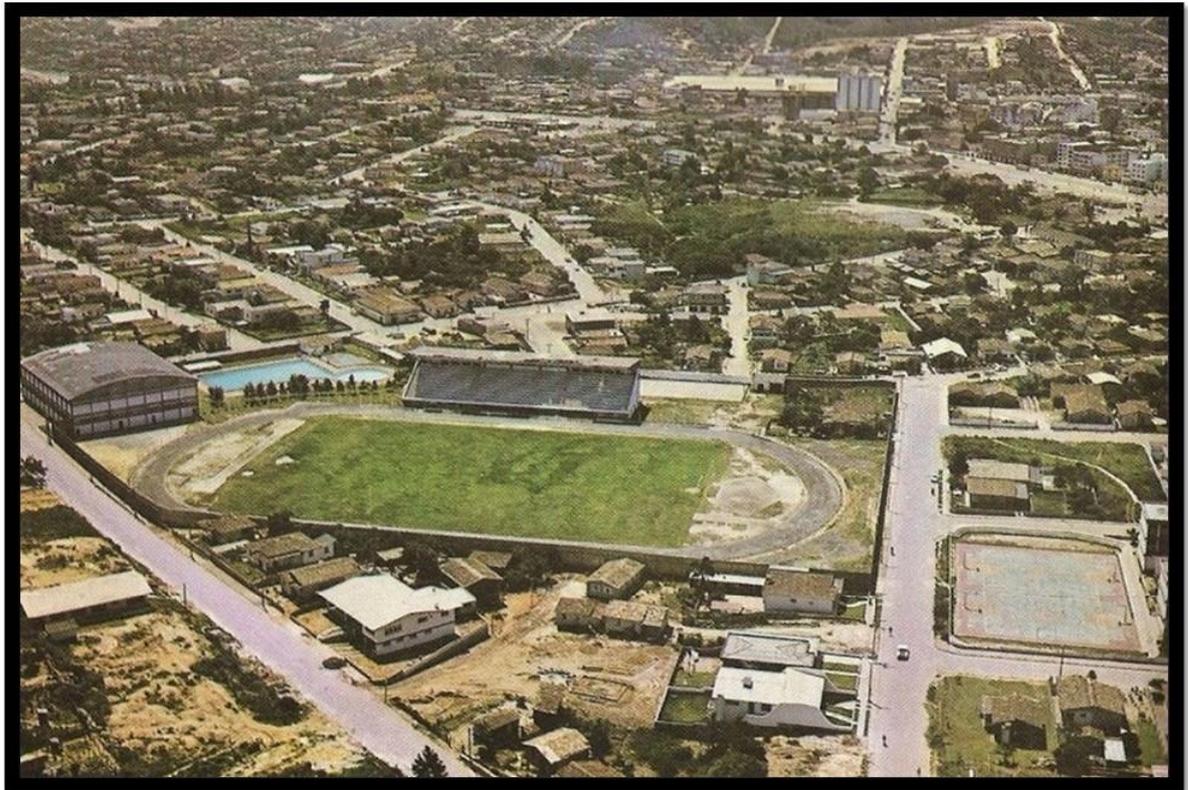


Fonte: <https://www.criciuma.com.br/timeline/>

Na imagem, é possível perceber a construção das primeiras bilheterias no muro que aparece no canto direito da imagem, bem como as bilheterias utilizadas atualmente, já na parte interna do muro, que se erguem dando sustentação às arquibancadas na parte interna da construção. Também é visível uma parte inacabada da cobertura das arquibancadas na parte inferior esquerda da imagem, possivelmente em construção.

Muitas distinções podem ser feitas se compararmos o Estádio, em imagens anteriores à década de 1980. A imagem a seguir, reforça as conjecturas feitas anteriormente sobre a aparência do local nos anos de 1960. Trata-se de uma imagem da década de 1970 e é possível perceber que na época ainda não havia tantas arquibancadas e o campo e o restante do complexo eram envoltos em um muro menor, onde funcionava a bilheteria:

Figura 20- Vista aérea do estádio Heriberto Hülse, década de 1970



Fonte: <https://www.criciuma.com.br/timeline/>

Ismail (1992) menciona que, aproximadamente entre 1969 e 1976, o Comerciário ficou afastado do futebol, devido a uma crise financeira, fortemente influenciada por uma crise econômica. Já Soares (2012) corrobora com essa análise, atribuindo a crise financeira do Comerciário a outros fatores. Para o autor, com a diversificação econômica da cidade, na década de 1970 a economia ia bem, tanto na mineração, quanto nos outros setores que se desenvolviam, de modo que Criciúma passou a ser uma cidade industrial. No entanto, o autor ressalta que no mesmo período, houve mudanças nas configurações do futebol nacional e uma profissionalização do esporte, que levou os empresários locais que na ocasião sustentavam o Comerciário a não ter como arcar com os custos, levando o futebol criciumense ao amadorismo.

A utilização do futebol como política de “pão e circo” foi comum nas ditaduras latino-americanas, que frequentemente utilizavam o futebol como uma forma de distrair a população. Sobre essa relação, Gonçalves (2018) menciona que o esporte é um importante fator de mobilização social e elemento imprescindível na cultura coletiva do povo sul-americano, já que o futebol desde as últimas décadas do século XIX, se constituiu como um dos fenômenos sociais mais abrangentes do continente, senão o maior. Nas palavras do autor:

Ao ser incorporado no imaginário coletivo, ele tornou-se capaz de atribuir fundamento e significado aos desejos e anseios da grande maioria da população de países como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Nesses países, embora o futebol tenha sido disseminado entre os grupos mais elitizados da população nos primórdios do século XX, rapidamente chegou às camadas populares, se tornando um fenômeno de massa, um espetáculo capaz de promover grandes vínculos de solidariedade e de canalizar fluxo de emoção coletiva. (GONÇALVES, 2018, p.1)

Nessa toada, para Soares (2012), a retomada dos investimentos no Comerciarío no final da década de 1970 e início dos anos de 1980 está atrelada a política instituída pela ditadura civil-militar brasileira, que incluiu o futebol no II Plano de Nacional de Desenvolvimento (PND). A partir de então, o futebol passou a movimentar mais dinheiro e trazer retorno através da publicidade, ao mesmo tempo em que passou a ser utilizado como mecanismo de integração de todas as regiões do Brasil através de novas competições nacionais que garantem vagas para times de todos os estados. Essa medida pode ser identificada como uma manobra alienante e distrativa da ditadura civil-militar, para direcionar a comoção nacional ao futebol e não as atrocidades do governo. No entanto, com as novas regras, surgiu a real possibilidade para o Comerciarío participar de uma competição nacional. As regras previam que participaria da competição nacional, os três times vencedores das competições estaduais e um time que tivesse estrutura para comportar a participação na competição nacional. Diante disso, é que sob direção de Antenor Angeloni são iniciadas as melhorias no Estádio Heriberto Hülse, a fim de atender o último critério para a participação em uma competição nacional, bem como a mudança de nome de Comerciarío, para Criciúma Esporte Clube, um projeto de construção de identidade, e principalmente publicidade, que desse conta de ampliar o caráter bairrista que até então predominava no futebol cricumense.

Durante a oficina com fontes históricas, o professor pode iniciar a mediação abordando a História do Criciúma Esporte Clube e do Estádio, amarradas às políticas do governo durante a ditadura civil-militar brasileira. Para isso, uma sugestão é iniciar com a análise das imagens, convidando os estudantes a observarem as transformações do Estádio e associá-las à História econômica da cidade e do país, partindo de um questionamento simples: por que cada reforma foi realizada? Uma sugestão, é convidar os estudantes a procurarem fotos antigas do Estádio para a construção de uma linha do tempo. Posteriormente, na parte do percurso em que se realiza a visita ao Estádio, é possível retomar essa atividade ao olhar para a edificação e buscar nela as camadas de tempo, marcas já vistas na edificação através das fotografias utilizadas na oficina. Além disso, é possível agendar visitas ao Estádio, percorrer suas arquibancadas, observar a loja e os murais de fotografias e troféus. De modo que, também é possível utilizar seus espaços para

a retomada dos documentos utilizados nas oficinas. Os estudantes podem ser convidados a sentar-se nas arquibancadas e observar, até porque, fotografias e documentos podem ser levados para o Estádio nessa fase, seja física ou digitalmente.

Além das fotografias, outras fontes podem ser utilizadas na oficina para interpelar o Estádio e as memórias que o atravessam. Isso porque, segundo entrevista com Ciro Manoel Pacheco (2012), bem como consta no projeto de lei projeto de Lei nº 6274/2013, no relatório da CEV Paulo Stuart Wright e em outras bibliografias pertinentes e documentos da época, quando o golpe civil-militar de 1964 aconteceu, Criciúma era cenário de uma intensa atividade sindical e política. De modo que, uma das primeiras medidas tomadas pelos militares, foi fazer uma varredura e identificar pessoas “subversivas”, ligadas a esses movimentos, aos “Grupos dos Onze” e a partidos políticos como Partido Comunista e Partido Trabalhista Brasileiro. Para isso, várias pessoas foram convocadas ao estádio para prestar esclarecimentos no estádio, enquanto outras foram diretamente presas em outros espaços.

Ao longo de diferentes recortes temporais, para atender a interesses distintos, foram estabelecidos diferentes usos do espaço público, o que torna cada lugar único e repleto de camadas de tempo a serem reveladas. Essas camadas, muitas vezes ocultam histórias e memórias na sociedade, mas ainda conservam o poder de evocar memórias sensíveis, traumáticas e dolorosas em indivíduos que viveram a experiência dos acontecimentos, como as memórias e os sujeitos aqui suscitados.

Segundo entrevistas, o Estádio não foi palco de torturas físicas, mas foi palco de muita angústia e do medo que acompanhava as incertezas do que estava por vir e que afetam psicologicamente aqueles que vivenciaram tal experiência. Hoje o estádio Heriberto Hülse é um ponto turístico da cidade, como já mencionado, e envolve a comunidade por sediar o Criciúma Esporte Clube, um dos principais times de futebol da cidade, que possui em seu histórico títulos estaduais e nacionais, bem como participação em uma competição latino-americana. No entanto, o uso do Estádio durante episódio transcorrido em 1964 não é mencionado em nenhum lugar no site oficial do clube, ou no espaço físico do Estádio, mesmo contando com um espaço dedicado a contar a História do clube e a construção do Estádio.

Para abordar esse espaço, é importante refletirmos sobre os diferentes usos dos espaços durante a ditadura civil-militar para abrigar as atividades militares na cidade. Isso porque, o Estádio não foi o único lugar com uso subvertido para atender a necessidade dos militares. Uma das possíveis explicações para isso, está no fato de que a cidade de Criciúma não possuía um quartel, de modo que, a sede do 28º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC), só foi instalado

na cidade em 1977, partindo da preocupação da elite local com a articulação e as resistências na cidade:

Se por um lado cidadãos criciumenses e da região carbonífera estiveram envolvidos na resistência à ditadura civil-militar, por outro, os setores dominantes da cidade, principalmente proprietários das minas de carvão, juntamente com o setor mais conservador da Igreja Católica e do poder público local, apoiaram o golpe e a ditadura, buscaram criar maneiras para controlar a ação dos trabalhadores que culminou na instalação do GAC 28º, Grupo de Artilharia de Campanha em Criciúma no ano de 1977. (ZANELATTO et. al., 2015, p. 21)

O episódio envolvendo o estádio aparece em algumas fontes e é mencionado em bibliografias como História Política de Criciúma no século XX, de Zanelatto e Triches (2015). As prisões, nessa ocasião, tinham como objetivo identificar lideranças da esquerda, ligadas ao Partido Comunista Brasileiro, ou ao Sindicato dos Mineiros de Criciúma e aos “Grupos dos Onze”. Para a oficina a ser realizada sobre os acontecimentos envolvendo o Estádio Heriberto Hülse, a proposta é problematizar principalmente as convocações e prisões realizadas nas instalações do Estádio. Para isso, devem ser utilizados recortes das entrevistas já mencionadas, realizadas com Feliciano (1992) e Pacheco (2012), onde os entrevistados narram sua experiência e sua visão dos acontecimentos. As entrevistas serão disponibilizadas em anexo e mencionadas ao longo do texto que segue.

Jorge Feliciano, na ocasião em que ocorreram as prisões e interrogatórios no Estádio, já estava preso em outro lugar (mais precisamente a E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse) devido ao seu envolvimento na resistência ao golpe e por se tratar de uma importante liderança sindical da época, na condição de presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Suas falas sobre o acontecimento giram em torno do que ele acreditava que os militares estavam buscando e podem ser lidas nos recortes ilustrados nas imagens a seguir:

Figura 21- Entrevista com Jorge João Feliciano [página 6]

deu-lhe um tapa na cabeça. Foi um momento de risco. O Manoel Dias, era vereador na Içara, foi preso conosco e da cadeia o lançamos candidato a Deputado Estadual em 66. Ele foi eleito. Por comando do Brizola, formamos os grupos dos Onze. Esses grupos eram onze para ser ~~lançados~~^{lançados}, esclarecidos, discutir política. Em termos de classe trabalhadora, era um grupo mais elitizado. Era pegando as lideranças de cada bairro., e fazia aquele grupo. Eu era um dos cabeças. Eram vários grupos. Nós fazíamos as fichas com o líder, o vice-líder, e o tesoureiro. Ao todo eram onze. Essas fichas estavam no sindicato. O pacote dava uma altura de meio metro. Quando eles tomaram conta do sindicato, eles pegavam aquelas fichas. Por elas, eles convocaram o pessoal todo dos grupos de onze. Era mais ou menos 1.500 pessoas. Essas pessoas foram convocadas e ficaram no Campo do Comerciaro Esporte Clube, atual Criciúma Esporte Clube. Os grupos dos Onze Surgiram na década de 60, quando o Brizola governava o R/S e falava no Rádio para as pessoas se organizarem em equipes. A finalidade dos grupos dos Onze era o esclarecimento político, se discutia questões políticas. Provavelmente no futuro, a intenção de Brizola era transformar esses grupos em para-militar. Se houvesse um novo 61, esse pessoal pegaria em armas, porque estava organizado. Nós que liderávamos a coisa, tínhamos essa visão. Só que não se chegou lá porque houve o golpe. Formamos os grupos de Onze após a posse de Jango e da cadeia da legalidade. Os grupos agiram até o golpe de 64, As reuniões eram semanais. Discutíamos as reformas de Base, Educacional, e exploração do Brasil pelo estrangeiro, a reforma urbana, a reforma agrária, que era o ponto mais alto das nossas discussões. Nossa tese era de que a terra devia pertencer a quem nela trabalhasse e eu quisesse trabalhar. Era isso que discutíamos. Participava das discussões os operários, comerciários, agricultores/colonos. Tinha bairro como a Próspera que tinha 20 Grupos de Onze que se reuniam isoladamente. Ainda não tínhamos feito uma assembleia com todos os grupos, Mas já estava em nosso programa fazer um grande encontro, com todos os grupos para fazer uma discussão mais ampla. Tínhamos consciência que o processo era demorado. A gente só tem medo quando não têm consciência da razão. A pessoa tem que entender porque está brigando. Às vezes os GRUPOS DE Onze trocavam idéias entre eles mas não em caráter oficial. Quem se destacava num grupo, era convidado a participar das discussões de outros

Figura 22- Entrevista com Jorge João Feliciano [página 7]

grupos. Nós, do sindicato que comandávamos esse trabalho dos grupos de ' Onze, mas recebendo orientação do Brizola, que governava o R/S. Com o golpe de 64, todo mundo foi destituído e fazer parte de um grupo dos Onze ' era peyorativo, era um perigo.

Alguns que faziam parte do grupo dos Onze, esteve^o consciente^o. Outros estavam mais porque era do PTB, simpatia pelo Jango, Era um processo em Marcha. Com o golpe, teve gente que quase morreu de medo. O grupo dos Onze nasceu no sindicato mas o PTB também auxiliava na formação. Os sub-diretórios do PTB ' eram muito heterogêneos e discutiam mais ~~se~~ eleições. Na época, havia uma guerra grande entre ^Jsindicato e igreja.

assimiladas para discutir

Fonte: CEDOC-UNESC.

Nessa parte selecionada da entrevista de Feliciano (1992), o professor pode buscar destacar e discutir a relação dos acontecimentos locais, com acontecimentos nacionais, problematizando a atuação dos Grupos dos Onze, a liderança de Leonel Brizola e a campanha da legalidade de 1961, uma vez que o entrevistado situa o surgimento dos grupos nesse contexto. Desse modo, o professor vai além da esfera local e demonstra que os acontecimentos históricos possuem relação e acontecem simultaneamente.

Em diálogo com excerto acima mencionado, é possível utilizar na oficina, um trecho da entrevista de Ciro Pacheco (2012), que esteve presente no episódio em questão, em que os trabalhadores foram reunidos no Estádio Heriberto Hülse e relembra o contexto das convocações para esse dia, que envolveram também a Rádio Difusora, abordada na oficina anterior. O excerto selecionado pode ser lido a seguir:

Questão norteadora (entrevistadores): O momento em que a Ditadura chegou em Criciúma, em 1964, em que vocês foram todos reunidos.

Ciro– Então baseado nas prisões das lideranças, o exército convocou através da Rádio e o pessoal todo foi obrigado a ir, porque eles estavam com os tanques na rua. O pessoal achou melhor ir por bem lá ver o que eles queriam. Até porque, os presos na época, não houve tortura, que era o grande medo que a gente tinha quando eles dominaram a situação toda, é que houvesse um radicalismo de direita, como foi em outros países ainda por cima. Mas com o Castelo Branco não teve de início. Então as prisões foram meio festivas e nós fomos para o Campo do Criciúma, o Comando de Onze, o Brizola. Como é que eles procederam: O líder e vice-líder do comando, eram um oficial que interrogava e os demais era um sargento, um tenente. Mas objetivamente, era para dizer que o Brizola era comunista,

que o Jango era comunista, que iriam levar o país para uma ditadura comunista. Toda aquela baboseira deles.

Eu lembro do capitão me interrogando dessa forma: eu o questionei dizendo “O senhor, quando o Jango era presidente da República e o Brizola era governador do estado do Rio Grande do Sul, o senhor sabia que ele era comunista?” Era gravado. Ele disse que sabia. “Por que o senhor não veio como capitão aqui avisar a gente?” Ele embrabou.

Questão norteadora (entrevistadores): Que hora vocês chegaram no campo e quanto tempo ficaram lá?

Ciro– Nos chegamos, aproximadamente, dez horas da manhã e saímos três horas da tarde, quatro horas da tarde. Estava o Valdemar Bressiani... Tinha um monte de gente ali da Próspera, por nome é difícil. Era, sei lá, umas duas mil pessoas que tinha lá.

Questão norteadora (entrevistadores): Foi um dia só, ou foi mais de um dia?

Ciro– Não. Não ficou ninguém preso. Foi só interrogado e mandado embora.

Questão norteadora (entrevistadores): foi todo mundo no mesmo dia?

Ciro– Mesmo dia. Como tinha muita gente, o interrogatório aguentava dez minutos cada um. Os líderes e vice-líderes é que demoravam mais.

Questão norteadora (entrevistadores): Em quais locais que ficaram os presos?

Ciro– Ficaram no Plano do Carvão, na época. Eu acho que ficaram numa escola, num colégio não sei onde, eu não me lembro bem. Eu me lembro bem do Plano do Carvão, porque quando nós fomos ver os militares, que a tropa dos militares estava vindo, eu não sei quem nos dedurou, mas chamaram eu e meu primo. Quem saber o porquê e quem comandava a gente nessa época. Eu contei que nós fomos assim, assado e tal. Chegamos lá, vimos que os militares estavam vindo, viemos embora e o Jeep quebrou. Nós pegamos uma carona e viemos para casa. Acabei a conversa assim. E o pessoal ficou preso no Plano do Carvão. Ficou preso no Plano do Carvão não lembro quantos dias, foram bastante dias. Mas foram interrogados e foram apertados. O campo foi só uma conversa, não ficou nada registrado. Não se bateu nem nada, foi só conversa.

Questão norteadora (entrevistadores): Só conversa? Não preencheram nada? Nem nome, nada?

Ciro– Não, não... Nada. Os nomes eles tinham. Tinho tudo. O Diomício estava bem organizado. O Diomício Freitas é quem dizia quem era as pessoas que eram para serem presas. Todo o comando foi.

Questão norteadora (entrevistadores): Só o Diomício?

Ciro– Não. O chefe era o Diomício e o padre Estanislau junto. Era o Diomício, o padre Estanislau Cizeski e o Sebastião Neto Campos. Mas o comando estava na mão do Diomício.

A partir do relato de Pacheco (2012), o professor pode mediar a reflexão sobre a roupagem policlesca dos militares durante a ditadura civil- militar, bem como a violação do

direito à liberdade de expressão e livre associação, intrínseca aos direitos de todo cidadão. Esse tipo de abordagem não cabe em sociedades democráticas, exceto em casos em que a violência policial impera, o que é mais comum na sociedade brasileira do que deveria, mesmo em tempos de democracia. O professor pode convidar os alunos a uma reflexão sobre esse tipo de situação no presente, extrapolando a temporalidade histórica, para questionar problemas estruturantes da sociedade brasileira, como o racismo, afinal pessoas negras são as principais vítimas de violência policial, bem como a violência policial nas periferias.

Apesar do relato mencionar a ausência de tortura, há de se pensar que a tortura pode ir muito além da tortura física. Os presos passaram por situação de medo, sem saber o que aconteceria, ficaram isolados e sem poder se comunicar com suas famílias no primeiro momento. O Portal do Médico (2021) elucida que interrogatórios frequentemente utilizam de métodos psicológicos para conseguir respostas, e que até mesmo o Comitê Internacional da Cruz Vermelha publicou documento sobre a tortura psicológica, mencionando que nem todos métodos de tortura durante os interrogatórios se tratam de agressões físicas, mas também há métodos psicológicos utilizados durante os interrogatórios, causando perturbação dos sentidos, e expondo os prisioneiros a questionários por um longo período de tempo, onde ocorrem acusações e intimidação. Atualmente já há inclusive legislação pertinente, que define, dentre outros tipos, a tortura psicológica. A Lei de Tortura (1997) prevê que quem constrange alguém a prestar informação ou declaração, sob ameaça ou violência, resultando em sofrimento físico ou mental, comete o crime de tortura.

Seguindo por essa linha, é possível pensar também, segundo os apontamentos feitos pelos dois entrevistados, sobre como a convocação e detenção massiva de quase três mil pessoas tinha como pano de fundo, identificar aqueles que realmente deveriam ser presos pela ditadura civil-militar por sua conduta subversiva e pela ameaça ao regime que representavam. Tal experiência, foi compartilhada por inúmeras pessoas, muitas das quais desconexas dos acontecimentos e todas elas, independentemente de suas ligações políticas, acusadas apenas por exercerem seus direitos de liberdade e cidadania.

Outra possibilidade, é explorar o eixo das relações de poder presentes na narrativa do entrevistado, de modo que o professor possa orientar os alunos a identificar os grupos sociais que são mencionados e o seu lugar na estrutura das convocações, prisão e interrogatórios. Uma vez que, são mencionados empresários da mineração, membros da Igreja Católica, militares e trabalhadores, de modo que, cada um desempenha um papel bem definido na narrativa, de acordo com o grupo social ao qual pertence.

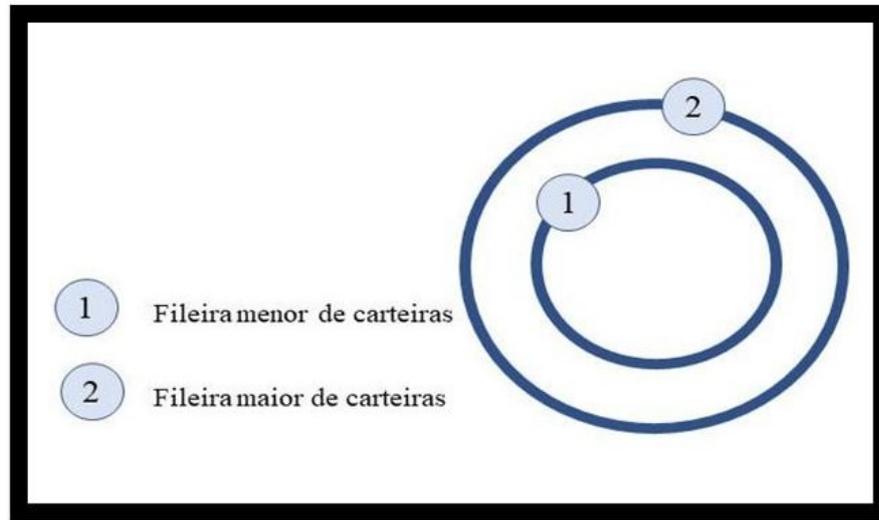
Além disso, o episódio ocorrido no Estádio Heriberto Hülse dialoga diretamente com os eventos envolvendo a Rádio Difusora, anteriormente analisados. Isso porque, é recorrente nas narrativas dos dois entrevistados, a importância dos meios de comunicação de massa a serviço da ditadura na convocação de todas as pessoas ao Estádio, feitas através da Rádio Eldorado, propriedade do Grupo Freitas e concorrente direta da Rádio Difusora.

As narrativas das entrevistas também podem ser retomadas durante a fase do percurso. Para trazer maior liberdade nesse roteiro, por se tratar de um ponto turístico, onde geralmente trabalha-se com visitas guiadas que destacam a história oficial, é interessante solicitar anteriormente que além de uma visita guiada, sobre tempo para os estudantes e o professor fazerem atividade livres. À medida que percorrem os espaços do Estádio, além de observar, o professor pode conduzir os alunos a imaginarem os acontecimentos narrados nas entrevistas, tentando identificar onde foram reunidas as pessoas para serem interrogadas e onde se organizavam os militares responsáveis pelo interrogatório. Outra possibilidade, é questionar por que esse episódio não aparece na História Oficial do Criciúma Esporte Clube e do Estádio Heriberto Hülse, apesar de ser tão peculiar.

Já a oficina pode ser conduzida de modo semelhante à oficina anterior, de modo que, o professor pode iniciar pela atividade já sugerida para abordagem das fotografias. Posteriormente, a fim de construir uma experiência de educação para a defesa e o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos, a leitura das fontes já suscitadas deve ser mediada a partir de questões norteadoras apresentadas pelo professor. Após apresentar as questões de reflexão, os trechos selecionados das entrevistas podem ser disponibilizados para os alunos manusearem e lerem, primeiramente em grupos menores, nos quais levantam questionamentos que podem ser feitos aos documentos que têm em mãos. Depois disso, os grupos apresentam seus questionamentos para o grande grupo e pode se debater a temática.

Caso sejam abordadas questões de raça, marginalização e violência policial no passado e presente, como sugerido anteriormente, a estratégia de organizar a sala e a arguição através da metodologia de “aquário” é uma boa estratégia para evitar conflitos diretos. Isso porque, nesse caso, serão postos em pauta dois temas sensíveis que se atravessam, trazendo ainda mais questões que podem contrapor opiniões. Nessa metodologia, a sala é organizada em círculos de carteiras, sendo um círculo menor no centro, e círculos maiores ao redor dele. Essa disposição pode ser observada no esquema representado abaixo:

Figura 23- Croqui de disposição das carteiras na metodologia de aquário



Fonte: acervo pessoal [Imagem produzida pela autora]

As falas só podem acontecer na fileira menor, de modo que aos alunos sentados na fileira maior, cabe apenas ouvir. No entanto, na fileira menor de carteiras, sempre deve haver uma carteira vaga, assim, quando um aluno da fileira maior quiser falar, ele pode sentar-se na carteira vazia e falar. Quando isso acontecer, um aluno da fileira menor deve se levantar e se sentar na fileira maior, mantendo uma carteira vaga na fileira menor. Todos os alunos precisam sentar-se nas duas fileiras em pelo menos um momento. Ao professor, cabe a função de mediar as trocas de lugar, a organização das falas, conduzir as opiniões individuais a fim de produzir reflexões que saiam do senso comum. Além disso, todos devem fazer anotações, que depois podem dar origem a produção de texto, que podem moldar-se em diferentes formatos, ficando a critério do professor. Desse modo, todos poderão e deverão falar pelo menos uma vez, ao mesmo tempo, terão que ouvir os colegas, participando do debate de forma ativa e passiva.

Como questões norteadoras, sugere-se:

Questões norteadoras:

- 1) Por que quase três mil pessoas foram convocadas de forma tão informal para comparecerem ao Estádio?
- 2) Como o Estádio foi utilizado durante a ditadura civil-militar?
- 3) Quais foram os questionamentos levantados pelos interrogadores? Que relevância tinham essas questões para a Segurança Nacional (motivo que justificava a ação dos militares)?

- 4) Faça o exercício mental de colocar-se no lugar dos entrevistados e tentar imaginar quais foram os sentimentos que afloraram nessas pessoas durante essa experiência.
- 5) Essa experiência pode ser considerada uma violação de direitos humanos? Por quê?
- 6) Houve algum tipo de violência (física ou psicológica) nesses acontecimentos? Quais?
- 7) Quais grupos ou instituições sociais são mencionados pelos entrevistados? Como cada um desses grupos ou instituições participou do processo descrito nas entrevistas?
- 8) Esse tipo de situação aconteceria no Brasil hoje? Você acredita ou conhece algum contexto em que ações desse tipo aconteceram? Quem eram os envolvidos? Como aconteceu? Por quê?
- 9) Como as pessoas convocadas ficaram sabendo das convocações? Esse processo foi adequado?
- 10) Qual relação às entrevistas estabelecem entre os militares e os meios de comunicação?
- 11) Você percebe a repressão e a atuação da ditadura nesses acontecimentos? De que forma?
- 12) Os diferentes usos do Estádio são perceptíveis nos dias de hoje?
- 13) Você acredita que seria importante que esses usos fossem de conhecimento público?

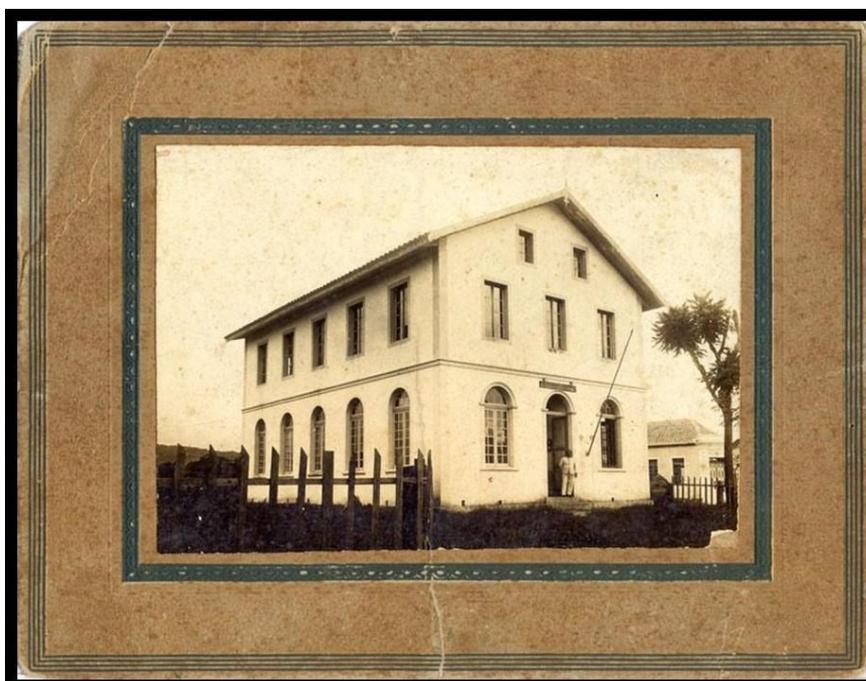
Nesse ponto, é importante retomar a discussão da ditadura civil-militar como um tema sensível, isso porque, apesar de não haver tortura física envolvida nos acontecimentos narrados pelos entrevistados, os acontecimentos foram lembrados como uma experiência traumática. Em sua entrevista, Ciro Pacheco (2012) expressa para além da sua fala, em seus gestos, expressões e mesmo na entonação, um incômodo invisível, um medo do desconhecido. Afinal, em experiências ditatoriais em países vizinhos, já se tinha notícia de prisões e torturas diversas, desde as primeiras ações dos militares, chamadas pelo entrevistado de “radicalismos”. De modo que, apesar de não haver o relato de uma experiência de tortura física, o episódio constrói no entrevistado um estado de medo constante, terror, devido a ameaça de um perigo eminente. Experiência esta, que também pode ser compreendida como uma forma de tortura e uma experiência exponencialmente traumática.

3.5 A DITADURA E AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA INFÂNCIA: A E. E. F. PROFESSOR LAPAGESSE/ C. E. I. PROFESSOR LAPAGESSE PELO OLHAR DE UMA PROFESSORA

A E. E. F. Professor Lapagesse, é uma escola de ensino fundamental da rede estadual de ensino ainda em funcionamento no centro da cidade de Criciúma. No contexto do golpe de 1964, a Escola já funcionava no local onde o prédio existe até hoje. Mas segundo o histórico da

Escola produzido pelo Centro De Memória Da Educação De Santa Catarina (CEMESC), o primeiro local de funcionamento da Escola, entre 1933 e 1940, foi o prédio que atualmente abriga as instalações da Casa da Cultura. Localizado na Praça Nereu Ramos (é possível observar o local do edifício na figura 5 - croqui da Praça), o edifício da Casa da Cultura foi tombado como patrimônio histórico da cidade pelo Decreto n AS/ 137/85 e também abrigou outras instituições importantes para a cidade, como o Fórum (1944), a Câmara Municipal (1946) e a administração da Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI), de 1972 até o início da década de 1980. Na imagem abaixo, é possível observar o edifício construído para sediar a E. E. F. Professor Lapagesse, porém não sem tem a datação precisa da fotografia:

Figura 24- Primeiro edifício sede da E. E. F. Professor Lapagesse (1933-1940)



Disponível em:

<http://www.bib.unesc.net/pergamum/biblioteca/index.php?codAcervo=104554>

A partir de 1940, a E. E. F Professor Lapagesse foi transferida para o mesmo local onde funciona atualmente. O novo espaço era mais afastado dos entornos da Praça Nereu Ramos, mas também localizado em uma posição privilegiada, no centro da cidade, bem próximo à estação ferroviária. Na imagem a seguir, é possível ver imagens do prédio construído nos anos de 1940:

Figura 25- E. E. F./ C. E. I. Professor Lapagesse, 1940



Fonte: <http://www.bib.unesc.net/pergamum/biblioteca/index.php?codAcervo=104554>

De acordo com o histórico da Escola, o edifício construído para sediar a instituição, alguns anos depois passou a abrigar o C.E.I. Professor Lapagesse, administrado pela Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma (AFASC), enquanto a E.E.F. Professor Lapagesse, mantida pelo poder público estadual, teve suas atividades transferidas para novas instalações mais amplas, em um edifício construído ao lado. No período da ditadura civil-militar, o C. E. I. e a E. E. F. faziam parte do Grupo Escolar Professor Lapagesse. Na imagem abaixo é possível visualizar a construção que abrigava o C. E. I.:

Figura 26- C. E. I. Professora Lapagesse entre 1978 e 1992



Fonte: <http://www.bib.unesc.net/pergamum/biblioteca/index.php?codAcervo=104554>

De acordo com o histórico produzido pelo CEMESC, até os anos de 1960, além do C. E. I., a Escola ofertava os Cursos Complementar e Normal Regional, e era chamada de Grupo Escolar Professor Lapagesse. Nos anos posteriores, o prédio do Grupo Escolar Professor Lapagesse passou por reformas atendendo a determinações do Plano de Metas do Governo (PLAMEG). De lá pra cá, a Escola acompanhou as designações do estado, mudando de nome algumas vezes: Escola Básica Professor Lapagesse (1971), Colégio Estadual Professor Lapagesse (1994) até tornar-se Escola de Ensino Fundamental Professor Lapagesse. O histórico menciona também, que no período da ditadura civil-militar, a Escola era uma das mais disputadas da região, o que se mantém ainda hoje, especialmente pela localidade da instituição.

A estrutura foi construída nos anos de 1940 para abrigar o que na época era a E. E. F. Professor Lapagesse e que depois se tornou o C. E. I. do grupo escolar, não está mais no local. Pois em 2009, o edifício foi destruído por um incêndio. Em uma rápida busca no Google pelas notícias envolvendo a E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse, é possível encontrar os registros da tragédia, que apesar de não fazer vítimas, devastou o prédio em que funcionava a instituição. O site Engeplus, noticiou os acontecimentos no dia 11 de fevereiro de 2009, informando que “Um incêndio de grandes proporções no início da madrugada destruiu o Centro de Educação Infantil (CEI) Professor Lapagesse, no Centro de Criciúma. O fogo

começou logo depois da meia-noite, no forro de uma das salas, e em menos de meia hora se alastrou pelo CEI” (NIERO, 2009). Nas imagens a seguir, é possível observar as chamas do incêndio e parte da devastação causada pelo fogo ao edifício:

Figura 27- Chamas do incêndio no C.E.I. Professor Lapagesse, 2009



Fonte: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2009/fogo-destroi-cei-do-lapagesse#5>

Figura 28- Escombros do C.E.I. Professor Lapagesse, 2009



Fonte: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2009/fogo-destroi-cei-do-lapagesse#5>

Após o incêndio, um novo edifício foi construído para abrigar o C.E.I. no mesmo local do antigo prédio. De modo que, o que se mantém historicamente dos anos de 1960 para o presente, é o terreno no mesmo local de funcionamento da instituição.

Figura 29- C.E.I. Professor Lapagesse atualmente



Fonte: <https://www.4oito.com.br/noticia/colonia-de-ferias-no-cei-lapagesse-inicia-nesta-quarta-feira-2078>

Nos documentos e no histórico produzido pelo CEMESC, nada consta sobre os usos da Escola no contexto da ditadura. No entanto, esses usos são mencionados no projeto de Lei nº 6274/2013. Também é citada no relatório final da CEV e sua menção é recorrente em entrevistas. Para a oficina com fontes sobre o então chamado Grupo Escolar Professor Lapagesse, deu-se o título “A ditadura e as violações de direitos humanos na infância: a E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse pelo olhar de uma professora”, pois dentre os trechos das entrevistas selecionadas para serem utilizadas como fonte, se destaca a entrevista com a professora Marlene Machado Scharschimith, que nos anos da ditadura, era professora na Escola e deixou a instituição para abrir sua própria creche, juntamente com sua amiga Jessy Cherem. Diferente dos outros relatos, em sua entrevista, a Professora Marlene relembra indiretamente o sofrimento causado às crianças que estudavam na Escola. Em um dos trechos de sua entrevista, selecionados para a oficina, Marlene Machado Scharschimith narra:

Então comecei dando aulas no Colégio Lapagesse, e um dia a Jessy disse “Marlene vamos montar uma escola, um jardim de infância juntas?” “Eu entro com o conhecimento que tenho e você tem a capacidade para desenvolver o trabalho”. Eu dei o nome O pequeno príncipe, no início foi em uma sala que o senhor Argemiro cedeu no edifício, ao lado do meu apartamento, eram dois apartamentos e entre elas tinha uma sala, bem grande, só que não tinha banheiro, levamos as crianças para usar o meu banheiro.

O seu Argemiro também doou a parte da garagem, onde as pessoas colocavam os carros, para fazer o parquinho da escola, era a céu aberto. Ele foi super gentil conosco, um amor de pessoa ele disponibilizou tudo que foi possível para ajudar.

Naquela época pegamos algumas crianças bem estressadas com o problema da ditadura que houve, o exército invadiu e tomou conta do Colégio Lapagesse, muitos ficaram apavorados, ninguém mais queria ir para o Lapagesse, por conta da ditadura militar, então muitas dessas crianças foram levadas para estudar no nosso jardim de infância. Nós tínhamos que ter tato, conhecimento, muito cuidado ao tratar com essas crianças. Tínhamos que ser jeitosa com eles, para eles perderem esse medo. (SCHARSCHIMITH, 2019, p. 3)

Na fala de Marlene fica subentendido que o edifício utilizado pelos militares como “quartel general” era o edifício construído na década de 1940, que inicialmente abrigava a E. E. F. Professor Lapagesse e que ainda nos anos de 1940 passou a abrigar o C. E. I. Professor Lapagesse, administrado pela AFASC. De modo que foi construído um novo edifício, ao lado deste, para o funcionamento da E. E. F. Professor Lapagesse e o atendimento do ensino fundamental dos anos finais. Isso porque, Marlene abriu uma creche e passou a atender crianças inclusas na faixa etária dos alunos do C. E. I. Professor Lapagesse e não alunos maiores, de ensino fundamental anos finais. Nos anos de 1960, período em que se situam os acontecimentos, ambas as instituições faziam parte de um mesmo grupo escola, o Grupo Escolar Professor Lapagesse, mesmo administradas por instancias diferentes, uma pela AFASC e outra pelo Estado de Santa Catarina. Por isso, ao longo dessa dissertação utilizou-se os nomes das duas instituições juntas para falar do edifício.

Sua narrativa dialoga com as propostas de Alberti (2016), especialmente por tratar-se de um testemunho indireto de sofrimento, que não explora a dor e o trauma de forma descarada, mas de uma maneira sensível e indireta, que demonstra a existência de traumas causados pelas experiências vivenciadas por outras pessoas durante a ditadura civil-militar. Ao mesmo tempo, por tratar-se de crianças, as memórias da entrevistada se enquadram precisamente nos critérios elencados por Alberti (2016) e já mencionados nessa pesquisa, possibilitando caminhos para a mediação do professor, que conduzam os alunos para além da sensibilização causada pelo

choque das narrativas traumáticas, avançando para reflexões sobre quem foram as pessoas vítimas da ditadura civil-militar. É possível desconstruir a narrativa simplista da teoria dos dois demônios, a partir da qual o Estado terrorista é equiparado aos cidadãos que lutaram contra a ditadura, pois as ações do Estado se dão em defesa da democracia, ou da segurança nacional. Nessa perspectiva, militantes sofrem com o terrorismo de Estado, mas também causaram danos ou sofrimento para o outro lado e o Estado também é uma vítima. O depoimento de Scharschmith vai na contramão dessa ideia, uma vez que aborda indiretamente a experiência traumática de crianças, inocentes e que nada poderiam ter feito que justificasse sofrerem com qualquer tipo de violências, ainda mais se tratando de uma experiência vivenciada em um espaço que deveria protegê-las. Diante disso, o professor pode propor reflexões que conduzam os estudantes a perceberem que a sociedade civil como um todo foi vítima do terrorismo de Estado.

Outro excerto selecionado para esta oficina, destaca-se nas narrativas de Ciro Pacheco ao lembrar as prisões do dia em que os militares chegaram a Criciúma, quando o golpe foi deflagrado. Apesar de não se tratar de uma experiência vivenciada diretamente na Escola, Pacheco (2012) menciona todos os lugares utilizados pelos militares como espaços de repressão durante o golpe de 1964 e no período em que a ditadura civil-militar atuou:

Questão norteadora (entrevistadores): Você lembra se houve prisão no dia do golpe?

Ciro– No dia do golpe houve prisão.

Questão norteadora (entrevistadores): Em quais locais que ficaram os presos?

Ciro– Ficaram no Plano do Carvão, na época. Eu acho que ficaram numa escola, num colégio não sei onde, eu não me lembro bem. Eu me lembro bem do Plano do Carvão, porque quando nós fomos ver os militares, que a tropa dos militares estava vindo, eu não sei quem nos dedurou, mas chamaram eu e meu primo lá. Quem sabe o porquê é quem comandava a gente nessa época. Eu contei que nós fomos assim, assado e tal. Chegamos lá, vimos que os militares estavam vindo, viemos embora e o Jeep quebrou. Nós pegamos uma carona e viemos para casa. Acabei a conversa assim. E o pessoal de cima ficou preso no Plano do Carvão. Ficaram presos no Plano do Carvão não lembro quantos dias, foram bastante dias. Foram interrogados e foram apertados. O campo foi só uma conversa, não ficou nada registrado. Não se bateu nem nada, foi só conversa.

Por fim, o último documento selecionado para esta oficina, trata-se de um trecho da entrevista com Jorge Feliciano (1992, p. 4), na qual o entrevistado narra sua breve passagem pela Escola, como sendo o primeiro local em que esteve preso:

Figura 30- Entrevista com Jorge João Feliciano [página 4]

Me escondi para dar tempo e ver o que eles iam fazer . Eles abriram inqué-
ritos e então me apresentei. Cheguei em casa , depois de 07 dias, quando o dia
começava a clarear. Mandeí dizer para alguns médicos- pessoas bem conceitua-
das na cidade- como os doutores David Boianoviski, o Dr. Brandão, que eu es -
tava em casa e eles podiam avisar os milicos. Pedi para ficar em casa aquele
dia com os filhos , que estavam inconsoláveis. A noite, o Dr. David foi com '
um tenente lá em casa me buscar. Isso era 09 ou 10 de Abril. Me trouxeram para
o Colégio Professor Lapagesse, onde haviam outros presos políticos, De lá , '
fomos transferêdos para o Plano de Carvão. No Lapagesse, ficamos uns 15 dias
presos , cercados pelos milicos. Éramos mais de 40 presos políticos. Os in -
terrogatórios começaram quando fomos transferidos para o Plano de Carvão. No '
Lapagesse, não podíamos receber visitas. Comíamos, dormíamos e conversávamos
entre nós. [REDACTED]

Fonte: CEDOC-UNESC. Tarja colocada pela autora para cobrir trecho do documento utilizado em outra oficina.

A partir dos documentos selecionados, a ideia central para a oficina é identificar que ditadura civil-militar utilizou diferentes espaços como espaços de repressão e afetou a vida de pessoas distintas e direitos humanos foram violados. Por isso, é importante enfatizar a ação do Estado terrorista, diante de toda a sociedade civil, não apenas das vítimas, uma vez que diferentes grupos de pessoas, inclusive pessoas inocentes, como as crianças que estudavam no Grupo Escolar Professor Lapagesse foram vítimas, ou como afirma Bauer (2011, p. 215) “a sociedade como um todo foi vítima das estratégias de implantação do terror, cujas ameaças concretizaram-se para algumas pessoas”, de modo que:

efeitos multiplicadores do terror, eram consequência das práticas repressivas utilizadas por esses regimes, e eram vivenciados pelas famílias dos atingidos, por seu entorno social, e pela sociedade como um todo. Fornecia, para as ditaduras, uma grande rentabilidade porque além de disseminar o medo e o terror por toda a sociedade, desarticulava as redes de cooperação e solidariedade, além de estimular o individualismo (BAUER, 2011, p. 143).

O trauma vivido pelas crianças e relatado indiretamente pela professora Marlene Machado Scharschimith, bem como o uso do espaço escolar, podem oferecer recursos para a compreensão de que a sociedade civil foi afetada como um todo, e ao mesmo tempo contribuir para a condenação moral dos acontecimentos do período e a humanização das vítimas. O que permite ao professor avançar conceitualmente nas discussões sobre o período, para além do senso comum e adentrar especialmente dentro da chave dos direitos humanos. É possível fazer

a mediação de reflexões sobre a superficialidade da teoria dos dois demônios, muito presente no senso comum. Desse modo, desconstruir a ideia de que a ditadura civil-militar brasileira não foi violenta, não fez tantas vítimas, ou que só fez vítimas entre aqueles que não se encaixavam no dito grupo das “pessoas de bem”. A partir de então é possível instigar os estudantes a perceberem que a ditadura civil-militar atingiu indistintamente toda a sociedade civil, fez vítimas entre pessoas sem qualquer militância, como as crianças em idade escolar, que vivenciaram situações traumáticas.

Pode-se ainda relacionar as experiências traumáticas vividas por essas crianças com vivências de crianças que foram mais diretamente atingidas pela repressão. Sobre esse impacto da ditadura militar na vida de crianças do período, a Assembleia Legislativa e a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" (2014) colheram, organizaram e divulgaram depoimentos que possibilitam um amplo olhar para as violações cometidas no período ditatorial. As informações demonstram que diversas crianças foram sequestradas, abandonadas, torturadas ou nascidas em centros clandestinos de repressão. Além disso, muitas mães militantes ou companheiras de militantes políticos foram sequestradas, tendo passado meses ou mesmo anos longe de seus filhos, alguns ainda bebês na época. Alguns bebês chegaram até mesmo a serem banidos do país por serem considerados inimigos do Estado e subversivos:

O absurdo da ditadura produziu, ainda, o absurdo de prender e banir crianças, fichando-as como subversivas, considerando-as “perigosas à segurança nacional”. Elas cresceram e se formaram fora do país. É o caso dos meninos criados pela “tia” Tercina Dias de Oliveira, militante do movimento guerrilheiro na área do Vale da Ribeira (SP): Ernesto Carlos Nascimento (nascido em 1968), aos 2 anos de idade foi preso, em 1970, pelos agentes do DOPS, em São Paulo; Zuleide Aparecida do Nascimento (nascida em 1965) estava com 4 anos e 10 meses; Luis Carlos Max do Nascimento, irmão de Zuleide, nascido em 1963, com 6 anos e 7 meses de idade; e Samuel Dias de Oliveira tinha quase 9 anos. Todos foram banidos do Brasil sob alegação de que eram elementos perigosos e inimigos do Estado. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA; COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA, 2014, p 14)

Essas são informações que demonstram que a ditadura militar violou direitos humanos de diversas pessoas, muito além dos militantes.

Além disso, fundamentando-se nas discussões levantadas por Pirola (2016, p. 261), que afirma que quando os materiais didáticos ou professores falam de grupos sociais ou instituições desconhecidas pelos estudantes, isso os afasta da compreensão do período e os impede de realizar uma avaliação crítica. Ao tratar de crianças ainda no período mais tenro da infância, uma realidade comum e a qual há um consenso que se deve proteger, facilitar-se-á o

desenvolvimento da empatia, do mesmo modo que falar do espaço escolar, permite aos alunos estabelecer paralelos com a sua realidade no tempo presente.

Desse modo, refletir sobre os significados simbólicos de uma Escola utilizada como prisão, mesmo que não tenha sido relatado o uso de tortura nesse espaço, é muito importante e contribui significativamente para que seja possível avançar conceitualmente, para além da sensibilização, construindo com os estudantes a compreensão, de que não se trata apenas de vítimas individuais. Para orientar os questionamentos feitos, de modo a direcionar o olhar dos estudantes para a leitura desejada, aponta-se como sugestão ao professor, que chame atenção para os seguintes pontos:

Questões norteadoras

- 1) Que tipo de fontes são analisadas na oficina?
- 2) Quem são os sujeitos que narram as suas experiências através das fontes? Existem diferenças entre o lugar de fala de cada narrador?
- 3) Que grupos de pessoas você identifica que foram afetados pela ditadura civil-militar a partir da leitura das narrativas?
- 4) Quais violações de direitos humanos você identifica nas narrativas? Como elas podem ser percebidas nos acontecimentos narrados ou na forma como a narrativa é construída pelos entrevistados?
- 5) O que você pensa sobre as diferentes violações de direitos humanos apresentadas na narrativa e os diferentes grupos afetados por elas?
- 6) Pesquise sobre violações de direitos humanos realizadas pela ditadura civil-militar brasileira aos grupos identificados a partir da leitura dos documentos e identifique quais outras violações foram vivenciadas por eles em escala nacional.
- 7) Observe as fotografias e analise quais marcas e camadas de tempo podem ser observadas sobrepostas ou não nas imagens.
- 8) Embora tenha acontecido algumas reformas, quais marcas da ditadura ainda é possível identificar na escola? O que é permanência, o que é ruptura?
- 9) O que aconteceu no Grupo Escolar Professor Lapagesse durante a ditadura civil-militar poderia acontecer no prédio atual? Por quê?
- 10) O que aconteceu no Grupo Escolar Professor Lapagesse durante a ditadura civil-militar poderia acontecer no lugar em que você está? Na sua escola? Por quê?

Num segundo momento, ao visitar o espaço da Escola, durante a realização do percurso urbano, as fontes podem ser retomadas e o professor pode mediar discussões a respeito de como os estudantes percebem o espaço da Escola. Isso porque, ainda hoje, a Escola está em uma posição privilegiada, localizada no centro da cidade de Criciúma, às margens da principal avenida da cidade, em frente ao terminal de ônibus circulares, a poucos metros da rodoviária e apesar de ter tido seu prédio destruído por um incêndio ocorrido em 2009, os prédios escolares em geral mantêm características estruturais semelhantes aos das décadas anteriores.

As características da escola enquanto uma instituição, podem ser caracterizá-la como uma instituição de sequestro, pois segundo Michel Foucault, (2009) a escola utiliza técnicas de um poder disciplinar que pode se generalizar entre instituições (como o quartel, a hospital e a prisão) e que tem como uma de suas finalidades adestrar o corpo ocupar espaços dentro da sociedade, através da disciplina. Para isso, tais técnicas propõem uma distribuição de espaços centrada em alguns princípios como a clausura, ou a construção de cercados que tornem o lugar fechado em si mesmo. O que é observável na maioria das instituições escolares contemporâneas e nas construções da E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse não é diferente, pois é possível observar nas fotografias apresentadas anteriormente, a presença de altas cercas ao redor das construções, tanto na construção existente antes do incêndio (figura 26 e 27), quanto depois de sua reconstrução em 2009 (figura 29). Outros princípios delimitados pelo autor, são o quadriculamento, que estabelece o lugar de cada indivíduo e torna fácil encontrá-los e saber o que estão fazendo a cada momento. E a localização funcional, que cria um espaço útil a possibilitar a vigilância e a limitação da comunicação, o que se pode associar a localização das salas utilizadas pela direção de instituições como a escola, onde o diretor sempre tem fácil acesso ao pátio e a secretaria escolar geralmente é localizada de modo a garantir o controle da entrada de pessoas a ele. Há também a fila que organiza os alunos de acordo com seu lugar na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; alinhamento das classes, das mesas, cadeiras, de idade, umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldades crescentes.

Refletir sobre a Escola através dessa chave e pensar seus espaços sendo utilizados como um quartel improvisado pelos militares, pode levar os alunos a se questionar sobre questões do presente de suas próprias realidades e perceber as sutilezas que o trânsito pelo local pode evocar pelos sons dos carros, ônibus e pedestres e quem sabe até mesmo sentir a atmosfera do local, que na década de 1960, além de contar com a vigilância escolar, era também palco para os olhos atentos dos militares que ali improvisaram suas instalações.

As questões sete, oito, nove e dez (7, 8, 9 e 10) podem orientar o professor ao realizar a ida até a Escola. As mesmas questões feitas as fotografias podem ser feitas ao edifício, as fotografias podem servir de base para comparações entre presente e passado, tornando possível reconhecer as marcas do tempo presentes na edificação. De modo geral, é possível articular a visita entre escolas com agendamento prévio, o que permite também, que o professor estabeleça reflexões sobre a Escola enquanto instituição e as semelhanças presentes entre as escolas e entre a instituição escolar e outras instituições.

Durante a oficina, os alunos podem ser convidados a construir produções de diferentes naturezas para representar as respostas aos questionamentos feitos às fontes. Uma possibilidade é elaborar a planta da escola em que estudam e analisá-las dentro da perspectiva foucaultiana, para refletir sobre a questão dez (10). Ou produzir colagens para ilustrar a questão seis (6). Essas estratégias, intercaladas com diálogo e mediação do professor, como sugerido nas oficinas esboçadas anteriormente, podem resultar em uma significativa progressão da aprendizagem histórica.

3.6 DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM) A FUNDAÇÃO CULTURAL JORGE ZANATTA: A VIOLÊNCIA POR TRÁS DAS PAREDES DA DITADURA

O local onde atualmente funciona o Centro Cultural Jorge Zanatta, foi construído em 1942 para sediar as instalações do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), na época da ditadura civil-militar, o espaço abrigava o chamado Plano do Carvão. Assim como os demais lugares mencionados neste trabalho, o edifício que hoje funciona como centro cultural, durante momentos das décadas de 1960 a 1980 foi um espaço ocupado pelos órgãos de repressão da ditadura civil-militar em Criciúma, sendo utilizado inclusive como local de prisão e tortura.

O edifício foi o espaço que durante mais tempo abrigou as atividades dos militares em Criciúma, uma vez que o Estádio Heriberto Hülse foi utilizado em uma única ocasião e o Grupo Escolar Professor Lapagesse deixou de ser utilizado pelos militares, em detrimento do Plano do Carvão. Segundo Zanelatto e Triches (2015, p. 107), após 15 dias nas instalações do Grupo Escolar Professor Lapagesse, as lideranças do Sindicato dos Mineiros de Criciúma foram transferidas para o prédio do Plano de Carvão Nacional, onde ficaram por diferentes períodos

de tempo, sendo que alguns presos foram transferidos para instalações da Marinha em Florianópolis, ou para o Quartel do Comando Geral da Polícia Militar em Curitiba.

Cabe mais uma vez lembrar, que durante o período da ditadura civil-militar a cidade de Criciúma se sustentava economicamente a partir da exploração do carvão. Porém, de acordo com Zanelatto e Triches (2015, p. 133), fazia parte dos planos das elites locais a industrialização a qualquer custo e dois pontos importantes para isso eram: 1) a substituição dos trilhos de trem da ferrovia Dona Tereza Cristina, que atravessavam o centro da cidade, por avenidas asfaltadas que representassem o progresso. 2) A construção do 28º Grupo de Artilharia e Campanha (GAC). Ao analisar o período, Zanelatto, Triches e Carola (2016) afirmam que a criação do 28º GAC em Criciúma está diretamente ligada à movimentação dos setores dominantes para controlar os trabalhadores. Para os autores, as ditas elites locais, compostas principalmente por empresários do ramo da mineração, bem como instituições conservadoras, como a Igreja Católica, apoiaram a ditadura e buscaram ao longo do período criar mecanismos para controlar os trabalhadores. Assim, um quartel na cidade atenderia a essa finalidade: conter a insubordinação dos trabalhadores locais, em geral mineiros, que historicamente possuíam uma trajetória de mobilização e por isso passaram a ser vistos como subversivos:

Se por um lado cidadãos criciუმenses e da região carbonífera estiveram envolvidos na resistência à ditadura civil-militar, por outro, os setores dominantes da cidade, principalmente proprietários das minas de carvão, juntamente com o setor mais conservador da Igreja Católica e do poder público local, apoiaram o golpe e a ditadura, buscaram criar maneiras para controlar a ação dos trabalhadores que culminou na instalação do GAC 28º, Grupo de Artilharia de Campanha em Criciúma no ano de 1977. (ZANELATTO et. al, 2015, p. 201)

De acordo com os sites da Fundação Catarinense de Cultura e do Ministério Público de Santa Catarina, a História do prédio é ainda mais antiga: o prédio foi construído durante a Segunda Guerra Mundial e funcionou entre 1942 e 1962, como DNPM. Atendendo aos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, foi o primeiro edifício do estado a ter equipamento de raio x para tratar da saúde dos mineiros e fornecer suporte à Justiça do Trabalho. O edifício também foi pioneiro ao ser o primeiro lugar a contar com a implementação do sistema de água tratada na cidade de Criciúma. Quando o DNPM mudou o endereço de suas instalações, o edifício passou a abrigar as atividades da Comissão Executiva do Plano de Carvão Nacional (CEPCAN), ficando conhecido como Plano do Carvão. Posteriormente, em 1991, o prédio foi tombado como Patrimônio Histórico de Criciúma e cedido pela União ao Município em 1996, a fim de abrigar as instalações da Fundação Cultural de Criciúma e passou a denominar-se Centro Cultural Jorge Zanatta, em homenagem ao empresário que ajudou no financiamento de sua revitalização.

Apesar do histórico relevante, o prédio possui poucos registros imagéticos de sua História, não sendo possível encontrar fotografias da edificação até os anos 2000, nem através de buscas on-line, em artigos, documentos de patrimonialização, artigos científicos, sites oficiais, nem no próprio Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez, administrado pela própria Fundação Cultural de Criciúma.

Outra questão importante a ser observada no edifício, diz respeito ao descaso com o patrimônio. Isso porque o edifício que abriga ainda hoje a Fundação Cultural de Criciúma, esteve abandonado por anos e ficou fechado entre 2015 e 2017, o que culminou em um incêndio, destruindo boa parte de suas instalações. De acordo com a notícia do incêndio, veiculada em 10 de setembro de 2017 pelo site jornalístico Sul em Foco, o motivo do incêndio teve causas desconhecidas, uma vez que o prédio já não tinha ligações com a rede elétrica, porém era abrigo frequente para “usuários de drogas”, ou possíveis moradores de rua. Na época, a Fundação Cultural de Criciúma informou ao site Sul em Foco que o prédio não guardava nenhum tipo de acervo.

Nas imagens abaixo, é possível visualizar o momento em que as chamas do incêndio consumiam boa parte do edifício do Centro Cultural Jorge Zanatta, bem como o estado do prédio após o incêndio, que aconteceu em dez de setembro de 2017:

Figura 31- Incêndio no Centro Cultural Jorge Zanatta, 2017



Fonte: <https://www.sulinfoco.com.br/incendio-atinge-centro-cultural-jorge-zanata-em-criciuma/>

Figura 32- Escombros do Centro Cultural Jorge Zanatta, 2017



Fonte: <https://www.sulinfoco.com.br/incendio-atinge-centro-cultural-jorge-zanata-em-criciuma/>

Figura 33- Escombros do Centro Cultural Jorge Zanatta, 2017



Fonte: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/fogo-destroi-parte-do-centro-cultural-jorge-zanatta-em-criciuma.ghtml>

Figura 34- Escombros do Centro Cultural Jorge Zanatta, 2017



Fonte: <https://www.4oito.com.br/noticia/jorge-zanatta-o-resultado-do-incendio-578>

A partir das imagens acima, considerando o histórico do edifício, fica evidente o abandono do patrimônio cultural, por parte do poder público. A partir dessa constatação, uma sugestão para interpelação do edifício, é o professor iniciar a oficina com fontes históricas com as imagens acima, abordando a temática do patrimônio histórico e sua importância para a construção de identidade dentro da sociedade. Bem como os usos que um espaço como o Centro Cultural Jorge Zanatta poderia ter, com o investimento e a atenção adequada, afinal trata-se de uma grande edificação, com inúmeras salas, num espaço privilegiado e acessível da cidade.

Atualmente, o edifício encontra-se bem diferente das imagens acima. De acordo com o site de notícias G1 Santa Catarina, ainda em setembro de 2017, por decisão judicial, a prefeitura, o governo federal e o DNPM deveriam reestruturar o prédio e a obra foi orçada em R\$1,4 milhão. No entanto, a obra demorou longos anos para acontecer, potencializando uma série de manifestações da população civil e de instituições da comunidade. É possível encontrar notícias que tratam de manifestações em prol da restauração do Centro Cultural Jorge Zanatta antes mesmo da data do incêndio, como noticiado pelo site de notícias local Engeplus, em abril de 2015. O site transcreveu as palavras da professora de História e Patrimônio Histórico, do curso de Licenciatura em História da UNESC e membro da Comissão de Patrimônio Histórico de Criciúma, Dra. Marli de Oliveira Costa, afirmando que “A cidade merece que esse prédio seja de uso cultural e público, para que as pessoas possam revisitar o passado por meio das paredes e pedras que se apresentam como suporte material da memória coletiva de um povo”. A professora reiterou também, que:

Centro Cultural Jorge Zanatta é uma referência da memória cricumense, tanto em relação às questões referentes à atividade carbonífera, e também outras memórias, como logo quando foi usado, após o Golpe da Ditadura Militar, em 1964, como uma das alas para reter lideranças políticas consideradas subversivas. Além disso, de 1996 a 2013, o prédio recebeu a memória mais linda que é a cultura, foi utilizado pela direção da Fundação Cultural como galeria de arte, local para realização de oficinas, exposições, teatro, música (COSTA apud NORONHA, 2015)

Uma das imagens das manifestações mencionadas, da qual a Professora Dra. Marli de Oliveira Costa participou, pode ser vista a seguir e também utilizada na oficina, como ponte para que o professor estabeleça reflexões sobre os usos do patrimônio, bem como o reconhecimento do patrimônio pela sociedade civil. Os alunos podem ser interrogados sobre os patrimônios que os cercam, sendo convidados a elencar aqueles que eles reconhecem e nos quais se reconhecem, bem como o uso desses patrimônios. A partir daí, os alunos também podem ser orientados a realizar pesquisas que aprofundem a História desses patrimônios, divididos em grupos, os estudantes podem ser convidados a buscar fotos desses patrimônios ou produzir as próprias fotos, resultando em uma mostra fotográfica.

Figura 35- Manifestação pela restauração e reabertura do Centro Cultural Jorge Zanatta



Fonte: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2015/comunidade-realiza-mobilizacao-pela-restauracao-do-centro-cultural-jorge-zanatta>

Afinal, segundo Feltrin (2019) o movimento Salve Jorge, que defendia a restauração do edifício antes do incêndio, foi uma ação de forte cunho educativo, partindo do princípio que a mobilização aconteceu através de estudantes universitários e estudantes do próprio centro, que antes do seu fechamento oferecia em suas salas algumas oficinas, se caracterizando como um centro de educação não formal. Estes estudantes também ocuparam o espaço em meio aos escombros após o incêndio para performances artísticas, instalações, rodas de conversas, abraços simbólicos e simplesmente estar presente evidenciando o caráter educacional do lugar e sua contribuição para a História do Município.

A restauração do edifício também já havia sido interpelada pelo Ministério Público de Santa Catarina e pelo Ministério Público Federal antes mesmo do incêndio, através da Ação Civil Pública Nº 5006474-10.2016.4.04.7204/sc, aprovada em agosto de 2016. A Ação instituiu que o Departamento de Produção Mineral, a União Federal e o Município de Criciúma deveriam iniciar as reformas necessárias ao edifício no prazo de 60 dias, no entanto, as obras não tiveram início e aproximadamente um ano depois, o incêndio aconteceu. As reformas só foram autorizadas pelo município e iniciadas após o incêndio. De acordo com notícias do site Engeplus, a ordem de serviço para restauração do edifício só foi assinada em dezembro de 2017 e a obra foi concluída em 2018, mantendo as características e a cor da fachada original. Nesse ponto, emerge uma possibilidade de interpelação do edifício durante o percurso, uma vez que oficialmente o edifício foi restaurado para manter suas características originais, o professor pode mediar reflexões sobre as camadas de tempo apagadas pelo incêndio e o significado de uma de uma reconstrução nesses moldes. Mais uma vez é possível evocar as reflexões de Pesavento (2004), da cidade como um palimpsesto, um local constituído por camadas, gravadas uma sobre as outras e através das quais, eventualmente, é possível ver as camadas de baixo. Uma sugestão, é ouvir o que os estudantes têm a dizer sobre o assunto, uma vez que o Centro Cultural Jorge Zanatta é um espaço de educação não formal e possui vários espaços próprios para comportar os estudantes e mobilizar rodas de conversa. Posteriormente, essas percepções podem fornecer ao professor materiais para reflexão sobre sua práxis. Abaixo, é possível ver imagens da do Centro Cultural Jorge Zanatta em 2018, após sua reconstrução.

Figura 36- Centro Cultural Jorge Zanatta em novembro de 2018, restaurado após incêndio



Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/noticias/apos-intervencao-do-ministerio-publico-criciuma-ganha-espaco-cultural>

Figura 37- Fachada da Fundação Centro Jorge Zanatta atualmente



Fonte: <https://www.criciuma.sc.gov.br/fcc/>

Para a oficina envolvendo os documentos que contam as histórias que atravessam as paredes do edifício onde atualmente funciona o Centro Cultural Jorge Zanatta, foram selecionados documentos que relatam as maiores violências narradas pelos entrevistados sobre o período nos espaços em questão nessa pesquisa. No entanto, escolher abordar a temática da ditadura civil-militar em Criciúma de uma perspectiva sensível, é também uma escolha por não explorar a tortura e a violência de forma direta, pois é preciso avançar conceitualmente, até para desconstruir a ideia de que só sofreu violência quem merecia, ou mesmo de que a violência física é a única forma de violência. Como já elucidado anteriormente, este trabalho dialoga com as propostas de Alberti (2016) no que tange o uso de fontes e da história oral em sala de aula e se optou por valorizar testemunhos indiretos como uma forma de respeitar, tanto as vítimas das violações de direitos humanos, quanto os alunos, que entrarão em contato com essas narrativas. Desse modo, é possível buscar nas memórias dos entrevistados, narrativas que deem conta de expressar as violências sofridas, seus medos, seus anseios, mas que simultaneamente criem essa camada protetora diante da exposição desses fatos.

Esse tipo de abordagem também é importante por atender às demandas específicas da ditadura civil-militar brasileira, pois como dito anteriormente, as ditaduras, bem como os processos de redemocratização, aconteceram de formas distintas em países como Brasil e Argentina, o que produziu fenômenos diferentes na forma como esse passado é lembrado em cada um dos países. Manter o foco das discussões apenas na tortura ou nas mortes, pode levar a compreensão de que a ditadura civil-militar no caso brasileiro foi mais branda. Isso porque, como afirma Bauer (2016), no caso da Argentina, por exemplo, a ditadura durou sete anos e deixou um número que se aproxima de trinta mil mortos ou desaparecidos, enquanto no Brasil, a ditadura se estendeu por vinte e um anos e deixou uma lista que conforme o relatório final da CNV (2014) é de 362 nomes.

No entanto, a autora justifica que o Brasil presenciou uma experiência mais homogênea e atravessou crises menos agudas durante o período, além de já possuir uma sociedade mais violenta e hierarquizada e resistências que nunca chegaram a compor uma ameaça real às elites no poder. A autora indica que apesar da diferença entre os números, eles não podem ser utilizados para mensurar a dor, além disso, em ambos os países, o terrorismo foi aplicado de forma sistemática pelo Estado. Desse modo, é fundamental ressaltar, que esse não são apenas números, mas pessoas com diferentes histórias, projetos, sonhos e amores, que cada uma delas era importante para alguém e principalmente, que essas vidas foram tiradas pela instituição responsável por protegê-las. Uma possibilidade, é que o professor introduza essa discussão, anteriormente ao manuseio das fontes selecionadas, preparando os estudantes para o material.

Para a oficina com fontes foram escolhidas partes selecionadas de duas entrevistas, uma delas já utilizada anteriormente, na oficina referente a E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse, em que Ciro Pacheco (2012) narra indiretamente o que aconteceu com as lideranças sindicais assim que os militares entraram em Criciúma e menciona todos os lugares utilizados como prisão política pelos militares, dando especial atenção ao edifício em que na época funcionava o Plano do Carvão:

Questão norteadora (entrevistadores): Você lembra se houve prisão no dia do golpe?

Ciro– No dia do golpe houve prisão.

Questão norteadora (entrevistadores): Em quais locais ficaram os presos?

Ciro– Ficaram no Plano do Carvão, na época. Eu acho que ficaram numa escola, num colégio não sei onde, eu não me lembro bem. Eu me lembro bem do Plano do Carvão, porque quando nós fomos ver os militares, que a tropa dos militares estava vindo, eu não sei quem nos denunciou, mas chamaram eu

e meu primo. Quem sabe o porquê é quem comandava a gente nessa época. Eu contei que nós fomos assim, assado e tal. Chegamos lá, vimos que os militares estavam vindo, viemos embora e o Jeep quebrou. Nós pegamos uma carona e viemos para casa. Acabei a conversa assim. E o pessoal ficou preso no Plano do Carvão. Ficou preso no Plano do Carvão, não lembro quantos dias, foram bastante dias. Mas foram interrogados e apertados. O campo foi só uma conversa, não ficou nada registrado. Não se bateu nem nada, foi só conversa.

[...]

Questão norteadora (entrevistadores): E esse pessoal que era mais liderança ficou no Plano do Carvão em 1964? Eles ficaram mais dias presos?

Ciro– Ficaram. Ficaram vários dias.

Questão norteadora (entrevistadores): Por exemplo, o Vânio Faraco. Ele foi preso no Plano do Carvão, ou levaram ele para o Estádio Heriberto Hülse?

Ciro– Foi tudo no Plano do Carvão, até o Walter. Todo esse pessoal foi preso no Plano do Carvão também. Jorge Feliciano também.

Questão norteadora (entrevistadores): E depois de serem presos no Plano do Carvão, eles foram conduzidos para algum lugar?

Ciro– Pra Curitiba. Em 1964 foram para Curitiba. Pegaram todo mundo, botaram em cima do caminhão do exército. Passaram em Tubarão, pegaram mais, incluindo o padre Osni. Por que prenderam o padre Osni? Porque o padre Osni fez oposição aos Freitas, lá na posse do Revoredo. Porque lá era terreno de posseiro. O Diomício botou capangas, matou crianças, queimou gente. Tudo lá no Revoredo para tomar terra. E tomou. Para tomar não, ele tomou a terra. E o padre Osni fez uma oposição. Em função da oposição do padre Osni no Revoredo, pelo lado dos posseiros, ele foi preso. Ele não participava de nenhum partido político. E o pessoal dos grupos religiosos foi lá, para não levarem o padre Osni em cima do caminhão. O comandante: “Não. Ele vai junto em cima do caminhão.” Até Curitiba. Ficaram bastante tempo em Curitiba presos, no quartel de Curitiba. Ficaram no quartel de Curitiba. (PACHECO, 2012, p.8-11)

Esse recorte da fala de Pacheco (2012), introduz outras questões ainda vivas no presente, além da própria ditadura, como é o caso da reforma agrária. Ao mediar a interpelação da fonte, o professor pode encontrar espaço para discutir a temática, entrecruzando análises sobre sua relevância em nível nacional e local, bem como seu lugar no contexto de deflagração do golpe de 1964. Caso a ordem das oficinas seja seguida, nesse ponto, os alunos já terão discutido questões como anticomunismo, passando pelo comício de 13 de março de 1964 e pela Marcha da Família com Deus Pela Liberdade e a discussão sobre a reforma agrária ficaria ainda mais amparada e historicamente situada. Outra questão possível a ser explorada, são

movimentos dissidências dentro da própria Igreja Católica, como foi o caso da Teologia da Libertação, que um possui personagens marcantes e de relevância nacional, a serem explorados inclusive com recursos audiovisuais.¹⁶

No caso da outra entrevista selecionada, trata-se de um relato direto, em que Jorge Feliciano (1992), narra sua experiência de prisão no prédio do Centro Cultural Jorge Zanatta, porém sem abordar diretamente a tortura dos interrogatórios e mergulhando em outras formas de dor que o período lhe impôs. O relato pode ser lido nas imagens incluídas a seguir:

¹⁶ Nesse ponto, é possível lembrar das memórias de Frei Betto, reproduzidas tanto em livro quanto em filme.

Figura 38- Entrevista com Jorge João Feliciano [página 4]

Me escondi para dar tempo e ver o que eles iam fazer . Eles abriram inquéritos e então me apresentei. Cheguei em casa , depois de 07 dias, quando o dia começava a clarear. Mandei dizer para alguns médicos- pessoas bem conceituadas na cidade- como os doutores David Boianovski, o Dr. Brandão, que eu estava em casa e eles podiam avisar os milicos. Pedi para ficar em casa aquele dia com os filhos , que estavam inconsoláveis. A noite, o Dr. David foi com um tenente lá em casa me buscar. Isso era 09 ou 10 de Abril. Me trouxeram para o Colégio Professor Lapagesse, onde haviam outros presos políticos, De lá , fomos transferidos para o Plano de Carvão. No Lapagesse, ficamos uns 15 dias presos , cercados pelos milicos. Éramos mais de 40 presos políticos. Os interrogatórios começaram quando fomos transferidos para o Plano de Carvão. No Lapagesse, não podíamos receber visitas. Comíamos, dormíamos e conversávamos entre nós. Com a transferência para o Plano de Carvão, nos dividiram em grupos em salas separadas. Os depoimentos eram sendo tomados. Não tínhamos contato com aqueles que já haviam prestado depoimento. O major Campos nos interrogava. Eles queriam saber se éramos comunistas. Porque tínhamos feito a greve. Porque tínhamos apoiado o Janco, em 1964. Porque não tínhamos participado da Marcha da família, com Deus pela liberdade. Disse que a liberdade pretendida era dos poderosos, não da classe trabalhadora. Ele não quis escrever e eu disse que não assinaria o depoimento. Meu depoimento durou 03 horas. Ficamos presos 120 dias. No Plano do Carvão ficamos presos 90 dias. Depois fomos pra Curitiba. No Plano do Carvão , tinha um dia por semana, 02 horas, que podíamos receber visitas da família. O pessoal furava e dizia que era parente, e entrava. A ordem era só para família. Ficávamos em grupo de 20 a 30 cada sala. Minha esposa estava grávida de 08 meses, estava internada no hospital e quase morreu. No rádio e pelos comentários , diziam que iam nos transferir para Ilha de Fernando de Noronha , para Ilha das Cobras, que iríamos pra Cuba. Presos, nos acompanhávamos isso pela rádio. Meu 10º filho nasceu morto. Com a minha esposa doente, eles me deixaram aqui, enquanto os demais companheiros iam sendo transferidos para Curitiba. O Plano do Carvão era uma repartição do governo, que foi requisitado pelos milicos, que tomaram conta. O pessoal do Plano não teve qualquer atuação ou participação no nosso episódio, na nossa prisão. Quem comandou o inquérito foi o 23 R.I. de Blumenau e quem nos prendeu foi o Exército de Tubarão, depois se sediou aqui o comando do 23 R.I. de Blumenau, do Coronel Nilton Machado Vieira que comandava o processo. Quando o pessoal foi solto em Curitiba , me soltaram aqui.

A Constituição dizia que ninguém podia ser preso mais de 80 dias sem culpa formada. Veio uma ordem do Castelo Branco, Presidente , que nos soltasse. Ficamos respondendo inquérito em liberdade. Os processos foram para a 5ª Região Militar em Curitiba, onde íamos periodicamente prestar depoimento e fomos julgados. Fomos soltos. Alguns voltaram ao trabalho. Outros, as empresas aproveitaram o embalo e demitiram. Eu fui um deles. Era fichado na Boa Vista. Aí começou a luta dura pela sobrevivência. Houve uma determinação que

Figura 39- Entrevista com Jorge Feliciano [página 4]

que todo operário para ser admitido, precisava de um atestado de boa conduta da polícia. Nós, que respondíamos inquérito, recebíamos um atestado com uma observação embaixo que dizia que respondíamos I.P.M por suspeita de atividades subversivas. O atestado ia para cucuias. Não servia para nada. Ninguém dava emprego. O delegado era o Arlei Havaí dos Santos. O escrivão era o Gilnei Borba. Disse para o Delegado que ele tinha consciência com que aquele atestado não podia trabalhar. Disse-lhe que a próxima vez que entrasse na Delegacia, estaria preso como ladrão ou criminoso. Na 1ª oportunidade que um filho meu pedisse um pedaço ^{de pau} que eu não tenha para dar, vou buscar onde estiver, com um pedaço de pau na mão e para não arriscar de apanhar, vou procurar mais alguém que esteja passando fome para ir comigo. Se o dono do estabelecimento achar ruim, vai apanhar. Vou roubar de dia. Queria trabalhar e eles não queriam deixar. Queria criar meus filhos. O delegado disse que estava havendo exageros, era contra, mas era uma questão de Segurança Nacional. Ele disse que tinha uma verba para assistência Social e que iria providenciar um rancho pra minha família. Pedi que não levasse porque quem tinha que tratar dos meus filhos era eu. Ameacei que se fosse preso novamente, levaria comigo para o cubículo minha mulher e meus filhos; que era 09. O delegado pediu minha autorização para levar o assunto ao secretário de Segurança Pública. Pedi para ir junto. Três dias depois, ele retornava ^{de} Florianópolis, me encontrou na Praça e pediu que eu e meus companheiros fossemos pegar os novos atestados. Estávamos liberados. Foi uma correria pegar o novo atestado de boa conduta. Era aquele documento que nos permitia batalhar por um emprego. Nenhum empresário fichava ninguém sem este atestado. Muitos foram barzados pela falta dele.

A sobrevivência depois do golpe, para nós que éramos marcados, foi dura.

Com a prisão da diretoria dia 02/03, o sindicato sofreu intervenção militar. Uma comissão provisória deles foi instalada.

O PTB ficou esfacelado, capenga. Em 65, fizemos aliança com o PSD, e ganhamos o governo do Estado. O Doutel de Andrade, Deputado Federal do PTB, nosso líder maior, foi o vice do Celso Ramos. Com a extinção dos partidos em Outu-

Fonte: CEDOC-UNESC.

Para interrogar as fontes mencionadas acima, uma das possibilidades de questionamento diz respeito a compreensão de como a ditadura civil-militar afetou a vida de sujeitos, que apesar de militarem por causas políticas, eram também trabalhadores e pais de família, possuíam uma história de vida e pessoas que amavam e dependiam deles. Mais uma vez, o professor pode mediar a análise da fonte a partir de uma perspectiva que humanize os sujeitos, desconstruindo a ideia de que essas pessoas podem ter feito algo para merecer essa violência. O professor pode chamar a atenção dos estudantes para as diferentes formas de violência exercidas pelos militares e o amplo impacto que essas violências tinham na vida das pessoas a quem eram direcionadas. Desse modo, é possível retomar os questionamentos a

respeito dos direitos humanos, questionando por exemplo, quais formas de violação de direitos humanos podem ser percebidas nas narrativas, o próprio vocabulário utilizado pelos entrevistados, que utiliza a palavra “apertar”, as consequências da prisão na vida dos presos políticos, os limites da liberdade de expressão na época e a noção de direito que os entrevistados possuíam. Durante o percurso, essas mesmas questões podem ser retomadas para interpelar o edifício do Centro Cultural Jorge Zanatta e os alunos podem ser convidados a percorrer o local, hoje com a presença de salas de aulas e exposições diversas, outrora celas improvisadas e palco de torturas. Observar nas paredes do lugar, não marcas, porque essas foram apagadas definitivamente pelo fogo, mas camadas de tempo e seus usos. Outra possibilidade interessante de questionamento aos estudantes, são as perguntas do interrogatório, que também podem ajudar a questionar a legitimidade das prisões e a real importância de se manter alguém preso por tanto tempo.

Ultrapassar os limites da experiência individual e local, dos sujeitos e da cidade de Criciúma e refletir sobre as situações brasileiras de forma mais ampla é também uma possibilidade de abordagem. Para isso, foi selecionado um recorte da entrevista de *Ciro Pacheco* (2012), em que o entrevistado relata a sua prisão durante a Operação Barriga Verde:

Questão norteadora (entrevistadores): Então perdeu teu emprego de motorista...

Ciro – Eu perdi o emprego, fiquei um tempo desempregado e foi onde eu fui trabalhar com o Roberto Mota em seguro. [...]. Fui pra Chapecó, trabalhei lá [...] não lembro quantos anos. Fui acertar um negócio que tinha com a seguradora dele, foi quando declararam a Operação Barriga Verde. [...] O dia em que o Roberto Mota foi preso, eu estava vindo de Chapecó para acertar as minhas contas em Florianópolis. Cheguei na casa da Maria Rita, a casa do Roberto com a porta aberta e ela assustada. Ela olhou para mim: “Não soubesse nada?”, eu disse que não. “O Roberto foi sequestrado! Preso, ninguém sabe onde é que tá!”. Ficamos assustados, nós sabíamos do risco. Eu disse: “Maria Rita eu vou pra Criciúma.”, cheguei em Criciúma, fui a casa do Jorge, o Jorge estava numa praia, em Araranguá. Eu descobri, cheguei lá e encontrei o Jorge. Conversamos. Tomamos as medidas, dia 14 e eu disse: “Jorge eu vou sair daqui, vou a Florianópolis pra avisar meus companheiros, de lá vou a Joinville e vou comunicar o pessoal pra se cuidarem, porque nós temos companheiros por aí tudo”. Fui a Joinville, avisei o pessoal de Joinville e toquei direto pra Chapecó. Cheguei em Chapecó três, quatro hora da manhã. Eu sabia que Chapecó eles estavam me caçando, mas eles não me conheciam. Eu não era conhecido deles, eu era novo lá, só quem me conhecia era o pessoal do seguro. Eu peguei, deixei o carro no posto de gasolina e fui a pé [...], sabia que eles estavam me procurando pela chapa do carro. Entrei dentro de casa e dormi. No outro dia de manhã um cidadão me chamou na frente.

Chamou e eu já vi logo que era da polícia. Querendo falar de seguro, mas como ele “era” do ramo, eu fiz algum questionamento, ele não soube me responder, já vi que era polícia. Mas fiquei numa situação difícil. Vou fugir? Podia fugir. Mas com quatro filhos, A Elza sozinha, numa terra estranha. A gente não tem muito como fazer isso. Eu disse: “O jeito é eu me entregar”. Achar a forma mais adequada para me entregar, onde evitaria o sequestro. O que eu fiz: eu peguei [...] meu filho de sete anos [...] e disse: “Filho, vamos sair com o pai”. Botei dentro do carro, botei o carro na oficina e quando eu botei na oficina, que eu saí, eu não saí nem esquina e prenderam. Me levaram para o quartel e lá falei com o oficial do quartel, ele chegou e disse para mim: “Mas você não é preso. Você não é preso nosso”. “Então eu posso ir embora né?”. Não sou preso, o que eu estou fazendo aqui? Tenho que trabalhar?”. Ele disse: “Não, mas é uma ordem que veio de cima e tal”. Eu disse: “Eu sabia disso”. E aí o Reinaldo comigo e esse cara disse que a ordem era sequestrar [...] e eles falharão no fato de levar o menino junto. E aí, quando o exército veio de Palmas para me buscar, eles tiveram que levar o Reinaldo. Alertou os vizinhos e eles foram lá para o quartel e fizeram uma baderna. Fizeram uma baderna. E o exército lá e aquela choradeira. [...] Aí o exército chegou, estiveram lá e fizeram uma bagunça. Choro, grito, vizinho e foi uma coisa bem, bem interessante. E o interessante é que um tenente do exército disse para o superior dele: “Olha, o homem tem família. Vocês nunca mais me peguem para essa missão!”. Tu vê... Era gente boa, porque eles quando dão a missão de prender um preso nosso, eles eram orientados que nós éramos perigosos. Tinham que tomar cuidado, era para criar o clima. Eu saí de tarde de Chapecó, numa caminhonete deles. Oito dentro armado, fuzil e tal. [...] Quando eu cheguei em Palma no quartel, o quartel estava em prontidão e eu não entendi. [...] O quartel estava que era um enxame de abelha. Entramos, não tinha que perguntar nada mesmo, só garantir a minha segurança. Uma coisa eu observei: me deram uma cama, com uma roupa tudo novinha, tinha outros presos que estavam jogados lá no chão. Para mim, eles deram... Aí, chegou de madrugada, chegou o pessoal e aí que começou o terror. [...] Chegou uma arrogância, numa prepotência dentro do quartel: “Pega tal preso aí” e o oficial disse “Ó, vocês vão levar, mas vai passar na delegacia pra fazer exame de corpo delito”. Um olhou para o outro “Isso é uma humilhação, não vamos aceitar isso!” [...] Fiz o exame, ele pegou o laudo, botou na pastinha dele... De Palma a Curitiba eles deram mais de duzentos tiros em placas. Paravam a caminhoneta e era tiroteio de vez enquanto. Chegavam para mim e diziam assim: “Vamos te levar pro Paraguai”. Foi aquele terror até lá.

Quando chegou perto de Curitiba, botaram uma toca na cabeça... Me levaram lá para o açougue deles... [...] quando me tiraram a toca, a primeira pessoa que eu vi foi o Teodoro. Secretário do Partido, grande cara... [...] olhei e vi ele naquele estado... Vocês não têm noção como é que estava a cabeça dele... E eles alegaram que o Teodoro tentou o suicídio com um prego. Até pode ser que ele tentou. Mas nunca teria ficado no estado que deixaram... [...] estava vivo, mas estava todo enfaixado, todo perturbado... Nem me reconheceu. E na mesa do interrogador eu me sentei, tinha uma fotografia minha dentro da pasta, [...] ele olhou para mim e disse assim: “Você tem consciência que você está numa sala de

interrogatório no Paraguai?”. Eu não disse nada. Ele repetiu de novo. Aí eu disse: “Eu não tenho consciência... Eu tenho a impressão de que eu estou no Brasil. Pode ser que eu estou equivocado”. Disse isso e começou o interrogatório. Vocês não têm noção do que eles fazem... [...] eles tinham uma técnica também, de ficar batendo a chave, isso era uma coisa que apavorava os presos. Não sabia quem ia. [...] O que eles queriam, na verdade, era dar um golpe, dentro do golpe. Um golpe, dentro do golpe. Como estava acontecendo aquela política de abertura gradual deles, a direita não estava satisfeita. Extrema direita... Então, o que que eles fizeram: eles desencadearam um processo de prisão no Brasil, para chegar no Partido e botar debaixo do braço as eleições: “A subversão continua no país”, tem que limpar daí. Isso que eles queriam na verdade. “Inclusive fazer uma limpeza no Estado Santa Catarina.” Eles diziam claro pra nós no interrogatório: “Vocês não têm governador, vocês têm uma mulher no comando. Nós vamos tomar dele”.¹⁷

A Operação Barriga Verde foi deflagrada em 1975, alguns anos após a imposição do AI-5 e em um momento em que a ditadura já se encontrava desgastada, adepta ao discurso de uma abertura política gradual e segura. Essa temática pode ser introduzida e os estudantes podem ser orientados a pesquisar sobre outras operações desse tipo. Além disso, a partir do relato de Ciro Pacheco, o professor pode conduzir as análises dos estudantes ao do *modus operandis* da ditadura e o terrorismo de Estado: controle, perseguição, prisão, interrogatórios etc. Para Bauer (2011) terror e terrorismo de Estado são conceitos bastante complexos e definir seu significado esbarra em desafios cognitivos, epistemológicos e também aspectos subjetivos, uma vez que “o terrorismo é uma forma de violência que se realiza no âmbito psicológico do indivíduo através da experimentação de um sentimento, o medo, e do comportamento gerado como resposta a essa sensação, o terror” (BAUER, 2011, p. 26). Partindo desse conceito, é possível identificar nas falas de Ciro Pacheco alguns mecanismos de imposição de terrorismo de Estado, indicados por Bauer (2011): em nível tático, perseguir pessoas, vítima direta da violência, em nível estratégico, tornar público o conhecimento disso para garantir o terror a todos que cercam a vítima direta e a sociedade como um todo, e em nível político, justificar seus atos como necessários para a defesa da democracia.

É possível também, a partir da fala de Pacheco (2012) disponibilizar para os estudantes outros documentos que abordam o AI-5, a fim de demonstrar a marca na legitimação das violações de direitos humanos que o AI-5 representou no Brasil. Uma vez que o AI5, na íntegra, possui nove páginas e torna-se inviável de ser utilizado de tal maneira em uma oficina, uma

¹⁷ Trecho editado com recortes entre as páginas 19 e 22.

possibilidades para sua abordagem são as manchetes de jornal que circularam na época de sua implementação e que são facilmente encontradas na internet, como a Capa do jornal Última Hora, de sábado, 14 de dezembro de 1968, disponível no site do Instituto Humanistas Unisinos (IHU):

Figura 40- Capa do jornal Última Hora, de sábado, 14 de dezembro de 1968



Fonte: <https://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/78-noticias/585469-a-democracia-em-suspenso-50-anos-do-ai-5>

A partir da leitura dos documentos, o professor pode mediar reflexões sobre o que significou o AI-5, e a diferença entre os relatos anteriores e posteriores ao AI-5, envolvendo as prisões no edifício do Centro Cultural Jorge Zanatta, realizadas no contexto do golpe, em 1964 e o relato das prisões de 1975. Além disso, partindo das histórias de vida dos entrevistados, suas relações com suas famílias e seu trabalho, outra possibilidade é a reflexão sobre a legitimidade do motivo das prisões relatadas por Ciro Pacheco e se realmente essas pessoas que foram presas representavam alguma ameaça à segurança nacional.

Com base nas reflexões até aqui apresentadas, sugere-se ao professor que sugira como questões prévias a leitura das fontes, as seguintes indagações:

Questões norteadoras:

- 1) Quais formas de violação de direitos humanos podem ser percebidas nas narrativas?
- 2) O que você entende por “apertar” na fala de Ciro Pacheco?
- 3) Outros vocabulários como esse aparecem nas fontes? Quais e o que significam?
- 4) Houve consequências para os presos políticos em suas vidas após a prisão? Quais? Qual a sua opinião sobre isso?
- 5) O que os militares queriam saber?
- 6) Na sua opinião, essas informações eram importantes para a segurança nacional?
- 7) O que foi a Operação Barriga Verde?
- 8) Pesquise outras ações como a OBV durante a ditadura civil-militar brasileira.
- 9) Quais dispositivos de repressão e terrorismo de Estado da ditadura civil-militar aparecem nas fontes?
- 10) Qual a diferença entre as narrativas antes e depois do AI-5? 2)
- 11) O que motivou as prisões em cada um dos dois momentos?
- 12) Quais violações de direitos humanos são identificadas nas narrativas?
- 13) A partir da leitura das narrativas, identifique e tente mensurar quem (pessoas ou grupos sociais) foram as pessoas e como foram afetados pelas prisões?

Como já mencionado anteriormente, por se tratar de um espaço de educação não formal, o Centro Cultural Jorge Zanatta possui uma ampla estrutura e condições de abrigar a oficina. Mediante a reserva junto a instituição, sugere-se para essa oficina que todas as atividades sejam realizadas no próprio espaço. Essa estratégia facilita a imersão dos estudantes nas narrativas dos documentos analisados e na própria experiência do lugar. No espaço, os estudantes podem tentar situar os acontecimentos no interior do centro, para assim tentar desvendar as camadas de tempo sobrepostas na edificação, camadas que nesse caso são um pouco mais difíceis de serem percebidas, já que o edifício foi reconstruído para manter as características originais da sua fachada. Além disso, é uma forma de ocupar a cidade e levar a educação escolar para além do espaço da sala de aula.

3.7 SINDICATO DOS MINEIROS DE CRICIÚMA COMO LÓCUS DE RESISTÊNCIAS À DITADURA CIVIL-MILITAR

O Sindicato dos Mineiros de Criciúma foi uma importante instituição na organização da resistência ao golpe DE 1964 e à ditadura civil-militar na cidade. Historicamente, o Sindicato se constituiu como uma ferramenta de mobilização da classe trabalhadora contra a opressão. Segundo Volpato (1984), o Sindicato dos Mineiros de Criciúma viveu entre 1957 e 1964 uma fase de militância combativa, num momento em que os sindicatos, em âmbito nacional, passaram a ser ocupados por líderes operários que contestavam a estrutura sindical garantida pela CLT. Devido à essa atuação, no contexto do golpe militar de 1964, muitos trabalhadores foram fortemente reprimidos e perseguidos por sua atuação dentro do Sindicato. Podemos destacar alguns dos entrevistados aqui já mencionados: Jorge João Feliciano e Ciro Manoel Pacheco.

A cidade era vista pelos militares, de acordo com documentos oficiais, como um reduto de subversivos. Essa percepção é bastante explícita no Inquérito Militar N0055967, instaurado em 1964 e redigido pelo Coronel Newton Machado Vieira, sobre atividades subversivas na região carbonífera em 1964, na parte em que o autor se dedica a ambientar a região carbonífera de Santa Catarina e descreve a situação de vida dos trabalhadores em todas as cidades da região, como Criciúma, Lauro Muller, Urussanga, Orleans, Tubarão, etc.

O documento é um dos documentos elegido para ser utilizado nesta oficina, visto que sua leitura pode ajudar a compreender a dimensão que o Sindicato dos Mineiros de Criciúma possuía pela ótica dos militares. Além disso, o documento também pode ajudar a humanizar os trabalhadores que resistiram ao golpe e a ditadura civil-militar em Criciúma e suavizar a visão dos sujeitos tidos como subversivos. Na parte introdutória do Inquérito, lê-se:

REPRODUÇÃO DE ORIGINAL
ILEGÍVEL

R E L A T Ó R I O

Examinando-se atentamente o presente Inquérito Policial Militar, verifica-se o seguinte:

1. - PARTE EXPOSITIVA
- 1.1 - AMBIENTAÇÃO
- 1.1.1 - CRICIUMA

Para que se entenda melhor os homens que se viram envolvidos no presente Inquérito Policial Militar, torna-se necessário descrever, ou pelo menos tentar, o ambiente ao qual os mesmos vivem, para que se possa melhor entender as reações de cada um, reações estas, que se tornam alguns inocentes, à maioria transformam em culpados.

Zona Carbonífera de Criciúma e municípios vizinhos é muito propícia à infiltração comunista, ou pelo menos às agitações dadas as condições de vida daqueles que aqui labutam.

Não só o trabalho na mineração, ocupação dominante na região, é árduo e desgasta prematura e eficientemente o homem, como tem havido uma certa incompreensão dos mineradores, que não tem procurado dar um melhor ambiente de vida extra-trabalho aos seus operários e suas famílias.

Quem já percorreu uma mina e lá viu aqueles homens trabalhando, bem poderá aquilatar do estado de ânimo daqueles trabalhadores, principalmente se levarmos em conta que este trabalho se desenvolve por anos a fio. Saído de horas de trabalho penoso, aquele homem, ao voltar à luz do dia, deveria encontrar somente motivos para despreocupações, mas isto não é o que comumente acontece.

Aqueles homens e suas famílias habitam em barracões de madeira e até o ar que respiram, traz carvão em suspensão. O chão que pisam é negro também, como negro parece-lhes, também, seus destinos.

Tem um único consolo: - Alguns percebem bons salários, salários que compensam razoavelmente todos estes sacrifícios.

Na zona carbonífera de Criciúma existem dois tipos de salário mínimo: - o de Cr\$51.000,00 para os mineiros, ou seja aqueles que trabalham no subsólo e de Cr\$48.000,00 para os que trabalham na superfície. Isto diz respeito aos que trabalham na indústria carbonífera, pois para os demais operários, empregados em outras atividades, o salário mínimo regional é de Cr\$36.500,00. No decorrer deste IPM, houve um aumento salarial do trabalho do mineiro, de 35%, à vigorar do dia 1º de junho do corrente ano.

Como se vê, pois, este é o único consolo que existe para alguns daqueles operários e digo alguns, porquanto existem três categorias de trabalhadores na Indústria do Carvão: - o mineiro: o ajudante e o diarista.

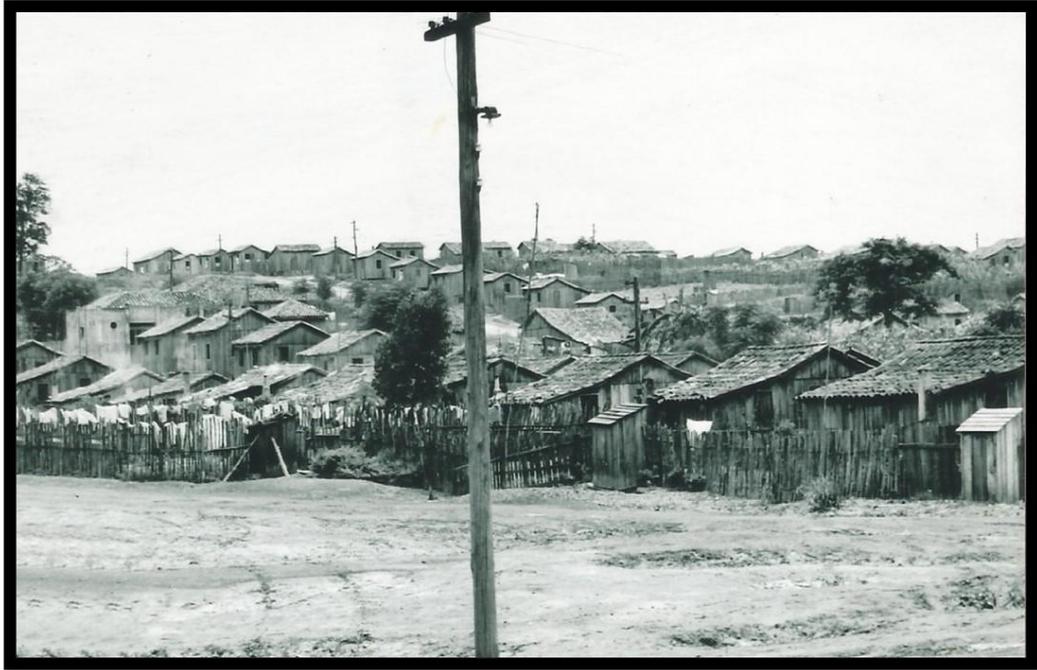
Destas três categorias, somente o mineiro percebe acima do salário mínimo e todos trabalham ainda de acordo com o regime de tarefas; quanto maior a produção, maior o salário percebido.

Fácil se torna calcular, pois, a luta que não se trava em torno da obtenção do lugar de mineiro e o desemprego resultante já que muitos vêm para cá na ilusão de obter fácil colocação, desde que fracassaram noutras profissões e terminam ...

Na ambientação acima, o Coronel da Polícia Militar constata que os trabalhadores da mineração são facilmente seduzidos pelo comunismo devido a precariedade da região em que vivem, que não lhes oferece qualidade de vida. Isso porque, além do trabalho insalubre, em sua maioria, os mineiros da região viviam em vilas operárias precárias, em áreas sem praças ou nenhum outro tipo de lazer, além dos bares, dentre os quais se destacava o Café São Paulo, como já mencionado nesta dissertação, especialmente nas orientações da oficina com fontes históricas envolvendo a Rádio Difusora (temática que pode ser retomada). Na perspectiva do Coronel Newton Vieira Machado, os mineiros, por falta de entretenimento, se reuniam nos bares para beber e acabavam sendo cooptados por comunistas e agitadores subversivos a entrar para os Grupos dos Onze, para o PCB e para o Sindicato. Desse modo, a fim de compreender a razão de tanta “atividade subversiva” na região, em seus relatos, o militar acaba constatando que a “subversão comunista” em Criciúma tem sua principal causa no abandono do Estado frente a região e a exploração dos trabalhadores pelos mineradores que compunham a elite local da cidade.

Para auxiliar a compreensão da realidade descrita pelo Coronel Newton Vieira Machado, o professor pode fazer uso de fotografias antigas que mostram vilas operárias, assim os alunos podem visualizar a descrição feita pelo documento, bem como compreender melhor a realidade vivenciada pelos trabalhadores e as condições precárias em que se encontravam, vivendo em pequenas casas de madeira, sem saneamento básico e uma dura realidade de trabalho onde eram expostos a condições insalubres e conviviam cotidianamente com risco de acidentes. Essas imagens são facilmente encontradas em arquivos da cidade, ou mesmo nas casas dos estudantes cujas famílias moram a mais tempo na cidade, isso porque, havia vilas operárias em muitos bairros, assim como muitas e muitas famílias. A seguir, estão incluídas algumas imagens de vilas operárias da cidade nos anos de 1950:

Figura 42- Vila Operária Carbonífera Próspera, 1955



Fonte: CEDOC-UNESC

Figura 43- Chuveiro Coletivo Vila Operária Carbonífera Próspera, 1955



Fonte: CEDOC-UNESC

Figura 44- Morro da Miséria (atual bairro Mina do Mato), 1955



Fonte: CEDOC-UNESC

Partindo das análises acima, os documentos apresentados têm grande potencial a ser explorado durante a oficina com fontes. Cabe ao professor iniciar a mediação da oficina através dele e problematizar questões sobre o cotidiano e a exploração dos trabalhadores, sendo uma possibilidade fazê-lo através da perspectiva dos direitos humanos. Afinal as condições precárias de existência a qual eram submetidos os trabalhadores da indústria carbonífera pode ser interpretada como uma violação de uma série de direitos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, tal qual a repressão que passaram a sofrer durante a ditadura civil-militar simplesmente por exercerem seu direito à liberdade política, de expressão, de livre associação, dentre outros.

A leitura desse documento ajuda a entender a implementação da OBV nos anos posteriores, bem como sua forte atuação sobre a cidade de Criciúma. Uma vez que a cidade era vista como um reduto de comunistas, pode-se explicar parcialmente a operação militar desencadeada por órgão do Estado para investigar e prender os responsáveis pela reestruturação do PCB em Santa Catarina entre 1975 e 1978, que prendeu 42 pessoas no estado, dentre elas, 13 pessoas relacionadas ao movimento operário de Criciúma e ao Sindicato dos Mineiros de Criciúma, eram elas: Amadeu Hercílio da Luz, Jobe Silva da Nova, Jorge João Feliciano, Jorge Vieira, Lourival Espíndola, Luiz Jorge Leal, Paulo Antônio, Roberto Cologni, Roque Felipe, Sebastião Ernesto Goulart e Túlio Valmor Bresciani. Além destes 11 que residiam em Criciúma

no momento da prisão, houve aqueles que foram presos em decorrência de sua História de luta e resistência, que em parte se deu na cidade e vinculada ao sindicato, como no caso de Ciro Pacheco e Walter Henrich Willy Horn.

Para Jorge Feliciano (1992, p.2), “Criciúma foi a cidade que resistiu ao golpe até a última hora”. Com a deflagração do golpe civil-militar, a CGT decretou greve geral em todo o país e o Sindicato dos Mineiros de Criciúma acatou as ordens da CGT. Além disso, apesar da censura aos meios de comunicação, em Criciúma, a Rádio Difusora continuava funcionando ativamente, servindo como um instrumento de resistência da classe operária, mais uma vez justificando a escolha, tanto da Rádio Difusora, já apresentada em outra oficina proposta por essa dissertação, como o Sindicato, aqui explorado como possibilidade de um lugar resistência.

O edifício que abrigava o Sindicato dos Mineiros de Criciúma ficava localizado no centro da cidade de Criciúma e era uma grande construção, além de bem localizada, como é possível ver na imagem a seguir:

Figura 45- Sindicato dos Mineiros de Criciúma, 2015



Fonte: acervo pessoal

Infelizmente, o edifício em questão, que foi palco de importantes experiências, foi demolido em 21 de abril de 2022. Segundo o site Engeplus, a estrutura foi vendida para a uma construtora da cidade pelo valor aproximado de R\$4 milhões. De acordo com o presidente do sindicato, Djonatan Elias, em entrevista concedida para o site Engeplus, boa parte do valor será

utilizada para quitar dívidas e realizar novos investimentos, incluindo uma nova sede para o Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Segundo ele, a venda da sede antiga foi necessária, pois a algum tempo o Sindicato vinha passando por uma situação financeira delicada, praticamente sem ter como se manter funcionando. Devido a sua localização privilegiada, em uma área nobre no centro da cidade, a especulação imobiliária acabou sendo uma saída para a crise financeira. Apesar da demolição do prédio, todos os documentos históricos que ficavam na sede foram recolhidos e levados para o CEDOC-UNESC, onde estão a salvo. Na imagem abaixo, é possível ver parte do processo de demolição e dos escombros do edifício:

Figura 46- Demolição da sede do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, 21 de abril de 2022



Fonte: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2022/antiga-sede-do-sindicato-dos-mineiros-de-criciuma-e-demolida>

Não existem pesquisas que se dediquem a aprofundar os estudos sobre a História do edifício enquanto patrimônio, diferente do que acontece com pesquisas relacionadas ao sindicato enquanto instituição. Isso porque, como já afirmado anteriormente, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma foi um importante lócus de resistência da classe operária de Criciúma, um instrumento de luta da classe trabalhadora pelos seus direitos e por uma sociedade mais justa, com uma história combativa e permeada pelo tensionamento das forças políticas e econômicas hegemônicas na cidade, que atuou também na resistência ao golpe de 1964 e a ditadura civil-militar em Criciúma. Por isso, mesmo diante da demolição do edifício, é

importante pensar o Sindicato enquanto essa importante instituição na História da cidade e que ocupa um lugar privilegiado na memória daqueles que se opuseram à ditadura civil-militar na cidade. Desse modo, justifica-se manter o Sindicato dos Mineiros de Criciúma como uma das oficinas com fontes históricas.

Além disso, se retomarmos o pensamento de Benjamin (1989) ao delimitar o flâneur, mesmo com a demolição do edifício, justifica-se manter o espaço vazio ou as novas construções que ali se edificarem como parte do percurso. Ao longo dos escritos de Benjamin, é possível perceber o flâneur como um ponto de crítica ao capitalismo e à modernidade, pois ele não se adequa à ordem vigente. O flâneur consegue ler a cidade e perceber nela seus disfarces e as camadas de tempo que lhe atravessam. “Paisagem — eis no que se transforma a cidade para o flâneur. Melhor ainda, para ele, a cidade se cinde em seus polos dialéticos. Abre-se para ele como paisagem e, como quarto, cinge-o” (BENJAMIN, 1989, p. 186). Desse modo, mesmo a ausência do edifício produz repertório para observação e reflexões, que podem seguir por muitos caminhos, inclusive o tensionamento do apagamento das memórias diante do progresso inerente ao capitalismo e o seu desenvolvimento. Cabe ao professor refletir sobre a importância da memória na formação da identidade coletiva de uma sociedade e tensionar o significado da própria ausência do edifício, uma edificação que representou por tanto tempo um símbolo da luta de classes em Criciúma e foi referência a tantos trabalhadores que precisavam recorrer a ele em questões judiciais, médicas, ou mesmo assistencialistas, bem como para a organização política e social da classe trabalhadora. É possível tensionar as relações de poder que atravessam esse significado, uma vez que esse símbolo de luta dos mineiros de Criciúma, se localizava no centro da cidade, em uma área nobre, próxima ao calçadão e cercada por edifícios residenciais luxuosos onde se concentra parte da elite cricumense. Como no palimpsesto, essa construção que era um lócus de resistência da classe trabalhadora, foi apagada da paisagem para que uma nova construção fosse desenhada e erguida em seu vazio, para o uso da elite local.

Diante disso, para abordar o Sindicato dos Mineiros de Criciúma na oficina intitulada “Sindicato dos Mineiros de Criciúma como lócus resistências à ditadura civil-militar”, optou-se por utilizar excertos de documentos que ressaltam a importância do Sindicato dos Mineiros de Criciúma na organização da resistência ao golpe de 1964 e a ditadura civil-militar na cidade, reconhecendo sua trajetória histórica na mobilização dos mineiros de Criciúma por seus direitos. Os documentos selecionados, um deles já mencionado anteriormente nessa seção, os demais também já apresentados nessa dissertação foram: o Inquérito Militar ACEN 0055967; entrevista com Ciro Pacheco (2012) e entrevista com Jorge Feliciano.

O Inquérito Militar ACEN 0055967, apresenta um longo histórico do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, que juntamente com a rádio Difusora, é apontado como uma instituição subversiva e que organizou uma revolta contra a chamada “revolução vitoriosa”, o golpe civil-militar de 1964. Desse modo, o documento pode ser utilizado para demonstrar que as autoridades da época reconheciam na instituição seu caráter de luta, resistência e mobilização da classe trabalhadora. O histórico mencionado pode ser lido na imagem abaixo, que possui uma tarja ocultando uma parte do documento. Essa tarja pode ser uma brecha para que o professor retome a questão da censura, conectando as oficinas. Cabe destacar, que a tarja foi incluída intencionalmente no documento apenas para ocultar uma parte desconexa, que não fazia parte do histórico selecionado para a análise.

(7)



1.3 - AGITAÇÃO POLITICO-SINDICAL -
COMUNISTA

Por volta do ano de 1944, foi criado, em Criciúma, um Sindicato que abrigava os Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de Criciúma, Urussanga e Lauro Muller.

Anos depois, desmembrou-se deste Sindicato o de Lauro Muller, que passou a constituir um Sindicato à parte, e posteriormente, o de Urussanga também separou-se, sendo que deste mais tarde, desmembrou-se o de Siderópolis, passando a existir, portanto, quatro Sindicatos. Por último, por volta do ano de 1961, Rio Maria passou a constituir outro Sindicato da zona carbonífera.

O Sindicato de Criciúma, porém, nunca perdeu sua importância e podemos dizer que dele é que emanavam todas as ordens para os demais, tal como aconteceu nos últimos acontecimentos político-militares, em que comandou as ações para a deflagração da greve geral.

Tal importância do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, decorria não só da própria importância do município, bem maior que os demais, como do fato de aqui existirem serviços estatais, tais como a Agência do L.P.E.T.C. e o S.A.M.U. e S.A.P.S., onde se achavam instalados homens que faziam los negócios e dinheiros públicos, os seus próprios negócios e dinheiros, num aproveitamento ilícito sem par, porém com o benefício, com a connivência, num a comparauria de outros homens públicos, por parte deles seus superiores e fiscalizadores.

A atuação de políticos, ligados à agitação e comunistas, numa exploração e agitação dos problemas sociais, principalmente o aproveitamento dos dinheiros públicos, em Criciúma desenvolveu-se da mesma maneira como o vinha sendo feito em todo o resto do País.

Como principais figuras de políticos que se aproveitaram deste estado de coisas, tal como veremos posteriormente na Parte Conclusiva deste Relatório, temos à destacar as figuras de ARMINDO MARCILIO DOUTEL DE ANDRADE e ALDO VÂNIO DE AQUINO FARACO, pois estes dois, inclusive, são sócios na ZYT-52- Rádio Difusora de Criciúma, um dos principais focos de agitação, pois, nos últimos acontecimentos, foi lá que tentou se comandar um movimento de rebelião à revolução vitoriosa.

Paralela com esta Rádio como foco permanente de agitação, tinhamos o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de Criciúma, desde 1957 entregue nas mãos do Advogado e perigoso comunista Dr. ALDO PEDRO DE TRIZZI, ora foragido, que era, aparentemente e por dever de ofício, simples causidico daquele Sindicato, mas na realidade de era o seu legitimo dono, aquele que comandava todas as ações, sendo as Diretorias eleitas mero instrumento de ação nas mãos daquele verme.

REPRODUÇÃO DE ORIGINAL
ILEGÍVEL

O professor pode chamar a atenção dos estudantes para o reconhecimento do Sindicato dos Mineiros de Criciúma como uma instituição que grande importância na cidade e um dos principais responsáveis pela agitação na cidade e pela tentativa de “rebeldes” de barrar a “revolução gloriosa”. Além de refletir sobre a importância do Sindicato, a fonte introduz uma questão historiográfica relevante ao tratar o golpe de 1964, o que pode levar o professor a introduzir questões sobre o tipo de fonte que está sendo manuseada, suas intencionalidades e seus limites, bem como o uso da linguagem para legitimação de versões da História, ou até mesmo os trabalhos da memória e seus usos e abusos. Além disso, é possível retomar as discussões sobre a Rádio Difusora, que também é mencionada como um dispositivo estratégico para os “rebeldes”.

Outra possibilidade é comparar as versões deste documento, com as narrativas de Ciro Pacheco (utilizadas na oficina sobre a Rádio) e Jorge Feliciano, onde os entrevistados narram suas memórias dos mesmos fatos. Na entrevista de Jorge Feliciano (1992), da qual foram selecionados dois trechos, o entrevistado se apresenta como presidente do Sindicato e relata os acontecimentos dirigidos pelo sindicato quando aconteceu o golpe em 01 de abril de 1964. Em seu relato, Feliciano menciona como o Sindicato se mobilizou para organizar os trabalhadores a resistirem ao golpe e comenta o desfecho dessa ação e as consequências sofridas por ele próprio:

Figura 48- O golpe segundo João Feliciano

Em, 58 o PTB elege pela 1ª vez a maioria da bancada da Câmara, com 04 vereadores, e um Deputado Estadual, O Paulino Búrigo. Em nome da Revolução tudo podia. A alegação era de que eram comunistas, gente da esquerda. Às vezes, nem eram pessoas do PC. O PC não chegou a eleger vereadores, nem mesmo estando no PTB. A guerra anti-comunista era muito grande, e os candidatos comunistas nunca chegaram a se eleger. Eram sempre operários. Os que se elegiam não eram operários.

Golpe 64:

Criciúma foi a cidade que resistiu o golpe até a última hora. Nós dominamos Criciúma. Nos tínhamos a Rádio, ficamos em cadeia com o Brizola. Em 61, fizemos parte da cadeia da legalidade pela posse de João Goulart. O 3º Exército de Porto Alegre ficou aqui cerca de duas semanas, até se encontrar a forma conciliatória do Parlamentarismo, Gango assumiu e as tropas voltaram e nós fomos trabalhar. Ficamos em praça pública, recebendo intruções dos milicos. Grupos de até 50 operários ficava junto com o Pelotão do Exército entrincheirados no trajeto entre Criciúma e Içara. Avioões das forças golpistas sobrevoavam e eles ficavam lá, prontos a abrir fogo. Atirar nos avioões mesmo. Nos domingos juntava mais gente. Aí a gente aprendeu quem é quem nesse país.

Nós, operários, não tínhamos arma nas mãos. O 3º Exército dizia que se fosse necessário, eles distribuíram. No golpe de 64, eu era o Presidente do Sindicato dos Mineiros. Eu tinha sido eleito e fui empossado em novembro de 1963. Cheguei aqui dia 27 de Março. Estava no Rio e participei do comício do dia 13 de Março, do Gango na Central do Brasil. Estava empolgado. Depois daquele ato, a reação, a direita, fez a marcha da família com Deus pela liberdade em São Paulo. Foi avaliado com o dobro de gente. Senti, percebi, que o Gango ia cair. Quando cheguei, dia 27 de Março, falei que o Gango ia cair pro Lírio Rosso e pro engenheiro Sérgio Borja. Era apenas uma suposição minha. Dia 31 estava escutando Rádio quando Mourão Filho se levantou contra Gango em Juiz de Fora. Era 11 horas da noite. Escutei a ordem da C.G.T., o comando geral dos trabalhadores, determinado a greve geral no país. Morava na Içara. Vim para Criciúma. Fui casa por casa e por volta das duas da madrugada já havíamos conseguido reunir a diretoria do sindicato. Analisamos o quadro, caímos na rua, em todas as Minas, para defragrar a greve. Aí foi sem assembleia. Foi uma ordem do sindicato. As Minas, dia 1º de Abril, amanheceram todas paradas. Nessa época as Minas eram a Boa Vista, a União, a CBCA, a Próspera e a Mineração Geral do Brasil. Essas eram empresas mineradoras. E haviam algumas empreiteiras. Tomamos conta da rádio e ficamos comandando a greve da rádio. Os trabalhadores vieram todos pra cidade e se concentraram em praça pública. A polícia pedia pra nós não deixar fazer desordem. O delegado era

Figura 49- O golpe segundo João Feliciano [parte 2]

o Elídio de Castro Veloso. A cidade estava sob nosso controle. A polícia achava que nós tínhamos armas mas nós não tínhamos. Até dia 02 de Abril fui pressionado, a polícia rondando o sindicato. É que na assembleia eu havia dito que nós tínhamos armas. E aí foi um Deus nos acuda porque todo mundo queria arma. Eu dizia que não estava na hora. Foi uma mão obra para segurar o pessoal. Eu disse que tínhamos arma porque se a polícia descobre que não tínhamos - e dentro da assembleia sempre tinha policial infiltrado - ela invadia o sindicato. Dez policiais armados nos colocariam todos a correr. Tive que blefar obrigado. Para manter o movimento de pé. Nossa esperança era que o exército de Porto Alegre chegasse, repetindo o episódio de 61. Por isso aguardávamos. Por isso resistimos. Os trabalhadores ficavam no sindicato enfrente a Rádio Difusora, na praça. O Exército de Tubarão se deslocou até Jaguaruna. De lá, eles enviavam emissários, pedindo que fechávamos a Rádio. Nós devolvíamos dizendo que eles viessem fechar a Rádio. Eles não vinham porque achavam que estávamos armados. A greve era só de mineiros que, com os aposentados, juntava perto de seis mil pessoas na Praça. Ficamos nessa até dia 02 de Abril. Mandávamos gente para Porto Alegre para saber se o Exército viria. Estávamos acudados entre o Exército que esteve em Jaguaruna e a polícia daqui. O Exército de Porto Alegre não veio para nortear a caminhada. Dia 02 de Abril, por volta das cinco horas da tarde, percebemos que a luta estava perdida. Passei na Rádio, gravei um mensagem, pedi para ser colocada no ar um hora depois, arrumei um carro emprestado, eu e o Raimundo Vendieri, que era o vice-presidente.

Na mensagem, determinei que os trabalhadores voltassem ao trabalho que a causa estava perdida. Fiquei 67 dias foragido, escondido. Depois disso nos apresentamos. Fiquei escondido no São Bento Alto. Pobre, a minha filha não foge para o Exterior. O Brizola e os outros saíram do País. Operário não pode deixar o País numa hora dessas. Não pode! Quando a mensagem foi para o ar, alguns trabalhadores voltaram pro trabalho, outros foram para casa e alguns foram se esconder porque o Exército de Tubarão começou a dominar a situação. De cara, já prenderam vários como o Vânio Faraco, o Antonio Parente, o Mancei Ribeiro. Foram prendendo. Fiquei foragido aconselhado por um médico amigo, que disse que a coisa estava perdida e que eu tinha que escapar. Ninguém tinha idéia do que ia acontecer. Se prenderiam ou chegariam atirando para matar. Relutando, acabei acatando sua sugestão, peguei seu carro e dinheiro emprestado, um revólver. Levei junto o Vendieri. Ele emprestou tudo, o motorista e não perguntou pra onde a gente ia. Eu tinha nove filhos. O mais velho tinha 12 anos. Como ia fugir? Não tinha a intenção de fugir.

Através do relato de Feliciano, o professor pode convidar os alunos a perceberem as diferenças utilizadas no vocabulário das duas fontes e abordar sua natureza e suas limitações, mediando os alunos a compreender o básico da operação historiográfica. O professor pode questionar os alunos sobre as diferenças e semelhanças existentes entre as duas versões e as possíveis explicações para isso. Outro caminho possível, é convidar os alunos a identificarem as estratégias utilizadas pelo Sindicato na organização da resistência, bem como o movimento contrário, como a ditadura civil-militar lidou com isso. Os alunos podem ser estimulados a refletir sobre a importância da democracia, ao comparar as ações da ditadura com ações do Estado em caso de acontecimentos semelhantes do presente, visto que recentemente o Brasil passou por um novo golpe de Estado e manifestações antigovernistas são constantes nos últimos dez anos.

Além desse relato, com o objetivo de cruzar as fontes e dimensionar as consequências da militância para os sindicalistas, sugere-se utilizar um outro recorte de entrevista com Jorge Feliciano, na qual o entrevistado relata as perseguições sofridas pelos dirigentes sindicais após o golpe:

Figura 50- Jorge João Feliciano sobre as prisões

Com o golpe , os presos políticos eram em 44 pessoas. Mais da metade deles ' ficou vagando , procurando emprego. Eu fui para o Timbê do Sul , tirar ma - deira no mato. Eu tinha um tio que era capataz da Mina Klabin, no Paraná. Mande um telegrama para ele arrumar serviço para mim. Ele respondeu que tinha vaga , que eu poderia ir e até levar mais gente. Em seguida , recebi outro telegrama dele dizendo que eu não fosse porque meu nome constava em uma lista de pessoas que não pederia ser empregada. Isso no Paraná! Bachei a Mina ' com 16 anos. Com 14 trabalhava Mas de céu aberto. Então eu não sabia fazer ' outra coisa, sō aprendi a trabalhar com carvão. Na lista constava os nomes das lideranças , aquelas que eles qualificavam como de maior peso. Vários foram perseguidos , como eu, o Abdia Gonçalves Barrero, o Manoel Garcia e outros. Era uma prática nossa que para entrar na luta , tinha que ser operário estável, estabilidade, que era atingida com 10 anos no serviço. Era muito usado ' às pessoas com estabilidade, que não podiam ser colocadas na rua. Os outros ficavam mais por trás dos bastidores.

Fonte: CEDOC-UNESC.

E por último, um trecho bem breve de Ciro Pacheco (2012), em que o entrevistado relata que suas memórias da primeira ação dos militares em Criciúma foi a intervenção no Sindicato, o que indica a urgência da ditadura civil-militar em lidar com a instituição da cidade. As observações de Pacheco podem contribuir ainda para que os alunos compreendam as

estratégias de luta utilizadas pelo Sindicato, bem como a participação dos trabalhadores na instituição e o conceito de ideologia. O excerto pode ser lido a seguir:

Questão norteadora (entrevistadores): E a primeira ação deles tu lembra qual foi?

Ciro– Quando eles chegaram, eles chegaram e invadiram o Sindicato dos Mineiros, que era o alvo deles. Já não tinha ninguém lá, nós retiramos todos os companheiros. Não tinha mais o que fazer. [...] Como é que eu entendo Sindicato: tem que ter um comando ideológico, para que fique na verdade na mão dos trabalhadores. Porque senão, fica na mão dos patrões. Eu vou dar um exemplo: quando nós ganhamos a eleição do Sindicato, 1964, 1966. No segundo mês nós fomos convidados pra um jantar com os patrões. Para ficar bem elucidado como é que funciona o Sindicato. Naquele tremor, naquela fraqueza, a diretoria se reuniu e eu me sentava com a diretoria. Eu tinha credibilidade inclusive com a classe operária, para me sentar lá. Não se decidia nada sem eu não estivesse sentado junto. Eu era motorista. Oficialmente eu era motorista. Daqui e cola, vamos não vamos, será que é indelicadeza não ir, blá, blá blá. Me perguntaram, eu lembro que eu disse: “Walter quando nós estávamos embaixo da mina, eles convidaram alguma vez a gente para ir almoçar com eles? Eles não são nossos amigos. Hoje nós temos posição. Tudo isso é um processo para corromper o Zé Ruela. Nós não vamos. É só dizer que não vamos e não da nada”. Não fomos. Porque todo sindicato, lamentavelmente, em que a direção não tem uma base ideológica, se rende inconscientemente, é assim que funciona. (PACHECO, 2012, p. 8-13).

A partir dos documentos selecionados, seguindo as orientações metodológicas das demais oficinas, alguns questionamentos podem ser feitos previamente aos estudantes, antecedendo a leitura de fontes. Posteriormente à leitura, os estudantes podem ser convidados a fazer suas próprias perguntas às fontes, avançando para a discussão das fontes mediada pelo professor. Nesta oficina, é importante que os estudantes compreendam o papel do sindicato na sociedade e a importância do Sindicato dos Mineiros de Criciúma para a classe trabalhadora da cidade e para a sociedade como um todo, visto que o Sindicato é uma instituição de luta coletiva. As questões preparadas para essa etapa são:

Questões norteadoras:

- 1) Para você, qual o papel dos sindicatos na sociedade?
- 2) As fontes analisadas confirmam ou contrapõem a sua opinião?
- 3) De acordo com cada uma das fontes, qual papel é ocupado pelo Sindicato dos Mineiros de Criciúma para sociedade local?

- 4) Quais as diferenças entre as versões apresentadas pelas duas fontes? Como isso pode ser explicado? Como lidar com essas informações?
- 5) Qual a relação estabelecida pelas fontes entre o Sindicato dos Mineiros de Criciúma e a ditadura civil-militar brasileira?
- 6) Como o Sindicato dos Mineiros de Criciúma atuou durante o golpe civil-militar de 1964? Quais estratégias de mobilização e luta foram utilizadas?
- 7) Quais as consequências dessa atuação?
- 8) Se os eventos protagonizados pelo Sindicato tivessem acontecido no presente, as consequências seriam diferentes? Por quê? Você conhece exemplos?
- 9) Qual a importância da memória na formação da identidade coletiva de uma sociedade?
- 10) O Sindicato dos Mineiros de Criciúma é importante para a memória e identidade da cidade? Como a derrubada do edifício que sediou o Sindicato influencia isso?
- 11) Como você percebe o entorno do Sindicato? Qual impacto a ausência do edifício causa nesse entorno? A quem essa nova configuração da paisagem beneficia e agrada?

Cabe ressaltar, que como já orientado anteriormente, uma possibilidade interessante é discutir a importância social e histórica de preservação dessas memórias, passando pela derrubada do prédio que outrora abrigou a sede do Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Nesse sentido, as perguntas nove, dez e onze podem ser feitas durante a visita ao local onde ficava o edifício demolido.

3.8 SOCIALIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA E RETORNO A SALA DE AULA

A socialização das atividades é uma etapa fundamental das atividades escolares, pois além de configurarem uma forma de valorizar a produção de saber histórico escolar, é também uma forma de encorajar e valorizar as produções dos estudantes, bem como uma oportunidade de avaliar a progressão da aprendizagem histórica e identificar se os objetivos foram alcançados.

Devido à grande possibilidade de produções a partir das oficinas, cada professor pode criar a sua própria forma de socialização, bem como a exposição das produções para além da sala de aula. Algumas possibilidades para isso, é convidar os alunos a produzir um audiovisual sobre a experiência de percorrer a cidade e vivê-la e olhá-la através uma nova perspectiva, guiada por memórias e Histórias muitas vezes imperceptíveis no cotidiano da vida moderna, ou imperceptíveis nas construções para olhos desatentos. Com a facilidade que a tecnologia tem proporcionado, com seus próprios aparelhos celulares, os estudantes podem registrar através de fotografias, vídeos, ou ilustrações as suas experiências. Além disso, as escolas da rede estadual, no último ano, receberam equipamentos como tablets para a realização de atividades com os estudantes. Organizá-los em grupos, o que já é uma estratégia sugerida para as oficinas, também é uma possibilidade de driblar a falta de recursos e fomentar a cooperação.

Outra possibilidade é a construção de instalações para serem expostas na própria escola, onde os alunos podem ser convidados a apresentar de forma criativa o resultado das pesquisas e das análises desenvolvidas ao longo da oficina. Linhas do tempo com fotografias, varal literário com relatos de experiências, colagens a partir das pesquisas e das análises de fontes, etc.

No entanto, uma sugestão que dialoga diretamente com a ideia das oficinas e pode ser executada sem a barreira dos recursos, é a narrativa. A partir das oficinas, após o percurso, retornando à sala de aula, os podem ser convidados a fazer um balanço das atividades, juntamente com o professor, a fim de verificar se houve a sensibilização dos mesmos e o aprofundamento dos conceitos e conhecimentos sobre a temática, bem como a progressão dos conhecimentos históricos.

Os alunos podem ser mobilizados em uma roda de conversa, onde podem ser convidados a narrar suas experiências. Além de suas experiências, os alunos podem ser organizados em grupos, para não se tornar um exercício repetitivo de escuta, e convidados a narrar a História do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar em Criciúma a partir das memórias e dos lugares que analisaram. A questão da narrativa é presente na obra de Benjamin (1989) e pode ser um recurso teórico para instrumentalizar a prática. O autor afirma que o narrador recorre ao seu próprio acervo de experiências de vida e a experiências que lhes foram relatadas por outros. Ao narrar, ele as transforma em produto sólido e único, tornando-as experiências daqueles que estão ouvindo. Desse modo, além de refletir sobre suas experiências, ao narrar, os estudantes terão que recorrer às experiências com as quais entraram em contato nas oficinas, principalmente a partir de memórias narradas por pessoas que experienciaram o período em análise.

As narrativas orais podem ser elaboradas em grupos pequenos, de modo que cada grupo se debruce sobre um dos lugares em questão e as memórias construídas a partir das diferentes experiências que as entrevistadas apresentam sobre esses lugares. Posteriormente, cada grupo escolhe um narrador e as narrativas são apresentadas para a turma. Durante a narrativa, enquanto o narrador conta sua história, todos devem prestigiá-lo atentamente, com olhos e ouvidos bem abertos, uma vez que “a narração, em seu aspecto sensível, não é de modo algum o produto exclusivo da voz. Na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente, com seus gestos [...] que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito. (BENJAMIN, 1989, p.220).

Dessas narrativas, os estudantes podem ser convidados a produzir uma versão escrita das narrativas nesse processo, os alunos se tornam produtores de conhecimento histórico escolar. O professor pode também optar pela produção de um texto coletivo, de modo que cada grupo escreva sua narrativa e posteriormente a turma reúna as narrativas de cada grupo. Ou cada estudante pode ser orientado a uma produção individual para narrar suas próprias experiências no percurso que realizaram e nas oficinas, buscando narrar a História do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar em Criciúma, à sua maneira. Cada aluno pode escolher uma modalidade textual diferente, podendo explorar também sua criatividade.

Para a produção dos textos, o professor pode incentivar e orientar os alunos na investigação dos diferentes olhares que existem na cidade sobre esses patrimônios e contrapor as memórias subterrâneas aos quais tiveram acesso nas aulas anteriores através das fontes e das oficinas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa consiste na realização de um sonho. A ideia de escrever sobre a ditadura civil-militar em Criciúma, abordar os acontecimentos que ali se desenvolveram, como a resistência e a mobilização dos trabalhadores e estudantes da cidade, organizados através do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, assim como do movimento estudantil. Bem como a Rádio Difusora e o papel desse importante veículo de comunicação nesse processo, a partir das vozes que não conseguiram se fazer ouvir através do tempo e contar histórias até então desconhecidas, me moveu até aqui e por si só, fazem deste trabalho algo único, significativo do ponto de vista social e pessoal.

Todas essas pessoas lutaram por aquilo que acreditavam ser o melhor para a sociedade em que viviam e fundamental na construção do futuro que também sonhavam. Assim como essa pesquisa, se alinha com uma perspectiva de futuro que se almeja. Tanto para a cidade de Criciúma, quanto para o Brasil. Um futuro em que acontecimentos como os aqui analisados, vivenciados por pessoas comuns na tentativa de construir uma sociedade mais justa seja possível, onde nenhuma voz seja silenciada e a multiplicidade de perspectivas possa coexistir no debate público e na esfera política, que a liberdade em todas as suas formas seja possível, seja ela política, religiosa, sexual, de expressão. Uma sociedade onde os trabalhadores possam lutar e viver uma vida mais digna, onde os estudantes possam aprender e vivenciar a experiência dos movimentos sociais, ao mesmo tempo tenham sua infância e juventude protegida e sua educação assegurada pelo Estado. Uma sociedade em que o Estado seja uma instituição que protege a todos os cidadãos, e não a instituição da qual os cidadãos precisam se proteger, não a instituição que viola o direito dos cidadãos. Uma sociedade democrática.

Para que essa sociedade seja possível, a educação das novas gerações é peça fundamental. Por isso, abordar a temática da ditadura civil-militar brasileira e seus desdobramentos na cidade de Criciúma, especialmente direcionando esses conhecimentos para o ensino de História, além de gratificante do ponto de vista pessoal, é uma realização significativa do ponto de vista social. Essa proposta contribui para que uma educação voltada à valorização dos direitos humanos e da democracia seja possível e acessível, facilmente executada em sala de aula e experienciada pelos estudantes ou por quem quer que queira olhar a cidade de Criciúma através desse novo panorama, ver a cidade sem máscara, através de suas camadas e vivenciá-la como uma experiência que atravessa temporalidades.

Essa proposta, além de contribuir para a construção de uma educação voltada à valorização dos direitos humanos e da democracia, tem o potencial de inspirar pessoas a

construir essa sociedade. As experiências que emergem a partir dela, tem a possibilidade de sensibilizar e provocar reflexões profundas sobre os acontecimentos do período do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar brasileira, além de aproximar esses acontecimentos da realidade dos estudantes e das pessoas da cidade de Criciúma, contribuindo para a compreensão de que durante a ditadura civil-militar brasileira, não apenas “criminosos”, "bandidos", “culpados” e “subversivos” foram afetados e sofreram com a faceta mais brutal e violenta da ditadura, mas trabalhadores, pais de família, bem como suas famílias, esposa e filhos, crianças e jovens estudantes. Ou seja, a sociedade civil como um todo foi afetada, foi vítima do terrorismo implementado pelo próprio Estado.

Além disso, a relação que se estabelece com a memórias analisadas, os lugares (re)visitados, os estudantes e professores, leva em conta que a temática é um tema sensível para a sociedade, na História e no ensino de História. Trazê-la para o debate, é também discutir sobre as questões não resolvidas que o envolvem. Desde reparação às vítimas, até o reconhecimento e a construção de uma memória hegemônica do terrorismo de Estado e como ele afetou a sociedade civil como um todo. Lidar com a temática é lidar com posições divergentes e antagônicas, de modo que exige coragem e ao mesmo tempo sensibilidade. O produto desta dissertação, se insere nesse locus e fornece suporte para que o tema seja abordado, uma vez que falar sobre ele é necessário.

A proposta aqui desenvolvida, contribui para a formação da identidade coletiva da cidade de Criciúma e das pessoas que a habitam, uma vez que apresenta uma faceta da cidade que foi nutrida por muito tempo: a luta, especialmente da classe trabalhadora. Isso porque, além de trazer à luz memórias de pessoas que lutaram por aquilo que acreditavam e que se opuseram a um regime autoritário, a pesquisa desenvolvida contribui para a construção de Histórias pouco conhecidas da cidade e na cidade, situadas em um período sombrio da História do país. Para isso, a pesquisa atravessa lugares da cidade que podem e devem ser considerados patrimônios históricos e ajuda a construir sobre esses lugares um novo olhar, mais sensível e humano. Possibilitando, a partir desse olhar, a experiência de uma outra vivência da cidade. Permite que a cidade seja lida como um texto, construído com uma camada sobre a outra, como um palimpsesto, mas que pode ser desvendada e vista sem máscaras.

É possível afirmar, a partir das memórias e lugares pesquisados, que Criciúma foi palco de disputas e inúmeras resistências ao golpe de 1964 e a ditadura civil-militar brasileira. Onde trabalhadores, estudantes, sindicalistas, entre outros se articularam e resistiram. Utilizando os recursos disponíveis, como a Rádio Difusora, que foi palco da resistência dos

estudantes, onde os estudantes da UESC receberam os militares com ovos e simultaneamente foi utilizada para convocar os trabalhadores da cidade para a greve geral em oposição ao golpe. Esses sujeitos também se organizaram através de instituições sociais de grande importância para a classe trabalhadora e a sociedade civil como um todo, como o Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Cabe ressaltar, que o Sindicato dos Mineiros de Criciúma é uma instituição que possui uma História combativa de lutas e que sofreu as consequências disso com a intervenção imposta pelos militares. Bem como todos aqueles que se organizaram através dele, resistiram e lutaram e por isso também foram vítimas diretas do terrorismo de Estado, sendo perseguidos, presos, ou sequestrados e torturados. Pessoas que tiveram a sua vida desestruturada, foram taxadas e enfrentaram inúmeras dificuldades para sobreviver, como desemprego e a humilhação. Ou crianças que foram traumatizadas devido à exposição à violência vivenciada no espaço escolar, um lugar que deveria ser um porto seguro para as crianças e suas famílias e acabou sendo transformado em uma prisão política, conforme relatado sobre a E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse. Lugar este, que não foi o único espaço usado pelos militares para estabelecerem sua atuação na cidade, a E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse foi apenas o primeiro quartel general da ditadura, posteriormente transferido para o Plano do Carvão, onde hoje funciona uma instituição cultural que não faz questão de lembrar esse período de sua História. Porém, é função do historiador lembrar a sociedade daquilo que alguns querem esquecer em benefício próprio.

Muitos desafios se apresentaram a esta proposta, especialmente no que diz respeito ao poder público e ao descaso com as memórias, o patrimônio e a História da cidade de Criciúma. Isso porque, tramita na cidade desde 2012 a proposta de um projeto de lei que visa identificar os lugares que foram utilizados pela ditadura civil-militar em Criciúma para a implementação do terrorismo de Estado, como é o caso do Estádio Heriberto Hülse, a Fundação Cultural Jorge Zanatta e a E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse. No entanto, até o presente nada de concreto foi feito. Mesmo na Fundação Cultural Jorge Zanatta que consiste em um importante órgão municipal de promoção da cultura e preservação do patrimônio, não existe menção a esse período da História da cidade e os usos que o espaço teve, bem como nenhum tipo de atividade de educação patrimonial que vise a temática. A resposta é apresentada por Feltrin (2019), que afirma que o patrimônio cultural de Criciúma figura no segundo (talvez último) plano das preocupações do poder público municipal. Como resultado disso, além da forte invisibilidade dessas histórias e das narrativas aqui apresentadas a partir de memórias subterrâneas, a destruição do patrimônio histórico local é uma realidade para a cidade de Criciúma, de modo que, a própria fundação cultural, nos últimos anos viveu uma situação de

grave abandono, que resultou em um incêndio que destruiu parcialmente o edifício. Hoje o prédio se encontra reformado, com aspecto semelhante ao original e com atividade de educação não formal funcionando em seus espaços, porém isso só foi possível após muita mobilização social e essa realidade não é um quadro isolado. Outros espaços da proposta foram destruídos em prol do progresso e como resultado da pressão econômica sofrida por instituições sociais no presente, como é o caso do edifício sede do Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Além disso, alguns espaços foram completamente desestruturados a partir das reações da própria ditadura civil-militar no contexto, como é o caso da Rádio Difusora, que após conviver com a censura, teve seu fechamento decretado e passou por um incêndio misterioso, do qual não se tem informações se foi criminoso ou não.

Muitas lacunas ainda se apresentam sobre a temática, bem como muitas possibilidades de pesquisas futuras que busquem aprofundar a temática do golpe de 1964 e da ditadura civil militar em Criciúma, dentro do paradigma historiográfico. Para isso, cada vez mais fontes estão disponíveis e essa pesquisa apresenta muitos caminhos possíveis e muitas pistas a serem investigadas. Possibilidades que se inscrevem dentro de várias abordagens, desde memórias e patrimônio histórico, até o campo da educação e do ensino de História. Passando pelos eventos aqui mencionados, como as resistências ao golpe de 1964, o terrorismo de Estado, ou estimulando que se busque novas chaves de reflexão, como as relações de gênero, por exemplo.

A construção dessa dissertação foi um desafio, pessoal, profissional e social. Desde a escolha da temática, aos direcionamentos possíveis e recortes feitos, a seleção de fontes e como inquiri-las e analisá-las, as estratégias de abordagem em sala de aula, até as reflexões teóricas necessárias para costurar todas as práticas em uma proposta coerente, responsável e executável. Em meio a um contexto social bastante desafiador, com ascensão de um conservadorismo latente que cada vez mais busca ditar o que cabe ao ensino de História e a escola, e como fazê-lo, somando-se uma pandemia que incluiu ao processo seus próprios desafios, dificultando o trabalho com a história oral, por exemplo. Ainda assim, esta dissertação é minha contribuição para o ensino de História, para a historiografia e para a História da cidade de Criciúma, uma vez que estabelece diálogos e parte da própria epistemologia da História para a sala de aula, atravessando importantes momentos do passado de Criciúma. Espero que novas pesquisas nasçam deste trabalho e que a proposta aqui executada seja executada por todos aqueles que se sensibilizarem por ela, professores, estudantes, pesquisadores e curiosos.

5. REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Dois temas sensíveis no ensino de História e as possibilidades da História Oral: a questão racial e a ditadura no Brasil. In: RODEGHERO, Carla Simone; GRINBERG, Lúcia; FROTSCHER, Meri (orgs.) **História Oral e práticas educacionais**. Porto Alegre: editora da UFRGRS, 2016, p.35-59.

ALBERTI, Verena. **O lugar da história oral**: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: _____. Ouvir Contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.13-31.

ALVES, Clarissa de Lourdes Sommer. **Reflexões sobre o ofício do historiador em arquivos a partir da construção da oficina Resistência em Arquivo: patrimônio, ditadura e direitos humanos**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em História. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/132881>. Acesso em: ago. 2022.

ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. **Sentir para agir: avaliando uma proposta de educação patrimonial**. 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Marcia%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20Ar%C3%A9valo.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2022.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO "RUBENS PAIVA". **Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014.

BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memórias em ambos os países**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/29576>. Acesso em: ago. 2022.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. Obras escolhidas, vol. III. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997**. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19455.htm. Acesso em: 18 nov. 2022.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2017.

DUARTE, Genir Rosa; CERRI, Luís Fernando. Politização e consciência histórica em jovens brasileiros, argentinos e uruguaios. **Revista Diálogos (Online)**, Maringá, v. 16, supl. especial, 2012. p. 229-256. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36063>. Acesso em: 21 ago. 2021.

FELTRIN, Rodrigo Fabre. Praça Nereu Ramos: o desenvolvimento do núcleo inicial da cidade de Criciúma SC. **Minha Cidade**, São Paulo, v. 03, n. 222, p. 1-2, 19 jan. 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/19.222/7224>. Acesso em: 22 dez. 2021.

FELTRIN, Rodrigo Fabre. **Tempos e espaços: o patrimônio cultural como lugar de educação (Criciúma/SC 1996-2017)**. 2019. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/7492>. Acesso em: 21 dez. 2021.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GASPAROTTO, Alessandra; BAUER, Caroline Silveira. O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. São Leopoldo: Oikus, 2021. p. 438-451. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/229806>. Acesso em: 30 nov. 2021.

GIL, Carmem Zeli Vargas; EUGENIO, Jonas Camargo. Ensino de história e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. **Revista História Hoje**. V. 7, n. 13, p. 139-159, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/188773>. Acesso em 14 de nov. de 2019.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; POSSAMAI, Zita Rosane. Educação patrimonial: percursos, concepções e apropriações'. **Mouseion**, Canoas, v. 1, n. 19, p. 13-26, 19 dez. 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/mmodo/Downloads/1874-6032-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/mmodo/Downloads/1874-6032-1-PB%20(2).pdf). Acesso em: 12 dez. 2021.

GONÇALVES, Lucas Toledo. Futebol e ditadura militar no Brasil: o episódio brasileiro da série Memórias do Chumbo - o futebol nos tempos do Condor. **FuLiA/UFMG**, v. 3, n. 1, jan.-abr., 2018.

GONZALEZ, Maria Paula. **Ensino da História na Argentina: saberes e práticas escolares e docentes sobre a última ditadura militar**. Transversos, Rio de Janeiro, v. 02, n. 02, mar. - set. 2014. p. 32-52. Disponível em: https://www.academia.edu/12270003/Ensino_da_hist%C3%B3ria_na_Argentina_saberes_e_pr%C3%A1ticas_escolares_e_docentes_sobre_a_%C3%BAltima_ditadura_militar. Acesso em: ago. 2022.

GONZALEZ, Maria Paula. Historia y memoria del pasado reciente en la escuela: una mirada a la propuesta oficial. **Revista Quinto Sol**, v. 16, n. 2, p. 1-24, jul.-dic., 2012. p. 1-24. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/231/23133475004.pdf>. Acesso em: ago. 2022.

ISMAIL, Ismail Ahmad. **Criciúma: um clube vencedor**. 1992. 45 f. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina,

Florianópolis, 1992. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189614>. Acesso em: ago. 2022.

HEYMANN, Luciana. **O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p21. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1685.pdf. Acesso em: 09 jun. 2019.

JELIN, Elizabeth. **Los Trabajos de la Memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

LEMOS, Eden Ernesto da Silva. **Relações entre teorias da história e ensino de história: a compreensão de professores**. 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/14316>. Acesso em: 21 ago. 2022.

LOURENÇO, Elaine. **O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, nº 60, 2010. p.97-120.

MELO, Francisco Egberto. **O ensino de estudos sociais, EMC e OSPB e a resignificação da cultura cívica nacional nas práticas escolares em escolas de fortaleza durante o regime militar**. 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206371_b3cba73b8c56e6369801cd3b28139c30.pdf Acesso em: 15 nov. 2022.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos – Memória e Cidadania**. Apresentação Ana Pato e Aureli Alves de Alcantara; textos Aureli Alves de Alcantara et al. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2020.

MIRANDA, Antônio Luiz. **Trajetórias e experiências do movimento operário sindical de Criciúma-SC: Da ditadura militar à Nova República - 1963/1990**. 2012. 238 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106908/318984.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 out. 2012.

MESQUITA, I. M. **Memórias/identidades em relação ao ensino e de professores de História: diálogos com fóruns acadêmicos nacionais**. 263fl. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2008.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2014.

MODOLON, Morgana Vieira. **A ditadura militar em Criciúma: Aspectos da repressão e resistência**. 2013. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de História, História, Universidade do

Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/2186>. Acesso em: 21 ago. 2022.

NORA, Pierre. “**Entre memória e história – a problemática dos lugares**”. Tradução de Yara AunKhoury. Projeto História; Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>, acesso 10 jun. 2019.

PACHECO a, Diego. **ECOS DA RESISTÊNCIA: Os Grupos dos Onze e os trabalhismos em Santa Catarina (1961 – 1964)**. 2012. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99359/312467.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto**. Esboços: histórias em contextos globais, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. pp. 25-30, jan. 2004. ISSN 2175-7976. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/163491/000519969.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 out. 2021

PIROLA, Juliana Balestra. História e Ensino de História das Ditaduras no Brasil e na Argentina. **Antíteses**, Londrina, v. 9, núm. 18, jul-dez, 2016. p. 249-274. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1933/193349764012.pdf>. Acesso em: 06 out. 2021

PIROLA, Claudionor Lima. O Golpe Militar de 1964 sua Preparação e Repercussão em Criciúma. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 31-44, 2011. Disponível em: <https://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/447/208>. Acesso em: 06 out. 2021

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p.3-13. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 06 out. 2021

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 06 out. 2021

Rosa, Eleandro Viana da. **Memórias em disputa: a ditadura civil-militar e o ensino de história**. 2020. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020.

ROSA, Rodrigo Garcia da. **A mais popular: História da Rádio Difusora de Criciúma 1962-1977**. 50f. Monografia (Pós-Graduação em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Caderno de educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais** – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

SOARES, Humberto Bitencourt. **A unificação do sonho da bola: o cenário econômico da cidade de Criciúma no processo de surgimento do Criciúma Esporte Clube (décadas de 1970 – 1980)**. 2012. 51 f. TCC (Graduação) - Curso de História, História, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/743/1/Humberto%20Bitencourt%20Soares.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, maio-ago. 2012. p. 73-91.

PEREIRA, Nilton, SEFFNER, Fernando. **O que pode o ensino de história?** Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n. 28, dez. 2008.

SILVA, Cristiane Bereta da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de História. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 17, n. 1, jan. 2017. p.219-246.

SILVA, Marjorry Calumby Gomes da. **Rede de Comunicação Eldorado: Conexões entre Política e Poder no Sul de Santa Catarina**. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc, Criciúma, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/6381>.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis, SC: Ed. Insular, 1996.

TORRES, Mateus Gamba. **A justiça nem ao diabo se há de negar. A repressão aos membros do partido comunista brasileiro na operação barriga verde (1975-1978)**. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/478/mateus_gamba_torres.pdf. Acesso em: 21 ago. 2022.

TRICHÊS, Janete; ZANELATTO, João Henrique. **História política de Criciúma no século XX**. Criciúma, SC: UNESC, 2015

VITALI, Marli Paulina. **União dos estudantes secundários de Criciúma (UESC): entre o conservadorismo e a resistência**. 154f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/1692/1/Marli%20Paulina%20Vitali.pdf>. Acessado em ago. 2022.

VOLPATO, Terezinha Gascho. **A piritá humana: os mineiros de Criciúma**. Florianópolis: Ed. UFSC, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1984.

VOLPATO, Terezinha Gascho. **Vidas marcadas: Trabalhadores do carvão.** Tubarão, SC: Ed. UNISUL, 2001.

ZANELATTO, João Henrique; TRICHES, Janete; CAROLA, Carlos Renato. Do Golpe Militar a Instalação do 28º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC): à ditadura civil-militar na capital nacional do carvão (1964 -1977). **Antíteses**, Londrina, v. 9, n. 17, p. 200-221, 1 jan. 2016. Semestral. Disponível em: -5611863%20(3).pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.

ZANELATTO, João Henrique; CAMPOS, Krislaine da Cruz de. Comunismo e Anticomunismo no jornal Tribuna Criciumense – 1955-1965. **Diálogos**, Maringá, v. 22, n. 2, p. 98-119, 1 ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/39739/pdf>. Acesso em: 23 ago. 2021.

ZANOTTO, Mayara. **Professora, e Bento onde estava enquanto isso?** O desenvolvimento da consciência histórica pelo viés local e a produção colaborativa de documentário sobre as ditadura civil militar no brasil. 2021. 111 f. Dissertação (Mestrado em história) - Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2021.

Site:

CRICIÚMA ESPORTE CLUBE (Criciúma). **A História do clube.** Disponível em: <https://www.criciuma.com.br/timeline/>. Acesso em: 10 out. 2021.

MARIANA NORONHA (Criciúma). **Engeplus. Comunidade realiza mobilização pela restauração do Centro Cultural Jorge Zanatta.** *Engeplus*. Criciúma, p. 1-2. 25 abr. 2015. Disponível em: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2015/comunidade-realiza-mobilizacao-pela-restauracao-do-centro-cultural-jorge-zanatta>. Acesso em: 10 out. 2021.

MARLI DE OLIVEIRA COSTA (Criciúma). Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Entre vivências, memórias e cinzas/ abandono: O Centro Cultural Jorge Zanatta e a cidade de Criciúma.** 2018. Disponível em: http://www.unesc.net/portal/resources/files/91/artigos/Artigo_5_10_17.pdf. Acesso em: 01 out. 2021.

NIERO, Ariadne. Fogo destrói o CEI do Lapagesse. **Engeplus**. Criciúma, fev. 2009. Disponível em: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2009/fogo-destroi-cei-do-lapagesse#5>. Acesso em: 10 out. 2021.

PORTAL DO MÉDICO. **8 torturas psicológicas mais violentas utilizadas em humanos.** 2021. Disponível em: <https://blog.portaldomedico.com/8-torturas-psicologicas-mais-violentas-utilizadas-em-humanos/> Acesso em 18 nov. 2022.

SANTA CATARINA. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MPSC. Ministério Público de Santa Catarina. **Após intervenção do Ministério Público, Criciúma ganha espaço cultural.** 2018. Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/noticias/apos-intervencao-do-ministerio-publico-criciuma-ganha-espaco-cultural>. Acesso em: 11 jun. 2022.

SANTA CATARINA. FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Conselho estadual de cultura aprova o tombamento de dois imóveis históricos.** 2018. Disponível em: <https://cultura.sc.gov.br/noticias/21879-conselho-estadual-de-cultura-aprova-tombamento-de-dois-imoveis-historicos>. Acesso em: 11 out. 2021.

SULINFOCO (Criciúma). Sulinfoco. **Incêndio atinge Centro Cultural Jorge Zanatta em Criciúma. Sulinfoco.** Criciúma, p. 1-2. 10 set. 2017. Disponível em: <https://www.sulinfoco.com.br/incendio-atinge-centro-cultural-jorge-zanata-em-criciuma/>. Acesso em: 10 out. 2021.

RICARDO MACHADO E WAGNER FERNANDES DE AZEVEDO. Instituto Humanistas Unisinos. **A democracia em suspenso, 50 anos do AI-5.** 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/78-noticias/585469-a-democracia-em-suspenso-50-anos-do-ai-5>. Acesso em: 21 fev. 2022.

Entrevistas:

FELICIANO, Jorge João. Entrevista concedida à Janete Tichês. Em 20 de outubro de 1992. Disponível em: CEDOC-UNESC.

PACHECO, Ciro Manoel. Entrevista concedida à Janete Tichês. Em 20 de outubro de 1992. Disponível em: CEDOC-UNESC.

PACHECO, Ciro Manoel. Entrevista concedida à Marli de Oliveira Costa. Balneário Rincão, SC. Em 22 de setembro de 2012. Disponível em: CEDOC-UNESC.

FARACO, Addo Vânio. Entrevista concedida à Janete Tichês. Em 10 de outubro de 1992. Disponível em: CEDOC-UNESC.

SCHARSCHIMITH, Marlene Machado. Entrevista concedida à Janete Susane da Costa Waschinewski. Florianópolis, SC. Em 13 de março de 2019.

Documentos:

POLÍCIA MILITAR. Inquérito Militar ACE N0022093. Santa Catarina, 1975. Disponível em CEDOC-UNESC ou <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Acesso em fev. 2022.

POLÍCIA MILITAR. Inquérito Militar ACE N0055967. Santa Catarina, 1964. Disponível em CEDOC-UNESC ou <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Acesso em fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em: ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental Anos Finais. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental>. Acesso em: ago. 2021.

Jornais:

Superada a rebeldia. *Jornal Tribuna Criciunense*, 03 a 11 de abril de 1964. Disponível em: Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

Tudo calmo em Criciúma. *Jornal Tribuna Criciunense*, 11 a 18 de abril de 1964. Disponível em: Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

Referências utilizadas no material didático:

CAROLA, Carlos Renato Do; TRICHÊS, Janete; ZANELATTO, João Henrique. Golpe Militar a Instalação do 28º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC): à ditadura civil-militar na capital nacional do carvão (1964 -1977). In: *Antíteses*. 2016, 9(17), 200-221. ISSN: 1984-3356.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Herzog e outros vs. Brasil*. 2018. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/resumen_353_por.pdf. Acesso em 21 ago. 2022

COSTA, Jucelio Regis da. *O regime civil-militar no Brasil (1964-1965): Legitimações, consenso e colaborações*. 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1547943350_ARQUIVO_artigo-ANPUH2019.pdf. Acesso em 19 ago. 2022.

FGV. *O AI-5*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em 18 ago. 2022.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. In: *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015.

PORTAL DOCUMENTOS REVELADOS. *A repressão aos mineiros de Criciúma após o golpe civil-militar de 1964*. 2013. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/a-repressao-aos-mineiros-de-criciuma-apos-o-golpe-civil-militar-de-1964/> Acesso em 10 ago. 2020.

PORTAL MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Disponível em: memorialdademocracia.com.br/card/brizola-articula-os-grupos-dos-11 Acesso em 10 ago. 2022

PORTAL MEMÓRIAS DA DITADURA. *Monthly Archives*: abril 1964. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/linha-do-tempo/1964/04/> Acesso em: 01 ago. 2022.

SOUZA, Eliton Felipe de. Memórias da Operação Barriga Verde: a caça aos comunistas em Santa Catarina. In: *Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo*. Edição n. 11. 2016.

TAVARES, Tânia dos Santos. *Grupo dos onze: a esquerda brizolista*. 2015. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945016_8cdb2337b04cb0f1ead6b451d5f62331.pdf. Acesso em 03 ago. 2022.

ANEXO A

Material didático completo, descrito no 3.1 Atividade prévias realizadas em sala de aula dessa dissertação, em ordem de paginação de um a seis.

Quarta-
feira
01 de
abril,
1964

A HORA DA CENSURA

O passado noticiado e atualizações do futuro do passado

Edição
#1

Mirjam Nilsson

A “Revolução Vitoriosa”
Em 01 de abril de 1964
aconteceu o golpe civil-
militar no Brasil.

Costa e Silva proclamou-se
“Comandante do Exército
Nacional” e líder do “Comando
Supremo da Revolução”.

Na madrugada do dia 2, o
Presidente do Congresso declarou
vaga a Presidência da República e o
presidente da Câmara, Ranieri
Mazzilli, assumiu a Presidência da
República, dando um ar de
legalidade ao golpe. Quem
realmente passa a governar o Brasil
são as Forças Armadas.

O golpe foi apoiado pelo
imperialismo norte-americano,
pelos setores conservadores da alta
hierarquia da Igreja Católica e pela
burguesia internacional e nacional.
Através do primeiro Ato
Institucional o presidente da
República passa a ter poderes para
cassar mandatos eletivos e
suspender direitos políticos.
O ditador marechal Castelo Branco
estabeleceu um regime marcado
por arbitrariedades.



Histórico discurso de Leonel Brizola logo
após o golpe civil-militar de 1964



Tanques do Exército a caminho do Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, em 1º de abril de 1964

Mirjam Nilsson

Os Grupos dos Onze não reagiram

Os Grupos dos Onze
Companheiros, também
conhecidos como Comandos
Nacionalistas haviam sido
organizados por Leonel Brizola em
1963, sendo de esquerda e tendo o
objetivo de pressionar o presidente
João Goulart para a realização das
Reformas de Base.

A ideia central era mobilizar a
população para resistir à onda
conservadora e defender o governo
contra o golpismo.

O golpe militar de 01 de abril de
1964 desmobilizou os Grupos de
Onze Companheiros logo em seu
início.

Ficou demonstrado através do
golpe que os Grupo dos Onze
tinham baixa capacidade de reação,
não tendo sequer sido convocados
no momento do golpe, já que Jango
optou por evitar o derramamento
de sangue.

Ainda assim, houve alguns
remanescentes, conhecidos como
brizolistas, que mesmo após o golpe
continuaram a militância política
dentro da legalidade institucional.

NOTÍCIAS DE HOJE
O golpe na Capital do
Carvão

Mirjam Nilsson

Mineiros de Criciúma organizam
revolta contra a “revolução
vitoriosa”.

Página 02

NOTÍCIAS DO FUTURO
Operação Barriga Verde

Mirjam Nilsson

A operação Barriga Verde prendeu
42 pessoas em Santa Catarina.

Página 04

OPINIÃO
Conceitos importantes

Mirjam Nilsson

Democracia, Ditadura, Direitos
Humanos e Terrorismo de Estado.

Página 05

Mirjam Nilsson

O golpe na Capital do Carvão: Mineiros de Criciúma organizam revolta contra a “revolução vitoriosa”

A forte organização dos trabalhadores da região da Capital do Carvão, através do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, contribuiu para a formação de um quadro de resistência na cidade e a adesão de militantes de esquerda que de algum modo se envolveram na resistência ao golpe de 01 de abril de 1964 à ditadura civil-militar.

Com a notícia do golpe e a deposição do presidente João Goulart pelos militares, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) declarou uma greve geral em apoio a Goulart e contra o golpe. Os dirigentes do Sindicato dos Mineiros de Criciúma anunciaram a adesão à greve geral e convocaram os trabalhadores através da Rádio Difusora, desde a madrugada de 31 de março.

No relatório elaborado pelo Coronel Newton Machado Viera as atividades do presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, Jorge Feliciano foram detalhadas. Ele é colocado como um dos principais responsáveis pelos últimos acontecimentos na cidade.

Para os mineiros, a revolução não tinha nada de “revolução”, consistia em um golpe de Estado para subjugar os trabalhadores. No dia 02 de abril de 1964 a sede do Sindicato dos Mineiros de Criciúma foi invadida e muitos dos seus membros foram presos imediatamente, ocorrendo também a intervenção no Sindicato dos Mineiros de Criciúma.



Jorge Feliciano discursando como presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma em 1964.

Feliciano era filho de agricultores e desde muito jovem começou a trabalhar na mineração. Tornou-se sindicalista, militante de esquerda e comunista declarado na Igreja Católica, onde entrou em contato com a Teologia da Libertação e desde então, passou perceber a desigualdade do mundo que o cercava e lutar contra ela. Aderiu ao PTB, foi membro de grupos dos onze e também tinha relações com o PCB. Era marido e pai de uma família de sete filho e sempre lutou pelos direitos dos trabalhadores enquanto trabalhava como mineiro para sustentar sua família. Tornou-se membro do Sindicato dos Mineiros de Criciúma nos anos de 1960 e durante a ditadura civil-militar em Criciúma, foi preso em mais de uma ocasião, na E.E.F. Professor Lapagesse e no Plano do Carvão. Feliciano sofreu inúmeras perseguições, ficou desempregado e sofreu muito para sustentar sua família por não conseguir emprego devido por ser taxado de comunista.

Secundaristas também participaram da resistência

Ana Maria Bristot de Almeida em eleição para a UESC, 1965



A União dos Estudantes Secundaristas de Criciúma (UESC), entidade que vinha na contramão do movimento estudantil em âmbito estadual e nacional e era influenciada pela elite local ficou dividida durante o golpe e um grupo mais radical acabou aderindo à resistência. Segundo a entrevistada e membro do grupo radical Ana Maria Bristot esse grupo recebeu os militares arremessando ovos de cima do prédio da Rádio Difusora, instrumento de articulação da resistência cricumense.

Mirjam Nilsson

As rádios da cidade em lados opostos: Rádio Difusora vs Rádio Eldorado

Rádio Difusora como palco da revolta

Foi interditada na manhã desta quinta-feira, 2 de abril, com a chegada da “Revolução” a Criciúma. A Rádio Difusora, localizada na Galeria Benjamin Bristot, conhecida por dar espaço aos movimentos sociais e despertar a consciência de classe na população. A Rádio foi uma ferramenta importante para a organização sindical na cidade, permitindo a organização da greve geral dos mineiros que reuniu cerca de 6 mil pessoas em resistência ao golpe civil-militar. Além de ajudar na articulação da resistência, a Rádio também serviu de base para um ato de “recepção” aos militares, organizado pela

União dos Estudantes Secundários de Criciúma (UESC).

Os estudantes montaram uma barricada no prédio da Rádio e atiraram ovos nos militares que desciam dos trens. Com o fechamento da Rádio também foi preso seu diretor, Addo Vânio de Aquino Faraco, que era também presidente da executiva do PTB em Criciúma.

A Rádio Difusora era uma rádio considerada a rádio dos trabalhadores. A Rádio Eldorado era considerada a rádio dos patrões e de fato era. Os operários da região carbonífera ouviam a Rádio Difusora, que tinha credibilidade, os políticos do PTB usavam a Rádio Difusora para falar para os trabalhadores

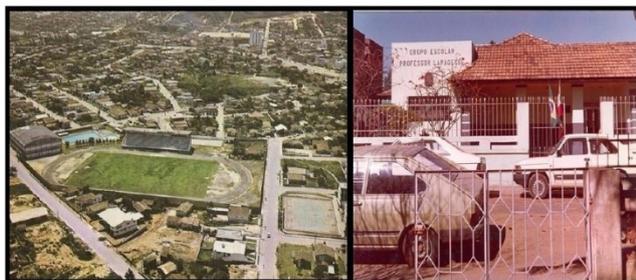


Galeria da Rádio Difusora

Rádio Eldorado convoca mais de três mil ao Estádio Heriberto Hulse para prestar esclarecimentos aos militares sob ordens do Grupo Freitas

Cerca de mil trabalhadores foram convocados para interrogatório que ocorreu no Estádio Heriberto Hulse, sede do Criciúma Esporte Clube, um dos principais times de futebol da cidade, foi utilizado como espaço para triagem e interrogatórios de um grande grupo de pessoas, sobre os acontecimentos do dia do golpe civil-militar na cidade.

As convocações aconteceram através da Rádio Eldorado, destacando mais uma vez a importância da rádio como meio de comunicação e o antagonismo das principais emissoras da cidade no processo do golpe.



Imagens do Estádio e da Escola nos anos 1970.

Escola foi utilizada pelos militares como quartel general

O exército invadiu e tomou conta do E. E. F. Professor Lapagesse, localizado no centro do município de Criciúma. O edifício utilizado pela escola passou a ser utilizado como quartel general pelos militares.

Conforme relatos de Marlene Machado Scharschmith, professora do jardim de infância da escola, muitos dos alunos ficaram apavorados com o ocorrido, e ninguém mais queria ir para a Escola Lapagesse, por conta da ditadura militar.

A Professora Marlene relembra indiretamente o sofrimento causado às crianças que estudavam na Escola, o que a levou inclusive a abrir a própria creche em outro local.

Mirjam Nilsson

A OPERAÇÃO BARRIGA VERDE PRENDEU 42 PESSOAS EM SANTA CATARINA



Preso político da OBV por volta de 1976 em Florianópolis

Os efeitos da ditadura viriam com força nos anos seguintes ao golpe, através dos Atos Institucionais, dispositivos que marcariam profundamente a vida sócio-política brasileira.

A repressão cresceu e aumentou o cerco dos agentes do Estado aos opositores do regime com a implementação do AI-5, em 1968.

O primeiro ataque foi em direção aos grupos armados e, quando esses já estavam praticamente derrotados, os militares focaram em derrubar os militantes do PC.

A operação Barriga Verde foi deflagrada em 1975 pelos órgãos de segurança do regime militar contra militantes do (PCB) e teve início em Santa Catarina em novembro de 1975. Buscava prender elementos responsáveis pela reestruturação do Partido Comunista em Santa Catarina.

As prisões foram efetuadas de forma praticamente simultânea assim que foi deflagrada a operação, para evitar qualquer tipo de comunicação entre os perseguidos.

Os prisioneiros primeiro foram levados para Curitiba e, depois, foram levados à Colônia Penal Urbano Salles, em Florianópolis, local onde a maioria foi torturada.

Dentre as torturas mais comuns que ocorreram: Queimaduras, choques elétricos, pau-de-arara.

Além disso ocorreram diversas torturas psicológicas e longos interrogatórios.

Dentre os 42 presos, 98% possuíam residência fixa, sendo a maioria = profissionais liberais: advogado, médico, dentista, corretor de imóveis, estudante universitário e operário.

38 tiveram prisão preventiva e apenas 4 dentre os envolvidos foram liberados em seguida.

Dos militantes capturados durante a operação:

11 residiam na cidade de Criciúma;

9 residiam em Florianópolis;

8 residiam em Joinville;

5 residiam em Itajaí;

2 residiam em Porto Alegre;

2 residiam em São José

1 residia em Chapecó,

1 residia em Balneário Camboriú;

1 residia em São Paulo;

1 residia em Piçarras;

1 residia em Guarapuava.



Ciro Pacheco preso em 1975.

Ciro Pacheco era membro do PCB, filho de agricultores que trabalhou por algum tempo como mineiro em Criciúma na esperança de melhorar sua condição de vida. Durante seu trabalho como mineiro acabou se envolvendo no Sindicato dos Mineiros de Criciúma, tornando-se uma forte liderança sindical e esteve por trás de inúmeras ações do sindicato, dentre elas muitas eleições. Após o golpe, Giro foi interrogado sobre os grupos dos onze no Estádio Heriberto Hülse e após esse episódio, foi demitido da mina em que trabalhava. Ele ainda trabalhou algum tempo como motorista do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, mas com o endurecimento da ditadura e a intervenção no Sindicato, acabou sendo demitido e encontrou dificuldade em conseguir emprego na cidade por ser apontado como comunista e subversivo. Para sustentar sua família, se mudou para o oeste catarinense onde começou a trabalhar como corretor de seguros por intermédio de Roberto Motta (outro membro do PCB, que também foi preso na OBV).

Mirjam Nilsson

A censura esteve aqui

Cálice

Pai, afasta de mim esse cálice (3x)
De vinho tinto de sangue
Pai, afasta de mim esse cálice (3x)
De vinho tinto de sangue
Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta
Pai, afasta de mim esse cálice (3x)
De vinho tinto de sangue
Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Esse silêncio todo me atordoa
Atordoados eu permaneço atento
Na arquibancada pra qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa
Pai, afasta de mim esse cálice (3x)
De vinho tinto de sangue
De muito gorda a porca já não anda
De muito usada a faca já não corta
Como é difícil, pai, abrir a porta
Essa palavra presa na garganta
Esse pileque homérico no mundo
De que adianta ter boa vontade
Mesmo calado o peito, resta a cuca
Dos bêbados do centro da cidade
Pai, afasta de mim esse cálice (3x)
De vinho tinto de sangue
Talvez o mundo não seja pequeno
Nem seja a vida um fato consumado
Quero inventar o meu próprio pecado
Quero morrer do meu próprio veneno
Quero perder de vez tua cabeça
Minha cabeça perder teu juízo
Quero cheirar fumaça de óleo diesel
Me embriagar até que alguém me esqueça

Música de Chico Buarque de Holanda censurada na ditadura civil-militar

Democracia, ditadura, direitos humanos, memória e terrorismo de Estado

Conceitos importantes

Democracia é um conceito complexo e que não é possível de definir como uma coisa única, existem diferentes formas de democracia. Mas é possível identificar elementos comuns para defini-la: uma sociedade civil organizada que possui liberdade de expressão para fazer ouvir seus múltiplos discursos; em que não se confunda o que é público e o que é privado; em que os valores morais e políticos não se voltem apenas para atender a satisfação material e que os cidadãos de fato sejam ouvidos por aqueles que governam, de modo que a administração do Estado não seja feita por uma pessoa isolada; em que os discursos e ações sejam coerentes; que as leis atendam as necessidades dos cidadãos e sirva para protegê-los; e em que exista um sentido de comunidade para inspirar as ações. A democracia é sobretudo, um regime aberto, em que os cidadãos são ouvidos e atendidos pelo Estado do qual participam. É preciso lembrar, que mesmo o Estado democrático pode ser promotor de exclusão social, principalmente na sociedade moderna onde se exacerbou o individualismo e a busca extrema das satisfações materiais individuais.

Memória é uma construção permeada por relações de poder, estabelecidas tanto no presente, quanto no passado onde essas memórias foram forjadas. Podem haver mais de uma memória sobre um mesmo fato, porque a memória não é o passado e nem a História. Dependendo da subjetividade das pessoas elas podem lembrar de coisas diferentes, porque foram marcadas de formas diferentes por aquilo que viveram e viveram experiências diferentes. Além disso, não é possível lembrar de tudo que acontece, por isso é normal esquecer. No entanto, além desse processo natural, as vezes algumas memórias são apagadas de acordo com os interesses de pessoas ou grupos do presente. Ou seja, as memórias são reconstruções feitas no presente, sobre o passado e são constantemente ressignificadas. Geralmente as memórias são registradas através de entrevistas e isso também pode afetar aquilo que as pessoas lembram e esquecem e como o fazem. Por isso o trabalho dos historiadores é tão importante, pois eles utilizam as memórias como uma fonte histórica e conhecem as metodologias para construir essa fonte através da história oral.

Por isso, é função do historiador, lembrar aquilo que a sociedade quer esquecer.

Direitos Humanos atualmente são garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 10 de dezembro de 1948, pelas Nações Unidas e foi uma resposta às barbaridades cometidas durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial. Além disso, é a implementação de uma ideia arduamente construída por muitos anos. É a tentativa de garantir a qualquer ser humano condições mínimas de sobrevivência e crescimento em um ambiente saudável.

Os direitos humanos são importantes para que problemas sociais, como o racismo, tortura e a homofobia (entre outros) não tenham espaço, ou que pelo menos, sejam tratados como o que eles são: malefícios para a sociedade. A ideia de que todos possuem direitos, pelo menos em teoria, abre portas para pensarmos em uma sociedade mais igualitária. Por isso eles são essenciais e precisam ser mais efetivos na sociedade e isso só é possível em sociedades democráticas.

Alguns desses direitos são: liberdade, educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, dentre outros.

Hoje em dia, alguns desses direitos ainda são violados.

Ditadura nas sociedades ocidentais da atualidade tornou-se sinônimo de tirania em oposição direta à democracia, ou seja, é um regime político autoritário antidemocrático. Pode ser toda experiência de exceção de uma situação, de democracia, de direitos de liberdade, da separação dos poderes em governo de uma pessoa ou de um grupo de pessoas que se arrogam o poder e o monopolizam. Pode se caracterizar pela censura, falta de liberdade partidária e um forte controle do Estado.

Terrorismo de Estado consiste em nível tático, perseguir pessoas, vítima direta da violência, em nível estratégico, tornar público o conhecimento disso para garantir o terror a todos que cercam a vítima direta e a sociedade como um todo, e em nível político, justificar seus atos como necessários para a defesa da democracia.

ATO INSTITUCIONAL Nº5

O Ato Institucional nº 5, AI-5, foi baixado em 13 de dezembro de 1968. Foi a expressão mais acabada da ditadura civil-militar brasileira, tendo definido o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente todos que fossem considerados inimigos da ditadura, os “subversivos” (basicamente quem discordava do governo)

O AI-5, passou a autorizar o presidente da República a: **decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus (de modo que as pessoas passaram a ser presas sem que ninguém ficasse sabendo, por isso se fala em sequestro).**

O AI-5 não foi o primeiro a ser instituído, nem o último (ao todo foram 17!). Eles serviam para dar uma aparência de que a ditadura militar seguia as leis, mas na verdade eram leis impostas. Essa estratégia era usada para que a ditadura parecesse mais democrática (isso também explica por que havia eleições, que aconteciam exclusivamente entre dois partidos que eram controlados pelos militares).

MORTE DE HERZOG

Na noite de 24 de outubro de 1975, agentes do DOI/CODI se apresentaram na sede da TV Cultura, onde o jornalista Vladimir Herzog se encontrava trabalhando e o intimaram a acompanhá-los à sede do DOI/CODI, para que prestasse um depoimento sobre sua participação no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Na manhã do sábado, 25 de outubro, Vladimir Herzog se apresentou na sede do DOI/CODI voluntariamente e ao chegar, foi privado de sua liberdade, interrogado e torturado. Após muita tortura, Herzog acabou morrendo em uma cela do DOI/CODI onde o mantinham preso. A versão oficial divulgada pelo Exército, foi de que Herzog se suicidou, enforcando-se com uma tira de pano. O jornalista não pode nem ser enterrado de acordo com sua tradição religiosa por causa disso, causando ainda mais sofrimento para sua família, que perdia uma pessoa amada e querida. Muitas pessoas passaram a questionar esse acontecimento e os horrores da ditadura no Brasil começaram a ser assunto internacional. Isso fortaleceu a luta pela anistia.



Herzog, sua esposa Clarice e o seu filho Ivo (Instituto Vladimir Herzog)

ANISTIA PLENA

A Lei de Anistia, sancionada em 28 de agosto de 1979 pelo General João Baptista Figueiredo, após ter sido discutido e aprovado durante três semanas pelo Congresso Nacional o discutiu e aprovou em apenas três semanas.

A Lei foi assinada após ampla mobilização popular, principalmente após acontecimentos controversos como o assassinato de Vladimir Herzog. A referida lei finalmente concedeu o perdão aos perseguidos políticos e aos torturadores.

Historicamente, durante a abertura política que ocorreu inteiramente controlada pelo Estado e com a anistia plena, se construiu um silêncio institucional sobre a temática da ditadura no Brasil, visando uma conciliação com o passado, de modo que ninguém foi condenado pelos crimes de terrorismo de Estado e as vítimas não tiveram nenhum tipo de reparação pelo seu sofrimento.

Para consolidar esse projeto conciliador, os documentos da ditadura ficaram em sigilo por muitos anos e só começaram a ser disponibilizados em 2012, com a atuação das Comissões Nacionais da Verdade. O Brasil foi o último país da América Latina a criar sua CNV e isso atrapalhou muito as famílias de pessoas desaparecidas, que ficaram anos sem saber o que aconteceu com seus entes queridos.

Assim como outras estratégias dos militares, a anistia controlada por eles os beneficiou e fez com que no Brasil os horrores da ditadura ficassem mais escondidos do que em outros países.

Um fato interessante, é que um dos principais nomes da luta pela anistia por parte da sociedade civil foi Terezinha Zerbini, uma mulher!

Outro ponto, é que os presos políticos de Criciúma, nesse contexto se encontravam presos pela OBV e pediram ajuda ao movimento da anistia escrevendo uma carta e solicitando ajuda para sua soltura.



Velório do presidente João Goulart em São Borja (RS)
(Acervo Instituto João Goulart)

ANEXO B

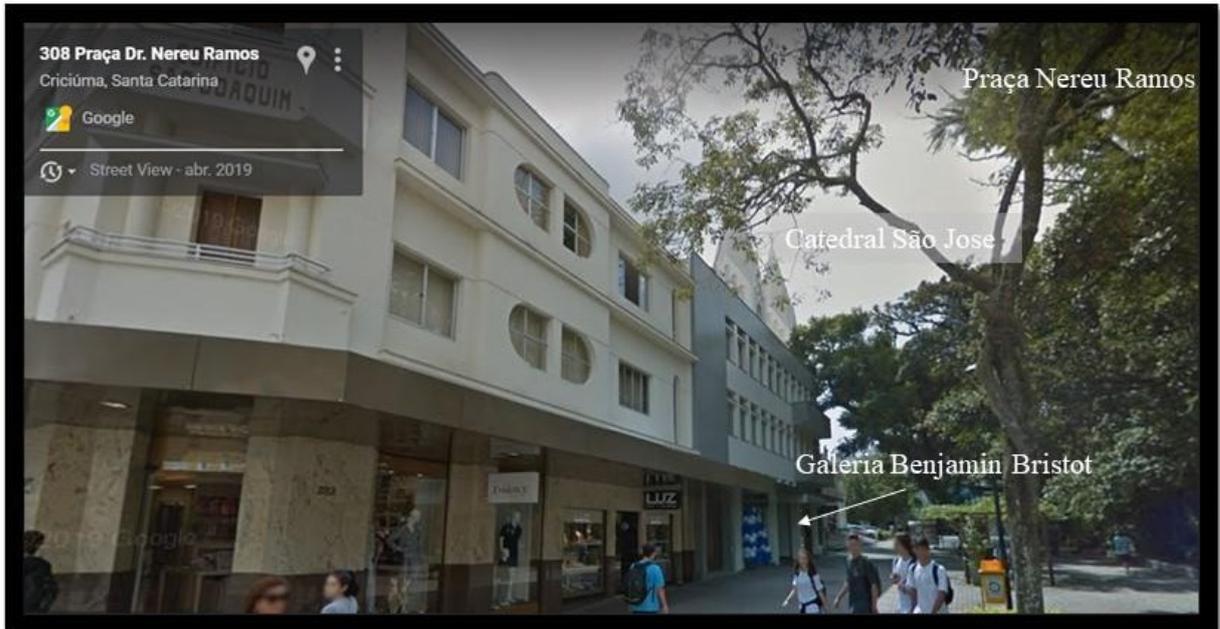
Materiais (fontes históricas e questões norteadoras) sugeridos para a oficina descrita nessa dissertação no item 3.3 Resistência à ditadura através dos meios de comunicação: a Rádio Difusora de Criciúma:

Figura 51- Praça Nereu Ramos, 1960



Fonte: Arquivo Municipal Pedro Milanez

Figura 52- A Galeria e outro uso do mesmo prédio



Fonte: Google Maps

Figura 53- Galeria Benjamin Bristot atualmente



Fonte: acervo pessoal

Figura 54- A Galeria e outro uso do mesmo prédio



Fonte: acervo pessoal

Figura 55- Croquis da Praça Nereu Ramos



Fonte: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/18.211/6879> (imagem editada)

Entrevista com Ana Maria Bristot (apud VITALI, 2013, p. 122)

Ana Maria Bristot: Sim, eu permaneci do lado mais radical. Quando os militares entraram em Criciúma, eu fiquei em cima do prédio da Rádio Difusora, que estava instalada ao lado da Igreja Matriz de São José. Ali tem até hoje a Galeria Benjamin Bristot. No primeiro andar funcionava a Rádio Difusora. Quando eclodiu a revolução, que veio de Florianópolis, depois Tubarão, depois Criciúma, eu via os “milicos” saltando dos trens. Nós fizemos uma espécie de barricada lá na Rádio Difusora. Cada um levou um monte de ovos e jogávamos nos “milicos”. (BRISTOT apud VITALI, 2013, p. 122)

Entrevista com de Ciro Pacheco (2012, p. 9)

Ciro Pacheco: No golpe de 1964, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma era um sindicato atuante, reconhecido a nível de Brasil. Inclusive, era considerado pelos militares, que Criciúma era uma Cuba, era um regime de Fidel Castro. Não tinha nada disso, na verdade.

Então deram o Golpe e nós fizemos a greve geral. Quando se deu o Golpe nós paramos. Enquanto o Sindicato tinha voz ainda, a Rádio Difusora estava no ar, nós paramos. Ficou tudo parado.

Em 1964 o presidente do Sindicato era o Jorge Feliciano, o secretário era o Raimundo Jorge Vieira e o tesoureiro era o Raul de Souza, que é tio do Rodriguinho. Naquele momento, o Raul estava trabalhando no Sindicato e voltou para a mina para uma contenção de despesas.

O Brasil inteiro estava já dominado pelos militares e nós estávamos com a Rádio no ar. Difusora no ar convocando os trabalhadores. Aí a coisa fechou mesmo, eu não era muito de política, eu estava na base, peguei eu e um primo meu, chamamos o Jorge: “Vamos Jorge?”. Fomos a Jaguaruna ver se o Ernesto estava vindo, para proteger os companheiros. A gente não sabia o que estava acontecendo. Chegamos em Jaguaruna, eles estavam vindo, nós voltamos. O Jeep quebrou na viagem, pegamos uma carona e viemos embora como o pessoal mandou. Até aí, tudo bem, eles entraram. Para ele, nós estávamos todos armados dentro da chapa. Viemos embora, cada um para sua casa e aí foi todo aquele barulho, da revolução, do golpe. E não lembro quantos dias depois, nós fomos convocados no campo do Criciúma. Nos convocaram para o campo do Criciúma e por nome, comunicado pela Rádio. Comercário Esporte Clube.

A Rádio Eldorado foi que convocou. Grupo Freitas. E como naquele tempo a cidade era menor, uma convocação dessas, todo mundo conhecia todo mundo. Uma convocação e um passava para o outro. Que me lembro não recebemos nenhum documento em casa.

Fomos. É que na verdade, chamaram todo esse pessoal para fazer uma lavagem, mas eles não queriam prender ninguém, porque era muita gente. E era operário muito baixo e a cidade estava dominada. Já

devem ter ouvido falar do grupo de Onze, formado pelo Brizola. O que o Brizola pretendia era criar uma milícia, para resistir ao golpe. O Brizola sabia do golpe que estava na estrada, em função da campanha da legalidade, o Brizola tinha toda a consciência. Ele sabia, porque nós, do Sindicato, tínhamos os cartazes dos generais.

Nós fomos convocados pela Rádio Eldorado, evidentemente tínhamos obedecido, porque as lideranças estavam presas, não tinha mais comando. O Jorge estava preso.

Figura 56- O que disse Jorge João Feliciano

Nós, operários, não tínhamos arma nas mãos. O 3º Exército dizia que se fosse necessário, eles distribuíram. No golpe de 64, eu era o Presidente do Sindicato dos Mineiros. Eu tinha sido eleito e fui empossado em novembro de 1963. Cheguei aqui dia 27 de Março. Estava no Rio e participei do comício do dia 13 de Março, do *Jango* na Central do Brasil. Estava empolgado. Depois daquele ato, a reação, a direita, fez a marcha da família com Deus pela liberdade em São Paulo. Foi avaliado com o dobro de gente. Senti, percebi, que o *Jango* ia cair. Quando cheguei, dia 27 de Março, falei que o *Jango* ia cair pro Lírio Rosso e pro engenheiro Sérgio Borja. Era apenas uma suposição minha. Dia 31 estava escutando Rádio Quando o Mourão Filho se levantou contra *Jango* em Juiz de Fora. Era 11 horas da noite. Escutei a ordem da C.G.T., o comando geral dos trabalhadores, determinado a greve geral no país. Morava na Içara. Vim para Criciúma. Fui casa por casa e por volta das duas da madrugada já havíamos conseguido reunir a diretoria do sindicato. Analisamos o quadro, caímos na rua, em todas as Minas, para defragrar a greve, aí foi sem assembleia. Foi uma ordem do sindicato. As Minas, dia 1º de Abril, amanheceram todas paradas. Nessa época as Minas eram a Boa Vista, a União, a CBCA, a Próspera e a Mineração Geral do Brasil. Essas eram empresas mineradoras. E haviam algumas empreiteiras. Tomamos conta da rádio e ficamos comandando a greve da rádio. Os trabalhadores vieram todos pra cidade e se concentraram em praça pública. A polícia pedia pra nós não deixar fazer desordem. O delegado era

Figura 57- O que disse Jorge João Feliciano [parte 2]

o Elídio de Castro Veloso. A cidade estava sob nosso controle. A polícia achava que nós tínhamos armas mas nós não tínhamos. Até dia 02 de Abril fui pressionado, a polícia rondando o sindicato. É que na assembleia eu havia dito que nós tínhamos armas. E aí foi um Deus nos acuda porque todo mundo queria arma. Eu dizia que não estava na hora. Foi uma mão ^{de} obra para segurar o pessoal. Eu disse que tínhamos arma porque se a polícia descobre que não tínhamos - e dentro da assembleia sempre tinha policial infiltrado - ela invadia o sindicato. Dez policiais armados nos colocariam todos a correr. Tive que blefar obrigado. Para manter o movimento de pé. Nossa esperança era que o exército de Porto Alegre chegasse, repetindo o episódio de 61. Por isso aguardávamos. Por isso resistimos, Os trabalhadores ficavam no sindicato enfrente a Rádio Difusora, na praça. O Exército de Tubarão se deslocou até Jaguaruna. De lá, eles enviavam emissários, pedindo que fechávamos a Rádio. Nós devolvíamos dizendo que eles viessem fechar a Rádio. Eles não vinham porque achavam que estávamos armados. A greve era só de mineiros que, com os aposentados, juntava perto de seis mil pessoas na Praça. Ficamos nessa até dia 02 de Abril. Mandávamos gente para Porto Alegre para saber se o Exército viria. Estávamos acedados entre o Exército que esteve em Jaguaruna e a polícia daqui. O Exército de Porto Alegre não veio para nortear a caminhada. Dia 02 de Abril, por volta das cinco horas da tarde, percebemos que a luta estava perdida. Passei na Rádio, gravei um mensagem, pedi para ser colocada no ar um hora depois, arrumei um carro emprestado, eu e o Raimundo Vendieri, que era o vice-presidente.

Examinando-se atentamente o presente Inquérito Policial Militar, verifica-se o seguinte:

1. - PARTE EXPOSITIVA
- 1.1 - AMBIENTAÇÃO
- 1.1.1 - CRICIUMA

Para que se entenda melhor os homens que se viram envolvidos no presente Inquérito Policial Militar, torna-se necessário descrever, ou pelo menos tentar, o ambiente no qual os mesmos vivem, para que se possa melhor entender as reações de cada um, reações estas, que se tornam alguns inocentes, à maioria transformam em culpados.

A Zona Carbonífera de Criciúma e municípios vizinhos é muito propícia à infiltração comunista, ou pelo menos às agitações dadas as condições de vida daqueles que aqui labutam.

Não só o trabalho na mineração, ocupação dominante na região, é árduo e desgasta prematura e fisicamente o homem, como tem havido uma certa incompreensão dos mineradores, que não tem procurado dar um melhor ambiente de vida extra-trabalho aos seus operários e suas famílias.

Quem já percorreu uma mina e lá viu aqueles homens trabalhando, bem poderá aquilatar do estado de ânimo daqueles trabalhadores, principalmente se levarmos em conta que este trabalho se desenvolve por anos a fio. Saído de horas de trabalho penoso, aquele homem, ao voltar à luz do dia, deveria encontrar somente motivos para despreocupações, mas isto não é o que comumente acontece.

Aqueles homens e suas famílias habitam em barracões de madeira e até o ar que respiram, traz carvão em suspensão. O chão que pisam é negro também, como negro parece-lhes, também, seus destinos.

Tem um único consólio: - Alguns percebem bons salários, salários que compensam razoavelmente todos estes sacrifícios.

Na zona carbonífera de Criciúma existem dois tipos de salário mínimo: - o de Cr\$51.000,00 para os mineiros, ou sejam aqueles que trabalham no subsólo e de Cr\$48.000,00 para os que trabalham na superfície. Isto diz respeito aos que trabalham na indústria carbonífera, pois para os demais operários, empregados em outras atividades, o salário mínimo regional é de Cr\$36.500,00. Não decorrer deste IFM, houve um aumento salarial do trabalho do mineiro, de 35%, à vigorar do dia 1º de junho do corrente ano.

Como se vê, pois, este é o único consólio que existe para alguns daqueles operários e digo alguns, porquanto existem três categorias de trabalhadores na Indústria do Carvão: - o mineiro: o ajudante e o diarista.

Destas três categorias, somente o mineiro percebe acima do salário mínimo e todos trabalham ainda de acordo com o regime de tarefas; quanto maior a produção, maior o salário percebido.

Fácil se torna calcular, pois, a luta que não se trava em torno da obtenção do lugar de mineiro e o desemprego resultante já que muitos vêm para cá na ilusão de obter fácil colocação, desde que fracassaram noutras profissões e terminam ...

Figura 59- Inquérito Militar ACE nº 0055967[página 8, destaque incluído pela autora]

(2)

se vendo na pior das condições humanas, que é a de desempregado, agravada no caso de possuir família para sustentar.

E o operário tem de lutar, não só contra os demais concorrentes às vagas, como também contra a ganância dos mineiros, principalmente daqueles que não são proprietários, mas sim simples exploradores por empreitada e que tudo fazem por obter mão de obra mais barata.

E conseguem realmente isto, da seguinte maneira, aproveitando para os serviços "encostados" do IAPETC, que percebem naquela Autarquia vencimentos por se acharem em indisponibilidade física e vão trabalhar nas minas por um salário abaixo do mínimo, somando assim dois proventos.

Lucra este tipo de trabalhador, pela dupla percepção de rendimentos e lucra o patrão ganancioso, que tem um operário percebendo abaixo do salário mínimo.

Culpado ainda pode ser o Estado, por não fiscalizar eficientemente, permitindo a ocorrência de tais fatos. E ainda se pode atribuir ao Estado uma segunda culpa, que tem sido aliás motivo para tremenda agitação e proposta das tão discutidas e exploradas "reformas".

Não se pode negar que o homem do campo, o trabalhador na lavoura, acha-se praticamente desamparado, especialmente se o compararmos com o trabalhador da cidade.

Pois bem. O homem da lavoura vem até à região carbonífera; registra-se na profissão e vai trabalhar em uma mina. Com isto, não só ele passa a ter direitos dos mais variados tipos de assistência, incluindo a médico-hospitalar, como também sua própria família. Trabalha este pseudo-mineiro, se podemos chamar assim, durante um ano ou mais e depois, por todos os meios, arranja um "encôst" no IAPETC, voltando para sua lavoura no campo, onde passa a trabalhar mais descansado, já tendo provento pequeno, mas certo e tendo sua família beneficiada por tudo aquilo que um Instituto de Previdência possa lhe oferecer.

Não se pode objetar, que seja difícil tal manobra, pois, muito pelo contrário, é das mais comuns e fáceis de se obter no IAPETC de Criciúma, local dos maiores arranjos, das maiores barganhas, Autarquia que deverá merecer um inquérito à parte, tais as irregularidades ali praticadas e oficialmente apuradas pelo Encarregado deste IIM.

Note-se que a maioria destas irregularidades ali praticadas, o eram ou por interesse financeiro, ou, o que era mais comum, por afilhadismo político ou com fins eleitorais.

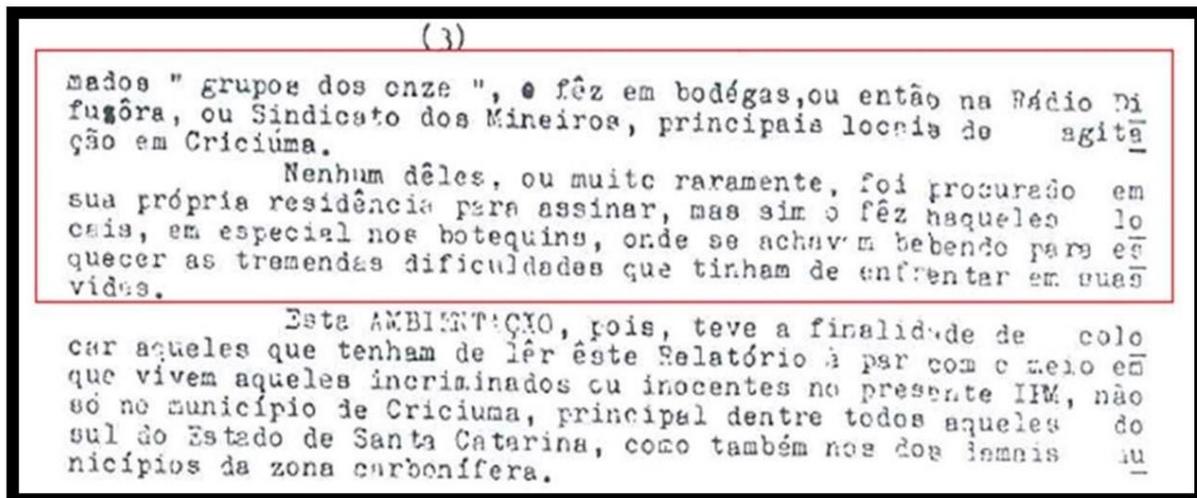
Mas, voltando ao operário, este não vai encontrar muitas vezes lugar para trabalhar, pois sua vaga está ocupada por este "lavrador-mineiro", que trabalha por qualquer preço e com a única finalidade de deixar correr um pouco de tempo, para obter uma indisponibilidade para ele altíssima proventos.

E tornando ainda mais àquele operário, que ao início desta dissertação estava trabalhando e lutando contra tudo isto e todos estes, o homem ao sair do seu trabalho, não tendo um lar agradável para estar, uma praça de esportes onde pudessem distrair sadiamente, vai para uma bodega, das inúmeras que por aqui existem, onde se junta à agitadores, que procuram habitualmente estes lugares.

Tanto é verdade isto, que foi apurado neste Inquérito, que a maioria daqueles inculpatos que assinaram listas dos cha,...

REPRODUÇÃO DE ORIGINAL
ILEGÍVEL

Figura 60- Inquérito Militar ACE nº 0055967 [página 9, destaque incluído pela autora]



Fonte: CEDOC-UNESC/ SIAN

Figura 61- Café São Paulo, década de 1950



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez

Figura 62- Imagem atual do Edifício Filhinho



Fonte: acervo pessoal

Figura 63- Edifício São Joaquim, 2017



Fonte: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2017/depois-de-75-anos-o-fim-do-cafe-rio>

Questões norteadoras:

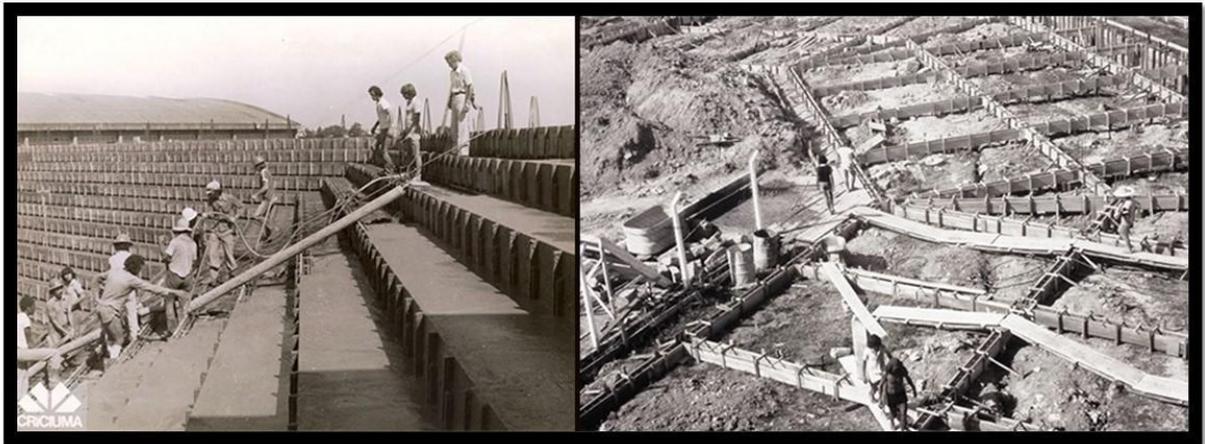
- 15) Qual a natureza das fontes trabalhadas? Quais marcas essas fontes carregam?
- 16) Quem (indivíduo ou grupo) está por trás de cada fonte? Quais suas intencionalidades?
- 17) Quem são os sujeitos que narram os acontecimentos nas fontes apresentadas?
- 18) Quais grupos sociais resistiram à ditadura em Criciúma e no Brasil? Eles estavam conectados de alguma forma?
- 19) Como essas resistências se articulavam?
- 20) Por que eles resistiram?
- 21) Qual é o papel da resistência na sociedade?
- 22) As narrativas presentes nas fontes podem ser percebidas no espaço? O que esse espaço remete? Por quê?
- 23) O que mudou nesses espaços? É possível identificar camadas de tempo nesses espaços? Quais?
- 24) Quais sensações esses espaços transmitem? É possível imaginar os acontecimentos narrados nesses locais? Por quê?

- 25) Na Praça e em seu entorno, quais lugares eram espaços de repressão? Quais eram os espaços de resistência? Como esses lugares eram escolhidos?
- 26) Qual o papel da Rádio Difusora nas narrativas apresentadas nas fontes? Esse era o único papel possível para um veículo de comunicação? Quais as consequências desse papel de atuação?
- 27) Quais acontecimentos nacionais e locais são mencionados? Esses acontecimentos se atravessam de alguma maneira?
- 28) As fontes convergem em algum acontecimento? Qual? Quais diferenças existem entre as narrativas? Que hipóteses podem explicar essas diferenças?

ANEXO C

Materiais (fontes históricas e questões norteadoras) sugeridos para a oficina descrita nessa dissertação no item 3.4 As camadas do tempo e os usos históricos do espaço público: o Estádio Heriberto Hülse, da diversão ao medo:

Figura 64- Construção do Estádio Heriberto Hülse, 1965



Fonte: <https://www.criciuma.com.br/timeline/>

Figura 65- Fachada do Estádio Heriberto Hülse sem data definida



Fonte: <https://www.criciuma.com.br/timeline/>

Figura 66- Ampliação do Estádio Heriberto Hülse, 1970



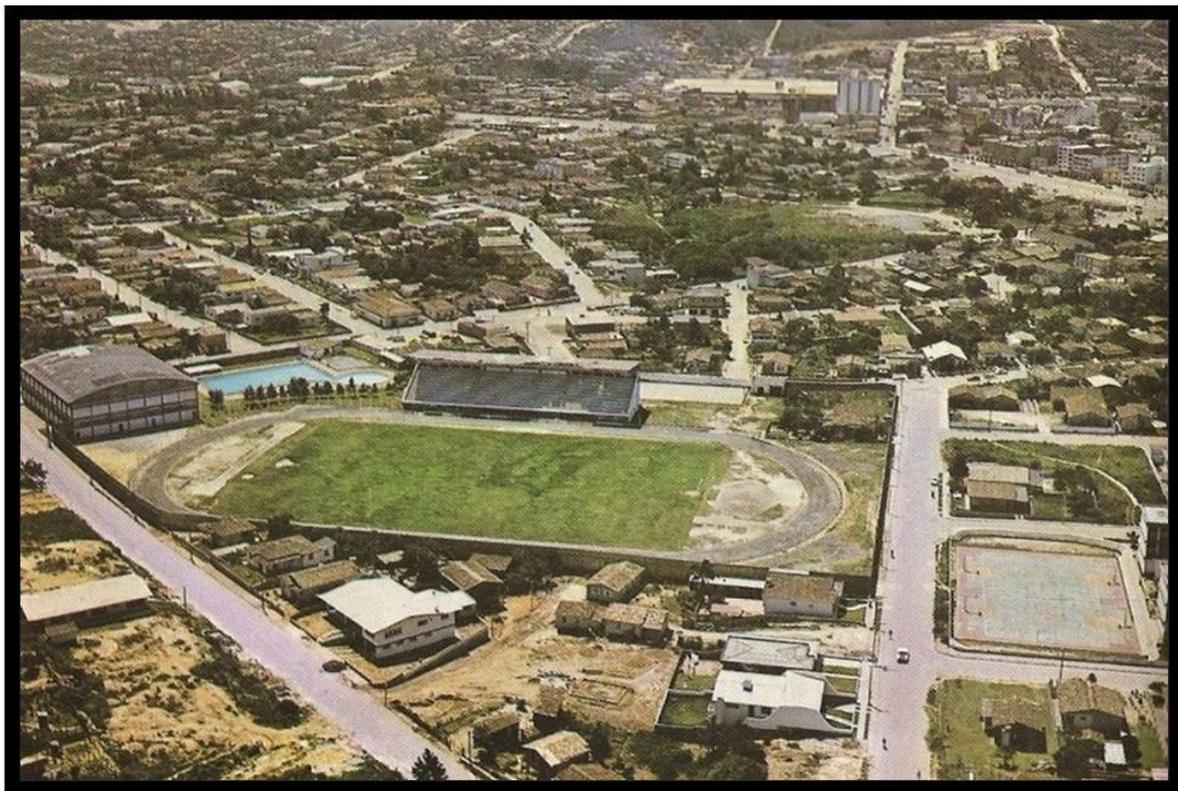
Fonte: <https://www.criciuma.com.br/timeline/>

Figura 67- Estádio Heriberto Hülse, década de 1980



Fonte: <https://www.criciuma.com.br/timeline/>

Figura 68- Vista aérea do estádio Heriberto Hülse, década de 1970



Fonte: <https://www.criciuma.com.br/timeline/>

Figura 69- Entrevista com Jorge João Feliciano [página 6]

deu-lhe um tapa na cabeça. Foi um momento de risco. O Manoel Dias, era vereador na Içara, foi preso conosco e da cadeia o lançamos candidato a Deputado Estadual em 66. Ele foi eleito. Por comando do Brizola, formamos os grupos dos Onze. Esses grupos eram onze para ser ~~lançados~~^{iniciados}, esclarecidos, discutir política. Em termos de classe trabalhadora, era um grupo mais elitizado. Era pegando as lideranças de cada bairro., e fazia aquele grupo. Eu era um dos cabeças. Eram vários grupos. Nós fazíamos as fichas com o líder, o vice-líder, e o tesoureiro. Ao todo eram onze. Essas fichas estavam no sindicato. O pacote dava uma altura de meio metro. Quando eles tomaram conta do sindicato, eles pegavam aquelas fichas. Por elas, eles convocaram o pessoal todo dos grupos de onze. Era mais ou menos 1.500 pessoas. Essas pessoas foram convocadas e ficaram no Campo do Comerciaro Esporte Clube, atual Criciúma Esporte Clube. Os grupos dos Onze Surgiram na década de 60, quando o Brizola governava o R/S e falava no Rádio para as pessoas se organizarem em equipes. A finalidade dos grupos dos Onze era o esclarecimento político, se discutia questões políticas. Provavelmente no futuro, a intenção de Brizola era transformar esses grupos em para-militar. Se houvesse um novo 61, esse pessoal pegaria em armas, porque estava organizado. Nós que liderávamos a coisa, tínhamos essa visão. Só que não se chegou lá porque houve o golpe. Formamos os grupos de Onze após a posse de Jango e da cadeia da legalidade. Os grupos agiram até o golpe de 64, As reuniões eram semanais. Discutíamos as reformas de Base, Educacional, e exploração do Brasil pelo estrangeiro, a reforma urbana, a reforma agrária, que era o ponto mais alto das nossas discussões. Nossa tese era de que a terra devia pertencer a quem nela trabalhasse e eu quisesse trabalhar. Era isso que discutíamos. Participava das discussões os operários, comerciários, agricultores/colonos. Tinha bairro como a Próspera que tinha 20 Grupos de Onze que se reuniam isoladamente. Ainda não tínhamos feito uma assembleia com todos os grupos, Mas já estava em nosso programa fazer um grande encontro, com todos os grupos para fazer uma discussão mais ampla. Tínhamos consciência que o processo era demorado. A gente só tem medo quando não têm consciência da razão. A pessoa tem que entender porque está brigando. Às vezes os GRUPOS DE Onze trocavam idéias entre eles mas não em caráter oficial. Quem se destacava num grupo, era convidado a participar das discussões de outros

Figura 70- Entrevista com Jorge João Feliciano [página 7]

grupos. Nós, do sindicato que comandávamos esse trabalho dos grupos de 'Onze, mas recebendo orientação do Brizola, que governava o R/S. Com o golpe de 64, todo mundo foi destituído e fazer parte de um grupo dos Onze era peyorativo, era um perigo.

Alguns que faziam parte do grupo dos Onze, esteve consciente. Outros estavam mais porque era do PTB, simpatia pelo Jango, Era um processo em Marcha. Com o golpe, teve gente que quase morreu de medo. O grupo dos Onze nasceu no sindicato mas o PTB também auxiliava na formação. Os sub-diretórios do PTB eram muito heterogêneos e discutiam mais sobre eleições. Na época, havia uma guerra grande entre sindicato e igreja.

assimilados para discutir

Fonte: CEDOC-UNESC.

Entrevista com Ciro Pacheco (2012) – página 24

Questão norteadora (entrevistadores): O momento em que a Ditadura chegou em Criciúma, em 1964, em que vocês foram todos reunidos.

Ciro– Então baseado nas prisões das lideranças, o exército convocou através da Rádio e o pessoal todo foi obrigado a ir, porque eles estavam com os tanques na rua. O pessoal achou melhor ir por bem lá ver o que eles queriam. Até porque, os presos na época, não houve tortura, que era o grande medo que a gente tinha quando eles dominaram a situação toda, é que houvesse um radicalismo de direita, como foi em outros países ainda por cima. Mas com o Castelo Branco não teve de início. Então as prisões foram meio festivas e nós fomos para o Campo do Criciúma, o Comando de Onze, o Brizola. Como é que eles procederam: O líder e vice-líder do comando, eram um oficial que interrogava e os demais era um sargento, um tenente. Mas objetivamente, era para dizer que o Brizola era comunista, que o Jango era comunista, que iriam levar o país para uma ditadura comunista. Toda aquela baboseira deles.

Eu lembro do capitão me interrogando dessa forma: eu o questionei dizendo “O senhor, quando o Jango era presidente da República e o Brizola era governador do estado do Rio Grande do Sul, o senhor sabia que ele era comunista?” Era gravado. Ele disse que sabia. “Por que o senhor não veio como capitão aqui avisar a gente?” Ele embrabou.

Questão norteadora (entrevistadores): Que hora vocês chegaram no campo e quanto tempo ficaram lá?

Ciro– Nos chegamos, aproximadamente, dez horas da manhã e saímos três horas da tarde, quatro horas da tarde. Estava o Valdemar Bressiani... Tinha um monte de gente ali da Próspera, por nome é difícil. Era, sei lá, umas duas mil pessoas que tinha lá.

Questão norteadora (entrevistadores): Foi um dia só, ou foi mais de um dia?

Ciro– Não. Não ficou ninguém preso. Foi só interrogado e mandado embora.

Questão norteadora (entrevistadores): foi todo mundo no mesmo dia?

Ciro– Mesmo dia. Como tinha muita gente, o interrogatório aguentava dez minutos cada um. Os líderes e vice-líderes é que demoravam mais.

Questão norteadora (entrevistadores): Em quais locais que ficaram os presos?

Ciro– Ficaram no Plano do Carvão, na época. Eu acho que ficaram numa escola, num colégio não sei onde, eu não me lembro bem. Eu me lembro bem do Plano do Carvão, porque quando nós fomos ver os militares, que a tropa dos militares estava vindo, eu não sei quem nos dedurou, mas chamaram eu e meu primo. Quem saber o porquê e quem comandava a gente nessa época. Eu contei que nós fomos assim, assado e tal. Chegamos lá, vimos que os militares estavam vindo, viemos embora e o Jeep quebrou. Nós pegamos uma carona e viemos para casa. Acabei a conversa assim. E o pessoal ficou preso no Plano do Carvão. Ficou preso no Plano do Carvão não lembro quantos dias, foram bastante dias. Mas foram interrogados e foram apertados. O campo foi só uma conversa, não ficou nada registrado. Não se bateu nem nada, foi só conversa.

Questão norteadora (entrevistadores): Só conversa? Não preencheram nada? Nem nome, nada?

Ciro– Não, não... Nada. Os nomes eles tinham. Tinho tudo. O Diomício estava bem organizado. O Diomício Freitas é quem dizia quem era as pessoas que eram para serem presas. Todo o comando foi.

Questão norteadora (entrevistadores): Só o Diomício?

Ciro– Não. O chefe era o Diomício e o padre Estanislau junto. Era o Diomício, o padre Estanislau Cizeski e o Sebastião Neto Campos. Mas o comando estava na mão do Diomício.

Questões norteadoras:

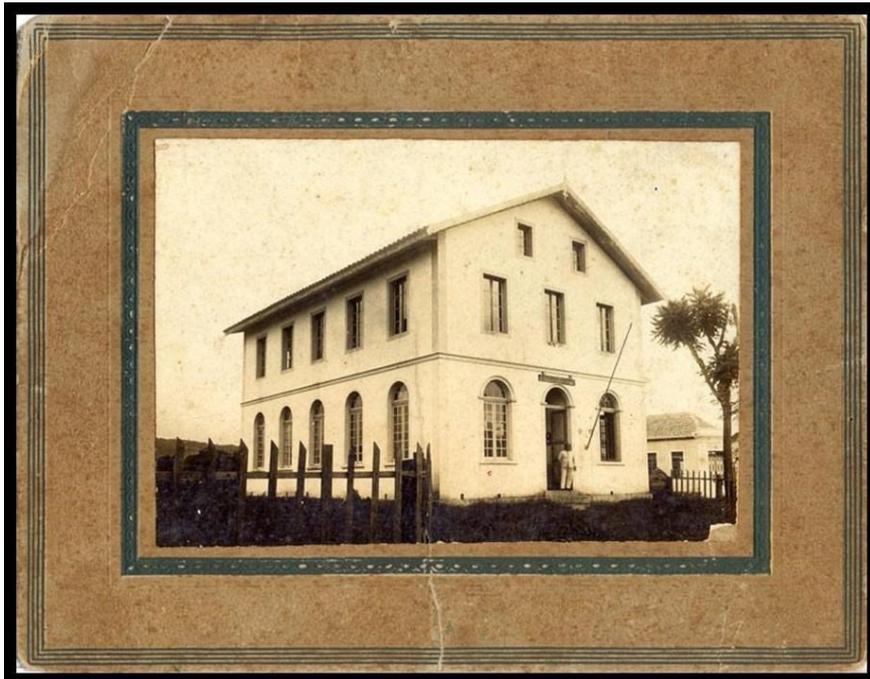
- 14) Por que quase três mil pessoas foram convocadas de forma tão informal para comparecerem ao Estádio?
- 15) Como o Estádio foi utilizado durante a ditadura civil-militar?
- 16) Quais foram os questionamentos levantados pelos interrogadores? Que relevância tinham essas questões para a Segurança Nacional (motivo que justificava a ação dos militares)?
- 17) Faça o exercício mental de colocar-se no lugar dos entrevistados e tentar imaginar quais foram os sentimentos que afloraram nessas pessoas durante essa experiência.
- 18) Essa experiência pode ser considerada uma violação de direitos humanos? Por quê?
- 19) Houve algum tipo de violência (física ou psicológica) nesses acontecimentos? Quais?
- 20) Quais grupos ou instituições sociais são mencionados pelos entrevistados? Como cada um desses grupos ou instituições participou do processo descrito nas entrevistas?
- 21) Esse tipo de situação aconteceria no Brasil hoje? Você acredita ou conhece algum contexto em que ações desse tipo aconteceram? Quem eram os envolvidos? Como aconteceu? Por quê?

- 22) Como as pessoas convocadas ficaram sabendo das convocações? Esse processo foi adequado?
- 23) Qual relação às entrevistas estabelecem entre os militares e os meios de comunicação?
- 24) Você percebe a repressão e a atuação da ditadura nesses acontecimentos? De que forma?
- 25) Os diferentes usos do Estádio são perceptíveis nos dias de hoje?
- 26) Você acredita que seria importante que esses usos fossem de conhecimento público?

ANEXO D

Materiais (fontes históricas e questões norteadoras) sugeridos para a oficina descrita nessa dissertação no item 3.5 A ditadura e as violações aos direitos humanos na infância: a E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse pelo olhar de uma professora:

Figura 71- Primeiro edifício sede da E. E. F. Professor Lapagesse (1933-1940)



Disponível em:

<http://www.bib.unesc.net/pergamum/biblioteca/index.php?codAcervo=104554>

Figura 72- E. E. F./ C. E. I. Professor Lapagesse, 1940



Fonte: <http://www.bib.unesc.net/pergamum/biblioteca/index.php?codAcervo=104554>

Figura 73- C. E. I. Professora Lapagesse entre 1978 e 1992



Fonte: <http://www.bib.unesc.net/pergamum/biblioteca/index.php?codAcervo=104554>

Figura 74- Chamas do incêndio no C.E.I. Professor Lapagesse, 2009



Fonte: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2009/fogo-destroi-cei-do-lapagesse#5>

Figura 75- Escombros do C.E.I. Professor Lapagesse, 2009



Fonte: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2009/fogo-destroi-cei-do-lapagesse#5>

Figura 76- C.E.I. Professor Lapagesse atualmente



Fonte: <https://www.4oito.com.br/noticia/colonia-de-ferias-no-cei-lapagesse-inicia-nesta-quarta-feira-2078>

Entrevista com Marlene Scharschimith (2019), página 3

Então comecei dando aulas no Colégio Lapagesse, e um dia a Jessy disse “Marlene vamos montar uma escola, um jardim de infância juntas?” “Eu entro com o conhecimento que tenho e você tem a capacidade para desenvolver o trabalho”. Eu dei o nome O pequeno príncipe, no início foi em uma sala que o senhor Argemiro cedeu no edifício, ao lado do meu apartamento, eram dois apartamentos e entre elas tinha uma sala, bem grande, só que não tinha banheiro, levamos as crianças para usar o meu banheiro.

O seu Argemiro também doou a parte da garagem, onde as pessoas colocavam os carros, para fazer o parquinho da escola, era a céu aberto. Ele foi super gentil conosco, um amor de pessoa ele disponibilizou tudo que foi possível para ajudar.

Naquela época pegamos algumas crianças bem estressadas com o problema da ditadura que houve, o exército invadiu e tomou conta do Colégio Lapagesse, muitos ficaram apavorados, ninguém mais queria ir para o Lapagesse, por conta da ditadura militar, então muitas dessas crianças foram levadas para estudar no nosso jardim de infância. Nós tínhamos que ter tato, conhecimento, muito cuidado ao tratar com essas crianças. Tínhamos que ser jeitosa com eles, para eles perderem esse medo. (SCHARSCHIMITH, 2019, p. 3)

Questão norteadora (entrevistadores): Você lembra se houve prisão no dia do golpe?

Ciro– No dia do golpe houve prisão.

Questão norteadora (entrevistadores): Em quais locais que ficaram os presos?

Ciro– Ficaram no Plano do Carvão, na época. Eu acho que ficaram numa escola, num colégio não sei onde, eu não me lembro bem. Eu me lembro bem do Plano do Carvão, porque quando nós fomos ver os militares, que a tropa dos militares estava vindo, eu não sei quem nos denunciou, mas chamaram eu e meu primo lá. Quem sabe o porquê é quem comandava a gente nessa época. Eu contei que nós fomos assim, assado e tal. Chegamos lá, vimos que os militares estavam vindo, viemos embora e o Jeep quebrou. Nós pegamos uma carona e viemos para casa. Acabei a conversa assim. E o pessoal de cima ficou preso no Plano do Carvão. Ficaram presos no Plano do Carvão não lembro quantos dias, foram bastante dias. Foram interrogados e foram apertados. O campo foi só uma conversa, não ficou nada registrado. Não se bateu nem nada, foi só conversa.

Figura 77- Entrevista com Jorge João Feliciano [página 4]

Me escondi para dar tempo e ver o que eles iam fazer . Eles abriram inqué-
ritos e então me apresentei. Cheguei em casa , depois de 07 dias, quando o dia
começava a clarear. Mandeí dizer para alguns médicos- pessoas bem conceitua-
das na cidade- como os doutores David Boianoviski, o Dr. Brandão, que eu es-
tava em casa e eles podiam avisar os milicos. Pedi para ficar em casa aquele
dia com os filhos , que estavam inconsoláveis. A noite, o Dr. David foi com '
um tenente lá em casa me buscar. Isso era 09 ou 10 de Abril. Me trouxeram para
o Colégio Professor Lapagesse, onde haviam outros presos políticos, De lá , '
fomos transferêdos para o Plano de Carvão. No Lapagesse, ficamos uns 15 dias
presos , cercados pelos milicos. Éramos mais de 40 presos políticos. Os in-
terrogatórios começaram quando fomos tranferidos para o Plano de Carvão. No'
Lapagesse, não podíamos receber visitas. Comíamos, dormíamos e conversávamos
entre nós.

Fonte: CEDOC-UNESC. Tarja colocada pela autora para cobrir trecho do documento utilizado em outra oficina.

Questões norteadoras

- 11) Que tipo de fontes são analisadas na oficina?
- 12) Quem são os sujeitos que narram as suas experiências através das fontes? Existem diferenças entre o lugar de fala de cada narrador?

- 13) Que grupos de pessoas você identifica que foram afetados pela ditadura civil-militar a partir da leitura das narrativas?
- 14) Quais violações de direitos humanos você identifica nas narrativas? Como elas podem ser percebidas nos acontecimentos narrados ou na forma como a narrativa é construída pelos entrevistados?
- 15) O que você pensa sobre as diferentes violações de direitos humanos apresentadas na narrativa e os diferentes grupos afetados por elas?
- 16) Pesquise sobre violações de direitos humanos realizadas pela ditadura civil-militar brasileira aos grupos identificados a partir da leitura dos documentos e identifique quais outras violações foram vivenciadas por eles em escala nacional.
- 17) Observe as fotografias e analise quais marcas e camadas de tempo podem ser observadas sobrepostas ou não nas imagens.
- 18) Embora tenha acontecido algumas reformas, quais marcas da ditadura ainda é possível identificar na escola? O que é permanência, o que é ruptura?
- 19) O que aconteceu no Grupo Escolar Professor Lapagesse durante a ditadura civil-militar poderia acontecer no prédio atual? Por quê?
- 20) O que aconteceu no Grupo Escolar Professor Lapagesse durante a ditadura civil-militar poderia acontecer no lugar em que você está? Na sua escola? Por quê?

ANEXO E

Materiais (fontes históricas e questões norteadoras) sugeridos para a oficina descrita nessa dissertação no item 3.6 Departamento Nacional de Produção Mineral, a Fundação cultural Jorge Zanatta: a violência por trás das paredes da ditadura:

Figura 78- Incêndio no Centro Cultural Jorge Zanatta, 2017



Fonte: <https://www.sulinfoco.com.br/incendio-atinge-centro-cultural-jorge-zanata-em-criciuma/>

Figura 79- Escombros do Centro Cultural Jorge Zanatta, 2017



Fonte: <https://www.sulinfoco.com.br/incendio-atinge-centro-cultural-jorge-zanata-em-criciuma/>

Figura 80- Escombros do Centro Cultural Jorge Zanatta, 2017



Fonte: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/fogo-destroi-parte-do-centro-cultural-jorge-zanatta-em-criciuma.ghtml>

Figura 81- Escombros do Centro Cultural Jorge Zanatta, 2017



Fonte: <https://www.4oito.com.br/noticia/jorge-zanatta-o-resultado-do-incendio-578>

Figura 82- Manifestação pela restauração e reabertura do Centro Cultural Jorge Zanatta



Fonte: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2015/comunidade-realiza-mobilizacao-pela-restauracao-do-centro-cultural-jorge-zanatta>

Figura 83- Centro Cultural Jorge Zanatta em novembro de 2018, restaurado após incêndio



Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/noticias/apos-intervencao-do-ministerio-publico-criciuma-ganha-espaco-cultural>

Figura 84- Fachada da Fundação Centro Jorge Zanatta atualmente



Fonte: <https://www.criciuma.sc.gov.br/fcc/>

Questão norteadora (entrevistadores): Você lembra se houve prisão no dia do golpe?

Ciro– No dia do golpe houve prisão.

Questão norteadora (entrevistadores): Em quais locais ficaram os presos?

Ciro– Ficaram no Plano do Carvão, na época. Eu acho que ficaram numa escola, num colégio não sei onde, eu não me lembro bem. Eu me lembro bem do Plano do Carvão, porque quando nós fomos ver os militares, que a tropa dos militares estava vindo, eu não sei quem nos denunciou, mas chamaram eu e meu primo. Quem sabe o porquê é quem comandava a gente nessa época. Eu contei que nós fomos assim, assado e tal. Chegamos lá, vimos que os militares estavam vindo, viemos embora e o Jeep quebrou. Nós pegamos uma carona e viemos para casa. Acabei a conversa assim. E o pessoal ficou preso no Plano do Carvão. Ficou preso no Plano do Carvão, não lembro quantos dias, foram bastante dias. Mas foram interrogados e apertados. O campo foi só uma conversa, não ficou nada registrado. Não se bateu nem nada, foi só conversa.

[...]

Questão norteadora (entrevistadores): E esse pessoal que era mais liderança ficou no Plano do Carvão em 1964? Eles ficaram mais dias presos?

Ciro– Ficaram. Ficaram vários dias.

Questão norteadora (entrevistadores): Por exemplo, o Vânio Faraco. Ele foi preso no Plano do Carvão, ou levaram ele para o Estádio Heriberto Hülse?

Ciro– Foi tudo no Plano do Carvão, até o Walter. Todo esse pessoal foi preso no Plano do Carvão também. Jorge Feliciano também.

Questão norteadora (entrevistadores): E depois de serem presos no Plano do Carvão, eles foram conduzidos para algum lugar?

Ciro– Pra Curitiba. Em 1964 foram para Curitiba. Pegaram todo mundo, botaram em cima do caminhão do exército. Passaram em Tubarão, pegaram mais, incluindo o padre Osni. Por que prenderam o padre Osni? Porque o padre Osni fez oposição aos Freitas, lá na posse do Revoredo. Porque lá era terreno de posseiro. O Diomício botou capangas, matou crianças, queimou gente. Tudo lá no Revoredo para tomar terra. E tomou. Para tomar não, ele tomou a terra. E o padre Osni fez uma oposição. Em função da oposição do padre Osni no Revoredo, pelo lado dos posseiros, ele foi preso. Ele não participava de nenhum partido político. E o pessoal dos grupos religiosos foi lá, para não levarem o padre Osni em cima do caminhão. O comandante: “Não. Ele vai junto em cima do caminhão.” Até Curitiba. Ficaram bastante tempo em Curitiba presos, no quartel de Curitiba. Ficaram no quartel de Curitiba. (PACHECO, 2012, p.8-11)

Figura 85- Entrevista com Jorge João Feliciano [página 4]

Me escondi para dar tempo e ver o que eles iam fazer . Eles abriram inqué-
ritos e então me apresentei. Cheguei em casa , depois de 07 dias, quando o dia
começava a clarear. Mandei dizer para alguns médicos- pessoas bem conceitua-
das na cidade- como os doutores David Boianovski, o Dr. Brandão, que eu es-
tava em casa e eles podiam avisar os milicos. Pedi para ficar em casa aquele
dia com os filhos , que estavam inconsoláveis. A noite, o Dr. David foi com
um tenente lá em casa me buscar. Isso era 09 ou 10 de Abril. Me trouxeram para
o Colégio Professor Lapagesse, onde haviam outros presos políticos, De lá ,
fomos transferidos para o Plano de Carvão. No Lapagesse, ficamos uns 15 dias
presos , cercados pelos milicos. Éramos mais de 40 presos políticos. Os in-
terrogatórios começaram quando fomos tranferidos para o Plano de Carvão. No
Lapagesse, não podíamos receber visitas. Comíamos, dormíamos e conversávamos
entre nós. Com a transferência para o Plano de Carvão, nos dividiram em grupos
em salas separadas. Os depoimentos eram sendo tomados. Não tínhamos contato
com aqueles que já haviam prestado depoimento. O major Campos nos interroga-
va. Eles queriam saber se éramos comunistas. Porque tínhamos feito a greve.
Porque tínhamos apoiado o Janço, em 1964. Porque não tínhamos participado da
Marcha da família, com Deus pela liberdade. Disse que a liberdade pretendida
era dos poderosos, não da classe trabalhadora. Ele não quis escrever e eu
disse que não assinaria o depoimento. Meu depoimento durou 03 horas. Ficamos
presos 120 dias. No Plano do Carvão ficamos presos 90 dias. Depois fomos prá
Curitiba. No Plano do Carvão , tinha um dia por semana, 02 horas, que podíamos
receber visitas da família. O pessoal furava e dizia que era parente, e
entrava. A ordem era só para família. Ficávamos em grupo de 20 a 30 cada sa-
la. Minha esposa estava grávida de 08 meses, estava internada no hospital e
quase morreu. No rádio e pelos comentários , diziam que iam nos transferir
para Ilha de Fernando de Noronha , para Ilha das Cobras, que iríamos prá Cu-
ba. Presos, nos acompanhávamos isso pela rádio. Meu 10º filho nasceu morto.
Com a minha esposa doente, eles me deixaram aqui, enquanto os demais compa-
nheiros iam sendo transferidos para Curitiba. O Plano do Carvão era uma re-
partição do governo, que foi requisitado pelos milicos, que tomaram conta.
O pessoal do Plano não teve qualquer atuação ou participação no nosso episó-
dio, na nossa prisão. Quem comandou o inquérito foi o 23 R.I. de Blumenau e
quem nos prendeu foi o Exército de Tubarão, depois se sediou aqui o comando
do 23 R.I. de Blumenau, do Coronel Nilton Machado Vieira que comandava o
processo. Quando o pessoal foi solto em Curitiba , me soltaram aqui.

A Constituição dizia que ninguém podia ser preso mais de 80 dias sem culpa
formada. Veio uma ordem do Castelo Branco, Presidente , que nos soltasse.
Ficamos respondendo inquérito em liberdade. Os processos foram para a 5ª Re-
gião Militar em Curitiba, onde íamos periodicamente prestar depoimento e fo-
mos julgados. Fomos soltos. Alguns voltaram ao trabalho. Outros, as empre-
sas aproveitaram o embalo e demitiram. Eu fui um deles. Era fichado na Boa
Vista. Aí começou a luta dura pela sobrevivência. Houve uma determinação que

Figura 86- Entrevista com Jorge Feliciano [página 4]

que todo operário para ser admitido, precisava de um atestado de boa conduta da polícia. Nós, que respondíamos inquérito, recebíamos um atestado com uma observação embaixo que dizia que respondíamos I.P.M por suspeita de atividades subversivas. O atestado ia para cucuias. Não servia para nada. Ninguém dava emprego. O delegado era o Arlei Havaí dos Santos. O escrivão era o Gilnei Borba. Disse para o Delegado que ele tinha consciência com que aquele atestado não podia trabalhar. Disse-lhe que a próxima vez que entrasse na Delegacia, estaria preso como ladrão ou criminoso. Na 1ª oportunidade que um filho meu pedisse um pedaço ^{de pau} que eu não tenha para dar, vou buscar onde estiver, com um pedaço de pau na mão e para não arriscar de apanhar, vou procurar mais alguém que esteja passando fome para ir comigo. Se o dono do estabelecimento achar ruim, vai apanhar. Vou roubar de dia. Queria trabalhar e eles não queriam deixar. Queria criar meus filhos. O delegado disse que estava havendo exageros, era contra, mas era uma questão de Segurança Nacional. Ele disse que tinha uma verba para assistência Social e que iria providenciar um rancho pra minha família. Pedi que não levasse porque quem tinha que tratar dos meus filhos era eu. Ameacei que se fosse preso novamente, levaria comigo para o cubículo minha mulher e meus filhos; que era 09. O delegado pediu minha autorização para levar o assunto ao secretário de Segurança Pública. Pedi para ir junto. Três dias depois, ele retornava ^{de} Florianópolis, me encontrou na Praça e pediu que eu e meus companheiros fossemos pegar os novos atestados. Estávamos liberados. Foi uma correria pegar o novo atestado de boa conduta. Era aquele documento que nos permitia batalhar por um emprego. Nenhum empresário fichava ninguém sem este atestado. Muitos foram barrados pela falta dele.

A sobrevivência depois do golpe, para nós que éramos marcados, foi dura.

Com a prisão da diretoria dia 02/03, o sindicato sofreu intervenção militar. Uma comissão provisória deles foi instalada.

O PTB ficou esfacelado, capenga. Em 65, fizemos aliança com o PSD, e ganhamos o governo do Estado. O Doutel de Andrade, Deputado Federal do PTB, nosso líder maior, foi o vice do Celso Ramos. Com a extinção dos partidos em Outu-

Fonte: CEDOC-UNESC.

Entrevista com Ciro Pacheco (2012), edição das páginas 18 a 23

Questão norteadora (entrevistadores): Então perdeu teu emprego de motorista...

Ciro – Eu perdi o emprego, fiquei um tempo desempregado e foi onde eu fui trabalhar com o Roberto Mota em seguro. [...]. Fui pra Chapecó, trabalhei lá [...] não lembro quantos anos. Fui acertar um negócio que tinha com a seguradora dele, foi quando declararam a Operação Barriga Verde. [...] O dia em que o Roberto Mota foi preso, eu estava vindo de Chapecó para acertar as minhas contas em Florianópolis. Cheguei na casa da Maria Rita, a casa do Roberto com a porta aberta e ela assustada. Ela olhou para mim: “Não soubesse nada?”, eu disse que não. “O Roberto foi sequestrado! Preso, ninguém sabe onde é que tá!”. Ficamos assustados, nós sabíamos do risco. Eu disse: “Maria Rita eu

vou pra Criciúma.”, cheguei em Criciúma, fui a casa do Jorge, o Jorge estava numa praia, em Araranguá. Eu descobri, cheguei lá e encontrei o Jorge. Conversamos. Tomamos as medidas, dia 14 e eu disse: “Jorge eu vou sair daqui, vou a Florianópolis pra avisar meus companheiros, de lá vou a Joinville e vou comunicar o pessoal pra se cuidarem, porque nós temos companheiros por aí tudo”. Fui a Joinville, avisei o pessoal de Joinville e toquei direto pra Chapecó. Cheguei em Chapecó três, quatro hora da manhã. Eu sabia que Chapecó eles estavam me caçando, mas eles não me conheciam. Eu não era conhecido deles, eu era novo lá, só quem me conhecia era o pessoal do seguro. Eu peguei, deixei o carro no posto de gasolina e fui a pé [...], sabia que eles estavam me procurando pela chapa do carro. Entrei dentro de casa e dormi. No outro dia de manhã um cidadão me chamou na frente. Chamou e eu já vi logo que era da polícia. Querendo falar de seguro, mas como ele “era” do ramo, eu fiz algum questionamento, ele não soube me responder, já vi que era polícia. Mas fiquei numa situação difícil. Vou fugir? Podia fugir. Mas com quatro filhos, A Elza sozinha, numa terra estranha. A gente não tem muito como fazer isso. Eu disse: “O jeito é eu me entregar”. Achar a forma mais adequada para me entregar, onde evitaria o sequestro. O que eu fiz: eu peguei [...] meu filho de sete anos [...] e disse: “Filho, vamos sair com o pai”. Botei dentro do carro, botei o carro na oficina e quando eu botei na oficina, que eu saí, eu não saí nem esquina e prenderam. Me levaram para o quartel e lá falei com o oficial do quartel, ele chegou e disse para mim: “Mas você não é preso. Você não é preso nosso”. “Então eu posso ir embora né?”. Não sou preso, o que eu estou fazendo aqui? Tenho que trabalhar”. Ele disse: “Não, mas é uma ordem que veio de cima e tal”. Eu disse: “Eu sabia disso”. E aí o Reinaldo comigo e esse cara disse que a ordem era sequestrar [...] e eles falharão no fato de levar o menino junto. E aí, quando o exército veio de Palmas para me buscar, eles tiveram que levar o Reinaldo. Alertou os vizinhos e eles foram lá para o quartel e fizeram uma baderna. Fizeram uma baderna. E o exército lá e aquela choradeira. [...] Aí o exército chegou, estiveram lá e fizeram uma bagunça. Choro, grito, vizinho e foi uma coisa bem, bem interessante. E o interessante é que um tenente do exército disse paro superior dele: “Olha, o homem tem família. Vocês nunca mais me peguem para essa missão!”. Tu vê... Era gente boa, porque eles quando dão a missão de prender um preso nosso, eles eram orientados que nós éramos perigosos. Tinham que tomar cuidado, era para criar o clima. Eu saí de tarde de Chapecó, numa caminhonete deles. Oito dentro armado, fuzil e tal. [...] Quando eu cheguei em Palma no quartel, o quartel estava em prontidão e eu não entendi. [...] O quartel estava que era um enxame de abelha. Entramos, não tinha que perguntar nada mesmo, só garantir a minha segurança. Uma coisa eu observei: me deram uma cama, com uma roupa tudo novinha, tinha outros presos que estavam jogados lá no chão. Para mim, eles deram... Aí, chegou de madrugada, chegou o pessoal e aí que começou o terror. [...] Chegou uma arrogância, numa prepotência dentro do quartel: “Pega tal preso aí” e o oficial disse “Ó, vocês vão levar, mas vai passar na delegacia pra fazer exame de corpo delito”. Um olhou para o outro “Isso é uma humilhação, não vamos aceitar isso!” [...] Fiz o exame, ele pegou o laudo, botou na pastinha dele... De Palma a Curitiba eles deram mais de duzentos tiros

em placas. Paravam a caminhoneta e era tiroteio de vez enquanto. Chegavam para mim e diziam assim: “Vamos te levar pro Paraguai”. Foi aquele terror até lá.

Quando cheguei perto de Curitiba, botaram uma toca na cabeça... Me levaram lá para o açougue deles... [...] quando me tiraram a toca, a primeira pessoa que eu vi foi o Teodoro. Secretário do Partido, grande cara... [...] olhei e vi ele naquele estado... Vocês não têm noção como é que estava a cabeça dele... E eles alegaram que o Teodoro tentou o suicídio com um prego. Até pode ser que ele tentou. Mas nunca teria ficado no estado que deixaram... [...] estava vivo, mas estava todo enfaixado, todo perturbado... Nem me reconheceu. E na mesa do interrogador eu me sentei, tinha uma fotografia minha dentro da pasta, [...] ele olhou para mim e disse assim: “Você tem consciência que você está numa sala de interrogatório no Paraguai?”. Eu não disse nada. Ele repetiu de novo. Aí eu disse: “Eu não tenho consciência... Eu tenho a impressão de que eu estou no Brasil. Pode ser que eu estou equivocado”. Disse isso e começou o interrogatório. Vocês não têm noção do que eles fazem... [...] eles tinham uma técnica também, de ficar batendo a chave, isso era uma coisa que apavorava os presos. Não sabia quem ia. [...] O que eles queriam, na verdade, era dar um golpe, dentro do golpe. Um golpe, dentro do golpe. Como estava acontecendo aquela política de abertura gradual deles, a direita não estava satisfeita. Extrema direita... Então, o que que eles fizeram: eles desencadearam um processo de prisão no Brasil, para chegar no Partido e botar debaixo do braço as eleições: “A subversão continua no país”, tem que limpar daí. Isso que eles queriam na verdade. “Inclusive fazer uma limpeza no Estado Santa Catarina.” Eles diziam claro pra nós no interrogatório: “Vocês não têm governador, vocês têm uma mulher no comando. Nós vamos tomar dele”.

Figura 87- Capa do jornal Última Hora, de sábado, 14 de dezembro de 1968

1. CONGRESSO EM RECESSO POR TEMPO INDETERMINADO
2. HABEAS-CORPUS SUSPENSO PARA DELITOS POLÍTICOS
3. PODER PARA CASSAR, DEMITIR, APOSENTAR E REMOVER

ATO-5: OBJETIVO É MANTER REVOLUÇÃO

Ordem-do-dia na Escola Naval: - Aqui aprendemos lições de bem servir à Pátria



O Ministro Sáenz e Silveira, de Justiça, anunciou ao longo da tarde do sábado a decisão do Conselho de Segurança Nacional. São as seguintes as principais decisões contidas no documento, cujo objetivo é assegurar a ordem e a estabilidade da República.

1. São mantidas as Constituições Federal e estadual;
2. Abandona de fato o regime militar, e Presidente da República tem o poder de decretar o estado de emergência.

Última Hora
Ano 8.111 - Rio de Janeiro, Sábado, 14/12/1968 - N.º 8.605 - R\$ 0,50

REI NÃO FOI DEPOSTO: PELÉ VAI À FORRA COM VICE-CAMPEÃO MUNDIAL

Fonte: <https://www.ihu.unisinos.br/espirtualidade/78-noticias/585469-a-democracia-em-suspenso-50-anos-do-ai-5>

Questões norteadoras:

- 1) Quais formas de violação de direitos humanos podem ser percebidas nas narrativas?
- 2) O que você entende por “apertar” na fala de Ciro Pacheco?
- 3) Outros vocabulários como esse aparecem nas fontes? Quais e o que significam?
- 4) Houve consequências para os presos políticos em suas vidas após a prisão? Quais? Qual a sua opinião sobre isso?
- 5) O que os militares queriam saber?
- 6) Na sua opinião, essas informações eram importantes para a segurança nacional?
- 7) O que foi a Operação Barriga Verde?
- 8) Pesquise outras ações como a OBV durante a ditadura civil-militar brasileira.
- 9) Quais dispositivos de repressão e terrorismo de Estado da ditadura civil-militar aparecem nas fontes?
- 10) Qual a diferença entre as narrativas antes e depois do AI-5? 2)
- 11) O que motivou as prisões em cada um dos dois momentos?
- 12) Quais violações de direitos humanos são identificadas nas narrativas?
- 13) A partir da leitura das narrativas, identifique e tente mensurar quem (pessoas ou grupos sociais) foram as pessoas e como foram afetados pelas prisões?

ANEXO F

Materiais (fontes históricas e questões norteadoras) sugeridos para a oficina descrita nessa dissertação no item 3.7 Sindicato dos Mineiros de Criciúma como locus de resistência à ditadura:

REPRODUÇÃO DE ORIGINAL
ILEGÍVEL

R E L A T Ó R I O

Examinando-se atentamente o presente Inquérito Policial Militar, verifica-se o seguinte:

1. - PARTE EXPOSITIVA
- 1.1 - AMBIENTAÇÃO
- 1.1.1 - CRICIUMA

Para que se entenda melhor os homens que se viram envolvidos no presente Inquérito Policial Militar, torna-se necessário descrever, ou pelo menos tentar, o ambiente ao qual os mesmos vivem, para que se possa melhor entender as reações de cada um, reações estas, que se tornam alguns inocentes, à maioria transformam em culpados.

Zona Carbonífera de Criciúma e municípios vizinhos é muito propícia à infiltração comunista, ou pelo menos às agitações dadas as condições de vida daqueles que aqui labutam.

Não só o trabalho na mineração, ocupação dominante na região, é árduo e desgasta prematura e eficientemente o homem, como tem havido uma certa incompreensão dos mineradores, que não tem procurado dar um melhor ambiente de vida extra-trabalho aos seus operários e suas famílias.

Quem já percorreu uma mina e lá viu aqueles homens trabalhando, bem poderá aquilatar do estado de ânimo daqueles trabalhadores, principalmente se levarmos em conta que este trabalho se desenvolve por anos a fio. Saído de horas de trabalho penoso, aquele homem, ao voltar à luz do dia, deveria encontrar somente motivos para despreocupações, mas isto não é o que comumente acontece.

Aqueles homens e suas famílias habitam em barracões de madeira e até o ar que respiram, traz carvão em suspensão. O chão que pisam é negro também, como negro parece-lhes, também, seus destinos.

Tem um único consólo:- Alguns percebem bons salários, salários que compensam razoavelmente todos estes sacrifícios.

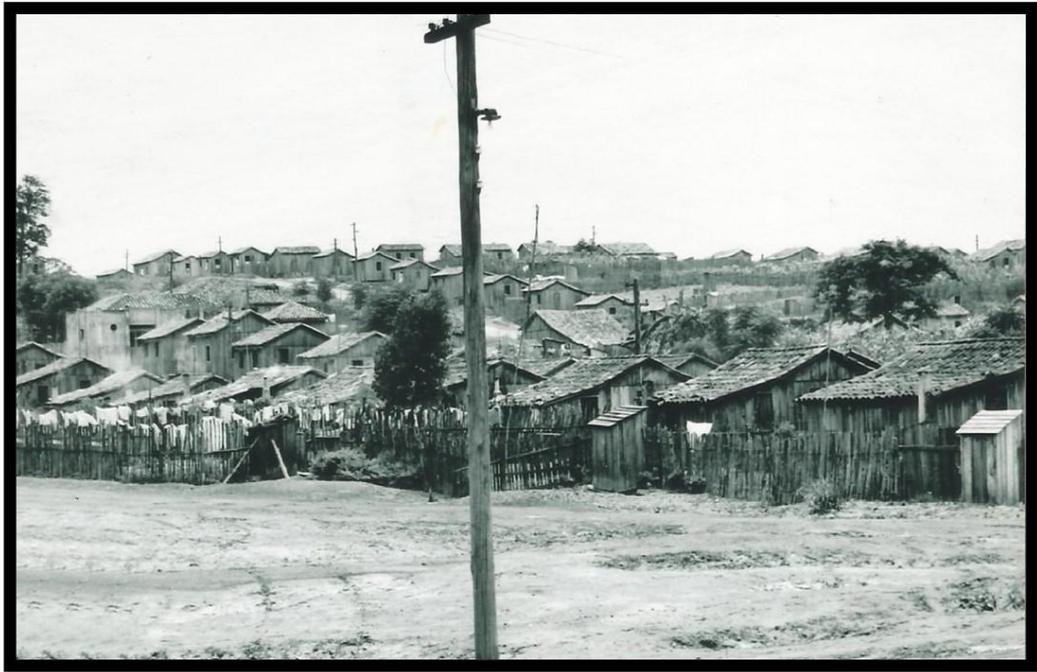
Na zona carbonífera de Criciúma existem dois tipos de salário mínimo:- o de Cr\$51.000,00 para os mineiros, ou seja aqueles que trabalham no subsólo e de Cr\$48.000,00 para os que trabalham na superfície. Isto diz respeito aos que trabalham na indústria carbonífera, pois para os demais operários, empregados em outras atividades, o salário mínimo regional é de Cr\$36.500,00. No decorrer deste IPM, houve um aumento salarial do trabalho do mineiro, de 35%, à vigorar do dia 1º de junho do corrente ano.

Como se vê, pois, este é o único consólo que existe para alguns daqueles operários e digo alguns, porquanto existem três categorias de trabalhadores na Indústria do Carvão:- o mineiro: o ajudante e o diarista.

Destas três categorias, somente o mineiro percebe acima do salário mínimo e todos trabalham ainda de acordo com o regime de tarefas; quanto maior a produção, maior o salário percebido.

Fácil se torna calcular, pois, a luta que não se trava em torno da obtenção do lugar de mineiro e o desemprego resultante já que muitos vêm para cá na ilusão de obter fácil colocação, desde que fracassaram noutras profissões e terminam ...

Figura 89- Vila Operária Carbonífera Próspera, 1955



Fonte: CEDOC-UNESC

Figura 90- Chuveiro Coletivo Vila Operária Carbonífera Próspera, 1955



Fonte: CEDOC-UNESC

Figura 91- Morro da Miséria (atual bairro Mina do Mato), 1955



Fonte: CEDOC-UNESC

Figura 92- Sindicato dos Mineiros de Criciúma, 2015



Fonte: acervo pessoal

Figura 93- Demolição da sede do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, 21 de abril de 2022



Fonte: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2022/antiga-sede-do-sindicato-dos-mineiros-de-criciuma-e-demolida>

(7)



1.3 - AGITAÇÃO POLITICO-SINDICAL -
COMUNISTA

Por volta do ano de 1944, foi criado, em Criciúma, um Sindicato que abrigava os Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de Criciúma, Urussanga e Lauro Muller.

Anos depois, desmembrou-se deste Sindicato o de Lauro Muller, que passou a constituir um Sindicato à parte, e posteriormente, o de Urussanga também separou-se, sendo que deste mais tarde, desmembrou-se o de Siderópolis, passando a existir, portanto, quatro Sindicatos. Por último, por volta do ano de 1961, Rio Matina passou a constituir outro Sindicato da zona carbonífera.

O Sindicato de Criciúma, porém, nunca perdeu sua importância e podemos dizer que dele é que emanavam todas as ordens para os demais, tal como aconteceu nos últimos acontecimentos político-militares, em que comandou as ações para a deflagração da greve geral.

Tal importância do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, decorria não só da própria importância do município, bem maior que os demais, como do fato de aqui existirem serviços essenciais, tais como a Agência do L.P.E.T.C. e o S.A.M.U. e S.A.P.S., onde se achavam instalados homens que faziam los negócios e dinheiros públicos, os seus próprios negócios e dinheiros, num aproveitamento ilícito sem par, porém com o benefício, com a conivência, com a comparsaria de outros homens públicos, por parte deles seus superiores e fiscalizadores.

A atuação de políticos, ligados à agitação e comunistas, numa exploração e agitação dos problemas sociais, principalmente o aproveitamento dos dinheiros públicos, em Criciúma desenvolveu-se da mesma maneira como o vinha sendo feito em todo o resto do País.

Como principais figuras de políticos que se aproveitaram deste estado de coisas, tal como veremos posteriormente na Parte Conclusiva deste Relatório, temos à destacar as figuras de ARMINDO MARCILIO DOUTEL DE ANDRADE e ALDO VÂNIO DE AQUINO FARACO, pois estes dois, inclusive, são sócios na ZYT-52- Rádio Difusora de Criciúma, um dos principais focos de agitação, pois, nos últimos acontecimentos, foi lá que tentou se comandar um movimento de rebelião à revolução vitoriosa.

Paralela com esta Rádio como foco permanente de agitação, tinhamos o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de Criciúma, desde 1957 entregue nas mãos do Advogado e perigoso comunista Dr. ALDO PEDRO DE TRIZZI, ora foragido, que era, aparentemente e por dever de ofício, simples causidico daquele Sindicato, mas na realidade de era o seu legitimo dono, aquele que comandava todas as ações, sendo as Diretorias eleitas mero instrumento de ação nas mãos daquele verme.

REPRODUÇÃO DE ORIGINAL
ILEGÍVEL

Figura 95- O golpe segundo João Feliciano

Em, 58 o PTB elege pela 1ª vez a maioria da bancada da Câmara, com 04 vereadores, e um Deputado Estadual, O Paulino Búrigo. Em nome da Revolução tudo podia. A alegação era de que eram comunistas, gente da esquerda. Às vezes, nem eram pessoas do PC. O PC não chegou a eleger vereadores, nem mesmo estando no PTB. A guerra anti-comunista era muito grande, e os candidatos comunistas nunca chegaram a se eleger. Eram sempre operários. Os que se elegiam não eram operários.

Golpe 64:

Criciúma foi a cidade que resistiu o golpe até a última hora. Nós dominamos Criciúma. Nos tínhamos a Rádio, ficamos em cadeia com o Brizola. Em 61, fizemos parte da cadeia da legalidade pela posse de João Goulart. O 3º Exército de Porto Alegre ficou aqui cerca de duas semanas, até se encontrar a forma conciliatória do Parlamentarismo, Gango assumiu e as tropas voltaram e nós fomos trabalhar. Ficamos em praça pública, recebendo intruções dos milicos. Grupos de até 50 operários ficava junto com o Pelotão do Exército entrincheirados no trajeto entre Criciúma e Içara. Avioões das forças golpistas sobrevoavam e eles ficavam lá, prontos a abrir fogo. Atirar nos avioões mesmo. Nos domingos juntava mais gente. Aí a gente aprendeu quem é quem nesse país.

Nós, operários, não tínhamos arma nas mãos. O 3º Exército dizia que se fosse necessário, eles distribuíram. No golpe de 64, eu era o Presidente do Sindicato dos Mineiros. Eu tinha sido eleito e fui empossado em novembro de 1963. Cheguei aqui dia 27 de Março. Estava no Rio e participei do comício do dia 13 de Março, do Gango na Central do Brasil. Estava empolgado. Depois daquele ato, a reação, a direita, fez a marcha da família com Deus pela liberdade em São Paulo. Foi avaliado com o dobro de gente. Senti, percebi, que o Gango ia cair. Quando cheguei, dia 27 de Março, falei que o Gango ia cair pro Lírio Rosso e pro engenheiro Sérgio Borja. Era apenas uma suposição minha. Dia 31 estava escutando Rádio quando o Mourão Filho se levantou contra Gango em Juiz de Fora. Era 11 horas da noite. Escutei a ordem da C.G.T., o comando geral dos trabalhadores, determinado a greve geral no país. Morava na Içara. Vim para Criciúma. Fui casa por casa e por volta das duas da madrugada já havíamos conseguido reunir a diretoria do sindicato. Analisamos o quadro, caímos na rua, em todas as Minas, para defragrar a greve. Aí foi sem assembleia. Foi uma ordem do sindicato. As Minas, dia 1º de Abril, amanheceram todas paradas. Nessa época as Minas eram a Boa Vista, a União, a CBCA, a Próspera e a Mineração Geral do Brasil. Essas eram empresas mineradoras. E haviam algumas empreiteiras. Tomamos conta da rádio e ficamos comandando a greve da rádio. Os trabalhadores vieram todos pra cidade e se concentraram em praça pública. A polícia pedia pra nós não deixar fazer desordem. O delegado era

Figura 96- O golpe segundo João Feliciano [parte 2]

o Elídio de Castro Veloso. A cidade estava sob nosso controle. A polícia achava que nós tínhamos armas mas nós não tínhamos. Até dia 02 de Abril fui pressionado, a polícia rondando o sindicato. É que na assembleia eu havia dito que nós tínhamos armas. E aí foi um Deus nos acuda porque todo mundo queria arma. Eu dizia que não estava na hora. Foi uma mão obra para segurar o pessoal. Eu disse que tínhamos arma porque se a polícia descobre que não tínhamos - e dentro da assembleia sempre tinha policial infiltrado - ela invadia o sindicato. Dez policiais armados nos colocariam todos a correr. Tive que blefar obrigado. Para manter o movimento de pé. Nossa esperança era que o exército de Porto Alegre chegasse, repetindo o episódio de 61. Por isso aguardávamos. Por isso resistimos. Os trabalhadores ficavam no sindicato enfrente a Rádio Difusora, na praça. O Exército de Tubarão se deslocou até Jaguaruna. De lá, eles enviavam emissários, pedindo que fechávamos a Rádio. Nós devolvíamos dizendo que eles viessem fechar a Rádio. Eles não vinham porque achavam que estávamos armados. A greve era só de mineiros que, com os aposentados, juntava perto de seis mil pessoas na Praça. Ficamos nessa até dia 02 de Abril. Mandávamos gente para Porto Alegre para saber se o Exército viria. Estávamos acudados entre o Exército que esteve em Jaguaruna e a polícia daqui. O Exército de Porto Alegre não veio para nortear a caminhada. Dia 02 de Abril, por volta das cinco horas da tarde, percebemos que a luta estava perdida. Passei na Rádio, gravei um mensagem, pedi para ser colocada no ar um hora depois, arrumei um carro emprestado, eu e o Raimundo Vendieri, que era o vice-presidente.

Na mensagem, determinei que os trabalhadores voltassem ao trabalho que a causa estava perdida. Fiquei 87 dias foragido, escondido. Depois disso nos apresentamos. Fiquei escondido no São Bento Alto. Pobre, a minha filha não foge para o Exterior. O Brizola e os outros saíram do País. Operário não pode deixar o País numa hora dessas. Não pode! Quando a mensagem foi para o ar, alguns trabalhadores voltaram pro trabalho, outros foram para casa e alguns foram se esconder porque o Exército de Tubarão começou a dominar a situação. De cara, já prenderam vários como o Vânio Faraco, o Antonio Parente, o Mancei Ribeiro. Foram prendendo. Fiquei foragido aconselhado por um médico amigo, que disse que a coisa estava perdida e que eu tinha que escapar. Ninguém tinha idéia do que ia acontecer. Se prenderiam ou chegariam atirando para matar. Relutando, acabei acatando sua sugestão, peguei seu carro e dinheiro emprestado, um revólver. Levei junto o Vendieri. Ele emprestou tudo, o motorista e não perguntou pra onde a gente ia. Eu tinha nove filhos. O mais velho tinha 12 anos. Como ia fugir? Não tinha a intenção de fugir.

Figura 97- Jorge João Feliciano sobre as prisões

Com o golpe , os presos políticos eram em 44 pessoas. Mais da metade deles ' ficou vagando , procurando emprego. Eu fui para o Timbê do Sul , tirar ma - deira no mato. Eu tinha um tio que era capataz da Mina Klabin, no Paraná. Mandei um telegrama para ele arrumar serviço para mim. Ele respondeu que tinha vaga , que eu poderia ir e até levar mais gente. Em seguida , recebi outro telegrama dele dizendo que eu não fosse porque meu nome constava em uma lista de pessoas que não pederia ser empregada. Isso no Paraná! Bachei a Mina ' com 16 anos. Com 14 trabalhava Mas de céu aberto. Então eu não sabia fazer ' outra coisa, sô aprendi a trabalhar com carvão. Na lista constava os nomes das lideranças , aquelas que eles qualificavam como de maior peso. Vários foram perseguidos como eu, o Abdia Gonçalves Barrero, o Manoel Garcia e outros. Era uma prática nossa que para entrar na luta , tinha que ser operário estável, estabilidade, que era atingida com 10 anos no serviço. Era muito usado ' às pessoas com estabilidade, que não podiam ser colocadas na rua. Os outros ficavam mais por trás dos bastidores.

Fonte: CEDOC-UNESC.

Entrevista com Ciro Pacheco (2012), edição entre as páginas 8 a 13

Questão norteadora (entrevistadores): E a primeira ação deles tu lembra qual foi?

Ciro– Quando eles chegaram, eles chegaram e invadiram o Sindicato dos Mineiros, que era o alvo deles. Já não tinha ninguém lá, nós retiramos todos os companheiros. Não tinha mais o que fazer. [...] Como é que eu entendo Sindicato: tem que ter um comando ideológico, para que fique na verdade na mão dos trabalhadores. Porque senão, fica na mão dos patrões. Eu vou dar um exemplo: quando nós ganhamos a eleição do Sindicato, 1964, 1966. No segundo mês nós fomos convidados pra um jantar com os patrões. Para ficar bem elucidado como é que funciona o Sindicato. Naquele tremor, naquela fraqueza, a diretoria se reuniu e eu me sentava com a diretoria. Eu tinha credibilidade inclusive com a classe operária, para me sentar lá. Não se decidia nada sem eu não estivesse sentado junto. Eu era motorista. Oficialmente eu era motorista. Daqui e cola, vamos não vamos, será que é indelicadeza não ir, blá, blá blá. Me perguntaram, eu lembro que eu disse: “Walter quando nós estávamos embaixo da mina, eles convidaram alguma vez a gente para ir almoçar com eles? Eles não são nossos amigos. Hoje nós temos posição. Tudo isso é um processo para corromper o Zé Ruela. Nós não vamos. É só dizer que não vamos e não da nada”. Não fomos. Porque todo sindicato, lamentavelmente, em que a direção não tem uma base ideológica, se rende inconscientemente, é assim que funciona. (PACHECO, 2012, p. 8-13).

Questões norteadoras:

- 12) Para você, qual o papel dos sindicatos na sociedade?
- 13) As fontes analisadas confirmam ou contrapõem a sua opinião?
- 14) De acordo com cada uma das fontes, qual papel é ocupado pelo Sindicato dos Mineiros de Criciúma para sociedade local?
- 15) Quais as diferenças entre as versões apresentadas pelas duas fontes? Como isso pode ser explicado? Como lidar com essas informações?
- 16) Qual a relação estabelecida pelas fontes entre o Sindicato dos Mineiros de Criciúma e a ditadura civil-militar brasileira?
- 17) Como o Sindicato dos Mineiros de Criciúma atuou durante o golpe civil-militar de 1964? Quais estratégias de mobilização e luta foram utilizadas?
- 18) Quais as consequências dessa atuação?
- 19) Se os eventos protagonizados pelo Sindicato tivessem acontecido no presente, as consequências seriam diferentes? Por quê? Você conhece exemplos?
- 20) Qual a importância da memória na formação da identidade coletiva de uma sociedade?
- 21) O Sindicato dos Mineiros de Criciúma é importante para a memória e identidade da cidade? Como a derrubada do edifício que sediou o Sindicato influencia isso?
- 22) Como você percebe o entorno do Sindicato? Qual impacto a ausência do edifício causa nesse entorno? A quem essa nova configuração da paisagem beneficia e agrada?